

O
Relatório do
Inquérito
sobre Gangues
de Violação

ÍNDICE

Índice	I
Agradecimentos	2
Prefácio	3
Introdução	5
Sumário Executivo	7
Panorama dos Crimes	11
Testemunhos das Vítimas	18
Testemunhos de Denunciantes	101
Demografia e Cultura	106
A Influência do Islão	116
Fatores Internos Facilitadores	134
Impacto nos Sobreviventes	151
Conclusões	154
Recomendações	159
Resposta Legislativa	164
Resposta de Toda a Linha da Frente	169
Próximos Passos	179
Mensagem Final de Rupert Lowe MP, Presidente do Inquérito aos Gangues de Violadores	180
Anexo I – Testemunhos de Vítimas Fora das Audiências	181
Anexo II – Citações de Sobreviventes	192
Anexo III – Falhas Institucionais	203
Anexo IV – Lista de Zonas Onde se Sabe que os Gangues Operaram	214

Este documento foi transcrito para Português Europeu (PT-PT). Caso pretenda consultar o documento original, clique aqui!

AGRADECIMENTOS

Todas as testemunhas que se voluntariaram para prestar o seu testemunho – fosse sobrevivente, progenitor, denunciante, político ou perito – demonstraram uma coragem que tornou este Inquérito possível. Os seus contributos garantiram que a verdade é agora matéria de registo público permanente.

A energia e o empenho de Rupert Lowe MP garantiram que o Inquérito aos Gangues de Violadores se realizasse. Tem sido inabalável na sua dedicação a assegurar que esta mancha podre na história do nosso país permaneça firmemente sob o olhar público.

Exprime-se profunda gratidão a toda a equipa do Inquérito, liderada por Sammy Woodhouse. Nat Enderby-Shenton, Marlon West, Debra Sudbury e Julie Ballan trabalharam incansavelmente para reunir as provas e apoiar cada sobrevivente que se apresentou.

Um agradecimento especial é devido aos deputados Esther McVey, Nick Timothy e Carla Lockhart por terem dedicado o seu tempo a integrar o painel do Inquérito.

O Dr. Mark Durie foi extremamente generoso ao enriquecer o relatório que se segue com o seu conhecimento especializado.

Estamos igualmente gratos a Charlie Downes, Joshua Ferme, Harrison Pitt e Graham Smith pela sua supervisão editorial e aconselhamento.

Por último, mas não menos importante, agradecemos aos incontáveis milhares por toda a Grã-Bretanha que tornaram tudo isto possível ao doar para assegurar que este Inquérito se pudesse realizar.

PREFÁCIO

A Grã-Bretanha não tem um problema de racismo, tem um problema de imigração.

Rupert Lowe

Tal como acontece com muitos britânicos decentes e trabalhadores, eu desconhecia a enorme dimensão do mal que tem sido, e continua a ser, perpetrado sobretudo por homens muçulmanos paquistaneses contra mulheres e raparigas brancas, jovens e vulneráveis, em comunidades por todo o nosso país. Mas uma única transcrição judicial de um desses casos horríveis – amplificada por Elon Musk no início do ano passado – pôs em marcha um ajuste de contas nacional há muito devido sobre a matéria, que inspirou mais de 20 000 patriotas britânicos a ajudar a financiar o nosso Inquérito aos Gangues de Violadores. O que se segue é um relatório abrangente das suas conclusões. É essencial que todos os documentos judiciais relacionados sejam guardados em segurança, tanto por razões legais como históricas.

Estou grato a todos os membros da minha equipa que contribuíram para expor este capítulo demoníaco da história da Grã-Bretanha. Uma combinação do medo paralisante de acusações de «racismo» com a corrida aos votos de subculturas estrangeiras importadas permitiu que o mal puro se metastizasse. E o horrendo suplício ainda não terminou. A causa profunda foi a imigração, com início no British Nationality Act de 1948 e agravando-se sob Tony Blair a partir de 1997. Acreditando que as nações orgulhosas eram responsáveis pela destruição da Europa em meados do século XX, os nossos líderes do pós-guerra abraçaram a diversidade e o multiculturalismo como a alternativa supostamente civilizada. Este relatório demonstra, sem qualquer dúvida, que esta obsessão pela «sociedade aberta» permitiu, na realidade, uma incontável barbárie própria. A água e o azeite não se misturam, e as diferenças culturais, que remontam a séculos, são a génese deste problema.

Exorto todos os britânicos a lerem este relatório na íntegra. É preciso aprender lições e têm de seguir-se processos judiciais pela cobardia chocante dos responsáveis que se recusaram a resistir a tais horrores. As penas mais severas possíveis, até e incluindo a morte, devem igualmente ser procuradas para aqueles que ainda não foram devidamente punidos – ou que não o foram de todo – pelos seus crimes vis e indizíveis.

[Este documento foi transcrito para Português Europeu \(PT-PT\). Caso pretenda consultar o documento original, clique aqui!](#)

O mundo é um lugar perigoso para se viver, não por causa das pessoas que são más, mas por causa das pessoas que nada fazem em relação a isso.

Albert Einstein

O homem é o mais cruel dos animais.

Friedrich Nietzsche

INTRODUÇÃO

O Inquérito aos Gangues de Violadores concluiu agora a primeira fase do seu trabalho. Foi instituído para examinar um dos escândalos mais horrendos da longa história do nosso país: a perseguição sistemática de raparigas vulneráveis, na sua esmagadora maioria brancas britânicas, por gangues predominantemente muçulmanos paquistaneses em vilas e cidades de todo o país.

As provas apresentadas ao longo das audiências confirmaram o que há muito se sabia, mas que era repetidamente negado por muitos na classe política. O Inquérito acolheu raparigas, rapazes, homens e mulheres de todas as raças e religiões para testemunharem as suas experiências, a fim de obter um retrato completo do fenómeno dos gangues de violadores.

O Relatório Casey de 2025 afirmou que um número desproporcionado de homens de «origens étnicas asiáticas» figurava entre os suspeitos de exploração sexual de crianças em grupo («CSE», na sigla inglesa). A Baronesa Casey citou relatórios locais que mostravam que uma proporção significativa dos condenados era de ascendência paquistanesa e/ou muçulmana. Os crimes remontam a várias gerações.

O Inquérito aos Gangues de Violadores foi necessário porque o Estado e as suas instituições falharam catastroficamente ao longo de décadas. A polícia, os serviços sociais, as escolas, o NHS, as autoridades de licenciamento e os governos permitiram que estes gangues operassem com impunidade. Houve uma demonstrável falta de vontade política para os enfrentar. O Partido Trabalhista recusou inicialmente um inquérito público por completo, só cedendo sob considerável pressão. Passarão muitos anos antes de esse inquérito estar concluído e não há garantia de que aborde adequadamente a natureza etnorreligiosa, politicamente sensível, do fenómeno. Apesar de agora exigir um inquérito na oposição, quando esteve no governo o Partido Conservador fez muito pouco.

O Inquérito aos Gangues de Violadores foi liderado pelas sobreviventes. Todos os dias o painel se reuniu com Sammy Woodhouse, ela própria uma sobrevivente que se tornou ativista, ao lado de uma variedade de peritos que compareciam sempre que a sua especialidade constituía o foco dos nossos esforços para chegar à verdade. Examinámos sucessivamente áreas distintas do escândalo, para que se pudesse estabelecer um retrato o mais completo possível. Os pais e cuidadores descreveram as suas

experiências. Foram expostos casos de gravidez, aborto e crianças nascidas de violação. Denunciantes que anteriormente tinham sido ignorados prestaram depoimento. Foram documentadas falhas do policiamento e da justiça. Os serviços sociais, os serviços do NHS (incluindo saúde sexual e saúde mental), a educação, o licenciamento de táxis, as tendências demográficas, as questões culturais e sociais e os obstáculos ideológicos à justiça foram todos escrutinados sem restrições. Nada ficou fora da mesa. O politicamente correto mal orientado e as sensibilidades culturais não tiveram qualquer papel nos trabalhos. A promessa feita a cada doador foi cumprida na íntegra: procurou-se a verdade e a justiça foi o nosso único objetivo.

Às sobreviventes foi finalmente dada a tribuna que durante tanto tempo lhes fora negada e estiveram no centro do Inquérito. Toda a dimensão e natureza dos crimes podem agora ser registadas publicamente. O verdadeiro horror do que aconteceu já não está escondido.

Embora o Inquérito não dispusesse de poderes legais, a resposta foi esmagadora. Políticos, denunciantes, peritos, familiares e muitos outros apresentaram-se. Os poucos que ocupavam posições de destaque e recusaram prestar depoimento fizeram-no sabendo que a sua recusa seria registada.

Este relatório expõe conclusões e formula recomendações claras sobre como o problema dos gangues de violadores pode ser erradicado. O país conhece agora toda a verdade. Ao país foi dada a base para a justiça. O país tem o roteiro para garantir que estes crimes nunca mais voltem a acontecer.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Inquérito aos Gangues de Violadores examinou a perseguição sistemática de raparigas vulneráveis, na sua esmagadora maioria brancas britânicas, por gangues predominantemente muçulmanos paquistaneses em vilas e cidades de todo o Reino Unido. As provas apresentadas ao Inquérito confirmam que este escândalo constitui uma das falhas mais horrendas da história do país. Redes organizadas de agressores montaram operações coordenadas que transportavam as vítimas entre locais, lhes forneciam droga e álcool, gravavam os abusos para distribuição e chantagem e passavam as raparigas entre vários homens adultos. Estes crimes foram cometidos ao longo de décadas, desde a década de 1950 por paquistaneses em particular, e afetaram todas as regiões da nossa nação.

A dimensão dos crimes cometidos é assombrosa. Foi anteriormente estabelecido que, no mínimo, 250 000 raparigas brancas jovens foram sujeitas a violação repetida, violação em grupo, tráfico, tortura, gravidez, conversão forçada ao Islão e trauma para toda a vida.¹ O número verdadeiro é provavelmente mais elevado. Os agressores são os principais responsáveis, mas as falhas institucionais que os viabilizaram durante décadas têm também de ser enfrentadas. Nos registos judiciais e em inquéritos oficiais, cerca de 87% dos condenados nestes casos de exploração sexual de crianças em grupo («CSE») tinham nomes distintamente muçulmanos.² A grande maioria dos homens envolvidos nestes gangues não foi condenada. O Dr. Taj Hargey, um imã da Oxford Islamic Congregation, acredita que a verdadeira proporção de membros dos gangues que são muçulmanos ronda os 95%.³ Este número excede largamente a quota muçulmana na população total do Reino Unido. A esmagadora maioria das redes de gangues de violadores era constituída inteiramente por homens de origem muçulmana – predominantemente de ascendência paquistanesa, embora também estivessem envolvidos grupos menores de origem somali, iraniana, síria, turca e de outras origens muçulmanas.

O Inquérito ouviu testemunhos angustiantes de sobreviventes e das suas famílias. O método usado para aliciar as crianças seguia tipicamente o mesmo processo. Raparigas com apenas

¹ Lord Pearson of Rannoch (House of Lords, Hansard Vol. 797), num debate sobre Grooming Gangs, 14 de maio de 2019.

² Ver *Sacrificing girls to political correctness*, Christian Concern, 16 de março de 2018.

³ Ver *Fundamentalist 'Muslims believe if the Prophet' slept with a nine-year-old 'what's wrong with a 12-year-old?'*, claims Muslim leader, London Loves Business, 9 de janeiro de 2025.

apenas 11 anos eram inicialmente conquistadas pela amizade de um jovem muçulmano, que depois tratava a criança como adulta e começava a fornecer-lhe álcool, droga e cigarros. Ao fim de alguns meses, as raparigas passavam a ser recolhidas em táxis à porta das escolas, nos lares de acolhimento e nas ruas. Eram levadas para casas, apartamentos, restaurantes e hotéis, onde eram repetidamente violadas por grupos de homens, torturadas, filmadas para chantagem e tratadas por «lixo branco» (white trash) ou «kuffar» que mereciam castigo. Muitas engravidaram ainda crianças. Algumas sofreram abortos espontâneos provocados pelo trauma, outras foram coagidas a abortar e algumas deram à luz crianças que mais tarde foram retiradas pelo Estado. Constatámos que os mesmos crimes indizíveis ocorreram em pelo menos 149 distritos de autarquias locais – perto de 40% de todos esses distritos do Reino Unido (ver o nosso mapa completo na página 14). As sobreviventes descreveram violações diárias, «salas vermelhas» (red rooms) de tortura extrema, tráfico entre cidades e uma incredulidade institucional que agravou o seu sofrimento. Algumas raparigas foram até traficadas para o Médio Oriente, onde eram submetidas a casamento islâmico.

Os fatores demográficos e culturais são claros. Os agressores de origem muçulmana paquistanesa e de outras origens muçulmanas operavam segundo um código de clã baseado na honra e na vergonha, que tratava as raparigas não muçulmanas, sobretudo as raparigas brancas da classe trabalhadora, como propriedade disponível para uso sexual. Este padrão era reforçado por oito aspetos teológicos e jurídicos do Islão. Entre eles está a doutrina da superioridade muçulmana, extraída de versículos do Corão que colocam os muçulmanos no topo, com o dever de corrigir os não crentes. A justificação dos membros dos gangues para os seus crimes pode encontrar-se nos princípios islâmicos de lealdade e repúdio conhecidos como *al-walā' wa-l-barā'*. Estes exigem a inimizade para com os não muçulmanos, a superioridade dos homens sobre as mulheres, o casamento forçado combinado com a ausência de qualquer idade mínima fixa de consentimento, a perceção da sexualidade feminina como inerentemente perigosa, um sistema de escravatura sexual que autoriza relações sexuais com cativas não muçulmanas e uma hierarquia social sancionada pela religião que subjuga os não muçulmanos conquistados. Estes elementos, filtrados por subculturas imigrantes de tipo clânico, forneceram a justificação religiosa que permitiu a violação sistemática e até o massacre de raparigas brancas britânicas.

Se a Grã-Bretanha funcionasse de forma eficaz, estas raparigas teriam recebido uma considerável proteção do Estado. Contudo, todas as nossas instituições lhes falharam

catastroficamente. As forças policiais ignoraram denúncias repetidas, criminalizaram as vítimas em vez dos agressores, destruíram provas e permitiram que violadores conhecidos ficassem em liberdade sob caução. Os serviços de ação social minaram a ação de pais protetores, colocaram crianças em centros de tráfico dentro de lares de menores, encerraram processos apesar de indicadores claros de exploração e retaliaram contra denunciante. O NHS registou lesões genitais, múltiplas infeções sexualmente transmissíveis em crianças com apenas 13 anos, gravidezes causadas por violação e tentativas de suicídio e, ainda assim, devolveu as vítimas aos seus agressores sem encaminhamentos de proteção nem cuidados para o trauma. As escolas observaram homens mais velhos a recolher raparigas à porta, ouviram relatos de violações nas instalações escolares e responderam excluindo as vítimas em vez de as protegerem. As autoridades de licenciamento de táxis renovaram as licenças de motoristas que constituíam a espinha dorsal logística das redes e cederam perante protestos organizados quando se propuseram medidas básicas de segurança.

A falha política está no cerne do escândalo. Sucessivos governos não tiveram a vontade de enfrentar os padrões étnicos e religiosos. O Partido Trabalhista tem uma responsabilidade particular. Recusou inicialmente um inquérito público e só cedeu sob pressão, ordenando um processo visto com cepticismo generalizado. Câmaras e deputados dominados pelos trabalhistas foram informados sobre os gangues há muito tempo, mas mais tarde negaram ter conhecimento. O partido deu prioridade à dependência eleitoral de blocos de voto muçulmanos e depois bloqueou ou esvaziou inquéritos, suprimiu dados sobre etnia e classificou preocupações legítimas como agitação «de extrema-direita». Quando finalmente foi forçado a agir, o governo trabalhista produziu um inquérito nacional cujos termos de referência, estritamente delimitados, excluíram deliberadamente o exame sistemático dos fatores demográficos, culturais e religiosos. O Partido Conservador, enquanto esteve no governo, deu continuidade à abordagem trabalhista e não impôs o registo obrigatório da etnia nem lançou um inquérito público completo, apesar das provas claras de Rotherham e de outros locais. Os partidos políticos escoceses recusaram um inquérito dedicado e não registaram a etnia dos agressores. O politicamente correto, o medo de acusações de racismo e o medo de perder apoio eleitoral de certos grupos sobrepuseram-se à proteção das crianças britânicas. Os denunciante, pais e sobreviventes que se apresentaram demonstraram uma coragem extraordinária, apesar de no passado terem sido recebidos com incredulidade e intimidação.

Os agressores operaram com impunidade porque o Estado os viabilizou. As provas exigem agora uma ação imediata e decisiva para erradicar o problema, fazer justiça às vítimas e garantir que estes crimes abomináveis sejam erradicados do nosso território.

Temos agora uma noção mais clara do problema. São necessárias várias medidas para o resolver, incluindo alterações consideráveis ao nosso sistema de justiça penal, a aprovação de legislação dirigida especificamente à CSE de base associada a gangues e uma grande reformulação institucional.

A nossa lista detalhada de recomendações inclui um melhor registo de dados sobre os padrões etnorreligiosos dos agressores, penas muito mais severas, um esforço abrangente de deportação, medidas de responsabilização institucional, coordenação entre múltiplas entidades, formação especializada, uma proteção reforçada através de um maior envolvimento da família e o colmatar das várias lacunas da lei britânica pelas quais tantas vítimas escaparam.

Na sequência da publicação deste Relatório, tencionamos divulgar a totalidade dos testemunhos, recolher relatos adicionais de sobreviventes, identificar os responsáveis no Parlamento e iniciar ações judiciais cíveis e privadas para garantir a máxima responsabilização.

PANORAMA DOS CRIMES

Os gangues de violadores exploraram crianças de forma sistemática em todas as regiões do Reino Unido durante décadas.

A presidente independente do Centre for Excellence for Children's Care and Protection, Alexis Jay, identificou a década de 1970 como aquela em que os gangues de violadores imigrantes começaram a atormentar as raparigas da Grã-Bretanha.⁴ Contudo, o British Newspaper Archive revela que o primeiro caso registado de gangues de violadores especificamente paquistaneses remonta a 1955, quando quatro paquistaneses sediados em Bradford foram acusados de violar uma rapariga de 15 anos de Middlesbrough.⁵ Isto aconteceu pouco depois de os antigos súbditos coloniais, tanto do subcontinente como das Caraíbas, se terem tornado elegíveis para entrar no Reino Unido em números não negligenciáveis ao abrigo do British Nationality Act de 1948.⁶ O que começou como casos isolados e de pequena escala tornou-se, com o tempo, sistemático e industrial.

Estes crimes horríveis só se intensificaram nas últimas décadas, sobretudo após a vitória de Tony Blair em 1997 e o início de uma imigração em massa orquestrada. Com números maiores vieram maiores oportunidades de abuso. Os agressores construíram redes organizadas que transportavam as vítimas entre vilas e cidades e passavam as raparigas entre vários homens adultos.

Em cada uma destas zonas foram usadas as mesmas táticas. Raparigas com apenas 11 anos eram visadas com presentes, álcool e droga, recolhidas em táxis à porta das escolas, nos lares de acolhimento e nas ruas, e levadas para casas, apartamentos, restaurantes e hotéis, onde eram repetidamente violadas por grupos de homens, passadas entre agressores, traficadas através das fronteiras de condados e, em muitos casos, engravidadas ou forçadas a abortar. A maioria das vítimas sofreu violência, foi filmada para chantagem ou foi tratada por «lixo branco» (white trash) ou «kuffar» que mereciam castigo.

As autoridades a todos os níveis – incluindo a polícia, os serviços sociais, os serviços de saúde, as escolas, os organismos de licenciamento e os políticos – conheciam os padrões, possuíam

⁴ Ver Alexis Jay OBE, *The Report of the Independent Inquiry into Child Sexual Abuse*, outubro de 2022.

⁵ Ver *Bradford Observer*, sábado, 27 de agosto de 1955, British Newspaper Archive.

⁶ Ver o *British Nationality Act* (1948).

as informações e, ainda assim, não protegeram as crianças do país. As provas demonstram que ocorreu, ao longo de décadas, um escândalo nacional de violação repetida, tráfico, tortura, gravidez, conversão forçada ao Islão e trauma para toda a vida, viabilizado pela negação institucional, pelo cálculo político e pelo medo da acusação de racismo.

Os incidentes de atividades criminosas enumerados neste relatório baseiam-se em registos judiciais, em inquéritos oficiais e não oficiais por todo o país e em testemunhos prestados ao Inquérito. Confirmam que isto nunca foi uma série de falhas locais isoladas. Foi um padrão coordenado e à escala nacional de exploração sexual organizada de crianças, que se repetiu de vila em vila, de cidade em cidade, do extremo norte à costa sul. O mesmo perfil étnico e religioso dos agressores foi documentado em quase todas as testemunhas que contactaram o Inquérito.

A dimensão do fenómeno dos gangues de violadores é endémica em toda a Grã-Bretanha. O número de 250 000 tem origem direta numa declaração feita na Câmara dos Lordes por Lord Pearson of Rannoch em 14 de maio de 2019:

«Aceita o Governo que, se extrapolarmos a nível nacional o relatório Jay sobre Rotherham e outros relatórios de Telford e Oxford, parece terem existido mais de 250 000 raparigas brancas jovens violadas neste século, em grande parte por homens muçulmanos, normalmente várias vezes por dia durante anos?»

Acrescentou que este número «é provavelmente uma subestimativa».⁷

Esta extrapolação tem agora maior apoio graças a dados adicionais recolhidos, obtidos a partir do escalonamento dos padrões documentados em grandes inquéritos:

- Rotherham (Relatório Jay, 2014): pelo menos 1400 raparigas abusadas entre 1997 e 2013, com algumas estimativas atualizadas a ultrapassar este valor. Os agressores eram, na sua esmagadora maioria, homens muçulmanos paquistaneses.
- Inquérito de Telford (2022): mais de 1000 crianças (predominantemente raparigas) ao longo de décadas, novamente com o mesmo perfil de agressores.

⁷ Lord Pearson of Rannoch (House of Lords, Hansard Vol. 797), num debate sobre Grooming Gangs, 14 de maio de 2019.

- Pegada nacional: o modelo dos gangues de aliciamento foi confirmado em dezenas de vilas e cidades. O nosso Inquérito independente, liderado por Rupert Lowe MP, ouviu provas que demonstram operações coordenadas estendendo-se a todos os cantos do país, em pelo menos 149 distritos de autarquias locais (ver o mapa completo na página 14).

Quando a escala de Rotherham/Telford é aplicada à distribuição nacional documentada e multiplicada pelo fator extremo de subnotificação aceite por revisões oficiais, o total atinge o limiar dos 250 000 como mínimo absoluto.

Estamos longe de compreender toda a extensão da criminalidade dos gangues de aliciamento na Grã-Bretanha moderna. É razoável presumir que, dado que o abuso sexual de todos os tipos tende a ser subnotificado, o mesmo é verdade para os gangues de aliciamento. O *The Independent* noticiou que quase 19 000 crianças foram identificadas como vítimas de exploração sexual em Inglaterra apenas num ano, apesar da relutância dos agentes do Estado em nomear ou enfrentar o problema dos gangues de violadores.⁸ Após décadas de abuso, as vítimas devem contar-se às centenas de milhares. Toda a dimensão ainda não é conhecida.

Todas as grandes revisões sublinharam que as estatísticas registadas subestimam gravemente a realidade:

- Auditoria Nacional da Baronesa Casey sobre Exploração e Abuso Sexual de Crianças em Grupo (junho de 2025): a auditoria afirma explicitamente que a dimensão, a natureza e as características da exploração sexual de crianças em grupo permanecem impossíveis de quantificar com precisão devido à recolha inconsistente de dados e à supressão histórica.
- Inquérito Independente sobre o Abuso Sexual de Crianças (IICSA) e múltiplos inquéritos locais (2022–2025): «É simplesmente impossível conhecer a dimensão», porque a etnia, a criminalidade em grupo e os casos históricos eram rotineiramente não registados ou arquivados para proteger a «coesão comunitária».

Na página seguinte encontra-se um mapa de calor que retrata os vários locais onde o Inquérito pode ter a certeza de que os gangues de violadores operaram. É provável que a verdadeira extensão seja muito pior.⁹

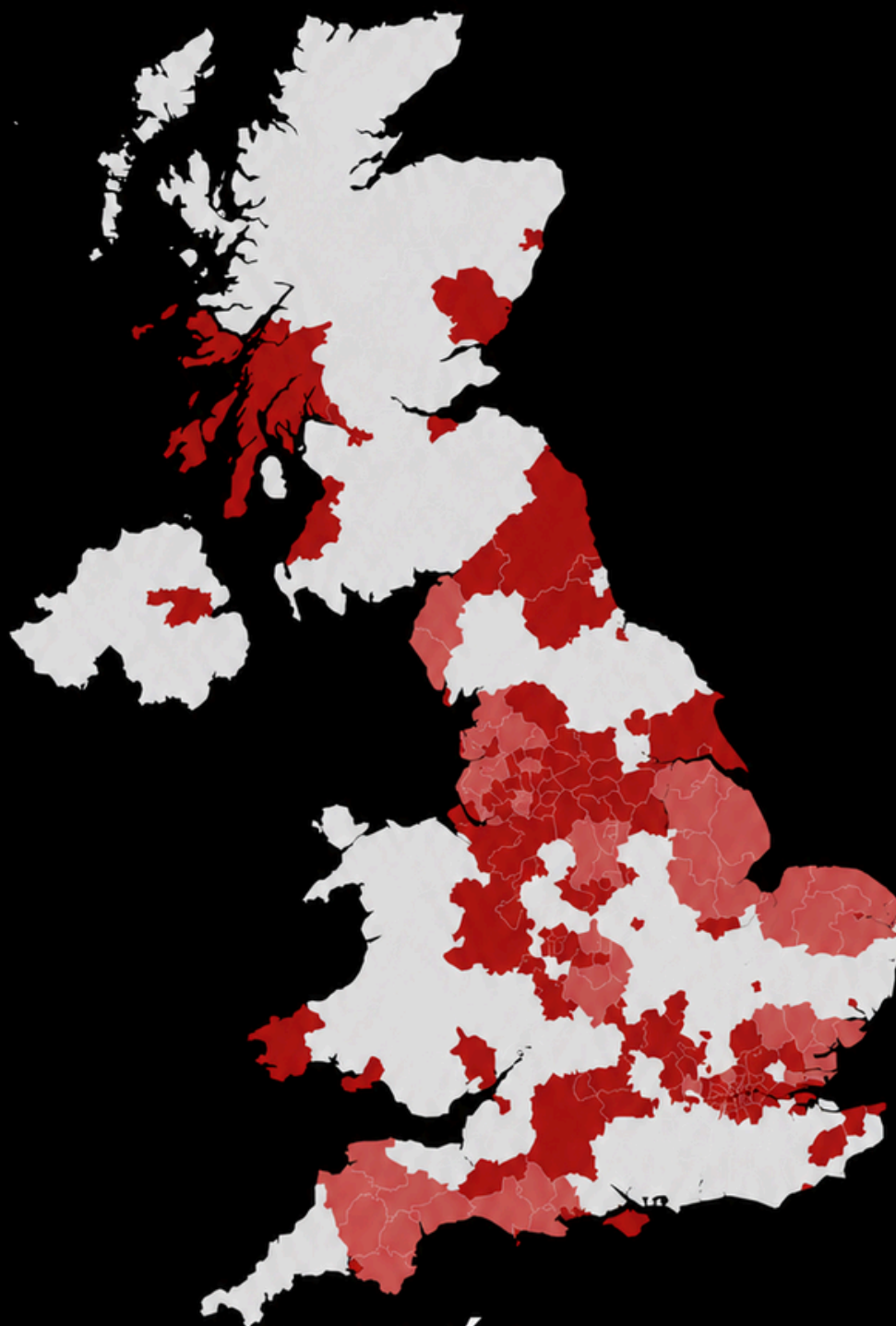
⁸ Lizzie Dearden, *Grooming 'epidemic' as almost 19,000 children identified as sexual exploitation victims in England*, *The Independent*, 28 de dezembro de 2019.

⁹ Ver o Anexo IV para a nossa lista, nome a nome, das zonas afetadas.

Gangues de violação operam / operaram
em pelo menos 149 distritos de autoridades locais
em todo o Reino Unido.

SUSPEITOS

CONFIRMADOS



**O INQUÉRITO
SOBRE GANGUES
DE VIOLAÇÃO**

A escala, as táticas, o perfil dos agressores e a inação sistémica eram quase sempre idênticos em todo o lado. A Grã-Bretanha não enfrentou dezenas de escândalos locais separados. Enfrentou um único escândalo nacional que o Estado deixou crescer durante décadas.

LONDRES

Londres surge exposta como o epicentro da negação institucional no escândalo dos gangues de aliciamento. Enquanto as vilas do norte enfrentaram inquéritos públicos depois de a verdade vir ao de cima, a capital manteve um muro de silêncio durante anos. O Presidente da Câmara de Londres, Sadiq Khan, insistiu repetidamente que não existiam gangues de aliciamento a operar na cidade. Como o nosso Inquérito ouviu de Susan Hall, líder dos Conservadores na Assembleia de Londres, o fenómeno dos gangues de violadores é, na verdade, endémico na capital. Depois de confrontar Khan sobre a presença de tais gangues em Londres, Hall foi inundada de chamadas de mulheres e raparigas que se diziam vítimas da sua predação. Khan descreve as provas dos denunciantes como maliciosas e politicamente motivadas. Disse à Assembleia de Londres que o problema era muito mais complexo do que noutras partes do país e que os jovens estavam a ser explorados através das «county lines» e não de exploração sexual organizada de crianças em grupo.¹⁰

Estas declarações foram feitas apesar de a Polícia Metropolitana possuir denúncias de raparigas jovens a quem era dado álcool e droga e que eram depois violadas por grupos de homens em hotéis e noutros locais por toda a capital. Uma investigação do Daily Express revelou que Khan tinha acesso direto a documentos da HM Inspectorate of Constabulary que detalhavam exatamente estes padrões de crime. Leu os ficheiros e, ainda assim, continuou a negar publicamente a existência de gangues de aliciamento.¹¹

O ministro-sombra do Interior, Chris Philp MP, acusou Khan de facilitar um encobrimento, e outros políticos afirmaram que tanto o Presidente da Câmara como a Polícia Metropolitana vinham a negar a existência de gangues de aliciamento em Londres. Ativistas, incluindo a denunciante Maggie Oliver e Chris Wild, descreveram a capital como o último bastião da negação e alertaram que a escala do abuso ali era mais catastrófica

¹⁰ Ver *Mayor of London Sadiq Khan says grooming gang cases in London are 'far more complex'*, ITV News, 28 de outubro de 2025.

¹¹ Zak Garner-Purkis e Callum Cuddeford, *Sadiq Khan grooming gang 'cover-up' exposed as new evidence revealed*, Daily Express, 19 de outubro de 2025.

do que em qualquer outro ponto do país.

As provas que agora emergem confirmam os seus avisos. Em outubro de 2025, a Polícia Metropolitana anunciou uma revisão de 9000 casos de exploração sexual de crianças. A National Crime Agency lançou a Operação Beaconport para examinar milhares de outros processos a nível nacional, depois de avaliações iniciais terem detetado erros humanos, linhas de investigação não exploradas e casos indevidamente arquivados. Londres representa uma parte significativa deste atraso acumulado. Um antigo detetive da Polícia Metropolitana descreveu uma prostituição e aliciamento de crianças à escala industrial na capital, com as autoridades cientes mas optando pela inação devido a uma mistura de «incompetência, preguiça e corrupção».¹²

Londres tem a maior população muçulmana da Grã-Bretanha. Khan depende de um apoio eleitoral significativo dessas comunidades, além de ter um motivo etnorreligioso para proteger a reputação pública dos muçulmanos paquistaneses em particular. O reconhecimento generalizado de redes organizadas de homens predominantemente muçulmanos paquistaneses a visar raparigas brancas vulneráveis teria estilizado a narrativa de coesão comunitária que sucessivas administrações de Londres – nenhuma mais do que a de Khan – promoveram. Quanto a outros responsáveis, o medo de serem rotulados de «racistas» paralisou a Polícia Metropolitana e a Câmara Municipal tal como acontecera antes em Rotherham e Rochdale. Um denunciante anónimo disse-nos que tanto rapazes como raparigas são um alvo especialmente vulnerável para gangues criminosos – tipicamente albaneses, somalis ou turcos – que operam na capital. No entanto, os organismos competentes continuam a recusar-se a recolher dados sobre etnia, tornando-se deliberadamente cegos aos próprios padrões de comportamento que supostamente deveriam ajudar as forças da lei na sua busca por justiça.

A revisão da Polícia Metropolitana, a operação da National Crime Agency e os relatos de testemunhas que vão chegando provam que a exploração sexual de crianças em grupo prosperou na nossa capital.

Este Inquérito regista a falha sem reservas. Khan e a direção de topo da Polícia Metropolitana têm de responder pelo seu papel neste escândalo. Enquanto a capital não confrontar a verdade com o mesmo rigor agora exigido

¹² Ver Sadiq Khan's Grooming Gang cover up EXPOSED / Daily Express.

noutros locais, as crianças de Londres permanecem em risco e o Estado permanece cúmplice.

TESTEMUNHOS DAS VÍTIMAS

Há milhares de sobreviventes que poderiam ter prestado depoimento à nossa equipa do Inquérito. Segue-se um resumo de alguns dos testemunhos prestados pelas nossas corajosas testemunhas que falaram nas audiências do Inquérito. Algumas das testemunhas têm de permanecer anónimas para sua própria segurança.

«Chloe»

Ao longo da sua primeira infância, «Chloe» era popular na escola, tinha bom desempenho académico e desfrutava de uma vida social ativa. Embora os pais se tenham separado quando ela era pequena, descreve a sua infância como relativamente estável. Após a separação, a custódia total de Chloe e do seu irmão mais velho foi atribuída ao pai, apesar do alcoolismo deste. A mãe, por seu lado, esteve muitas vezes ausente da sua vida e ficou em situação de sem-abrigo após a separação. Chloe recorda um ambiente familiar geralmente seguro e acolhedor ao cuidado do pai. Contudo, após a morte súbita deste pouco antes do seu décimo aniversário, foi viver com a mãe e o novo marido desta – um homem que descreve como um «pedófilo» pelo qual foi sexualmente abusada. A mãe de Chloe apanhou o marido a agredi-la em muitas ocasiões, mas pouco fez para o impedir. Numa ocasião, a mãe de Chloe apanhou o marido no chuveiro com Chloe e, em vez de intervir, «fechou a porta e saiu». Nessa altura, Chloe tinha dez anos.

O abuso depressa evoluiu para violação. O padrasto de Chloe fornecia-lhe álcool e cigarros «para a manter calada», e ela começou a fumar cânabis. Por essa mesma altura, Chloe começou a faltar à escola e a passar tempo no centro da cidade com uma amiga, sem supervisão. Descreve grupos de homens muçulmanos, sobretudo paquistaneses, com idades entre os 20 e mais de 50 anos, a prestarem-lhes atenção, incluindo assobios e a comprarem-lhes álcool. Muitos eram motoristas de táxi que levavam as raparigas para os seus carros e as conduziam pela cidade. Nesta fase, não havia abuso sexual e, embora o comportamento dos homens fosse claramente inapropriado, Chloe e a amiga – então no último ano da escola primária – gostavam de ser tratadas

como adultas.

O aliciamento depressa se intensificou. O fornecimento de álcool e de comida pronta era acompanhado de manipulação emocional, com os homens – muitos dos quais aparentados entre si – a apresentarem-se como amigos solidários de Chloe. Chloe descreve este processo como eles a «mapearem, és uma pessoa vulnerável?». O contacto físico, incluindo beijos e massagens, tornou-se cada vez mais comum. Entretanto, o abuso por parte do padrasto em casa agravava-se, e a mãe estava praticamente ausente como tutora.

Nessa altura, Chloe tinha uma tia e um tio que viviam perto, e procurava muitas vezes refúgio com eles. Tinha passado férias com eles durante a infância e sentia que podia confiar neles. Numa ocasião, visitou-os enquanto faltava à escola, antes de regressar a casa e passar lá o dia enquanto a mãe e o padrasto estavam no trabalho. Para surpresa de Chloe, o tio chegou a sua casa sem avisar uma hora depois, e ela convidou-o a entrar. Após uma breve conversa, o tio de Chloe agrediu-a sexualmente. Chloe resistiu, e ele desistiu e foi-se embora.

Contou à mãe a agressão, e a mãe denunciou-a à polícia. A polícia acusou Chloe de mentir, e nada mais foi feito. Até este incidente, ela considerava o tio «uma das melhores pessoas da sua vida» – depois disso, não restavam adultos em quem Chloe pudesse confiar ou a quem pudesse pedir apoio. Cada vez mais isolada, envolveu-se mais profundamente com os grupos de homens muçulmanos que encontrava no centro da cidade.

Uma noite, a amiga de Chloe sugeriu que fossem a uma cidade próxima onde um dos homens tinha um quarto de hotel. Foram apanhadas pelo homem – que estava bêbado e sob o efeito de drogas – e levadas para o hotel. Quando chegaram, o pessoal do hotel viu-as mas não interveio. No quarto, deram às raparigas uma estirpe potente de canábis, que deixou Chloe – então com onze anos – «completamente pedrada». A amiga de Chloe foi levada para outro quarto por um grupo de homens, e Chloe foi apalpada pelo homem que ficou. Chloe resistiu, e ele bateu-lhe. O homem não tentou voltar a agredi-la sexualmente e, em vez disso, expulsou as raparigas – ambas ainda intoxicadas – do hotel e recusou-se a levá-las de carro.

de volta à sua cidade. Foram obrigadas a ir a pé. Era cerca da meia-noite. Chloe não queria voltar para casa porque temia que a mãe lhe batesse por chegar tarde, por isso ficou com a amiga.

De madrugada, Chloe foi recolhida em casa da amiga pela polícia, depois de a mãe a ter dado como desaparecida. Chloe mentiu à polícia e à mãe sobre onde estivera. A mãe de Chloe «castigou-a» durante um mês, o que significava ficar fechada em casa com o padrasto predador – um período que descreve como «tortura».

Passado o mês, Chloe combinou encontrar-se com a amiga, que se gabava de ter um novo namorado. Chloe saiu de casa para a encontrar, e as raparigas foram apanhadas pelo «namorado» – que era, na verdade, um indiano de 25 anos.

Inicialmente, Chloe achou o homem simpático – «mais fino» do que os outros homens que conhecera no centro da cidade. Levou Chloe e a amiga a uma loja, onde comprou uma garrafa de vodka, antes de apanhar um dos seus amigos e levar as raparigas para um local isolado. Durante o percurso, os homens começaram a pressionar as raparigas para terem sexo. Chloe recusou, dizendo que estava menstruada, mas os homens responderam que isso não importava. A noite caía quando chegaram, e o «namorado» tirou a amiga de Chloe do carro, deixando Chloe sozinha com o outro homem. Este violou-a no banco de trás.

Este incidente ocorreu em 2003. Em 2022, Chloe levou os dois homens a tribunal, mas nenhum foi considerado culpado.

A partir deste momento, a vida de Chloe descontrolou-se. Aos doze anos, começou a beber em excesso, a fumar grandes quantidades de canábis e a consumir drogas mais pesadas, incluindo ecstasy – «qualquer coisa para apagar aquilo da cabeça». Bebia antes da escola «só para aguentar o dia» e a sua assiduidade caiu significativamente. Ela e a amiga passavam as horas de aulas no centro da cidade, «a andar de um lado para o outro até que alguém as apanhasse num carro, alguém lhes comprasse álcool ou alguém lhes desse drogas». Houve alturas em que Chloe esteve desaparecida até três dias, durante os quais era passada entre táxis, drogada, abusada e violada. Em todos os casos, os agressores eram

muçulmanos, e sobretudo paquistaneses.

Numa ocasião, Chloe foi raptada por um agressor – que conduzia embriagado – e levada para um cemitério. Deu a Chloe – ainda com doze anos – whisky antes de se forçar sobre ela e a violar. Retirou-se antes de ejacular e enfiou a garrafa de whisky vazia na vagina de Chloe, onde se partiu. Chloe deu entrada nas urgências, mas não lhe foi feita qualquer pergunta sobre como sofrera tal lesão. Foi examinada, os vidros foram removidos e teve alta.

Chloe foi interrogada pela polícia devido às suas ausências em várias ocasiões. De cada vez, perguntavam-lhe onde tinha estado, com quem e o que tinha andado a fazer. Respondia que tinha tido relações sexuais com homens adultos em carros. Em vez de abrir uma investigação e perseguir os seus agressores, a polícia desvalorizou Chloe como prostituta. Perguntaram-lhe se consentia na atividade sexual e, apesar de Chloe lhes dizer que não sabia a definição da palavra «consentimento», registaram que ela tinha consentido.

A polícia encontrou Chloe, bem como outras crianças desaparecidas, em carros com os membros do gangue em múltiplas ocasiões, mas deixou os membros do gangue irem sem sequer os interrogar. Numa ocasião, Chloe estava no centro da cidade e foi identificada como criança desaparecida por um agente da polícia, que perguntou onde tinha estado. Chloe contou a este agente toda a extensão do abuso, e a resposta do agente foi que nada se podia fazer, e Chloe foi deixada ir.

Em resposta ao seu absentismo e ao agravamento do seu comportamento, a escola colocava Chloe regularmente em isolamento e obrigava-a a frequentar aulas adicionais depois das aulas todos os dias. Isto pouco fez para melhorar o seu estado emocional, e ela continuou a passar tempo com a amiga e o «namorado» desta.

Isto prolongou-se durante vários anos. O «namorado» fornecia às raparigas álcool e droga, além de as apresentar aos seus amigos, que eram exclusivamente homens do Sul da Ásia. Numa ocasião, levou as raparigas para o seu local de trabalho – uma fábrica de têxteis – onde violou Chloe. Após este incidente, Chloe

deixou de passar tempo com a amiga que, até então, a tinha acompanhado ao longo de toda a sua exploração.

A esta altura, Chloe estava tão habituada ao seu «estilo de vida» de passar tempo com os gangues muçulmanos que continuou a fazê-lo sem a amiga. Numa ocasião, após mais um regresso tardio a casa, a mãe «castigou-a» durante dois meses. Temendo mais abusos do padrasto, Chloe foi a pé até um serviço social próximo enquanto a mãe estava no trabalho e denunciou-o. Chloe foi entrevistada pelos assistentes sociais sobre o abuso, após o que a mãe e o padrasto foram detidos e interrogados. Ambos negaram que o abuso estivesse a acontecer e foram libertados sem acusação.

Chloe fez novos apelos aos serviços sociais e acabou por ser retirada de casa e colocada numa família de acolhimento. Viveu com um casal que cuidava de várias outras crianças acolhidas e, embora os achasse «snobes» e críticos, encontrou com eles uma certa estabilidade – mas não durou muito. Continuava a viver na mesma cidade, por isso, quando ia ao centro – como fazia frequentemente, tanto sozinha como com os pais de acolhimento – os gangues muçulmanos reconheciam-na e visavam-na. Manteve-se na mesma escola e, como agora vivia mais longe, os pais de acolhimento pagavam táxis para a levar. Ela pedia aos taxistas que a deixassem perto da escola e, em vez de assistir às aulas, ia a pé até um dos bairros onde os gangues muçulmanos passavam o tempo. Os gangues levavam-na para os seus táxis, enchiam-na de drogas e álcool e abusavam sexualmente dela.

Por volta dos 13 anos, Chloe revelou aos serviços sociais que estava a ser sexualmente abusada por gangues de homens muçulmanos. Em resposta, os serviços sociais não intervieram, mas antes falaram com Chloe sobre contraceção e saúde sexual. Uma assistente social começou a levar Chloe regularmente a uma clínica de saúde sexual, onde lhe foram diagnosticadas clamídia na garganta e na vagina, gonorreia, verrugas genitais e doença inflamatória pélvica. Nem os assistentes sociais nem o pessoal da clínica questionaram ou comunicaram isto. A polícia estava ciente das atividades de Chloe mas, em vez de visar os responsáveis pelo seu abuso, falhava rotineiramente em interrogá-los – quanto mais em prosseguir qualquer ação – quando Chloe era encontrada em carros e casas com eles.

Chloe foi pouco depois transferida para outra família de acolhimento, com uma cuidadora muito mais protetora. Numa ocasião, um gangue veio à casa de acolhimento à procura de Chloe, e a cuidadora lutou contra eles na rua para a proteger.

Por volta da altura em que Chloe fez 14 anos, uma assistente social abordou-a sobre a sua contínua exploração sexual. Esta foi uma das primeiras vezes que tal aconteceu, e Chloe ficou aliviada por o seu abuso estar finalmente a ser tratado. Contudo, em vez de oferecer uma solução, a assistente social disse a Chloe que os produtores de *Emmerdale* procuravam uma jovem atriz para interpretar uma vítima de exploração sexual infantil, e perguntou se ela estaria interessada em fazer um casting para o papel, dada a sua experiência. Após esta troca, Chloe – transtornada, furiosa e incrédula – fugiu da casa de acolhimento e, depois de ser raptada por um gangue muçulmano, esteve desaparecida durante seis meses.

Ao longo deste período, foi traficada de uma ponta à outra da Grã-Bretanha. Era levada de «casa em casa» e violada e abusada por «homem após homem após homem após homem». Os homens que a abusavam pagavam dinheiro ao gangue, que a tratava como pouco mais do que uma mercadoria. Foi dada como desaparecida e a sua fotografia foi mostrada na televisão. Os seus agressores comentaram isto – «és aquela rapariga da televisão que está desaparecida» – mas o seu paradeiro nunca foi comunicado à polícia. Chloe descreve um ciclo de aliciamento, violação e consumo de droga e álcool – que se prolongou até que, por fim, foi localizada pela polícia.

Quando a polícia a encontrou, estava num carro com um homem muçulmano do Sul da Ásia. O homem foi libertado sem acusação, e ela foi devolvida a casa da mãe. A relação de Chloe com a mãe tinha-se deteriorado por completo a esta altura, por isso continuou a fugir e o seu estado psicológico agravou-se ainda mais. Após mais um período de aliciamento e exploração sexual por um gangue muçulmano, Chloe foi detida pela polícia e transportada para uma unidade de segurança num lar de menores.

Descreve o lar como sendo como uma prisão. Todos os aspetos da sua vida eram controlados e vigiados, e era rotineiramente sujeita a exames corporais, incluindo revistas a cavidades corporais. Chloe achou a experiência altamente

traumática. Permaneceu ali durante 9 meses, altura em que tinha quase 15 anos. Os serviços sociais determinaram que estava suficientemente bem para ser libertada, e foi colocada numa família de acolhimento não muito longe de onde vivera antes. Chloe descreve os novos cuidadores como uma presença positiva e encorajadora na sua vida e – apesar da proximidade dos locais do seu abuso e exploração – Chloe encontrou estabilidade e segurança a viver com eles. Inscreveu-se num curso a tempo inteiro de cabeleireiro e estética num colégio próximo e, durante os dois anos seguintes, Chloe descreve a sua vida como «fantástica».

À medida que Chloe se aproximava do seu 18.º aniversário, os serviços sociais notificaram-na de que o acolhimento iria em breve terminar. Identificaram uma casa para ela e, depois de se separar da cuidadora, mudou-se e arranhou um emprego no comércio para se sustentar. Apesar de ter pouca experiência em cuidar de si própria, a vida de Chloe manteve-se geralmente estável durante este período.

Por fim, Chloe restabeleceu contacto com a amiga com quem fora abusada em criança. Convidou-a a ir a sua casa e, quando ela chegou, vinha acompanhada por um grupo de homens muçulmanos – todos os quais se lembravam de Chloe de abusos passados.

De imediato, a vida de Chloe mergulhou de novo no caos. Os homens recusaram-se a sair e – nas palavras de Chloe – «já não era a minha casinha sossegada. Era a casa deles». Partiram janelas, arrombaram portas, deixaram a casa num «caos absoluto» e abusaram sexualmente de Chloe. Um dos homens – um antigo agressor – imobilizou-a, baixou as calças e «sentou-se-lhe na cara», violando-a oralmente no seu próprio sofá enquanto o resto do gangue assistia.

Chloe voltou às drogas e ao álcool para aguentar. Embora ainda trabalhasse no comércio, a sua capacidade de trabalhar declinava rapidamente. Durante um turno, um dos seus colegas – alguém de quem era amiga – beliscou-lhe o rabo a brincar. Chloe, traumatizada pelos anos de abuso, deu-lhe um murro na cara no meio da loja. Foi levada perante a direção e tentou defender o seu caso, mas foi despedida. Sem qualquer rendimento, Chloe afundou-se ainda mais. O gangue muçulmano continuava a ocupar a sua casa e, sem ter para onde ir e sem capacidade de os remover, permaneceu ali com eles. Drogavam-na, abusavam-na

e violavam-na rotineiramente, incluindo com objetos como latas de refrigerantes, chaves e um taco de basebol.

Pouco depois, começaram a pagar-lhe as contas para consolidar a sua presença em casa dela. Em várias ocasiões, trouxeram crianças pequenas para casa de Chloe para abusarem delas. Chloe recorda várias ocasiões em que rapazes com menos de 18 anos da comunidade muçulmana foram pressionados e coagidos por amigos e familiares mais velhos a violá-la. Chloe foi forçada a cometer crimes, incluindo fraude a seguros e a guarda de droga. Numa ocasião, contactou a polícia para denunciar uma agressão que decorria em sua casa e, quando esta chegou, foi Chloe – e não os membros do gangue – quem foi ameaçada de detenção, uma vez que o imóvel estava registado em seu nome.

Uma noite, um associado do gangue de uma cidade vizinha chegou a casa. Um notório traficante de pessoas para fins sexuais, depressa começou a levar Chloe a bares e discotecas da zona envolvente. Aí, drogava-a com heroína antes de a entregar a homens que a agrediam sexualmente e violavam.

Chloe ficou dependente de opiáceos e a sua saúde deteriorou-se rapidamente. Tornou-se anorética, pesando apenas cinco stone (cerca de 32 kg) aos 18 anos. O uso de heroína era um método de controlo por parte do gangue, pois deixava-a sem qualquer capacidade de se defender fisicamente. A sua existência diária tornou-se um ciclo implacável de violação, exploração e violência.

Por fim, uma assistente social visitou Chloe e ficou chocada tanto com a sua aparência como com as condições em que vivia. Preocupada com o seu bem-estar, levou Chloe a uma clínica de dependências, onde os testes revelaram uma concentração extremamente elevada de opiáceos no seu organismo. Foram-lhe prescritos medicamentos para gerir a dependência de opióides e, gradualmente, desabituiu-se das drogas.

Por esta altura, Chloe reaproximou-se de um amigo de infância, e a amizade depressa evoluiu para uma relação amorosa. O namorado tomou conhecimento do abuso em curso e, com a ajuda do pai, pagou a renda em atraso de Chloe e tirou-a da sua casa miserável. Chloe foi viver com ele, após o que arranhou outro emprego no comércio. Durante um curto período, a vida de Chloe foi

relativamente estável – mas, devido ao trauma por resolver, depressa voltou a beber em excesso, a fumar cânabis e a apostar em jogos de azar.

O seu local de trabalho ficava perto da sua primeira casa de acolhimento e, em pouco tempo, voltou a entrar em contacto com membros do gangue que a tinha abusado nessa altura. O ciclo de aliciamento, exploração e abuso depressa recomeçou. A sua relação com o namorado desmoronou-se e, por desespero, restabeleceu contacto com a mãe – que tinha deixado o marido predador – e pouco depois voltou a viver com ela.

Uma noite, Chloe estava na rua com membros do gangue e a beber em excesso. Ao regressar a casa da mãe, esta denunciou-a à polícia. A polícia deteve Chloe enquanto ela vestia o pijama, e foi levada para a esquadra bêbada e seminua. Foi mantida numa cela até às duas da manhã do dia seguinte, altura em que foi libertada. Não lhe forneceram roupa nem transporte de volta a casa da mãe. Tentou contactar o ex-namorado, mas ele não respondeu. Chloe, então com 19 anos, ficou abandonada à sua sorte.

Vagueou pelo bairro durante várias horas até encontrar um membro do gangue que a tinha abusado anteriormente. Cheia de frio e desesperada, entrou no carro dele e, durante as semanas seguintes, foi traficada por todo o país.

Por fim, Chloe encontrou uma nova casa para onde se mudar. Apesar da relação disfuncional, a mãe aceitou assinar o contrato de arrendamento como fiadora de Chloe, pois Chloe – então sem rendimento – sabia que não conseguiria pagar a renda. Depois de se mudar, deu-se conta de que era a única pessoa branca britânica do seu bairro. Todos os outros residentes eram do Sul da Ásia. Em consequência, os gangues descobriram onde vivia e, uma vez mais, trataram a sua casa como se fosse deles. O ciclo de abuso continuou, e o estado emocional de Chloe deteriorou-se significativamente. Chloe foi levada ao hospital após uma tentativa de suicídio e, aí, descobriu que estava grávida.

O pai da criança – um migrante ilegal muçulmano paquistanês – foi viver para

casa de Chloe. Chloe foi posteriormente coagida a converter-se ao Islão e forçada a casar, tanto para legitimar a gravidez aos olhos do seu agressor como para o ajudar a obter um visto. O comportamento de Chloe passou a ser rigidamente controlado. Era obrigada a usar hijab, estava proibida de olhar pelas janelas de casa e, se se portasse mal aos olhos do «marido», ele «espancava-a até ficar negra e azul» – algo que acontecia «todos os dias».

A filha de Chloe nasceu com vários problemas de saúde, incluindo um rim defeituoso, devido ao estado deteriorado do útero de Chloe em resultado do abuso sexual. Ainda assim, tornar-se mãe deu a Chloe uma determinação renovada para endireitar a sua vida. Denunciou o pai da criança à polícia depois de este ter agredido a criança, e ele foi retirado do imóvel. Deixou de consumir droga. Estava «focada» e, pela primeira vez, os gangues deixaram-na em paz.

Uma noite, saiu com uma amiga que vivia do outro lado da rua. Chloe, agora mãe, não bebeu em excesso, mas a amiga ficou muito embriagada. Um grupo de homens asiáticos começou a falar com elas e ofereceu-se para levar Chloe e a amiga a casa. Chloe desconfiava deles, mas, por causa da amiga, aceitou. Contudo, em vez de as levarem a casa, foram levadas para um hotel. Chloe, que não estava bêbada, protestou e incentivou a amiga – que estava «de rastos» – a sair com ela. Chloe avisou a amiga sobre o que suspeitava que ia acontecer, mas a amiga recusou-se a sair. Chloe, pensando na filha e procurando proteger-se, saiu a contragosto sem ela. No dia seguinte, a amiga de Chloe contou-lhe que tinha sido violada pelos homens.

Este incidente representou um ponto de viragem na vida de Chloe. Decidiu que precisava de deixar a sua cidade de vez e «afastar-se o máximo possível destes homens asiáticos». Por acaso, reencontrou no Facebook um homem que conhecera na primeira infância – um antigo colega da mãe que descreve como «um dos únicos homens adultos da minha vida que nunca me fez mal nem me tratou mal». Contou-lhe tudo por que tinha passado e o seu desejo de partir. Ele vivia na Escócia e ela foi convidada a visitá-lo durante o fim de semana, o que fez.

Depois de regressar a casa, procurou apoio na Women's Aid, que conseguiu garantir-lhe uma habitação na Escócia. Sem nada a não ser a filha e um pequeno saco, deixou a sua cidade, abandonando para trás uma vida inteira de abuso e exploração, e mudou-se para a Escócia, onde reside até hoje.

Chloe conhece pessoalmente pelo menos outras vinte raparigas da sua zona que foram alvo da predação dos gangues muçulmanos que a abusaram. O padrão era sempre o mesmo: aliciamento, drogagem, tráfico, abuso e violação. Além disso, Chloe descreve ter sido levada a mesquitas onde os imãs descreviam os não muçulmanos como «infiéis» e pregavam que as mulheres brancas que se vestiam «de forma inapropriada» eram «caça livre».

Chloe acredita que a polícia local, os serviços sociais, o NHS e o governo estavam todos plenamente cientes do que se passava, incluindo a natureza racializada dos crimes, mas que não intervieram por duas razões: porque «não se queriam dar ao trabalho da papelada» e porque «não queriam ser vistos como racistas». Chloe responsabiliza estes organismos, e o seu «grande impulso pela diversidade», pelo seu abuso.

Chloe diz que «se eu conseguir salvar nem que seja mais uma criança, rapariga ou rapaz, de passar por algo disto, então cumpri a minha missão».

Investigador:
“Sabe quantos homens
abusaram de si durante
aquele período, se
tivesse que estimar?”

Chloe:
“Centenas. Centenas, e
centenas e centenas.”

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

Fiona

Fiona cresceu num lar altamente abusivo, marcado por violência doméstica, abuso emocional grave e repetidas tentativas de suicídio da mãe, a que Fiona assistiu. Apesar de uma capacidade académica excecional, desenvolveu desde tenra idade graves dificuldades de saúde mental, comportamentos de automutilação e ideação suicida.

Após o agravamento dos abusos e revelações que de nada serviram, Fiona entrou no sistema de acolhimento aos 13 anos. Foi colocada num lar de menores que já tinha sido identificado como de alto risco de exploração sexual num documentário televisivo antes da sua chegada. A supervisão inadequada fez com que desaparecesse repetidamente. Aos 13 anos, foi aliciada por homens paquistaneses adultos, que estima terem idades entre os 24 e os 45 anos. O aliciamento começou com afeto e álcool, progredindo rapidamente para violação, dependência de droga, ameaças e tráfico.

A negligência do pessoal de acolhimento foi extrema. Os agressores ficavam sentados em carros lá fora à espera das raparigas, conversavam abertamente com o pessoal e até telefonavam para o lar a perguntar por elas. Uma funcionária do lar disse à mãe de Fiona que a sua chefe tinha descrito o registo das matrículas dos carros dos homens como algo «acima da sua categoria», avisando que perderia o emprego se o fizesse. Fiona acredita que o pessoal estava ciente do que se passava, mas se sentia impotente para o impedir, em vez de ser ativamente cúmplice. Ainda assim, o lar de menores recebia 5000 libras por semana para cuidar dela e falhou redondamente. Fiona suspeita que a direção evitou uma investigação adequada por receio de ser rotulada de racista.

Apenas a polícia tomou alguma medida formal, emitindo «harbouring notices» (avisos de acolhimento) aos homens – avisos oficiais a declarar que não tinham autorização para conviver, contactar ou alojar uma criança vulnerável. Contudo, nada mais se seguiu. Quando a mãe de Fiona ligou à polícia para dar a filha como desaparecida e mencionou um historial de abuso por homens asiáticos, o operador disse-lhe: «Não pode descrevê-los como homens asiáticos, porque isso é racista. Devia era ficar contente por a sua filha estar a aprender uma cultura diferente.» Numa ocasião, um agente da polícia devolveu Fiona à casa onde decorria o abuso e disse aos homens para «se divertirem com ela». Noutra ocasião, a polícia instruiu os agressores de que, se conseguissem convencer Fiona a dar baixa voluntária do acolhimento, a polícia deixaria de os incomodar.

O gangue tentou então convencê-la a fazê-lo, com a intenção de a traficar para a Caxemira. Só foi impedida de sair do país porque não tinha passaporte.

Entre 2008 e 2012, Fiona foi repetidamente violada por vários homens ligados a redes organizadas de aliciamento. Era frequentemente mantida numa casa conhecida como «party house» (casa de festas), onde estavam presentes entre 10 e 20 homens de cada vez. Numa ocasião, foi incentivada a trazer as amigas porque o dono tinha familiares de visita de Birmingham para celebrar o Eid e «esperava que houvesse raparigas». Dentro da casa, as raparigas eram rotineiramente tratadas por «cabras brancas» (white slags), ao passo que os homens queriam manter as raparigas paquistanesas «puras» para o casamento.

Os gangues terão discutido o receio de que a English Defence League (EDL) chegasse armada, pelo que guardavam tacos de baseball para se protegerem. Alegadamente, falaram também em comparecer em manifestações da EDL com armas.

Fiona não foi apenas traficada e violada em várias cidades do Reino Unido, mas também foi forçada a traficar droga. A droga, a intimidação e a violência eram usadas para a controlar. Foi obrigada a limpar as facas da cena de dois esfaqueamentos mortais. Esteve presente durante um tiroteio. Os seus agressores gabaram-se-lhe de terem escondido cadáveres num determinado local. Poucos dias depois, Fiona recorda as notícias a relatar a recuperação de um corpo no mesmo local que os agressores lhe tinham revelado. Em consequência, as ameaças de violência tinham um peso enorme.

Aos 14 anos, Fiona foi abusada por um homem conhecido por «Rambo». Tinha entrado ilegalmente na Grã-Bretanha na traseira de um camião. Anteriormente castrado no Paquistão como castigo por abuso de crianças, tinha depois fugido para as Filipinas, onde alegadamente atacou várias mulheres e crianças com uma faca grande – a origem da sua alcunha. Rambo foi fechado num quarto com duas raparigas e submeteu-as a tortura sexual extrema. Este caso ilustrou que, em alguns casos, o abuso sexual de crianças era movido mais pela humilhação e pelo controlo do que pela gratificação sexual.

Aos 15 anos, Fiona engravidou enquanto estava num lar de acolhimento misto. O seu filho foi mais tarde

retirado e adotado devido aos riscos contínuos de exploração, mas a própria Fiona foi deixada no mesmo ambiente perigoso. O abuso prolongou-se pela idade adulta. Só parou quando ela fez 18 anos, deixando-a com um trauma físico e psicológico profundo, incluindo PSPT (perturbação de stress pós-traumático), dependência de substâncias e danos de saúde a longo prazo.

Fiona afirma que o maior dano não veio apenas dos agressores, mas da incredulidade, da negligência e da punição institucionais que ativamente viabilizaram a exploração contínua. No total, estima ter sido abusada por entre 50 e 100 homens. Destes, apenas dois não eram paquistaneses.

Fiona:
"Eu sofria agressões
físicas regularmente.
Fui dopada, filmada a
ser violada, e as
imagens foram
divulgadas. Sofri
fraturas, lesões no
rosto e traumas graves.

Fui alvo de ofensas
racistas na comunidade
e culpabilizada pelas
famílias dos
agressores."

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

«Michelle»

«Michelle» foi fisicamente abusada na infância, tanto pela mãe como pelo padrasto. A mãe teve vários companheiros ao longo da infância de Michelle, muitos dos quais também a abusaram – alguns sexualmente. Ela acredita que esta experiência precoce criou uma associação entre abuso e amor, deixando-a particularmente vulnerável.

A partir dos 13 anos, foi aliciada por três irmãos paquistaneses adultos que lhe forneciam álcool, cigarros e droga. Foi violada enquanto estava intoxicada, incluindo uma ocasião em que foi levada para o andar de cima enquanto a irmã tentava intervir. Por causa da sua criação, pensava que isto era normal – que eles eram seus namorados e que a amavam. Desaparecia durante longos períodos e era sujeita a abuso sexual diário e repetido. Os agressores iam buscá-la à escola, a casa e a locais públicos, usando ameaças de violência para a coagir e controlar.

Aos 14 anos, foi violada em grupo e espancada por três homens que a tinham fechado numa casa. Ficou coberta de cortes e hematomas, o que alertou uma amiga. A amiga contou à própria mãe, que depois contactou a mãe de Michelle. A polícia foi chamada, mas alegou que pouco podia fazer sem mais provas. Um dos membros do gangue forçou mais tarde Michelle a ir com ele à esquadra para retirar o seu depoimento. A polícia aceitou-o como o seu «adulto apropriado» – um papel normalmente reservado a um progenitor, familiar próximo, assistente social ou profissional qualificado. A investigação foi posteriormente arquivada.

Uma das amigas de Michelle, que vivia num lar de acolhimento, era apanhada mesmo à porta pelo mesmo gangue. O pessoal do lar chamava a polícia, mas os agentes terão tratado as raparigas por «prostitutas», apesar de serem crianças. Tanto os serviços sociais como a polícia, diz Michelle, não compreenderam a situação e acreditavam que as raparigas se envolviam na atividade por escolha própria. Em consequência, pouco se fez para intervir. Quando foi raptada e desapareceu, ninguém a foi procurar. Uma assistente social disse-lhe uma vez que, aos 14 anos, lhe seria permitido viver com o seu «namorado» de 30 anos desde que não partilhassem o quarto.

Michelle foi violada em casotas de contentores do lixo, ameaçada com uma faca e forçada a ter sexo com vários homens à espera em carros. Foi drogada, espancada, queimada com cigarros, fechada em quartos e passada entre homens. Um salão de jogos era usado como fachada para o tráfico de droga e a exploração sexual de crianças. Engravidou quatro vezes em criança em resultado de violação, do que resultaram abortos espontâneos, um aborto provocado e uma filha sobrevivente. Sobre os seus agressores, afirma: «98% deles eram muçulmanos paquistaneses. Quando não, eram muçulmanos iraquianos ou curdos.»

Michelle acredita que estes gangues permaneceram intocáveis porque as autoridades temiam ser rotuladas de racistas. Descreve uma extensa rede de agressores a operar por todo o país, classificando-a como de escala «industrial». Funciona como uma grande rede central com grupos menores interligados em localidades específicas. Michelle afirma ter sido violada por entre seiscentos e setecentos homens diferentes ao longo de três anos. Vive agora com PSPT grave e trauma para toda a vida, descrevendo tanto a sua infância como o seu futuro como destruídos.

Investigador:

“Qual diria que era o problema principal?”

Michelle:

"Acho que eles não se importavam muito conosco. Não queriam abrir essa caixa de Pandora, porque envolve religião. Eu diria que, provavelmente, 98% deles eram muçulmanos paquistaneses. Se não fossem, eram iraquianos ou curdos."

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

«Whitney»

«Whitney» cresceu num lar vulnerável. A mãe sofria de graves problemas de saúde mental, e o pai esteve ausente da sua vida.

Foi aliciada e sexualmente abusada pela primeira vez aos 15 anos por dois irmãos paquistaneses adultos. Um dos irmãos, recorda Whitney, agia como uma figura de namorado. Ambos os irmãos a levavam regularmente a um apartamento em Birmingham, forneciam-lhe álcool e, nas suas palavras, ela «tinha sexo com eles».

As suas interações com Whitney depressa se tornaram violentas. Começaram a espancá-la e, numa ocasião, encostaram-lhe um ferro de engomar quente à cara. Whitney recorda que os irmãos deixaram de a contactar depois de terem chegado a sua casa para a ir buscar e encontrarem todos os seus tios sentados no muro lá fora. Após esse incidente, nunca mais voltaram. Não consegue lembrar-se ao certo de como ou porquê os tios estavam ali, mas acredita que a mãe lhes tinha pedido para intervir.

Muitos anos depois, a filha de Whitney começou a automutilar-se aos onze anos e chegou a tentar o suicídio. O seu telemóvel continha mensagens sexualmente explícitas. A filha de Whitney contou-lhe que havia uma «sala do sexo» na escola, gerida pelos rapazes mais velhos. Profundamente preocupada com a filha, Whitney contactou os serviços sociais. Estes ofereceram pouco apoio para além de conversar sobre os problemas. Numa ocasião, os serviços sociais enviaram-lhe por engano os processos de outras seis crianças em vez do da sua filha, o que a deixou profundamente desconfiada da sua capacidade de ajudar.

A filha de Whitney foi coagida a enviar uma imagem sexual, que foi depois divulgada por várias escolas, pela comunidade local e, por fim, pela internet. Isto levou a que recebesse atenção indesejada de homens adultos de várias etnias e de vários países. A partir desse momento, a filha de Whitney começou a desaparecer regularmente. Estes desaparecimentos estavam diretamente ligados a exigências sexuais e à exploração por rapazes mais velhos e homens adultos.

Foi ameaçada de violência caso contactasse a polícia e, por vezes, regressava a casa com peças de roupa em falta. Whitney comunicou repetidamente as suas preocupações à polícia e aos serviços sociais, afirmando claramente que acreditava que a sua

filha estava a ser sexualmente explorada. As respostas da polícia eram muitas vezes tardias, não eram recolhidos depoimentos e as investigações eram encerradas sem qualquer ação subsequente. Os serviços sociais recusaram-se a realojar a família, baixaram o nível de risco e acabaram por encerrar o caso, apesar da exploração contínua.

A própria Whitney foi culpabilizada, e o seu passado foi usado para minar a sua credibilidade como mãe. A sua família recebeu repetidas ameaças, incluindo avisos de que a casa seria incendiada, de que cortariam caras e de que usariam catanas. Mais tarde, Whitney descobriu que a filha tinha sido inscrita no National Referral Mechanism (NRM) como vítima de tráfico – sem que ela fosse informada. O NRM é o mecanismo oficial do Reino Unido para identificar, encaminhar e apoiar vítimas de tráfico de seres humanos e de escravatura moderna, e serve como reconhecimento, por um profissional designado, de que um indivíduo é uma potencial vítima de tráfico de seres humanos ou de escravatura moderna.

Whitney:

"[Minha filha] contou-me, depois de um tempo, que havia uma sala de sexo na escola. Avisei a escola sobre isso, mas eles simplesmente encerraram o assunto e disseram que ela estava mentindo."

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

«Sally»

«Sally» é mãe de uma filha que foi considerada culpada de nove crimes de obstrução à justiça por mentir sobre ter sido aliciada por um gangue de aliciamento asiático e condenada a oito anos de prisão. Apesar disso, Sally acredita haver provas que sugerem que a filha foi uma vítima genuína dos gangues.

Sally descreveu uma vida familiar anteriormente estável e trabalhadora, até que a instabilidade habitacional e o stress familiar coincidiram com alterações no comportamento da filha. A casa que a família estava a comprar acabou por não se concretizar, mas já tinham saído da casa de família e todos os seus bens estavam em armazém. Um amigo da família conseguiu arrendar-lhes, a curto prazo, um imóvel parcialmente renovado, mas que não era ideal para uma família com quatro filhos. Era suposto ser apenas temporário, mas a família acabou por lá ficar durante dez meses.

A filha começou a inventar histórias, como afirmar que a mãe e o padrasto iam viajar e a deixavam a tomar conta do irmão de cinco anos na escola. Isto resultou no envolvimento da escola na vida familiar. As pressões a que o agregado estava sujeito levaram a discussões que envolveram tanto a polícia como os serviços sociais. Depois de sair da escola aos 16 anos, a filha de Sally começou a trabalhar num pub local.

Numa ocasião, foi convidada para uma festa. Sally recebeu uma chamada nessa noite de uma das amigas da filha a dizer que esta estava deitada no passeio à porta do imóvel. Se Sally não a fosse buscar, iam levá-la para a paragem do autocarro e deixá-la lá, pois estava a fazer demasiado barulho. Quando a mãe a encontrou deitada no chão, ela emitia um som de lamento horrendo e repetia que não lhe tocassem. A mãe percebeu que algo estava gravemente errado e levou-a ao hospital.

A filha de Sally disse à enfermeira que realizava o exame que tinha sido sexualmente agredida. As notas do hospital registaram que os seus genitais estavam inchados e vermelhos. O hospital comunicou o incidente à polícia. A filha de Sally recebeu depois ameaças via Snapchat, ficou assustada com o desfecho do caso e desistiu do processo. Por essa mesma altura, os serviços sociais encerraram o

caso da família. Sally acredita que a filha não queria atrair mais problemas para o agregado.

Mais tarde, ficou claro em tribunal que tinham estado todos a fumar canábis. Sally acredita que a filha tinha participado e que algo lhe tinha acontecido, mas foi considerada culpada de mentir sobre ter sido violada.

A filha de Sally começou então a trabalhar como ajudante de cozinha num lar e como recolhadora de copos numa discoteca, além do seu emprego no pub. Depois de fazer 18 anos, passou a poder trabalhar ao balcão da discoteca, onde o seu comportamento começou a mudar. Regressava a casa com cortes e hematomas. Numa ocasião, voltou com um olho negro e disse que tinha havido uma briga na discoteca e que tinha sido atingida acidentalmente. Parecia mais cansada e perturbada do que o habitual.

Sally começou a reparar que o telemóvel da filha tocava regularmente, com nomes de homens «asiáticos» a aparecer no ecrã. Quando questionada sobre eles, a filha tentava esconder as chamadas. O gerente do bar deixou de pôr a filha a trabalhar na sala principal porque era pequena e tinham dificuldade em segui-la. Garantiram também que estivesse sempre acompanhada de um funcionário mais velho, pois os homens «asiáticos» assediavam-na se trabalhasse sozinha. Um homem «asiático» ofereceu-lhe um fio de ouro.

A filha de Sally começou a dizer que queria sair de casa. Deslocava-se regularmente de comboio a uma cidade próxima. Sally ia buscá-la e deixá-la à estação, e ela nunca parecia ter bebido ou consumido drogas. Um dia, Sally chegou a casa e descobriu que a filha tinha saído com os seus bens e ignorava as suas chamadas. Tinha dito aos colegas de trabalho que se tinha mudado porque o padrasto lhe fazia mal, mas isto não era verdade.

Após alguns dias de investigação, Sally conseguiu descobrir para onde a filha se tinha mudado. Quando chegou ao apartamento, encontrou a filha com dois agentes da polícia, a quem estava a apresentar uma denúncia de violação. Quando a filha entregou o telemóvel como prova, a polícia encontrou centenas de mensagens de homens «asiáticos». Acreditaram que estava a ser aliciada. Mais tarde, foi considerada culpada de mentir sobre a violação que tinha denunciado.

Ao longo do ano seguinte, Sally deu a filha como desaparecida trinta e nove vezes. Aparecia muitas vezes em várias cidades da região, maltratada, com hematomas, intoxicada ou drogada. Estava normalmente sem roupa interior e passava cada vez mais tempo no hospital. Uma força policial fez um encaminhamento para o NRM, acreditando que era vítima de tráfico. Outra força policial deteve-a repetidamente e apreendeu-lhe o telemóvel, o que significava que a agência de encaminhamento não a conseguia contactar, pois o seu número estava sempre a mudar.

Um dos incidentes envolveu a filha de Sally fechada num quarto por cima de um restaurante indiano, com o homem a recusar-se a deixá-la sair. A polícia ignorou-o, por acreditar que ela mentia. Outro incidente envolveu um homem «asiático» a segui-la, a tentar agarrá-la e levá-la. Felizmente, estava com a irmã e amigos, que rapidamente a meteram num táxi e a mandaram para casa. Esse mesmo homem foi mais tarde detido por arrombar a casa de uma mulher e a agredir sexualmente enquanto dormia – ainda assim, a polícia continuou a insistir que a filha de Sally tinha mentido sobre o incidente anterior. A polícia acreditava que ela tinha uma perturbação de saúde mental e que se automutilava deliberadamente e se colocava em situações perigosas. Queriam interná-la compulsivamente, mas um médico discordou, observando que ela ainda tinha capacidade.

Outro incidente envolveu um homem «asiático» diferente que se recusou a sair do apartamento da filha de Sally. A polícia mandou-o sair, mas não fez perguntas. Deixou para trás um gorro passa-montanhas e, ainda assim, a polícia não mostrou qualquer interesse, apesar de ele o transportar ao visitar uma jovem mulher. Depois de a porta do seu apartamento ter sido arrombada em mais um incidente enquanto estava desaparecida, regressou a casa da mãe.

A filha de Sally explicou mais tarde que se tinha mudado para manter a família em segurança. Alegou que lhe tinham dito que, se não fizesse o que os agressores mandavam, fariam mal ao irmão, violariam a irmã e atirariam uma bomba incendiária à casa. Tinha mentido aos colegas sobre o padrasto para evitar trazer represálias à família. Voltou a desaparecer. A polícia afirmou acreditar que ela estava a inventar tudo e a magoar-se a si própria, por isso acusou-a de obstrução à justiça. Parte das suas condições de caução exigia que não saísse de casa de

Sally. Na semana seguinte, a filha tentou suicidar-se por overdose. Desapareceu uma última vez e foi encontrada num campo com ferimentos na cabeça e na orelha, um dedo decepado e numerosos cortes e hematomas.

Na sequência disto, escreveu uma publicação no Facebook a alegar que tinha sido vítima de gangues de aliciamento. A publicação tornou-se viral. Em meia hora, a polícia deteve-a e foi enviada para a prisão.

Após a condenação da filha, a família sofreu assédio e intimidação continuados, sobretudo por parte de um homem muçulmano. Sally relata repetidas falhas da polícia em protegê-los. Acredita que a filha era uma jovem mulher vulnerável que por vezes mentia, mas que, ainda assim, foi aliciada.

Marlon

Marlon é pai de uma filha que foi vítima repetida de aliciamento e foi também repetidamente desamparada pelas autoridades.

Marlon deu a sua filha de 14 anos, Scarlett, como desaparecida várias vezes porque estava a ser aliciada e explorada. A polícia informou os serviços sociais de que o que Marlon estava a fazer era adequado, pois agia para proteger a filha. Contudo, os serviços sociais não aceitaram a avaliação da polícia e, em vez disso, arrastaram a investigação durante três meses. Durante esse tempo, a filha revelou preocupações à escola, o que levou os serviços sociais a deslocarem-se a casa de Marlon. Estando a filha presente, disseram-lhe que, se ele tentasse impedi-la de sair de casa, ela deveria telefonar aos serviços sociais ou à polícia.

O facto de os serviços sociais minarem a sua autoridade parental fez com que os episódios de desaparecimento dela aumentassem drasticamente. Os serviços sociais deram-lhe, na prática, autorização para desaparecer, e o caso foi depois encerrado sem qualquer intervenção significativa. Marlon apresentou uma queixa formal aos serviços sociais, declarando que tinha dificuldade em lidar com os episódios de desaparecimento da filha. A assistente social que lhe foi atribuída na sequência disto afirmou-lhe abertamente que só estavam a aceitar o caso por causa da sua queixa. Isto fê-lo sentir-se como o problema, em vez de um pai preocupado em proteger a filha do abuso.

Numa ocasião, Marlon colocou-se à frente da porta para impedir a filha de sair tarde da noite, o que resultou em ela o pontapear repetidamente e partir-lhe três dedos. Comunicou isto aos serviços sociais, que se limitaram a dizer que ele deveria afastar-se quando ela se tornasse violenta. Mesmo depois de lhes mostrar os hematomas nas costas que sofreu ao afastar-se, não alteraram o conselho que deram. Marlon continua convencido de que, se a sua filha fosse rapaz e ele fosse mulher, a resposta teria sido diferente.

Marlon passava muitas vezes as noites a conduzir à procura da filha até às três ou quatro da manhã, tendo trabalho no dia seguinte, algo que a sua entidade patronal não apoiava. Comunicava-a frequentemente como desaparecida à polícia, que por vezes aparecia em sua casa muitas horas depois. Numa ocasião, viu

imagens da polícia a dizer para nem se darem ao trabalho de o acordar. Isto fê-lo sentir-se mais como um problema do que como a emergência de proteção que de facto era.

Scarlett foi ilegalmente excluída da escola devido a comportamento relacionado com o aliciamento e foi colocada numa nova escola onde o gangue de aliciamento operava. Acabou por ser convocada uma reunião multidisciplinar de gestão de risco com os serviços de infância e a equipa «Missing from Home» (Desaparecidos de Casa) da polícia. Enquanto a reunião decorria, um dos agentes da polícia presentes disse a Marlon para deixar de dar a filha como desaparecida. Marlon contestou-o, o que resultou em o agente lhe gritar à frente de todos os presentes. O agente foi entretanto despedido. A assistente social e a chefia presentes não intervieram, mas reconheceram em privado que ele tinha razão em continuar a dar a filha como desaparecida. Recusaram-se a apresentar uma queixa formal contra o agente.

Pouco depois disto, a filha desapareceu durante vários dias e acabou por ser encontrada em casa da mãe de Marlon, desalinhada, perturbada e a afirmar que tinha sido violada. O pessoal de acolhimento devolveu-a ao local da violação, destruindo assim oportunidades forenses, e só comunicou o caso à polícia dias depois. Marlon teve de fazer o seu próprio encaminhamento para o centro de crise de violação, altura em que as provas forenses já se tinham perdido.

O agressor foi detido, mas libertado sob caução com a condição de não contactar a filha de Marlon. Imediatamente ao sair da esquadra, telefonou-lhe e ameaçou matá-la. Era um adulto e traficante de droga, e os seus associados começaram em breve a frequentar a casa de Marlon. A filha estava aterrorizada com eles. Uma mulher mais velha começou a aliciar e a manipular a filha de Marlon sob o pretexto de amizade.

Após mais um episódio de desaparecimento, Marlon conseguiu localizar a filha num imóvel específico. Apesar de repetidas chamadas e de relatos de homens a entrar no imóvel, tanto a polícia como os serviços sociais não a retiraram nem emitiram um aviso de alerta de rapto (abduction warning notice). A filha viria a revelar-se vítima de exploração criminosa, incluindo o tráfico de droga, a prostituição e ser forçada a desenterrar uma arma de fogo. Estes atos eram dirigidos, entre outros, pela mulher mais velha. A esta altura, o impacto em Marlon foi catastrófico. Estava fisicamente

exausto, ansioso, deprimido e vivia em medo constante. Foi atacado por indivíduos mascarados na sua própria casa, com a resposta da polícia a ser tardia e desdenhosa. A filha de Marlon acabou por ser colocada em acolhimento de segurança, onde foi sujeita a mais abusos, incluindo abuso sexual por parte de pessoal e de outras crianças, negligência e falhas de proteção. Marlon apresentou várias queixas. Numa audiência em tribunal, os serviços sociais tentaram colocar a filha num plano de proteção de menores por abuso emocional e negligência por parte do próprio Marlon. Contudo, o juiz interveio e ordenou que isto fosse alterado para ficar registado como estando para além do controlo parental.

A filha de Marlon continuou a ser transferida entre colocações inadequadas. Foi repetidamente aliciada, traficada, forçada ao tráfico de droga e violada por homens adultos. Engravidou em resultado de violação. A forma como os profissionais conduziram a interrupção da gravidez foi traumática e negligente. A polícia viria mais tarde a acusar Scarlett de intenção de tráfico de drogas de Classe A, apesar de ela ser vítima de tráfico e estar no National Referral Mechanism. Scarlett foi colocada numa unidade gerida inteiramente por pessoal masculino muçulmano, onde foi novamente aliciada. Foram-lhe dirigidos insultos racistas e comentários extremistas. Marlon levantou de novo preocupações, que foram ignoradas.

Apesar das suas repetidas tentativas de ajudar a filha, sofreu muitos episódios de violência por parte dela em resultado do trauma e do aliciamento. Sofreu muitas agressões, ficou com olhos negros e teve de dormir barricado no quarto. Pediu repetidamente apoio para vítimas de violência doméstica, mas foi-lhe recusado por ser um progenitor do sexo masculino. Foi obrigado a frequentar cursos de parentalidade e culpabilizado pelo abuso da filha.

Toda a experiência prejudicou Marlon financeira, emocional e psicologicamente. Afirma que lhe destruiu a vida. Já não é a pessoa que era. O caso de Marlon evidencia que os pais também podem ser vítimas tanto das redes de aliciamento como de uma falha institucional generalizada.

Se desejar conhecer a história de Marlon com mais pormenor, ele publicou recentemente um livro sobre as suas experiências intitulado *In Plain Sight* (2026).

Marlon:

"Scarlett desapareceu novamente por vários dias. Quando finalmente foi encontrada, estava desleixada e transtornada, e revelou ter sido violada. De forma chocante, a equipa do serviço 'Edge of Care' a levou de volta ao local onde havia sido violada e não comunicou o crime à polícia nem aos assistentes sociais de plantão até dias depois."

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

«Wallace»

A primeira infância de «Wallace», na Escócia, foi marcada pela pobreza, pela instabilidade e pela falta de proteção adulta consistente. A mãe sofria de problemas de saúde mental e de abuso de substâncias. Tinha dificuldade em compreender as situações em que colocava o filho e muitas vezes não intervinha, o que permitiu que o abuso de Wallace continuasse. A mãe de Wallace abusou dele psicológica e emocionalmente ao longo de toda a sua infância.

Desde tenra idade, homens adultos entravam e saíam da sua vida, e era incentivado a tratá-los por «pai» ou «tio». Isto fazia parecer normal que homens adultos andassem à sua volta enquanto criança. Foi mudado por muitos ambientes domésticos diferentes e aprendeu a aceitar as situações sem questionar. As suas experiências precoces levaram-no a acreditar que os adultos podiam entrar no seu espaço pessoal sem consentimento, que o medo devia ser tolerado e que ele não tinha qualquer controlo.

A memória mais antiga de abuso de Wallace ocorreu quando tinha quatro ou cinco anos, quando um adulto entrou no seu quarto à noite e se deitou na sua cama. Não conseguiu identificar quem era, mas soube instintivamente que estava errado. Os seus principais agressores eram o companheiro da mãe e o irmão deste, que ambos exerciam autoridade sobre Wallace e eram tratados como adultos de confiança. Estavam ligados a um grupo de motards da zona. Nem todos os membros do grupo estavam envolvidos no abuso, mas um núcleo de homens estava.

Wallace recorda ter sido levado a uma determinada casa onde estavam presentes vários homens. Tinha uma atmosfera sombria, iluminada por velas, possivelmente com castiçais em forma de serpente colocados perto da lareira. O cenário parecia deliberado e encenado. Vários adultos estavam sentados à volta a observá-lo, o que instintivamente o fazia sentir-se inseguro. Foi conduzido a um quarto, imobilizado e violado por um adulto.

O irmão do companheiro da mãe falou-lhe como se o que acabara de acontecer fosse normal, apesar da dor considerável e do sofrimento emocional que ele sentia. Wallace perguntou se receberia um brinquedo pelo que tinha acontecido. Recebeu um, mas era barato e insignificante. Mesmo então, percebeu que não havia compensação real para o que lhe tinha acontecido. O mesmo padrão de abuso ocorreu em várias ocasiões.

Wallace recorda ter visto outros rapazes e raparigas presentes, normalmente imobilizados e drogados. Recorda também ter sido ele próprio drogado e ter perdido a consciência. Acordava muitas vezes sozinho ou com outras crianças abusadas, desorientado e perturbado. Isto causou-lhe danos psicológicos a longo prazo.

A certa altura, a polícia fez uma rusga ao imóvel. Levaram Wallace para fora e mostraram-lhe os adultos um a um, perguntando se os reconhecia. Tinha sido treinado para dizer que aqueles homens eram seus «tios», e foi isso que disse. Associava as figuras de autoridade ao medo e queria evitar dizer o que acreditava poder ser a coisa errada. Em consequência, a intervenção da polícia não o protegeu. Não se seguiu qualquer proteção e ele regressou ao ambiente abusivo.

Os sinais de abuso estavam presentes e apenas reforçaram a convicção de Wallace de que falar não conduziria à segurança. Já adulto, acabou por tentar denunciar o que lhe tinha acontecido, uma revelação que demorou anos. Esperava ser tratado como vítima de abuso sexual grave na infância, mas, em vez disso, a sua revelação foi tratada como uma questão de saúde mental. Foi-lhe pedido que apresentasse notas psiquiátricas e médicas antes de qualquer investigação adequada poder ter lugar. A falta de seriedade das autoridades resultou no registo incorreto das declarações de Wallace.

Devido a esta experiência, apresentou queixas à polícia, a organismos profissionais, incluindo o General Medical Council, e a outras organizações de supervisão. Cada processo foi lento, fragmentado e obstrutivo, e prolongou-se durante anos sem resolução. Durante este tempo, foi forçado a reviver repetidamente as suas experiências, sendo recebido com cepticismo. Em momento algum o seu bem-estar foi tido em conta, o que agravou ainda mais o seu trauma, ao sentir-se uma vez mais desvalorizado, descrito e desprotegido.

Em virtude do abuso de que foi vítima, Wallace sofreu danos psicológicos a longo prazo. Esses danos afetaram a sua educação, as suas relações, o seu sentido de autoestima e a sua capacidade de se sentir seguro. Deseja que os seus agressores e as autoridades que não agiram sejam responsabilizados, e que a sua história ajude a proteger outras crianças de danos

semelhantes.

Sebastian

Sebastian foi criado na Escócia num lar estável. A mãe de Sebastian mantinha um emprego qualificado, possuía casa e carro próprios, e a família ia regularmente de férias em conjunto. Apesar deste contexto relativamente seguro, que não era típico das vítimas de abuso, Sebastian foi violado e abusado a partir dos seis anos por familiares – sem o conhecimento da mãe de Sebastian. Estes familiares incutiram em Sebastian a convicção de que, para se estar seguro, era preciso dar-lhes o que queriam. Isto levou Sebastian a desenvolver uma visão transacional das relações interpessoais.

Aos onze anos, Sebastian foi apresentado por estes familiares abusivos ao dono de um café local. O dono dava a Sebastian comida grátis, boleias no seu carro e bilhetes de cinema gratuitos para criar confiança e um sentido de obrigação. A partir daí, começaram a prostituir Sebastian a várias pessoas. Entre estas contavam-se profissionais aparentemente respeitáveis, como agentes imobiliários, advogados, técnicos de apoio a crianças e até agentes da polícia. Mesmo no colégio interno, Sebastian foi violado, agredido e aliciado por funcionários e adultos ligados a eles, sendo as lesões de Sebastian frequentemente ignoradas pelos profissionais de saúde. Todos os agressores de Sebastian eram brancos britânicos.

Já adulto e durante os últimos anos do abuso, Sebastian tomou consciência do funcionamento mais amplo das redes de aliciamento, tanto numa zona rural tranquila como na cidade. Aos 40 anos, Sebastian conseguiu finalmente escapar a um ciclo de abuso que durara quase quatro décadas. Após anos de abuso, Sebastian, nascido biologicamente do sexo feminino, fez a transição para o sexo oposto e identifica-se agora como um homem trans. Sebastian fez a transição social aos 41 anos e a transição médica aos 48. Contudo, ao descrever o abuso vivido em criança, continua a ser importante para Sebastian reconhecer que estes acontecimentos ocorreram enquanto vivia como rapariga e era percecionado como tal.

Sebastian reconhece que esta transição foi, pelo menos em parte, uma consequência do abuso sofrido, e sente-se mais seguro de novos abusos quando se apresenta como homem. Sebastian reconhece o impacto profundo que o trauma pode ter na vida de uma pessoa e acredita que pessoas diferentes encontram formas diferentes de lidar com ele. Para alguns, isso pode significar escolher uma determinada carreira ou relação, ou fazer escolhas pouco saudáveis

recorrendo a substâncias ou álcool; para Sebastian, a transição e a paz encontrada em ser o «Seb» tornaram-se o caminho para a recuperação.

Sebastian descreve a cura do trauma como uma forma de transformação. Para Sebastian, essa transformação envolveu uma mudança de identidade pessoal e a descoberta de um sentido de segurança nunca conhecido enquanto vivia como mulher. Sebastian compreende que os outros possam não entender plenamente os caminhos que as pessoas tomam para lidar com o trauma, mas espera que, no mínimo, tentem compreender. Sebastian defende agora outros sobreviventes, com o objetivo de proteger as pessoas vulneráveis e ajudar a desenvolver medidas locais para prevenir o abuso de crianças.

«Anna»

Anna foi criada num lar estável de classe média, com ambos os progenitores presentes. Sofreu abuso pela primeira vez aos 13 anos por um agressor que tinha quase 18, que conheceu através de amigos. Iniciou as suas interações com o que é conhecido por «love-bombing» (bombardeamento de amor): elogiava-a, enviava-lhe mensagens regularmente, oferecia-se para lhe comprar presentes e álcool, pedia-lhe fotografias e falava em encontrarem-se. Combinaram encontrar-se numa paragem de autocarro local e ir até à cidade. À última da hora, mudou o plano e pediu a Anna que se encontrasse com ele no fim de um caminho num bosque próximo. À chegada, o seu comportamento era frio e agressivo. Exigiu que Anna lhe fizesse sexo oral e ameaçou contar a pessoas que ela conhecia que lhe tinha enviado fotografias explícitas e que já tinham tido sexo. Sentindo-se ameaçada e com medo, ela obedeceu.

Sem que Anna soubesse, ele tinha gravado o incidente às escondidas. Poucos dias depois, vários homens adicionaram-na no Snapchat e começaram a trocar dela e a provocá-la. O próprio agressor enviou o vídeo a Anna, riu-se e disse-lhe que o tinha partilhado com os seus «rapazes e irmãos», deixando-a humilhada, assustada e traumatizada. Anna denunciou a agressão à polícia mas, apesar de explicar a coação e as ameaças, o caso foi encerrado sem qualquer investigação à criação ou distribuição de material de abuso sexual de crianças.

Os rumores espalharam-se rapidamente entre os colegas de Anna, e ela foi gozada e insultada em público. Um ano depois, Anna cruzou-se com três irmãos muçulmanos através de uma amiga que já estava a ser aliciada e abusada por eles. Forneceram-lhe álcool e cigarros num parque público e esperaram até que estivesse muito intoxicada antes de começarem a agredi-la. Um dos irmãos puxou-a para trás de uma árvore e apalpou-lhe o peito apesar das suas repetidas recusas. Quando tentou fugir, empurrou-a violentamente contra a árvore, fazendo-a bater com a cabeça e sofrer uma concussão.

O aliciamento continuou através de ameaças à sua família, intimidação, abuso verbal e ciclos de afeto, presentes e coação. Anna não se sentia segura para denunciar o abuso à polícia. Noutra ocasião, foi-lhe de novo fornecido álcool. Um dos irmãos agarrou-lhe o corpo com violência, cravou-lhe as unhas

e puxou-lhe repetidamente a roupa interior enquanto se ria. Anna chorava em silêncio, sentindo-se impotente para travar a agressão. Depois, tentou cortar o contacto, mas um dos irmãos localizou-a e bateu à porta aos gritos enquanto ela se escondia lá dentro até ele se ir embora. Por medo, cedeu a novas exigências para se encontrar com os irmãos, o que resultou em mais agressões.

Decorreu um período de quase quatro anos antes de se realizar qualquer julgamento, em grande parte devido à pandemia de COVID-19. Os agressores usaram este tempo para espalhar rumores que retratavam o abuso como consensual e para se gabarem das agressões. Na sala de audiências, o abuso e a intimidação continuaram: faziam caretas, apontavam e riam-se dela e faziam comentários grosseiros sobre a sua aparência. Este comportamento não foi tratado pelo tribunal. Um dos irmãos foi condenado por agressão sexual e, ao ser levado sob custódia, gritou «Allahu Akbar».

Na leitura da sentença, a irmã do agressor dirigiu insultos a Anna, ameaçou-a e, mais tarde, violou o seu anonimato online. Responsabilizou o júri, afirmando que eram «todos brancos». Acabou por ser detida e acusada de comunicações maliciosas.

Anna afirma que existe uma falha mais ampla em enfrentar o papel da etnia, da religião e das dinâmicas culturais na exploração sexual organizada, devido ao medo de acusações de racismo.

Anna:

"Enquanto ele deixava
o banco dos réus para
ser levado sob
custódia, fui
literalmente agredida
verbalmente pela irmã
dele, que gritou 'Allahu
Akbar'."

**O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO**

«Taylor»

«Taylor» foi apresentada aos doze anos a homens mais velhos através das suas amigas, muitos dos quais eram homens muçulmanos adultos. Começaram por lhe dar boleias da escola para casa, por vezes em táxis pretos e por vezes nos seus próprios carros. Taylor via os homens a comprar presentes às amigas e, inicialmente, desejava também poder receber presentes.

Numa ocasião, em vez de a levarem à escola, conduziram-na a casa da irmã de um dos homens e ensinaram-na a cozinhar «comida asiática». As amigas passavam mais tempo com os homens mas, como os pais esperavam que ela viesse diretamente para casa depois da escola, tinha um contacto limitado com eles para além das boleias. Observa que as amigas já faziam coisas de adultos, como fumar, beber e ir a discotecas, ao passo que ela ainda tinha uma disposição mais infantil.

Esta dinâmica manteve-se durante três anos, até ela fazer 15 anos, altura em que o abuso começou. Começou a ir com as amigas a um restaurante gerido por homens muçulmanos para ajudar nas entregas. Isto agravou-se quando um dos homens que ali trabalhava – um bengali de 35 anos – a beijou, fazendo-a fugir. O mesmo homem viria a violá-la quando ela tinha 15 anos. Como as amigas também estavam a ser abusadas, Taylor acreditava que era normal e que o homem era seu namorado. Contudo, quando o apanhou com uma das suas amigas, percebeu que não era assim. Depois disto, o seu comportamento mudou drasticamente: começou a faltar à escola e a beber em excesso.

Durante um incidente familiar que levou a polícia a ser chamada, o pai de Taylor mencionou as suas suspeitas de que ela estava a ser abusada por homens asiáticos. A polícia respondeu que nada podia fazer porque ela tinha «consentido». A polícia foi chamada em várias ocasiões a propósito do abuso de Taylor e das amigas, mas recusou-se sistematicamente a agir. A única vez que a ajudaram foi quando um grupo de raparigas «asiáticas» chamou a polícia; os agentes levaram então Taylor e a amiga para casa. Taylor acredita que só intervieram nessa ocasião porque não queriam enfrentar acusações de racismo, dado que a chamada tinha partido de mulheres «asiáticas».

Aos 16 anos, já tinha sido apresentada a muitos mais homens e era constantemente assediada por eles ao telefone. Alguns homens pareciam inicialmente simpáticos e atenciosos, levando-a a acreditar que tinham uma relação, apenas para a atrair para situações em que era violada em grupo. Usavam uma combinação de falsa simpatia, abuso violento e álcool para a coagir e controlar. Carros paravam na rua e exigiam que ela entrasse. Era violada e depois levada para o agressor seguinte. Afirma que, em algumas noites, foi passada a até dez homens diferentes, e estima ter sido abusada por cerca de 100 homens no total.

Uma tática comum usada pelos gangues era enviar táxis para irem buscar raparigas embriagadas a altas horas da noite. O motorista fingia parar numa loja para comprar uma bebida e depois arrancava, deixando a rapariga para trás. Um grupo de homens «resgatava-a» então, apenas para a levar a uma casa previamente combinada para uma violação em grupo. Várias mulheres também desempenhavam um papel ao encaminhar raparigas para os seus agressores em troca de presentes e dinheiro. Estas mulheres prendiam as raparigas em imóveis ou usavam a violência para as coagir. Taylor presenciou tiroteios, teve facas encostadas à garganta e uma arma encostada à cabeça. Os gangues usavam a morte de uma das outras raparigas como meio de pressão, ameaçando que quem falasse seria o próximo.

Apercebendo-se de que tinha de escapar ao abuso, Taylor prestou à polícia um depoimento detalhado de vinte páginas. Forneceu os números de telefone de mais de cem homens «asiáticos» e mostrou-lhes mensagens em que os homens ameaçavam violar a sua mãe, espancar o seu pai e incendiar a casa de família. Não se seguiu qualquer investigação. Tanto os seus professores na escola como o seu médico de família sabiam que algo estava gravemente errado, mas não levaram as suas suspeitas mais longe.

Taylor:

"Antes de me violarem,
eles cantavam:
'Bismillah Hir Rahman
Nir Rahim'."

(Tradução: Em nome
de Alá, o Clemente, o
Misericordioso.)

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

«Marie»

«Marie» nasceu numa maternidade para mães solteiras e cresceu com a mãe e a avó. A mãe era cruel e abusiva. Fazia Marie chorar deliberadamente, tocava-lhe de forma inapropriada e comportava-se com violência. Marie ia para a escola com lábios rachados, olhos negros, hematomas e marcas pelo corpo. Nunca lhe perguntaram o que tinha acontecido. Não a deixavam sair, ter amigos, e era regularmente tratada por nomes degradantes.

Ao consultar o seu registo médico em adulta, havia preocupações documentadas desde cerca de um ano de idade. Havia notas de uma irritação «lá em baixo» registadas com pontos de interrogação. Havia mais entradas em que era descrita como uma possível assadura da fralda, novamente com pontos de interrogação. Sete anos depois, um médico anotou que era uma criança que devia ser «vigiada». A mãe recusava-se a discutir a situação com Marie na sala. O registo mostrava que ela tinha problemas intestinais e ginecológicos significativos. Apesar dos sinais de abuso, não foi tomada qualquer medida de proteção.

A partir dos sete anos, sensivelmente, o companheiro da mãe de Marie começou a aliciá-la e a abusar sexualmente dela. Trazia-lhe presentes e depois tocava-lhe de forma inapropriada. Marie dizia-lhe que o que ele estava a fazer era «mau» e que não gostava. Ele dizia-lhe que a mãe lhe tinha dito que era permitido. A mãe perguntava a «Marie» como se tinha dado com ele, exigia que lhe tivesse agradecido «como deve ser» e ameaçava ficar zangada se não. Era cúmplice e o abuso continuou durante muitos anos.

A mãe envergonhava-a deliberadamente. Quando Marie começou a menstruar, pensou que estava a morrer, mas a mãe disse-lhe que a menstruação era coisa de «raparigas sujas». Dava-lhe propositadamente pensos higiénicos que vertiam, para a poder envergonhar e castigar. Se tivesse uma borbulha na cara, punha-lhe uma grande mancha de Germolene na cara e dizia-lhe para não a tirar, senão as pessoas não saberiam que ela era «suja». Quando estava doente, a mãe mandava o companheiro esfregar-lhe Vapour Rub no peito. A mãe ensopava-lhe a roupa interior em lixívia e obrigava-a a usá-la, o que ainda hoje causa desconforto a Marie. Numa ocasião, a mãe e o companheiro enfiaram-lhe uma garrafa à força, o que foi doloroso. A mãe prendia-lhe molas da roupa no clítoris para ver quanto tempo

Marie aguentava. A mãe de Marie também a aliciou para outros e ela tinha de partilhar a cama com ela.

Marie foi levada a casa de outro homem pelo companheiro da mãe, onde foi violada. Ele começou a traficá-la para outros agressores que conhecia através do seu trabalho e que operavam como um grupo organizado ou gangue. Engravidou em resultado do abuso. Em duas ocasiões, a mãe levou-a a casa de uma mulher. Aí, a mulher usou uma agulha de tricô para realizar os abortos. O marido da mulher também a violou.

Foram-lhe abertas cápsulas de garrafas dentro da vagina e depois obrigaram-na a beber o que estava na garrafa, quando tinha idade da escola primária. Houve ocasiões em que se cruzou com membros da sua rede de aliciamento, que a atraíam para um local isolado e a violavam. O abuso que sofreu incluiu violência sexual extrema e degradação. Foi violada repetidamente ao longo dos anos, incluindo violação anal. Foi sujeita a penetração com objetos. Urinaram sobre ela. Mantiveram-lhe as pernas abertas à força. Foi mordida nas costas, cortada na perna e estrangulada. Tem lesões permanentes.

Marie tentou pôr termo à vida na escola, atirando-se para a frente de uma carrinha. No colégio, bebeu uma garrafa de vodka e tomou uma caixa de comprimidos numa tentativa de se matar. A conselheira do colégio levantou preocupações e contactou o seu médico de família, mas nada foi feito. Entre sair da escola e entrar no colégio, aos dezassete anos, foi aliciada por um sargento da polícia de 55 anos. Ele conhecia o seu historial e alegava que apanharia o seu agressor e faria justiça por ela. Em vez disso, uma noite ofereceu-se para a tirar de casa e violou-a. Viria a violá-la noutra ocasião.

Ao tornar-se adulta, recorreu a um refúgio da Women's Aid em busca de segurança. Transferiram-na para um local seguro. Numa ocasião, a mãe e o companheiro foram ao escritório da Women's Aid, mas estes recusaram-se a dar-lhes informações e introduziram medidas adicionais para proteger Marie. Enquanto estava na casa segura, sofreu um aborto espontâneo, fruto do companheiro da mãe. Depois disto, Marie, embriagada, telefonou à mãe e contou-lhe o que tinha acontecido. Mesmo depois de explicar quem a tinha engravidado, a mãe disse: «Teríamos adorado ter um bebé em casa.»

Recorreu à polícia nos últimos anos e disse-lhes que era sobrevivente de abuso sexual na infância, e disseram-lhe para se ir embora e «pôr a cabeça em ordem». Nenhum dos agressores foi levado à justiça.

«Jane»

«Jane» cresceu num lar fraturado. Raramente presente, a mãe era dependente de drogas e álcool, consumindo regularmente haxixe e cocaína durante a infância de Jane. Tentou pôr termo à vida em várias ocasiões e foi-se embora de vez quando Jane tinha sete anos.

O pai de Jane tinha problemas de saúde mental significativos, embora, até aos cinco anos, ela descreva uma relação geralmente positiva com ele. Contudo, depois de conhecer uma nova companheira na sequência da partida da mãe de Jane, tornou-se mais frio, mais distante e cada vez mais abusivo. Usava as mãos, um chinelo e uma cana para bater em Jane.

A mãe de Jane reentrou na sua vida com um novo namorado quando Jane tinha 13 anos. O namorado era abusivo para com a mãe de Jane e, numa ocasião, violou-a à frente de Jane.

Foi por esta altura que o traficante de droga da mãe de Jane começou a aliciá-la através do Facebook. Tinha tomado conhecimento de que Jane se automutilava e apresentou-se como um amigo solidário e atencioso. Jane, vulnerável na altura, trocou mensagens com ele durante vários meses.

Por fim, o traficante começou a perguntar a Jane se alguma vez tinha fumado cigarros, consumido drogas ou tido sexo. Durante umas férias escolares, pediu para se encontrar com ela. Ela aceitou, e ele foi a casa do pai de Jane enquanto este estava no trabalho, armado com um cacete. Levou-a ao quarto e mandou-a despir-se completamente. Disse «podes ter 13 anos, mas tens o corpo de uma mulher» e violou-a antes de sair de imediato.

A partir daí, o traficante telefonava regularmente a Jane e esperava por ela à porta da escola. Jane escondia-se na sala dos professores e dizia aos professores que não queria sair porque sabia que ele estaria à sua espera. O pessoal não intervinha e obrigava-a a sair da escola.

O traficante levava Jane regularmente a casa da namorada, onde lhe dava valium e canábis. Também lhe mostrava as drogas que consumia, incluindo

heroína, metadona e crack. O traficante abusou sexualmente de Jane «todos os dias, exceto aos fins de semana» durante vários meses.

Por esta altura, Jane foi erradamente diagnosticada com uma perturbação da personalidade. Não contou a ninguém sobre a sua relação com o traficante até que, uma noite, durante uma discussão com a mãe, que estava bêbada. A mãe disse «não sei porque é que tu és assim» e Jane respondeu «porque ando a ser fodida por um homem de 50 anos e ninguém reparou».

No dia seguinte, Jane chegou da escola e encontrou a polícia em sua casa. A polícia insistiu que Jane, ainda com apenas 13 anos, teria de testemunhar em tribunal sozinha contra o traficante. Intimidada, não quis enfrentá-lo, e ele não foi processado.

Após a revelação do aliciamento e da violação de Jane pelo traficante, o pai de Jane chamou-lhe «puta» e disse-lhe que «gostava que ela se despachasse de uma vez e se matasse». A escola acusou Jane de usar a automutilação para manipular o pai. Era regularmente colocada em detenção e ameaçada de expulsão por estar atrasada nos trabalhos escolares. Em consequência, Jane tornou-se cada vez mais desobediente e suicida.

Aos 14 anos, Jane começou a fugir da escola, a consumir drogas e a passar tempo com homens mais velhos do que ela. Numa ocasião, tomou uma «overdose» antes da escola numa tentativa de pôr termo à vida. Foi levada ao hospital depois de o pessoal lhe ter dito que o teria feito no bosque ou nalgum sítio reservado se quisesse mesmo morrer. O pai foi então ao hospital e disse-lhe para «se esforçar mais da próxima vez, pois estava a fazer perder tempo a toda a gente». Mais tarde nesse dia, tentou suicidar-se cortando a própria garganta, mas não conseguiu.

Jane foi brevemente acolhida no hospital. Teve alta ao fim de menos de um mês, e «toda a gente agiu como se nada tivesse acontecido». O pai recusou-se a aceitá-la de volta na casa de família, pelo que ficou sem-abrigo. Jane passou um curto período a viver com amigos, até que os serviços sociais foram informados da sua situação pela tia. Jane recusou-se a regressar a casa, revelando aos serviços sociais que estava a ser fisicamente abusada e mostrou-lhes

as marcas no corpo. Foi então brevemente colocada numa família de acolhimento, antes de ser transferida para um lar de menores até aos 16 anos. Jane foi depois colocada numa unidade de vida semi-independente para jovens vulneráveis.

Ao fim de alguns meses, uma colega do alojamento convidou Jane para o que descreveu como uma «festa». Esta colega era coerciva e intimidante, e Jane não se sentiu capaz de recusar. Foi levada a um prédio de apartamentos em Hounslow, esperando encontrar um grupo de pessoas da sua idade. Em vez disso, o apartamento estava ocupado por seis ou sete homens somalis.

Jane foi levada para a casa de banho pela rapariga que a tinha levado ali e instruída a depilar-se. Foi-lhe dito que estava a ser vendida aos homens para sexo. Jane não queria participar, mas obedeceu por medo. Foi então sexualmente abusada por um dos homens e, depois, obrigada a dormir numa cama pequena de criança. Na manhã seguinte, a rapariga que levou Jane ao apartamento foi paga pelos homens. Isto repetiu-se ao longo de vários meses, por vezes com várias outras raparigas presentes. Disseram a Jane que precisava de ganhar peso para ser mais desejável para os homens. Em resposta, Jane começou a provocar o vômito, o que evoluiu para um grave distúrbio alimentar.

Jane foi chantageada com a ameaça de prisão pela colega caso revelasse a sua exploração a alguém. A violência e a intimidação tornaram-se comuns na unidade de vida semi-independente. Numa ocasião, uma jovem regressou ao alojamento intoxicada e perturbada, dizendo que tinha sido raptada e sexualmente agredida. O pessoal – que sabia que decorria exploração sexual no local, mas optou por nada fazer – respondeu acusando-a de estar a inventar.

Por fim, Jane revelou ao pessoal do alojamento a sua própria exploração sexual, incluindo o tráfico e a troca de dinheiro. Disseram-lhe que o que estava a acontecer não constituía tráfico, pois ela tinha mais de 16 anos. A polícia não foi contactada e nada foi feito. Jane foi chantageada pelo pessoal com a ameaça de ser culpabilizada pela exploração dela e de outras se levasse as suas queixas mais longe.

O distúrbio alimentar de Jane intensificou-se, e ela voltou a automutilar-se. Foi internada compulsivamente ao abrigo do Mental Health Act e admitida num hospital psiquiátrico. Durante o internamento, voltou a revelar a exploração. Realizaram-se entrevistas policiais mas – por estar fortemente medicada – Jane foi tratada como testemunha pouco fiável e nada mais foi feito. Também revelou por escrito o que lhe estava a acontecer. Esse registo foi retirado do seu processo de ação social mais recente, mas o original afirma claramente que ela lhes escreveu uma carta um ano antes de ser hospitalizada e que a sua entrevista à polícia correspondia à carta. As autoridades não agiram sobre a carta.

Em resultado do abuso e do distúrbio alimentar, Jane desenvolveu endometriose, o que levou à perda de metade do útero.

Jane veio entretanto a saber que os seus registos na unidade de vida semi-independente foram perdidos ou destruídos, apesar das exigências legais de conservação. Mesmo já adulta, Jane não obteve qualquer desfecho, e as tentativas de obter justiça foram recebidas com atrasos, obstrução e retraumatização. Jane afirma acreditar que as crianças continuam em risco devido à cultura de silêncio que persiste nas instituições que deveriam cuidar delas.

Jane:

"Mais tarde, descobri que registros fundamentais do abrigo infantil haviam desaparecido ou sido destruídos. Apesar das exigências legais de guarda de documentos, não é possível apresentar o prontuário referente ao período em que estive sob cuidados naquela instituição. Isso tem dificultado o processo de responsabilização."

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

«Leanne»

«Leanne» descreve uma infância marcada por instabilidade extrema, violência doméstica, medo e trauma precoce. Desde tenra idade, foi exposta a abusos dentro da família, incluindo abuso sexual por parte do tio, o que prejudicou gravemente a sua capacidade de confiar em adultos ou de revelar os danos sofridos. As mudanças frequentes, a perturbação escolar, a PHDA, o bullying e as exclusões agravaram a sua vulnerabilidade.

Aos 14 anos, Leanne foi arrastada para grupos de pares ligados a homens significativamente mais velhos. Estes eram homens adultos, sobretudo de origem curda, iraquiana e de outras origens muçulmanas, e operavam em grupos. O aliciamento era sistemático: álcool, drogas, alojamento e manipulação emocional eram usados para a aprisionar. Era levada a várias casas em Sheffield (nomeadamente em Pitsmoor) e noutras cidades, onde várias raparigas eram traficadas e sexualmente exploradas. Foi violada repetidamente, drogada e, em pelo menos uma ocasião, mantida em cativeiro e espancada durante vários dias. Presenciou esfaqueamentos, tiroteios e ataques à catana, manuseou armas de fogo em criança e foi forçada a ambientes de violência extrema.

Aos 15 anos, Leanne engravidou de um iraquiano adulto. Sofreu um aborto espontâneo e mais tarde descobriu que os registos tinham sido falsificados para sugerir que tinha 16 anos, minimizando assim a gravidade do crime. Apesar dos repetidos episódios de desaparecimento, das informações policiais e das reuniões de estratégia sobre exploração sexual, a proteção falhou. O departamento de habitação da câmara recusou-se a ajudá-la devido à sua idade. Foram implementados planos de proteção de menores, mas estes não a retiraram do perigo. Os serviços sociais e a polícia sabiam que ela convivia com homens curdos mais velhos e estava em alto risco de exploração sexual, mas a intervenção foi fraca e inconsistente. Nenhum agressor foi processado pela sua violação. Só conseguiu escapar à exploração depois de se tornar mãe aos 17 anos e de se afastar da rede de aliciamento.

Em adulta, Leanne vive com danos físicos e psicológicos crónicos, incluindo fibromialgia relacionada com o trauma. Nunca obteve justiça. Prestou o seu depoimento para garantir que o que aconteceu seja finalmente reconhecido e não se repita.

«Lilly»

«Lilly» foi criada numa família trabalhadora, grande e afetuosa, na década de 1970. A vida da sua família foi permanentemente desestabilizada quando a câmara os obrigou a sair da sua casa de campo para construir apartamentos. Foram despejados da sua casa e mudaram-se para duas casas municipais. Foi a primeira vez que alguém da família viveu num bairro social.

Depois de se mudarem para o bairro social, os problemas começaram de imediato. Um rapaz mais velho tentou tirar a mão de Lilly à mãe quando ela tinha cinco anos. A mãe denunciou-o à polícia, mas foi tratado como uma brincadeira. Anos mais tarde, a mesma pessoa viria a violar uma criança de três anos.

Este agressor e o irmão começaram então a visar a família. Assediaram a mãe de Lilly e espancaram gravemente o pai. Isto criou uma atmosfera de medo e caos constantes. A polícia ia frequentemente a casa da família, revirando pertences e partindo objetos enquanto investigava acusações falsas.

Com o tempo, Lilly e os irmãos foram colocados em acolhimento. Os irmãos que regressaram a casa revelaram abusos graves em lares de menores, incluindo violação, violência, humilhação e intimidação. A própria Lilly foi aliciada e repetidamente raptada e violada por um homem a partir dos seis anos. Ele ameaçava fazer mal às irmãs dela se ela falasse.

A irmã de Lilly foi sexualmente abusada pelo seu próprio assistente social aos doze anos. Isto foi ativamente encoberto pela direção, que fingiu que ele tinha uma relação com outra assistente social para desviar as suspeitas. Ele obteve a tutela legal da irmã de Lilly e acabou por casar com ela. Era pago pela autarquia, e a irmã nunca concluiu os estudos. Lilly assistiu, ao longo de muitos anos, a crianças a serem selecionadas pelo pessoal e entregues a motoristas de táxi estrangeiros.

No lar de menores, Lilly foi violentamente agredida e sexualmente abusada por funcionários. Figuras da direção desvalorizaram ou encobriram o abuso. Sofreu também numerosas lesões violentas causadas pelo pessoal. A mais grave foi uma lesão na cabeça que resultou em danos neurológicos permanentes. Mais tarde, em adulta, foi-lhe diagnosticado um aneurisma cerebral. Depois de regressar à escola com ferimentos graves, Lilly foi

devolvida a casa dos pais. Aos catorze anos, ao regressar ao bairro, foi violada em grupo por homens e rapazes mais velhos. Não o denunciou à polícia.

Em adulta, Lilly soube que os registos policiais e municipais do seu abuso tinham sido ocultados durante décadas. A Operação Marmion reconheceu brevemente o seu relato antes de ser encerrada a um nível superior. Disseram-lhe que os agressores estavam fora da jurisdição, mortos ou impossíveis de localizar. Ninguém foi responsabilizado.

Lilly:

"Eles buzonavam o carro e, então, uma criança era levada até à porta da frente [por um funcionário do abrigo]."

**O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO**

«Grace»

«Grace» foi criada sem pai e com uma mãe que satisfazia as suas necessidades físicas básicas, mas era emocionalmente fria, nem cuidadora nem afetuosa. Ela acredita que esta experiência de vida precoce contribuiu para uma falta de segurança emocional e para uma maior vulnerabilidade mais tarde na vida. Aos quatro anos, foi sexualmente abusada por uma ama. Não tem memória do abuso e afirma que este não a perturba diretamente do ponto de vista emocional.

A mãe de Grace impediu o contacto com o pai, de quem estava afastada, sem dar qualquer razão, levando Grace a revoltar-se contra ela. Por volta da idade do ensino secundário, o seu comportamento tinha-se deteriorado significativamente. Começou a entrar em carros com homens adultos que lhe ofereciam canábis, música, comida e boleias. Afirma que a maioria dos homens que a aliciaram eram paquistaneses, embora alguns homens brancos agissem como intermediários e ajudassem no aliciamento de raparigas.

Foi violada em várias ocasiões por homens adultos, muitas vezes enquanto estava intoxicada. Por ter andado a beber, acreditava que era responsável pelo abuso. Aos quinze anos, acreditava estar numa relação com um homem adulto, uma situação que durou cerca de cinco anos. Durante esse tempo, viveu violência doméstica, violação e controlo coercivo.

Denunciou os agressores à polícia, desejando apenas evitar que outras crianças sofressem abusos. Contudo, a polícia deteve e interrogou alguns dos homens a respeito de Grace sem a consultar previamente nem avaliar o potencial impacto sobre ela. Sentiu-se empurrada para o processo judicial sem preparação ou apoio adequados. Achou o processo abrupto e mal explicado. Em consequência da forma como a polícia conduziu o caso, sofreu flashbacks, ataques de pânico e uma recaída no abuso de substâncias.

Outro companheiro era um pedófilo envolvido em gangues de aliciamento que abusou sexualmente dos filhos dela e de outras crianças. Perseguiu, assediou e ameaçou a família, e manipulou as investigações policiais durante anos. A polícia falhou repetidamente em apreender dispositivos, associar casos, agir sobre os registos de perseguição (stalking) ou protegê-la a ela e aos filhos. Ordens de não perturbação e condições de caução foram violadas sem consequências. O impacto cumulativo inclui doença mental grave,

deslocamento forçado, perda de emprego e medo permanente.

Grace:

"Se eu fosse violada amanhã, nunca mais procuraria a polícia, porque qual é o sentido? É apenas um processo inútil que faz sentir-se ainda pior, já que não acreditam em si, ou não te levam a sério, ou não utilizam as ferramentas que têm para investigar adequadamente porque dá muito trabalho."

**O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO**

Victoria

Victoria prestou depoimento na qualidade de mãe de uma adolescente vulnerável que ingressou num colégio local em 2022.

Em 2023, a filha converteu-se abruptamente ao Islão. Victoria descobriu roupa muçulmana, um Corão e um tapete de oração escondidos debaixo da cama. A filha começou a citar o Corão e a rezar cinco vezes por dia. Esta mudança súbita coincidiu com uma relação secreta com um estudante muçulmano argelino de fortes convicções islâmicas. Tornou-se desrespeitosa para com a família e começou a falar negativamente da Grã-Bretanha. Victoria diz que a filha mudou por completo.

O namorado exercia um controlo coercivo: detinha os dados bancários da filha através do Face ID, controlava as suas redes sociais, isolava-a da família e impunha-lhe práticas islâmicas estritas. Preocupada com isto, Victoria contactou a polícia e denunciou o comportamento controlador e a conversão súbita. A polícia disse que encaminharia a filha para os serviços sociais, por ela ainda ser menor.

Quando os serviços sociais a visitaram, souberam que a filha estava a ser obrigada a tomar contraceptivos. Discutiram também a natureza das suas novas convicções islâmicas. A assistente social disse que a encaminharia para a Women's Aid para obter apoio relativamente à relação coerciva e controladora. Victoria pediu à assistente social que investigasse o passado do companheiro, mas o colégio não respondeu às perguntas da assistente social. Victoria contactou então, ela própria, o responsável pela proteção de menores do colégio. Este concordou que aquilo parecia exploração e encaminhou o caso para o Prevent – o programa antiterrorismo do governo britânico concebido para proteger pessoas vulneráveis da radicalização e do terrorismo.

A dieta da filha mudou drasticamente: deixou de comer bacon e comia muito menos do que antes. Passava muito tempo a entrar e sair do hospital, mas nunca explicava porquê à mãe. A sua saúde mental também se deteriorou gravemente. Depois de conhecer o homem, tentou repetidamente suicidar-se cortando-se e fazia telefonemas desesperados a dizer que se ia matar. Durante uma estadia de emergência no hospital, a polícia retirou a filha a Victoria, ameaçou Victoria de detenção e transportou a rapariga para a morada do irmão do seu agressor – apesar dos avisos explícitos de Victoria sobre o perigo.

Aí, a filha foi sujeita a abuso mental e físico, incluindo estrangulamento, ameaças de morte, violação e exploração financeira. O dinheiro era canalizado através da conta bancária do irmão do agressor. O homem e a sua família abusaram dela em termos raciais, chamando-lhe «cabra branca» (white slag), e pressionaram-na para retirar todas as queixas e casar com ele.

O envolvimento do Prevent foi catastroficamente tardio. O responsável pela proteção de menores do colégio disse inicialmente a Victoria que os encaminhamentos tinham sido feitos e aceites, mas provas posteriores mostraram que tinham sido enviados tarde, de forma incorreta ou simplesmente não tinham sido enviados. As detenções foram adiadas durante meses, e as alegações de violação acabaram por ser arquivadas por falta de provas após apenas verificações limitadas ao telemóvel. Victoria concluiu que a falha sistémica e a relutância institucional em lidar com a proteção relacionada com o islamismo tinham colocado a filha em grave perigo.

Victoria:

"A mesquita local que [o namorado] frequentava é conhecida por suas visões extremistas e radicais, e sinto que as crianças e os jovens que a frequentam estão sendo instruídos sobre o que devem fazer na comunidade e o que devem pregar para os nossos filhos nas escolas."

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

«Eleanor»

«Eleanor» nasceu numa família financeiramente confortável mas, apesar disso, teve uma infância marcada pela instabilidade, pela negligência emocional e pela falta de proteção adulta. Os pais separaram-se e, depois de se mudar com a mãe e duas irmãs, passou a viver em piores condições e a ver muito menos o pai. Sem a família alargada por perto e com uma mãe emocionalmente distante, foi deixada a crescer em grande parte sozinha.

O seu desejo de atenção por parte dos adultos traduziu-se em mau comportamento na escola. Foi expulsa no 7.º ano e colocada numa unidade de referência de alunos (pupil referral unit), da qual acabou também por ser excluída. Atribui o seu comportamento disruptivo à falta de vontade e de capacidade emocional para se dedicar aos estudos, bem como à falta de estrutura na sua vida. Estava preocupada em procurar atenção, validação e cuidado.

Aos 13 anos, começou a ser aliciada por homens mais velhos que encontrava localmente, normalmente no centro da cidade. Alguns eram homens brancos mais velhos, mas havia também homens muçulmanos ligados a um restaurante recém-aberto na zona. À medida que o aliciamento continuava, o comportamento de Eleanor deteriorou-se significativamente. Tinha encontros frequentes com a polícia e era detida com frequência. Durante este tempo, homens mais velhos davam-lhe drogas e mantinham-na em várias casas. Ela acreditava que estes homens cuidavam dela e lhe ofereciam o carinho que tanto ansiava.

Enquanto isto decorria, a mãe desconhecia o seu paradeiro, mas não a dava como desaparecida. Nenhuma autoridade interveio quanto à razão de ela estar tantas vezes desaparecida, detida e a passar muito tempo com homens adultos.

Quando tinha catorze anos, regressou a casa um dia, depois de ter estado ausente, e ninguém abriu a porta. Eleanor trepou ao telhado da casa e conseguiu entrar. Descobriu que a casa estava completamente vazia. A mãe tinha deitado tudo fora – incluindo fotografias de infância e objetos pessoais – e tinha partido sem lhe dizer. Foi por sua própria iniciativa aos serviços sociais e foi instruída a ir para junto do pai. Esperava-se que viajasse sozinha de comboio até ele.

Não tinha qualquer relação significativa com o pai e só falava com ele ocasionalmente. Quando Eleanor chegou, ele deixou claro que a nova companheira era a sua prioridade e que ela e as irmãs vinham em segundo lugar. A companheira tentou encaminhá-la para um rumo mais estável e de volta aos estudos mas, devido às suas exclusões anteriores, as escolas recusavam-na repetidamente. Numa zona de maioria de «minorias étnicas», uma escola disse-lhe explicitamente que não podia ser admitida porque era uma rapariga inglesa e seria a única. Foi colocada numa Pupil Referral Unit, mas o comportamento dos outros alunos ali pouco contribuiu para lhe dar o sentido de segurança, estrutura e aspiração de que precisava. Por isso, fugia frequentemente.

As fugas frequentes resultaram em detenções repetidas e, por fim, os serviços sociais decidiram que ela poderia ser contida num ambiente familiar e colocaram-na em acolhimento. Durante o acolhimento, tornou-se mais visível e acessível a homens que já andavam à procura de raparigas vulneráveis, e foi novamente aliciada. Numa ocasião, alguns homens adultos abordaram-na e ofereceram-lhe álcool e uma boleia. Bebeu uma pequena quantidade e depressa se sentiu mal e perdeu a consciência.

Quando acordou, deu-se conta de que estava dentro de uma casa que parecia estar decorada para um casamento asiático, mas voltou a perder a consciência. Quando finalmente acordou em condições, encontrou-se abandonada à beira da estrada, despida, ferida e desorientada. Conseguiu regressar ao seu lar de menores. Contudo, não lhe perguntaram o que tinha acontecido, não foi levada ao hospital, nem foi feito qualquer registo do incidente no seu processo.

Após este incidente, Eleanor passou a desaparecer com muito mais frequência. Dormia ao relento em portais, edifícios abandonados e táxis. Ninguém no lar lhe fez qualquer pergunta sobre a razão de isto estar a acontecer. Foi transferida para um lar de menores diferente, onde homens recolhiam regularmente raparigas à porta do lar e por vezes entravam no próprio edifício. O pessoal permitia que isto acontecesse. Os homens ofereciam comida, álcool, sítios para ficar e um sentido de pertença mas, na realidade, estavam ali para explorar sexualmente crianças.

Eleanor envolveu-se com um homem mais velho que acreditava ser seu namorado. Ele estava ligado ao tráfico de droga. Foi levada para Jersey e mantida

num hotel durante vários dias. Não a deixavam sair livremente. Ao regressar ao lar, ninguém questionou onde tinha estado. Continuou a ser detida por delitos menores, sobretudo furto em lojas. Acabou por ser colocada num estabelecimento para jovens delinquentes. Numa ocasião, foi esmurrada durante uma detenção, e esta experiência – entre outras – destruiu qualquer confiança que tinha na polícia. A partir deste ponto, passou a ver a polícia apenas como mais uma ameaça.

Aos 17 anos, Eleanor esteve presente num esfaqueamento que envolveu homens ligados à rede de aliciamento que a tinha andado a abusar. Não esteve envolvida na violência, mas prestou primeiros socorros à vítima e chamou os serviços de emergência. Foi detida no local e acusada, ao abrigo da doutrina de «joint enterprise» (responsabilidade conjunta), de conspiração para cometer ofensas corporais graves com intenção.

O caso só foi a julgamento dois anos depois, quando Eleanor já era adulta, pelo que foi julgada como adulta. Foi condenada a dois anos de prisão. Acredita que foi criminalizada por circunstâncias que decorreram diretamente da exploração, da negligência e da falha sistémica, em vez de ser protegida delas.

Após a condenação, Eleanor converteu-se ao Islão. Não o fez por razões teológicas, mas práticas, como método de sobrevivência. Em muitos dos ambientes que tinha conhecido, as raparigas muçulmanas gozavam de algum grau de proteção em relação às não muçulmanas. Sentiu que a conversão era uma forma de reduzir o risco e de se tornar menos vulnerável.

Antes de cumprir a pena, engravidou de um homem mais velho e contraiu com ele um casamento islâmico, acreditando que isso lhe poderia trazer estabilidade e proteção. Foi presa com o seu bebé, uma experiência que achou profundamente angustiante.

Após a libertação, foi sujeita a violência doméstica e controlo coercivo. Este abuso nem sempre era físico. Envolvia isolamento, vigilância, restrições ao seu comportamento e a constante erosão do seu sentido de identidade. Era controlada através do medo, da culpa e da obrigação religiosa. Não lhe era permitida

independência nem emprego, e dizia-se aos outros que ela estava mentalmente doente. Isto isolou-a ainda mais.

Conheceu e voltou a casar com outro homem, que a levou para a Arábia Saudita. Estava inteiramente dependente do marido para tudo e não a deixavam sair de casa sem ele. Sentia-se isolada e impotente. Esta experiência fê-la perceber que precisava de abandonar o Islão, mas sabia que a apostasia acarretava consequências muito graves, pelo que guardou isso para si. Contudo, acabou por conseguir fugir da Arábia Saudita e regressar ao Reino Unido com os filhos.

De volta à Grã-Bretanha, sem casa, trabalho ou dinheiro, foi violada por outro homem, voltou a engravidar e sentiu-se forçada a outro casamento. O abuso continuou. Acabou por escapar à situação depois de estudar em segredo e de reconstruir o seu sentido de identidade e confiança o suficiente para construir uma nova vida.

Eleanor acredita que grande parte do dano que sofreu poderia ter sido evitado se as instituições a tivessem protegido adequadamente. Os serviços de infância não a protegeram. O sistema educativo excluiu-a. A polícia criminalizou-a.

Eleanor:

"Eu tinha amigas
muçulmanas, e isso
nunca aconteceu com
elas.

Às vezes, elas andavam
de carro com a gente,
mas os homens
tratavam-nas de forma
diferente."

**O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO**

Rachel

Rachel é mãe de uma filha que morreu aos doze anos depois de tomar uma overdose. A filha era uma criança alegre, criativa e empenhada nos estudos, vinda de um lar estável e afetuosos. Era, contudo, autista, o que a tornava mais vulnerável ao abuso e à exploração.

Na sequência do confinamento como resposta à COVID-19, o seu comportamento mudou drasticamente e tornou-se retraída, deprimida e começou a automutilar-se. A filha de Rachel revelou que tinha sido violada oralmente por um rapaz branco britânico da sua escola. A revelação devastou-a a ela e à família. Quando a polícia finalmente se deslocou a casa da família, disseram-lhe que seria «a palavra dela contra a dele», que o processo demoraria anos e que envolvia muita papelada. Esta interação levou-a a fechar-se e a retirar a queixa. A investigação policial não foi mais longe.

Apesar de garantias em contrário, o alegado agressor permaneceu na escola e a proteção foi ineficaz. Ela foi sujeita a bullying implacável, incluindo agressões físicas por parte de raparigas ligadas ao agressor, que foram filmadas e partilhadas online. A polícia demorou semanas a responder e não agiu sobre as provas em vídeo nem sobre as ameaças. A filha de Rachel era diariamente abusada e ameaçada no Snapchat e noutras plataformas.

A intimidação agravou-se quando o irmão adulto do agressor se deslocou a casa da família e tentou forçar a entrada. A polícia limitou-se a aconselhar a família a ponderar mudar de casa. O filho de Rachel foi agredido na escola.

Na noite da sua morte, a filha de Rachel tomou uma overdose de colchicina, dizendo que apenas queria que tudo parasse. Sofreu falência de múltiplos órgãos e morreu dias depois. Mesmo após a sua morte, o abuso continuou.

Rachel acredita que a filha foi desamparada pela polícia, pela escola e pelo Crown Prosecution Service. Afirmar que ela foi, na prática, assassinada pela falha institucional.

Jen

A infância de Jen caracterizou-se pela negligência emocional e pela falta de segurança. As suas necessidades emocionais não eram reconhecidas nem priorizadas pelos adultos da sua vida, em particular os pais, que estavam ausentes a maior parte do tempo. No contexto familiar mais alargado, os limites eram difusos e dinâmicas inapropriadas eram normalizadas – por exemplo, familiares apresentaram-lhe as drogas e o álcool por volta dos 13 anos.

Ao longo do ensino secundário, Jen sofreu bullying, mas o pessoal pouco fez para ajudar, apesar do seu evidente sofrimento. Pelo contrário, contribuíram para a sua vitimização. Grande parte do bullying teve origem num incidente no seu primeiro ano, em que uma professora se recusou a deixar Jen ir à casa de banho, o que fez com que Jen se urinasse e fosse obrigada a ficar com a roupa suja o resto do dia. A professora não sofreu quaisquer consequências. Jen começou a automutilar-se e a fugir de casa, e o único adulto em quem sentia que podia confiar suicidou-se por esta altura.

Já na adolescência, Jen não tinha um sentido estável de autoestima nem adultos que a protegessem ou defendessem de forma consistente. A sua automutilação agravou-se e teve pensamentos suicidas, mas as respostas de proteção continuaram ausentes. Jen começou a acreditar que «não valia a pena ser protegida» e, em consequência, tornou-se cada vez mais vulnerável à exploração. Aos 13 anos, homens adultos começaram a contactá-la online, dando-lhe um sentido de validação e pertença. As conversas de teor sexual eram comuns, incluindo um homem que incentivou Jen a inserir uma faca na vagina.

Aos 15 anos, começou o aliciamento presencial por parte de um grupo de homens brancos britânicos que se apresentavam como amigos solidários da vulnerável Jen. Embora não tenha sido violada por estes homens, um deles disse-lhe que «tocar não fazia mal, mas não podemos ter relações até fazeres 16 anos, por causa da lei».

Aos 17 anos, Jen foi apresentada a um gangue de homens muçulmanos curdos iraquianos por uma amiga que ela acredita agora ter sido, ela própria, aliciada. Os membros do gangue – todos eles migrantes ilegais – traficaram Jen para inúmeras vilas e cidades das Midlands, onde foi violada por vários homens no que era descrito como «festas». Numa ocasião, foi violada analmente num parque por um dos membros do gangue. Foi levada em transportes de droga e assistiu ao abate de um cordeiro

na casa de banho de uma casa.

Descreve «um mundo social fechado e intimidante, governado pelo medo, pela lealdade e pelo silêncio», no qual atitudes de supremacia racial eram expressas aberta e regularmente. Os britânicos brancos eram descritos como «lixo branco» (white trash), e as raparigas brancas como «cadelas-porcas inglesas» (English pig-dogs). Os agressores insistiam que as crianças «escolhiam» a exploração, e a Grã-Bretanha e as suas instituições eram descritas como «moles» e «fáceis» de explorar. Gabavam-se de receber «dinheiro grátis» do Estado britânico e, em várias ocasiões, Jen foi forçada a preencher pedidos de subsídios de asilo em nome deles.

Jen presenciou intimidação, violência, tráfico, fraude no asilo, exploração sexual – incluindo a drogagem e violação de crianças com apenas 13 anos – e o rescaldo de um homicídio relacionado com o gangue enquanto esteve envolvida com o grupo, e tinha por isso medo de o desafiar ou de denunciar os seus membros.

O gangue tornou-se cada vez mais controlador e abusivo, isolando Jen dos amigos e da família. Os seus movimentos, comunicações e decisões eram rigorosamente vigiados e restringidos, e qualquer tentativa de afirmar independência era recebida com ameaças. Sofreu abuso emocional, psicológico e sexual e, aos 18 anos, engravidou em resultado de violação.

Jen ouvia repetidamente que era inferior e impura por ser não muçulmana. A coação religiosa agravou-se até à conversão forçada ao Islão, em parte devido à gravidez. Foi levada a um apartamento «escuro» e «sórdido» que tinha sido convertido em mesquita e casada por um imã numa cerimónia islâmica sem dar o seu consentimento. O casamento foi usado como mecanismo para legitimar o controlo sobre ela, e as restrições ao seu comportamento aumentaram.

Durante a gravidez, as ameaças intensificaram-se. Disseram a Jen que não tinha o direito de partir ou de tomar decisões sobre o filho, porque fazê-lo seria anti-islâmico. O seu comportamento era rigidamente controlado, incluindo a instrução de não comer carne de porco, pois o pai acreditava que «isso tornaria o bebé homossexual». Disseram-lhe que revelar a situação às autoridades resultaria em vergonha e castigo.

Ainda assim, tentou denunciar a sua situação à polícia, mas nenhuma medida

foi tomada. As dimensões ideológica e religiosa do seu tráfico e abuso foram minimizadas, e as suas revelações foram reenquadradas como problemas de relacionamento ou questões culturais antes de serem desvalorizadas como exageradas e pouco fiáveis.

Após o nascimento da filha, o acesso de Jen à criança foi restringido e usado como meio de pressão. O pai – um migrante ilegal iraquiano – levava repetidamente a filha de ambos ao Iraque, apesar de ter pedido asilo na Grã-Bretanha alegando que não podia permanecer ali em segurança. Lá, a criança foi exposta a armas de fogo, incluindo AK-47.

Quando a filha tinha 3 anos, Jen contactou a polícia depois de o pai ter ameaçado levar a filha de ambos ao Iraque e nunca mais a trazer de volta. A polícia respondeu que se tratava de uma «questão civil» e não interveio. Jen não passou um único aniversário da filha com ela desde os nove anos da criança e teve um contacto mínimo com ela durante vários anos. O pai continua a levá-la regularmente ao Iraque.

Jen vive agora com PSPT complexa, ansiedade, depressão, dissociação, períodos de agorafobia e um medo e angústia persistentes em relação à segurança e à autonomia da filha. Estas dificuldades comprometem significativamente a sua capacidade de funcionar no dia a dia. Presta o seu depoimento para que o abuso coercivo de motivação religiosa seja devidamente reconhecido e enfrentado, mesmo quando fazê-lo é politicamente, culturalmente ou socialmente controverso.

Jen:

"Não têm qualquer
compaixão pelas
raparigas que estão nas
ruas e nos vêem como
vadias, como "ralé
branca". A expressão
"cães-porco ingleses"
aparecia muito.

Os muçulmanos não
gostam de porcos e não
gostam de cães. Assim,
odeiam cães, odeiam
porcos e colocam as
mulheres no mesmo
patamar que eles."

O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO

«Kate»

«Kate» cresceu num lar profundamente disfuncional e inseguro, onde a violência, o abuso sexual e a negligência eram comuns. Os serviços sociais estavam envolvidos com a família desde antes de Kate nascer, sobretudo devido à negligência dos seus irmãos por parte dos pais e ao comportamento do seu meio-irmão mais velho, que era fisicamente violento. Este, juntamente com o pai de Kate, abusou sexualmente dela desde tenra idade – algo que os serviços sociais não identificaram durante vários anos.

Por volta dos cinco anos, Kate e os seus dois irmãos foram retirados da guarda dos pais biológicos e colocados numa família de acolhimento. Determinou-se que não poderiam regressar à custódia dos pais, e foram adotados por um casal de uma vila a cerca de 80 quilómetros de distância. Kate e os irmãos integraram-se bem no novo lar e ambiente familiar e, durante os sete anos seguintes, a vida de Kate foi feliz e estável, com os pais adotivos a darem-lhe o amor e o apoio que os pais biológicos não tinham conseguido dar.

Os pais adotivos de Kate eram cristãos devotos e a família ia à igreja local todos os domingos. Grande parte da vida social de Kate fora da escola girava em torno de atividades da igreja, incluindo grupos de jovens e o convívio com outras famílias da comunidade da igreja. Na escola, tinha um desempenho excecional e foi identificada como «sobredotada e talentosa» numa série de disciplinas. Raramente se metia em problemas e, apesar de sofrer de baixa autoestima, era bem considerada tanto por professores como por colegas. Kate mantinha um círculo restrito de amigos e dirigia a maior parte das suas energias para os estudos, que lhe davam um sentido de realização, estrutura e autoestima.

Kate era muito ambiciosa e otimista quanto ao futuro. Exigia muito de si própria e aspirava a frequentar a universidade, concluir um doutoramento e seguir uma carreira em arqueologia ou em emergência médica. Era também movida por um forte sentido de família e ansiava por casar e ter os seus próprios filhos.

Por volta dos doze anos, Kate começou a ter educação sexual na escola. Achava estas aulas perturbadoras pois, até então, a sua compreensão do que lhe tinha

acontecido durante a primeira infância era muito limitada. Os serviços sociais não tinham identificado o abuso na altura, pelo que este nunca tinha sido reconhecido, discutido ou explicado a ela. Entrou na adolescência confusa sobre o que lhe tinha acontecido e sem uma compreensão clara dos limites saudáveis e do comportamento inapropriado. Faltava-lhe a confiança para se confidenciar a um adulto, e isso deixou-a vulnerável.

Kate veio a perceber que o abuso que sofrera às mãos do pai biológico e do meio-irmão não era normal nem legal. Começou a sentir um crescente sentimento de vergonha, medo e autoculpabilização, e sentia uma profunda incerteza quanto à sua identidade, ao seu corpo e às suas relações com os outros. Depressa começou a ter pensamentos suicidas.

Ainda com apenas doze anos, Kate decidiu pôr termo à vida. Num sábado à noite, depois de a família se ter deitado, saiu de casa de madrugada e caminhou até um local isolado onde tencionava suicidar-se, esperando não ser encontrada. Parou debaixo de uma árvore para se abrigar da chuva e, passado algum tempo, ouviu um grupo de homens a aproximar-se. Pelo tom de voz, Kate suspeitou que estavam bêbados e, ao vê-la, começaram a fazer troça. Chamaram-lhe «sem-abrigo» e sugeriram que ela podia «aquecer-se nas pilas deles». Kate, aterrorizada e arrependida, esperou que os homens passassem antes de tentar regressar a casa – mas, enquanto caminhava, foi agarrada por trás por um dos homens.

Kate foi dominada pelos três homens, atirada ao chão, com os braços e as pernas imobilizados, e os homens revezaram-se a violá-la oral e vaginalmente. Quando terminou, os homens bateram-lhe repetidamente e ameaçaram encontrá-la, matá-la e fazer mal aos seus entes queridos se alguma vez contasse a alguém o que tinha acontecido. Tão violenta foi a agressão que a roupa de Kate ficou manchada de sangue.

Traumatizada, atravessou a cidade a pé até à igreja da família, sabendo que os pais lá estariam dentro de poucas horas. Sentou-se no alpendre e chorou durante várias horas antes de decidir regressar a casa. Enquanto caminhava, tanto o condutor de uma carrinha como um taxista pararam para perguntar se ela estava bem, dada a sua aparência desalinhada e o seu evidente sofrimento. Respondeu que sim. Quando chegou a casa, escondeu

a roupa manchada de sangue e foi dormir.

Kate não revelou a agressão a ninguém e a sua saúde mental e física deteriorou-se rapidamente. Começou a automutilar-se e os seus pensamentos suicidas intensificaram-se. Tentou pôr termo à vida em várias ocasiões ao longo dos meses seguintes e foi internada no hospital muitas vezes em consequência disso. Começou a sofrer bullying na escola. A preocupação com o seu bem-estar aumentou, mas Kate resistiu a todas as tentativas dos pais e dos professores de intervir. A autarquia atribuiu-lhe um profissional dos Child and Adolescent Mental Health Services (CAMHS), com quem começou sessões regulares de aconselhamento, mas Kate não as achou eficazes nem úteis e continuou a manter a agressão escondida. Os profissionais concluíram que a deterioração da sua saúde estava ligada ao trauma da sua primeira infância.

Mais tarde nesse ano, Kate recebeu uma mensagem nas redes sociais de um dos agressores. Até hoje, Kate não sabe como a encontraram. A mensagem era um vídeo da agressão, e ameaçavam partilhá-lo com os amigos e a família de Kate se ela não cumprisse as suas exigências. Kate temia que, se o fizessem, o bullying piorasse e ela se metesse em sarilhos. Mais uma vez, não revelou o incidente a ninguém e – acreditando que conseguia resolver a chantagem – foi ao encontro deles.

Foi instruída a ir a uma casa no centro da cidade. Foi levada para dentro, e os três agressores estavam presentes. Voltaram a violá-la, desta vez deixando claro que estava a ser filmada. A seguir, disseram a Kate que ela agora «trabalhava» para eles e que se esperava que fizesse o que lhe mandassem, caso contrário as imagens seriam divulgadas. Deram-lhe um telemóvel e disseram-lhe para se manter sempre contactável.

No período que se seguiu, Kate foi obrigada a encontrar-se frequentemente com os dois principais agressores. Apresentaram-na a outros homens da sua rede e foi repetidamente sujeita também por estes a abuso sexual. Kate foi também forçada a participar em sessões de abuso por webcam, que geravam receita para os agressores. Se a transmissão em direto não gerasse o que eles consideravam uma quantia de dinheiro satisfatória, Kate era castigada. A constante mudança das expectativas era

usada como método de controlo.

Kate foi-se gradualmente abrindo mais com os seus conselheiros. Embora ainda não revelasse toda a extensão do que lhe estava a acontecer, começou a referir-se à agressão inicial como «o acontecimento», e estes depressa concluíram que ela tinha sido violada – embora não suspeitassem de abuso em curso. Partilharam as suas preocupações com os pais de Kate e, quase um ano após a agressão inicial, a mãe de Kate confrontou-a com as suspeitas que ela, o pai de Kate e os profissionais dos serviços sociais tinham formado. Kate confirmou à mãe que tinha sido violada. Pouco depois da revelação, Kate foi levada a um Sexual Assault and Rape Centre (SARC) para mais aconselhamento.

Os terapeutas do SARC incentivaram Kate a denunciar a agressão inicial à polícia. Kate esperava que isso conduzisse a uma intervenção que pusesse fim ao abuso em curso, mas estava demasiado assustada para nomear os agressores, temendo represálias do gangue. Ainda assim, denunciou a agressão à polícia, fornecendo-lhes o máximo de informação possível, e foi chamada para interrogatório com a mãe.

Na esquadra, Kate foi levada para a sala de interrogatório. Antes de a entrevista começar, e sem a mãe de Kate presente, disseram a Kate que aquela era a sua «última oportunidade» para dizer que a sua denúncia era falsa. Foi avisada de que, se alguma parte do seu relato não pudesse ser sustentada por provas, podia ser, e seria, detida. Durante um longo período, ambos os agentes lhe repetiram quantos problemas teria se algum pormenor do seu depoimento fosse desmentido, e que podia retirar a acusação antes de a entrevista começar, sem mais consequências. Sugeriram também que os pais ficariam aliviados se ela dissesse que o incidente não tinha acontecido.

Ainda com apenas doze anos e já profundamente traumatizada, Kate ficou sobrecarregada com a pressão que sentia que os agentes lhe estavam a impor e disse o que acreditava que eles queriam que dissesse: que a violação não tinha acontecido. Esta interação ocorreu antes de a gravação começar e, em consequência, a entrevista formal não refletiu a coação que teve lugar. Kate sentiu-se incapaz de revelar mais alguma coisa, incluindo o abuso que decorria na altura,

porque sentia que não estava a ser acreditada nem levada a sério. O relatório policial registou o incidente como uma retirada da queixa. Após esta experiência, Kate voltou a tentar pôr termo à vida.

Pouco depois, a mãe de Kate encontrou no diário de Kate conteúdos que descreviam a violação. Incentivou Kate a falar de novo com a polícia, mas Kate explicou que a polícia já a tinha pressionado a retirar a queixa. Ainda assim, Kate voltou à esquadra e, desta vez, concluiu a entrevista.

Algumas semanas depois, os pais de Kate descobriram no seu telemóvel mensagens sexualmente explícitas entre Kate e vários homens adultos, incluindo fotografias sexuais. Estas foram comunicadas à polícia, mas concluiu-se que Kate se relacionava com estes homens de forma consensual, apesar de ter apenas 13 anos. Kate, ainda com medo de retaliação por parte do gangue, negou ter qualquer conhecimento destas trocas, e não foi mais interrogada.

Ao longo do ano seguinte, Kate desapareceu em inúmeras ocasiões, incluindo durante o horário escolar e a altas horas da noite. Alega que não foi feito qualquer registo das suas ausências. O gangue chantageava-a para fazer o que chamavam «trabalhos» – abuso sexual por parte de membros do gangue e dos seus associados, pelo qual o gangue recebia pagamento. Estes incluíam sessões de webcam, violações em grupo, «festas», «noites de polícias» (cop nights) e «salas vermelhas» (red rooms). Kate era violada várias vezes por semana, por vezes 2 a 4 vezes por dia.

Durante este período, Kate cruzou-se com outra rapariga que o gangue explorava. Kate – então com 14 anos – suspeitava que a rapariga era mais nova do que ela. Na noite em que se conheceram, Kate tinha sido instruída a encontrar-se com dois dos membros do gangue num local isolado, a altas horas da noite. Quando Kate chegou, eles seguravam a rapariga «com força» pelo pescoço. Um dos membros do gangue disse a Kate que a rapariga estava a ser «domada» (broken in) naquela noite, e que os homens que ela iria «servir» eram particularmente «brutais». Kate tentou intervir, dizendo aos membros do gangue que assumiria ela os «trabalhos» em vez dela. Em resposta, os membros do gangue espancaram-na e violaram-na. Kate viria a «trabalhar» com esta rapariga em inúmeras ocasiões, e tornaram-se muito próximas.

Ao longo da primeira metade do ano seguinte, a exploração intensificou-se, e Kate fez nova tentativa de pôr termo à vida. Pouco depois, iniciou uma relação com um familiar de um dos membros do gangue, o que levou a uma pausa temporária no abuso. A relação durou quase um ano mas, quando terminou, a exploração recomeçou quase de imediato.

Mais tarde nesse ano, Kate – então com 16 anos – viveu o episódio de desaparecimento mais significativo até à data. Durante este incidente, o gangue traficou Kate para uma cidade longe de casa, onde foi imobilizada e violada repetidamente num barco de canal – incluindo, alega ela, por um agente da polícia. A certa altura, Kate tentou fugir, mas foi apanhada, e o gangue espancou-a e cortou-lhe grande parte do cabelo como castigo. Kate tentou fugir uma segunda vez e conseguiu. Chegou a uma casa próxima e bateu à porta a pedir ajuda. A mulher que ali vivia acolheu Kate e deu-lhe roupa, pois a roupa de Kate tinha sido muito danificada pelos agressores e ela estava parcialmente nua. A mulher chamou a polícia, que se deslocou ao imóvel. A mulher tentou retirar a corda que permanecia à volta dos pulsos de Kate, mas a polícia instruiu-a a deixá-la no lugar, pois era considerada prova.

Kate hesitava em falar com a polícia, dado tanto o recente alegado abuso por um agente no ativo como o contexto mais amplo de ameaças, controlo coercivo e violência física e sexual que vinha a sofrer. Ainda assim, revelou à polícia o que tinha acontecido no barco de canal – mas não a exploração histórica, por temer represálias. Também não denunciou que tinha sido violada por um agente da polícia.

A investigação não avançou e a polícia acusou Kate de mentir sobre a exploração. Isto representou um ponto de viragem nas relações de Kate com a polícia, pois a partir daí sentiu que não podia recorrer a eles para pedir ajuda, com medo de não ser acreditada.

Kate foi colocada num Child Protection Plan pela autarquia. Partilhou com um dos assistentes sociais um diário com pormenores sobre o abuso sexual

que vinha a sofrer, embora uma vez mais não tenha sido acreditada. Durante este período, Kate foi diagnosticada com perturbação dissociativa de identidade. Pouco depois, Kate alega ter sido violada num hotel por um homem que acreditava ser médico. A polícia foi chamada ao hotel porque o pessoal estava preocupado por pensar que ela era prostituta. Quando a polícia chegou, foi encontrada sozinha e nua no quarto, tendo sido ali deixada pelos agressores e instruída a esperar pela chegada de mais homens.

A esta altura, tanto a família de Kate como os profissionais envolvidos no seu acompanhamento começaram a manifestar frustração com o que percecionavam como as suas «escolhas de estilo de vida». Não acreditavam que ela estivesse a ser explorada e, em vez disso, presumiam que ela – ainda com 16 anos – se encontrava voluntariamente com homens adultos.

Esta «má interpretação» da situação de Kate teve um impacto profundo na forma como os profissionais lhe responderam nos meses e anos seguintes. Por acreditarem que o seu comportamento era voluntário, os incidentes subsequentes – como ausências inexplicadas, ser encontrada em hotéis, receber mensagens inapropriadas ou conviver com homens adultos – eram tratados como questões de escolha pessoal e não como indicadores de exploração contínua. Em consequência, estes acontecimentos não eram tratados como preocupações de proteção. Em vez de explorarem a possibilidade de ela estar a ser coagida ou controlada, os profissionais enquadravam cada vez mais a questão como um problema de dificuldade comportamental, de comportamentos de risco ou de incumprimento.

Esta perspetiva, alega Kate, influenciou a tomada de decisões em várias entidades. Os encaminhamentos eram encerrados prematuramente, as reuniões de proteção não conduziam a qualquer ação protetora, e as revelações ou revelações parciais não eram tratadas com a seriedade que ela sentia que exigiam. O pressuposto de que ela se envolvia em atividade consensual fez com que os profissionais não intervissem de forma eficaz, mesmo quando as circunstâncias indicavam fortemente exploração. Esta perspetiva reforçou o seu isolamento, reduziu a sua capacidade de pedir ajuda e, em última análise, permitiu que a exploração continuasse e se agravasse.

Numa ocasião, por esta altura, foram levantadas preocupações na escola de Kate. Foi conduzida a um gabinete onde estavam presentes o subdiretor, o Designated Safeguarding Lead (DSL, responsável pela proteção de menores), um PCSO (agente de apoio comunitário), um agente da polícia, a sua assistente social, a enfermeira

escolar e o seu diretor de turma. Impediram-na de sair da sala e pressionaram-na por nomes e pormenores sobre os indivíduos envolvidos no abuso. Naquele momento, devido ao medo, à coação e às ameaças sob as quais sentia estar, não se sentiu segura nem capaz de fornecer a informação que lhe pediam. Em vez disso, forneceu as alcunhas de alguns dos indivíduos envolvidos. Kate tremia visivelmente e pediu repetidamente para sair, explicando que correria grande perigo se revelasse mais informação.

Depois de a reunião terminar, Kate foi autorizada a sair, mas não foi posta em prática qualquer medida protetora. Não foi supervisionada, protegida, nem lhe foi proporcionado qualquer plano de segurança imediato. Apesar dos indicadores de medo e coação, foi-lhe permitido regressar a casa e retomar a sua rotina habitual. Não foi tomada qualquer ação de acompanhamento para monitorizar o seu bem-estar nos dias que se seguiram.

Depois da reunião na escola, os agressores de Kate deixaram claro que sabiam que ela tinha falado com a polícia. Disseram-lhe que tinham conhecimento de todas as vezes que ela falava com a polícia, pois «tinham pessoas lá dentro». Acusaram-na de «bufar», dizendo-lhe que «ia pagar por isso». Pouco depois, foi levada para um local remoto e arborizado. A jovem rapariga que Kate tinha conhecido antes também estava presente. Inicialmente, Kate acreditou que tinham sido levadas para ali para outro «trabalho». Os homens submeteram então a rapariga a violência sexual e física extrema, enquanto Kate era imobilizada à força e obrigada a assistir ao que acontecia. Kate alega que a rapariga foi então assassinada à sua frente.

Na sequência do incidente, Kate relata que os agressores usaram o que tinha acontecido como uma ameaça direta e contínua para garantir o seu silêncio. Diziam-lhe repetidamente que o homicídio tinha acontecido por ela ter falado com a polícia e insistiam que a culpa era dela. Esta mensagem era transmitida de forma constante e tornou-se uma parte central do seu controlo coercivo. Deixaram claro que o mesmo poderia acontecer a Kate ou a outras pessoas se ela alguma vez voltasse a revelar fosse o que fosse.

Noutra ocasião, Kate relata que foi levada da sua igreja local durante uma missa de domingo de manhã. Foi levada a uma cidade próxima, a uma hora de distância, para fazer «trabalhos». Alega que foi violada no carro a caminho da cidade. Acabou por conseguir afastar-se dos agressores, mas estes seguiram-na e

apanharam-na, arrastaram-na para fora de um caminho de canal e violaram-na. Depois de os agressores se irem embora, Kate saiu da estrutura e tentou regressar a pé pelo caminho do canal. Estava visivelmente ferida, perturbada, e a roupa estava danificada. Um grupo de homens que pescava nas proximidades viu-a naquele estado e contactou a polícia. Os serviços de emergência compareceram, e ela foi levada ao hospital para receber cuidados médicos. Kate relata que não foi posta em prática qualquer medida de proteção eficaz na sequência deste incidente.

Quando Kate fez 17 anos, ingressou num colégio local. Esta transição criou uma mudança significativa na sua rotina. Tinha mais independência, menos horas supervisionadas e menos supervisão direta por parte dos adultos do que na sua escola anterior. Isto aumentou a sua vulnerabilidade, pois os indivíduos que a exploravam conseguiam tirar partido da liberdade adicional e da menor vigilância associadas à vida no colégio.

Os pais de Kate tinham cada vez mais dificuldade em mantê-la em segurança, e ela foi colocada nos Edge of Care Services antes dos 18 anos. Ficava no lar de acolhimento 2 noites por semana, como «descanso do cuidador» (respite care) para a sua família. Durante este período, relata que foi traficada pelo gangue para Londres. Aí, foi sujeita a exploração sexual repetida. A certa altura, conseguiu contactar o lar e informá-los do seu paradeiro. Um colega deu-lhe orientações por telefone e encaminhou Kate para um sítio onde podia ficar em segurança até a ajuda chegar.

A polícia compareceu e recolheu-a do local. Ela revelou a exploração que tinha ocorrido e, nesta ocasião, os agentes levaram o seu relato a sério e responderam com o que ela sentiu ser uma preocupação adequada. Aconselharam-na a não regressar imediatamente à sua zona de residência devido aos riscos para a sua segurança. Contudo, a autarquia de Kate não concordou com isto e insistiu que ela fosse devolvida a casa. Funcionários do lar viajaram a Londres para a ir buscar e devolver à colocação.

Durante este período, um agente da polícia reformado tomou conhecimento da situação de Kate através de um conhecido comum. Uma amiga contactou-o em nome de Kate e ele entrou em contacto com Kate. Viajou para a conhecer pessoalmente na manhã seguinte e foi ao seu colégio. Manifestou a intenção de a apoiar e

afirmou acreditar que poderia ajudar, mas explicou que, devido à idade dela, teria de articular com a assistente social que lhe estava atribuída antes de tomar qualquer ação formal.

A assistente social de Kate recusou-se a colaborar com ele. A situação tornou-se rapidamente confusa e avassaladora para Kate – a falta de cooperação dos profissionais, combinada com a exploração em curso e a deterioração da sua saúde mental, levou a uma grave crise emocional. Kate ficou extremamente perturbada e manifestou intenções de pôr termo à vida enquanto estava no colégio. Em consequência, foi internada compulsivamente ao abrigo do Mental Health Act e levada para avaliação.

Pouco depois deste incidente, Kate foi de novo levada pelos indivíduos que a exploravam. Disseram-lhe que sabiam que ela tinha falado com a polícia. Foi retirada do colégio e levada para «um cenário de Sala Vermelha» (Red Room). Outra rapariga, Meg, também estava presente. Durante este incidente, Kate alega ter sido forçada a assistir a violência extrema que resultou na morte de Meg. Isto, diz ela, foi feito deliberadamente, e os agressores deixaram claro que era uma consequência direta da convicção deles de que ela tinha revelado informação à polícia após o seu internamento.

Antes de Kate ter de começar a universidade, relata que foi levada a Londres durante o Carnaval de Notting Hill e obrigada a praticar «trabalho sexual de rua». A certa altura, Kate procurou os agentes da polícia mais próximos e tentou explicar que não estava segura, que tinha sido traficada e que receava que os seus agressores a encontrassem. Estes confirmaram que ela tinha sido dada como desaparecida e contactaram o pai de Kate, que disse aos agentes que ela estava a mentir e se recusou a ir buscá-la.

Os agentes transportaram-na então para uma esquadra. Quando chegou, disseram-lhe que não podia ficar ali e que, como o pai se tinha recusado a ir buscá-la, teria de sair da esquadra. Não foi posta em prática qualquer medida de proteção, e ela temia que os indivíduos que a exploravam a voltassem a encontrar. Sentiu-se inteiramente abandonada pelos adultos e profissionais que a deveriam ter mantido em segurança e, sobrecarregada e perturbada, voltou a tentar pôr termo à vida.

Pouco depois, começou a universidade – um objetivo que queria alcançar, pois pensava que seria uma saída do abuso. Contudo, a maior independência e a menor supervisão associadas à vida universitária criaram novas oportunidades para os indivíduos que a abusavam estenderem a exploração para além da zona de residência de Kate. Isto, relata ela, marcou o momento em que o seu tráfico se tornou de âmbito nacional, com o abuso a ocorrer em várias regiões da Grã-Bretanha.

Ao longo deste ano letivo, Kate alega que foi regularmente levada a diversas cidades por toda a Grã-Bretanha. Estas deslocações eram frequentes, muitas vezes não planeadas e realizadas em cima da hora, tornando-lhe impossível estabelecer qualquer estabilidade ou previsibilidade na vida diária. O nível de violência durante este período aumentou significativamente. As suas lesões tornaram-se mais frequentes e mais visíveis. Em várias ocasiões, os professores e amigos universitários de Kate repararam em hematomas e outras marcas, que refletiam a gravidade e a regularidade do abuso. Apesar destes indicadores de dano, não houve qualquer intervenção de proteção eficaz, e a exploração continuou.

Numa ocasião, Kate foi levada pelos seus agressores de uma zona perto da universidade. Disseram-lhe que estava «em sarilhos» porque não tinha estado disponível para «trabalhos» devido a um internamento hospitalar recente. Foi transportada para um local remoto e mantida numa caravana durante «cerca de nove dias». Durante este período, relata que foi sujeita a violência sexual repetida, agressões físicas graves e tortura prolongada – incluindo ser violada por um cão enquanto os homens apostavam se este lhe penetraria a vagina ou o ânus, sendo tudo filmado e sendo ela forçada a rever as imagens. Este foi o incidente «mais extremo e prolongado» que viveu e representou um agravamento significativo do nível de dano e de controlo exercido sobre ela. A duração, o isolamento e a intensidade do abuso durante este período tiveram um impacto duradouro e profundo no seu bem-estar físico e psicológico.

Ao longo do ano seguinte, Kate desapareceu durante vários períodos prolongados e foi sujeita a tráfico e violação contínuos por todo o país. Quando começou o confinamento da COVID-19, as suas deslocações diárias e atividades universitárias foram restringidas em conformidade com as orientações nacionais. Contudo, os indivíduos

que controlavam a sua exploração continuaram a esperar que ela comparecesse a «trabalhos» ao longo deste período. O confinamento não reduziu o nível de contacto nem de exigência que recaía sobre ela.

Após este período, o tráfico começou a diminuir gradualmente. Kate recebeu uma decisão positiva de «Conclusive Grounds» (fundamentação conclusiva) através do National Referral Mechanism, confirmando que era vítima de tráfico e exploração.

Os comportamentos de aliciamento a que Kate foi sujeita não seguiram o «modelo do namorado» nem as táticas de aliciamento frequentemente associadas à exploração sexual de crianças. Em vez disso, o abuso que sofreu baseou-se sobretudo na chantagem, na coação e nas ameaças. Desde o início, os indivíduos envolvidos usaram o medo, a intimidação e o controlo, em vez do afeto ou da persuasão, para a aprisionar e explorar.

A demografia dos homens que abusavam de Kate era mista. O primeiro grupo que a traficou e explorou era sobretudo branco britânico ou de origem cigana, roma e Traveller. À medida que crescia e era traficada mais amplamente, a demografia predominante dos agressores era de muçulmanos paquistaneses, bangladeshianos e bengalis. As outras vítimas que encontrou eram quase exclusivamente brancas britânicas. Kate foi repetidamente alvo de abuso de motivação racial e religiosa, e «o facto de ser branca era repetidamente usado como justificação para o abuso ou para minimizar ou desvalorizar o dano que lhe era infligido». Kate foi verbalmente atacada e humilhada por causa da sua religião, incluindo ser gozada por usar uma cruz e ouvir que «a sua fé cristã não lhe oferecia qualquer proteção». Os agressores sugeriam regularmente que «o seu Deus a tinha abandonado». Eram constantemente feitos comentários a sugerir que as raparigas brancas e as raparigas cristãs eram vistas como tendo um carácter moral degradado ou um valor inferior, ao passo que as raparigas muçulmanas eram descritas por alguns dos homens como tendo dignidade e uma posição moral superior.

Kate participou neste Inquérito porque sente «uma responsabilidade pessoal de falar em nome das muitas raparigas por todo o país que não o conseguem fazer» e de «ajudar a garantir que as realidades desta forma de exploração sejam compreendidas e que uma mudança significativa possa ser alcançada». Os sistemas que deveriam ter protegido Kate não reconheceram os riscos que ela enfrentava, não responderam

de forma eficaz quando foram levantadas preocupações e, em alguns casos, sente ela, «contribuíram para o dano ao desvalorizar ou não acreditar no que estava a acontecer».

Para testemunhos poderosos provenientes de fora das nossas audiências, ver o Anexo I.

Kate:

“Faziam-se comentários constantes sugerindo que as raparigas brancas e cristãs eram vistas como tendo menos moral ou menor valor, enquanto as raparigas muçulmanas eram descritas por alguns dos homens como possuidoras de dignidade e de uma postura moral superior.

Estas comparações eram utilizadas para justificar a forma como era tratada e para me humilhar e controlar ainda mais. Fui também alvo de comentários de natureza religiosa destinados a envergonhar-me e a desumanizar-me, incluindo afirmações que insinuavam que Deus me tinha abandonado ou que me rejeitaria por causa do que me tinham feito.”

**O RELATÓRIO DO INQUÉRITO
SOBRE GANGUES DE VIOLAÇÃO**

TESTEMUNHOS DE DENUNCIANTES

Os denunciante que tentaram expor os gangues de violadores foram sistematicamente silenciados, descredibilizados e punidos. Por vezes, as suas carreiras e reputações foram também manchadas. Profissionais de ação social, ativistas e figuras públicas que apresentaram provas de aliciamento ainda em curso, de tráfico, de abuso financeiro de crianças acolhidas e de encobrimentos institucionais enfrentaram suspensões, processos por difamação, rusgas ao amanhecer, congelamento de bens, acusações fabricadas, condições de caução que os silenciavam e um isolamento que lhes destruiu a carreira. As autoridades garantiam-lhes que tinham sido realizadas investigações completas quando nenhuma tinha ocorrido e os registos tinham sido destruídos. Altos responsáveis e eleitos reconheciam as preocupações como credíveis, mas não tomavam qualquer medida corretiva. O Estado não se limitou a ignorar os denunciante; puniu-os para proteger os gangues e a sua própria reputação.

Quisemos corrigir isso, pelo que convidámos estes denunciante ao nosso Inquérito. Seguem-se alguns dos seus testemunhos.

«Uma assistente social»

A nossa denunciante assistente social é uma profissional experiente da ação social na área da infância, com quase quatro décadas de serviço. O seu trabalho especializado centrava-se nos serviços de saída do acolhimento (leaving care) e na proteção de jovens altamente vulneráveis. Em fevereiro de 2018, apresentou amplas denúncias relativas a abuso financeiro de jovens, utilização indevida de fundos públicos, sanções ilícitas, despejos ilegais, racismo para com crianças acolhidas e falhas sistémicas na proteção contra a exploração sexual e criminosa.

Foi-lhe garantido que decorreria uma investigação abrangente. Na prática, as respostas foram tardias, fragmentadas e opacas. Altos responsáveis viriam mais tarde a reconhecer que o abuso financeiro era provável, mas alegaram que a prova era impossível devido à falta de registos. Foi informada de que tinham sido compradas trituradoras de papel nas unidades e que os registos poderiam ter sido destruídos. Apesar disto, a denúncia foi considerada «analisada» sem que ela alguma vez tivesse sido entrevistada.

de saúde mental colocadas em situações inseguras, episódios repetidos de desaparecimento, riscos de exploração não tratados e intervenção policial ou de saúde mental tardia. As suas provas ilustram um dano crescente, incluindo automutilação, exploração sexual, exploração criminosa e práticas habitacionais ilegais.

Depois de levantar estas preocupações, sofreu retaliação, incluindo o corte de pagamentos, a suspensão com base em alegações infundadas e o isolamento profissional. A direção de topo e os eleitos falharam repetidamente em envolver-se de forma significativa com as suas preocupações. Conclui que a câmara local deu prioridade a considerações de reputação e financeiras em detrimento da segurança das crianças, deixando por resolver riscos contínuos.

Caven Vines (ativista de Rotherham)

Caven compilou registos multidisciplinares a partir de 2003. Estes mostravam que a polícia, as câmaras e os deputados sabiam do aliciamento organizado por gangues muçulmanos paquistaneses anos antes de qualquer admissão pública. Vines colaborou com os meios de comunicação nacionais e forneceu provas a altos responsáveis. Afirma que uma das entrevistas em que participou – nomeadamente à Sky News – foi distorcida, o que levou a um processo por difamação que o deixou na falência e lhe arruinou grande parte da vida. Alega perjúrio por parte de deputados e a falha da polícia em investigá-lo. O padrão demonstra que a denúncia precoce do conhecimento institucional produziu retaliação em vez de proteção para as vítimas.

Tommy Robinson (ativista nacional)

Tommy Robinson documentou padrões de aliciamento depois da exploração de uma familiar próxima aos 14 anos. Ouviu centenas de relatos semelhantes de famílias por toda a Inglaterra. Quando formou a English Defence League e falou publicamente, a polícia de South Yorkshire terá submetido-o a detenções repetidas e a rusgas ao amanhecer nas casas da sua família. Terá também enfrentado acusações fabricadas, congelamento de bens e ameaças que o forçaram a mudanças de residência repetidas. O Estado tratou a denúncia pública dos padrões étnicos e religiosos dos gangues como mais

perigosa do que os próprios gangues.

Depois de Robinson ter detalhado repetidamente a dimensão dos gangues de aliciamento muçulmanos por toda a Grã-Bretanha, o Estado respondeu com uma ação legal dirigida que, na prática, o silenciou. Em maio de 2018, fez uma transmissão em direto à porta do Leeds Crown Court enquanto os arguidos de um importante julgamento de um gangue de aliciamento entravam no edifício. Foi imediatamente detido por perturbação da ordem pública e acusado de desacato ao tribunal por violar as restrições à divulgação que protegiam os arguidos. Foi condenado a 13 meses de prisão no mesmo dia. Embora libertado ao fim de dois meses em recurso, o caso foi reapreciado e, em julho de 2019, foi de novo condenado a nove meses de prisão. Esta pena combinava seis meses pelo delito de Leeds com três meses por violar uma anterior ordem de desacato suspensa, relacionada com um incidente semelhante no Canterbury Crown Court em 2017.

O momento e a natureza destes processos sugerem, para muitos, uma clara retaliação. Robinson tinha sido uma das vozes mais mediáticas a destacar o escândalo dos gangues de aliciamento numa altura em que as autoridades de Rotherham, Rochdale e de outros locais ainda negavam a sua existência ou suprimiam provas. Em vez de investigar os gangues que ele identificara, o Estado concentrou os seus recursos em prender o homem que tinha chamado a atenção pública para eles. As acusações de desacato garantiram que a sua cobertura de julgamentos em curso fosse criminalizada, enquanto as redes de aliciamento continuavam a operar. Há indícios à primeira vista (*prima facie*) de que o uso repetido dos tribunais contra Robinson não tinha que ver com uma justiça equitativa, mas com a punição de um dos indivíduos que forçou o escândalo dos gangues de aliciamento a vir a público muito antes de as instituições oficiais estarem dispostas a agir.

«Fred»

«Fred» é pai e especialista em tecnologias de informação, com cerca de seis anos de experiência em trabalho de proteção de crianças. O seu envolvimento começou depois de as suas próprias filhas terem sido aliciadas presencialmente por um antigo companheiro da mãe delas. A filha mais velha reconheceu o risco e revelou a situação, permitindo a Fred intervir prontamente e proteger os filhos. Esta experiência levou-o a juntar-se a uma equipa de proteção de crianças online.

Durante cerca de dois anos, Fred trabalhou como isco, fazendo-se passar por uma criança online para

identificar adultos que procuravam aliciar e explorar sexualmente crianças. Foi exposto a comunicações sexuais altamente perturbadoras, que tiveram um grave impacto psicológico e acabaram por o levar a afastar-se das funções de isco.

Aproveitando a sua formação profissional, Fred passou a concentrar-se no desenvolvimento de ferramentas de rastreio digital, identificação de agressores e recolha de provas forenses. O seu trabalho é concebido para produzir provas prontas para tribunal. Colaborou com várias equipas britânicas de proteção de crianças e articulou-se com várias forças policiais, incluindo unidades especializadas na proteção de crianças online.

Até à data, Fred ajudou na identificação, no rastreio e na denúncia de quase 1300 suspeitos de serem predadores sexuais de crianças. Estes casos resultaram em detenções, processos e condenações. Pelo menos quatro casos envolveram tentativas de tráfico de crianças. Identificou também e forneceu dados técnicos que levaram ao encerramento de cerca de 30 servidores da deep web que alojavam grandes volumes de material de abuso sexual de crianças.

Fred observou que muitos agressores são reincidentes, com alguns condenados várias vezes. Na sua opinião, a reabilitação é ineficaz para esta categoria de agressores, e as práticas atuais de determinação das penas falham frequentemente em funcionar como dissuasor, com alguns indivíduos a receberem apenas penas de trabalho comunitário apesar de provas sólidas.

Fred acredita que o aliciamento online poderia ser substancialmente reduzido ou eliminado através da tecnologia existente e da inteligência artificial. Tais sistemas poderiam detetar comportamentos de aliciamento em tempo real com base em modelos estabelecidos. Um padrão recorrente nos casos que Fred apoiou é que a esmagadora maioria dos suspeitos inicia o contacto com os iscos, o que sugere que estão ativamente a visar várias crianças.

Destacou um caso específico numa plataforma que envolvia um indivíduo que se apresentava publicamente como explicador de Corão e de árabe ligado a uma mesquita e a um centro de ensino em duas universidades. Foram entregues à polícia provas digitais extensas, incluindo registos de conversas, dados de IP e informação de localização. Apesar disto, o indivíduo terá saído da Grã-Bretanha pouco depois, reaparecendo mais tarde no

país e no estrangeiro enquanto a investigação permanecia aberta. Fred manifestou preocupação com a aparente falta de ação neste caso apesar das provas sólidas, e referiu ciberataques subsequentes aos seus sistemas com origem no Médio Oriente.

Fred enfrentou ameaças pessoais diretas, incluindo uma ameaça de morte por parte de um reincidente perigoso com condenações anteriores por rapto, tortura e violação. Fred prestou este testemunho para evidenciar a dimensão do aliciamento online, as oportunidades tecnológicas de prevenção e as lacunas sistémicas que permitem aos agressores continuar a delinquir.

DEMOGRAFIA E CULTURA

Os agressores de origem muçulmana paquistanesa e de outras origens muçulmanas constituíam o núcleo dos gangues de violadores a nível nacional.

Operavam segundo um código de clã baseado na honra e na vergonha, que tratava as raparigas não muçulmanas, sobretudo as raparigas brancas da classe trabalhadora, como propriedade disponível para uso sexual, porque estas raparigas não tinham protetores masculinos capazes de retaliar. Os homens começavam por cobrir as raparigas de atenção, presentes, álcool e drogas. Isto agravava-se depois para coação, violação em grupo e tráfico. Transportavam as vítimas entre cidades, partilhavam-nas com amigos e familiares e, por vezes, impunham conversões ao Islão seguidas de casamentos religiosos. Os homens muçulmanos justificavam o abuso descrevendo as raparigas brancas britânicas como «fáceis», «lixo» ou moralmente inferiores. As mesmas redes visavam raparigas sikh, até que as comunidades sikh mobilizaram uma proteção masculina coletiva e forçaram os gangues a recuar. Às raparigas britânicas não era permitida tal defesa. Esta exploração de enquadramento religioso repetiu-se em todas as grandes vilas e cidades e mais além.

A Grã-Bretanha assistiu a uma série de condenações mediáticas por exploração sexual organizada de crianças em grupo, vulgarmente designada por «gangues de aliciamento». Contudo, o número de condenações corresponde apenas a uma pequena proporção dos homens que cometeram os crimes.

Nos casos em que agressores de ascendência paquistanesa foram nomeados publicamente em registos judiciais ou relatórios, os seus nomes foram sistematicamente de carácter muçulmano. De acordo com o Censo de 2021 de Inglaterra e do País de Gales, cerca de 93% dos indivíduos que se identificam etnicamente como paquistaneses identificavam-se também como muçulmanos, com apenas cerca de 1% a seguir outra religião (não tendo sido registada qualquer fé para os restantes).

O investigador Peter McLoughlin, em *Easy Meat* (2016), compilou uma lista abrangente de condenações de gangues de aliciamento entre 1997 e 2018 (com atualizações em análises posteriores), a partir de resultados judiciais publicados. A sua análise dos nomes indicou que cerca de 87% dos condenados tinham nomes distintamente muçulmanos, um número corroborado por análises relacionadas e muito superior à proporção muçulmana

(cerca de 6%) da população geral da Grã-Bretanha.¹³

A maioria destes grupos condenados era constituída inteiramente por homens de origem muçulmana. Estes grupos são predominantemente de ascendência paquistanesa, sobretudo quando o grupo excede dez ou mais membros. A dinâmica de maior dimensão dos grupos de agressores paquistaneses está patente em grandes processos e em revisões oficiais de locais como Rochdale, Rotherham, Huddersfield, Oxford, Telford, entre outros.

Outras condenações envolveram grupos compostos sobretudo por muçulmanos de origens não paquistanesas, demonstrando que a questão não se confina necessariamente a um único grupo étnico:

- Dois gangues de origem somali em Bristol.
- Um gangue maioritariamente de ascendência africana em Banbury.
- Três iranianos em Chelmsford.
- Três sírios e um kuwaitiano em Newcastle.
- Dois homens turcos em Somerset.
- Um gangue de violadores romeno em Rotherham.
- O importante caso «Operação Sanctuary» de Newcastle, envolvendo 17 homens e uma mulher de diversas origens muçulmanas: ascendência albanesa, curda, bangladeshiana, indiana, turca, iraniana, iraquiana, paquistanesa e da Europa de Leste. Quase todos os nomes publicados eram islâmicos.

Estes padrões baseiam-se em processos judiciais, registos de sentenças, inquéritos oficiais (como os de Rotherham, Rochdale e outros) e na cobertura pública de casos concluídos. Desenvolvimentos recentes, incluindo revisões em curso e auditorias de dados (por exemplo, auditorias nacionais e casos históricos reabertos), continuam a examinar a dimensão, as características e os padrões deste tipo de crimes.

No que respeita à dimensão dos crimes, esta reflete-se nos registos de condenações, nos dados policiais das áreas das forças relevantes e em auditorias – todos eles assinalando uma sobre-representação de homens de ascendência sul-asiática/paquistanesa em certos casos de base grupal, embora reconhecendo as limitações dos dados sobre etnia

¹³ Ver Peter McLoughlin, *Easy Meat: Inside Britain's Grooming Gang Scandal* (Nashville, TN: New English Review Press, 2016).

a nível nacional. Os grupos não muçulmanos de menor dimensão apresentam frequentemente dinâmicas ou perfis de vítimas diferentes em comparação com o clássico modelo de «aliciamento» com múltiplos agressores presente nas operações maiores.

O termo «asiático» tem sido frequentemente aplicado nos meios de comunicação, em declarações oficiais e no discurso público para descrever os agressores nos casos de gangues de aliciamento por toda a Grã-Bretanha. Esta rotulagem genérica pode, no entanto, ser enganadora, pois a Grã-Bretanha acolhe um número substancial de populações asiáticas não muçulmanas, como hindus e sikhs da Índia, budistas do Japão e cristãos das Filipinas e do Vietname. Estas populações não tiveram, salvo raríssimas exceções, qualquer envolvimento nestes crimes. Na verdade, os membros destas comunidades surgiram mais frequentemente como vítimas do que como agressores nos casos de gangues de aliciamento que vieram a público.

A Dra. Ella Hill, sobrevivente dos gangues de aliciamento de Rotherham e atualmente médica qualificada, partilhou corajosamente as suas experiências e reflexões em vários fóruns públicos, incluindo um depoimento ao Inquérito Jay de 2022, uma entrevista em podcast em julho de 2020 e um artigo de 2018 no *The Independent*. O seu relato é inteiramente consistente com as provas ouvidas no Inquérito aos Gangues de Violadores.

Após anos de violência sexual repetida, espancamentos graves e tentativa de homicídio por parte dos seus agressores, os seus familiares foram forçados a mudar de apelido e a mudar-se para outra parte do país, para que ela pudesse concluir os estudos e mais tarde seguir e obter um grau em medicina.

Nos seus relatos, a Dra. Hill descreveu sistematicamente o abuso como sendo agravado em termos raciais e religiosos. Foi-lhe dito explicitamente durante as violações que os ataques aconteciam por ela ser branca e por ser cristã.

Explicou que foi inicialmente aliciada e depois traficada por um namorado muçulmano paquistanês para grupos de homens muçulmanos. Era repetidamente levada a várias casas e apartamentos, onde era violada, fisicamente agredida e torturada. Mesmo depois de tentar fugir e esconder-se, o seu principal agressor localizou-a, arrombou-lhe a casa e tentou matá-la em cinco ocasiões distintas. Sobreviveu

estes ataques, mas ficou com lacerações e hematomas extensos.

Em pelo menos cinco ocasiões, dirigiu-se à polícia, apresentando provas médicas das suas lesões, mas de cada vez disseram-lhe que nada podiam fazer e as suas provas não foram aceites.

A Dra. Hill sublinhou que o abuso verbal que sofreu estava saturado de insultos tanto raciais como religiosos. Enquanto era espancada, foi repetidamente tratada por «cabra branca» (white slag), «puta branca» (white whore), «cona branca» (white cunt) e, simultaneamente, condenada como não muçulmana que merecia castigo por não cumprir as regras islâmicas. Os seus agressores, disse ela, operavam segundo aquilo a que chamou «Ideologia dos Gangues de Aliciamento» (Grooming Gang Ideology), ao abrigo da qual acreditavam que os seus crimes eram religiosamente justificados.

Com maior detalhe, na sua exposição incorporada no depoimento da Professora Associada Lisa Oakley ao Inquérito Jay de 2022, a Dra. Hill afirmou:

«Disseram-me que tinha de respeitar a religião deles. Esta foi a primeira de muitas mentiras confusas que fui forçada a acreditar. Disseram-me que, para lhes mostrar (aos muçulmanos) respeito, não devia comer carne de porco. Disseram-me que as raparigas muçulmanas são boas e puras, e permanecem virgens até ao casamento, mas que todas as raparigas brancas são cabras e que todas dormem com centenas de pessoas. Disseram-me que as raparigas brancas são lixo. São todas putas. São mais baixas do que a porcária debaixo do sapato. Não obedecem a Alá, por isso merecem ser castigadas. Não se vestem com recato. As mulheres muçulmanas são puras porque se cobrem até aos tornozelos e até aos pulsos, e a bainha da parte de cima desce abaixo dos joelhos. As raparigas brancas mostram as curvas do corpo, por isso estão a pedi-las. Deviam ser violadas como castigo por não obedecerem a Alá. As raparigas kaffir [não muçulmanas] não valem nada. Ter sexo com uma rapariga kaffir não conta como adultério (só o sexo com uma mulher muçulmana conta como adultério). Se não fores virgem antes do casamento, deves ser espancada. Muitas vezes me disseram que o Corão diz: «Se uma das tuas mulheres te desobedecer, bate-lhe.» Isto era-me frequentemente citado antes de me baterem com as mãos. Acreditavam ter uma posição de superioridade moral religiosa sobre os «não crentes». Acreditavam que era seu dever castigar-nos, pois acreditavam que ao fazê-lo se tornavam bons muçulmanos. Foi isto que lhes ensinaram as mães. Ensinaram-lhes que as bruxas no Paquistão são louras, por isso as louras são mais malvadas e merecem um castigo pior. Disseram-me que, no Islão, se uma rapariga ou mulher olha para um homem que não seja o seu irmão, pai ou marido, isso significa que quer ter sexo com ele. Por isso,

disseram-me para olhar para o chão quando estava perto de homens muçulmanos. Por isso, quando olhei mesmo para um empregado de mesa num restaurante, fui levada para ser violada em grupo como «castigo». Disseram-me que, segundo a comunidade de fé deles, as raparigas têm idade para sexo quando começam a menstruar (aos onze anos). Muitas de nós tivemos de suportar o ato sexual de «thighing» [em árabe mufākhadhah], que agora me dizem ser uma forma religiosamente sancionada de abusar de crianças segundo algumas escrituras islâmicas. (Tens de te deitar de costas com as pernas esticadas e juntas, e eles montam-te e fodem por entre as tuas coxas).

Fui espancada, estrangulada, sufocada, com a cabeça mantida debaixo de água, torturada, pontapeada e violada mais de 100 vezes. Disseram-me que, se não gritas quando és violada, então estás a consentir na violação, por isso deves ser apedrejada até à morte. Disseram-me que as raparigas muçulmanas sabem isto (porque o Corão diz que o silêncio de Aisha foi o seu consentimento para o casamento com Maomé). Por isso, as raparigas muçulmanas sabem que devem gritar, mas as raparigas brancas não, e então a culpa é delas, porque não são muçulmanas. Quando usei mesmo um lenço na cabeça para tentar proteger-me de ser violada, disseram-me para o tirar e voltaram a violar-me. (Sei agora que todas estas chamadas «formas de te protegeres de seres violada» são «mitos da violação» usados para desculpar o comportamento criminoso dos agressores.)

Ameaçaram matar os meus pais se estes tentassem impedir-me de os ver. Fui intimidada com armas e ameaçada com a amputação de partes do corpo com facas. Quando tentei fugir, disseram-me que tinha ofendido a honra deles, por isso tinham de derramar o meu sangue. Fizeram-no num ataque de honra. Todo o abuso sexual que sofri esteve ligado a abuso espiritual ou abuso religioso. As escrituras religiosas eram usadas como instrumentos de controlo para me forçar a conformar-me com a vontade deles. Não me era permitido questionar estas crenças religiosas. Usavam a sua «autoridade moral» religiosa e o seu elitismo autoproclamado para me controlar através do uso das escrituras, de confissões forçadas, da censura à tomada de decisões, da exigência de sigilo e silêncio, do isolamento, de vergonha e castigo excessivos em torno da sexualidade e da exigência de obediência inquestionável. Vivi isto como um ataque físico, emocional e espiritual profundamente pessoal e aterrador. De cada vez que citavam as escrituras, era muito difícil argumentar; para eles, era como se eu estivesse a discutir com Deus. Para mim, era na verdade como se eu estivesse a discutir com o diabo. Usaram a sua chamada «autoridade moral religiosa» para praticar os atos mais horríveis e imorais que se possa imaginar.»¹⁴

As experiências inteiramente típicas das sobreviventes conhecidas por «Sarah» e «Anna» – ambas

¹⁴ The Independent Inquiry into Child Sexual Abuse, Witness Statement of Professor Lisa Ruth Oakley, pp. 4-5.

ajudadas pelo Christian Legal Centre – fornecem mais uma ilustração dos elementos religiosos relatados em alguns casos de gangues de aliciamento.

Sarah suportou um suplício de 12 anos depois de ter sido raptada da rua aos 15 anos. Durante este período, foi repetidamente drogada com Valium, espancada e violada. A certa altura, o seu agressor apresentou-lhe um certificado da mesquita e declarou que estavam casados segundo os ritos islâmicos. Mais tarde, divorciou-se dela ao abrigo do procedimento da sharia simplesmente declarando «divorcio-te» três vezes. Foi então imediatamente casada, numa cerimónia conduzida por um imã, com um homem que não conhecia. Minutos depois de a cerimónia terminar, enquanto a festa de casamento continuava no piso de baixo, foi violada pelo seu novo «marido».

Ao longo dos anos, Sarah foi sujeita a oito abortos forçados, um deles com cinco meses de gravidez. Quando acompanhava o agressor a consultas médicas, este exigia que usasse hijab e andasse a metro e meio atrás dele. Foi obrigada a aprender o Corão em árabe e só lhe era permitido falar urdu e punjabi. Era também obrigada a cozinhar e a limpar para os membros do gangue que a abusavam.

Sarah fez várias tentativas de fuga sem sucesso. Numa ocasião, depois de denunciar o seu rapto à polícia, foi interrogada por um agente muçulmano que desligou o gravador e a instruiu a desistir das suas acusações por «falta de provas». Mais tarde, soube que este agente tinha sido preso por crimes sexuais contra crianças.

Num caso distinto, Anna vivia num lar de menores em Bradford em 2002. A partir dos 13 anos, foi violada e abusada enquanto estava no lar e, aos 15, foi forçada a um casamento segundo a sharia. A sua assistente social esteve presente na cerimónia de casamento e permitiu que os pais do marido a acolhessem depois de ela engravidar; os pais recebiam do Estado um subsídio de acolhimento. Anna descreveu a sua situação como de «escravatura doméstica», em que era tratada «como uma criada» e repetidamente abusada sexualmente por dezenas de homens.¹⁵ Na Grã-Bretanha, relatórios apenas da Polícia Metropolitana de Londres indicaram uma média de 1125 agressões sexuais por ano envolvendo motoristas de táxi sem licença. Uma

¹⁵ James Tozer, *Social worker 'attended wedding of terrified girl, 15, to her abuser': Carers turned a blind eye when teenage grooming victim was forced into Islamic marriage, damning report reveals*, Daily Mail, 27 de julho de 2021.

proporção significativa dos agressores nestes casos foi identificada como muçulmana.¹⁶

Uma outra forma de exploração sexual associada a certas comunidades muçulmanas por toda a Grã-Bretanha é o tráfico para casamento. A Forced Marriage Unit (FMU) tratou de 801 casos em 2024 relativos a raparigas e mulheres residentes no país que foram forçadas a casar com homens, prestando apoio direto em 229 desses casos.

Entre os 280 casos em que foi registado o país de destino em 2023, os seis países com os números mais elevados foram o Paquistão (45%), o Bangladesh (13%), o Afeganistão (7%), a Índia (3%), a Somália (3%) e a Nigéria (2%). Destes seis, todos exceto a Índia e a Nigéria têm populações esmagadoramente muçulmanas.

Números anteriores do Home Office, de 2009, mostravam que 90% das vítimas de casamento forçado na Grã-Bretanha eram muçulmanas. Em anos mais recentes, contudo, a FMU deixou de recolher ou publicar dados sobre a religião dos envolvidos – uma mudança que ecoa os padrões de evasão observados durante as investigações aos gangues de aliciamento. Um relatório da FMU afirmava:

«O casamento forçado não é um problema específico de um país, religião ou cultura. ... A FMU não regista dados sobre religião; nenhuma grande fé no Reino Unido defende o casamento forçado. O consentimento livremente dado é um pré-requisito dos casamentos cristãos, hindus, judaicos, muçulmanos e sikh.»¹⁷

Embora o casamento forçado ocorra em várias comunidades e não seja exclusivo dos muçulmanos, as estatísticas mostram uma clara sobre-representação de muçulmanos entre os envolvidos em casos de casamento forçado. É também incorreto afirmar que o Islão exige o consentimento da mulher para o casamento.

Padrões semelhantes de crimes sexuais que envolvem desproporcionadamente homens muçulmanos têm sido relatados noutros países ocidentais com populações imigrantes muçulmanas significativas.

¹⁶ Dr. Mark Durie, *UK grooming gangs and Islam*, Christian Concern, 13 de novembro de 2025, p. 15.

¹⁷ Ver Home Office & Foreign Office Statistics, *Forced Marriage Unit statistics 2023*, 9 de maio de 2024.

Nos Países Baixos, uma considerável cobertura mediática tem incidido sobre os chamados «lover boys», que são predominantemente homens muçulmanos marroquinos. Estes indivíduos seduzem primeiro raparigas neerlandesas, muitas vezes adolescentes, e depois coagem-nas à prostituição para lucrar com os seus rendimentos. Segundo um relatório de 2001 da organização Child Right, sediada em Amesterdão, cerca de 5000 estudantes neerlandesas «comuns», de 13 ou 14 anos e de meios familiares típicos, tinham sido atraídas para a prostituição por «lover boys». O documentário *Lover Boys*, realizado por Julia Rooke, acompanha o trabalho de Ibrahim, um assistente social neerlandês-marroquino que apoia tanto os agressores como as suas vítimas.¹⁸

Na Suécia, um estudo académico de 2021 que examinou os «agressores de violação suecos» concluiu que quase metade dos indivíduos condenados tinha nascido fora da Suécia, com os imigrantes do Médio Oriente e do Norte de África a estarem marcadamente sobre-representados entre eles.¹⁹

Na Austrália, nove homens muçulmanos libaneses foram condenados em 2002 por violarem em grupo raparigas brancas. As notícias da época indicavam que a polícia tinha conhecimento de mais de 60 vítimas do sexo feminino ligadas ao grupo, embora as condenações dissessem respeito às violações de sete raparigas. A polícia apreendeu uma mensagem de telemóvel de um dos agressores que dizia:

«Quando te sentires em baixo ... dá uma sova a um cristão ou católico e anima-te.»²⁰

ESTATÍSTICAS

Os dados sobre agressores da análise de 2017 da Quilliam Foundation, juntamente com investigações independentes recentes, revelam um envolvimento consistente e desproporcionado de homens muçulmanos – na sua esmagadora maioria de ascendência paquistanesa – na CSE de base grupal.

O número de 250 000 não é uma contagem precisa. Não existe tal contagem porque o Estado britânico não a registou. Mas podemos considerá-lo uma estimativa conservadora que tem em conta a natureza organizada e repetida do abuso (muitas

¹⁸ Ver Julia Rooke e Caroline Pare, *Lover Boys*, Al Jazeera, 15 de maio de 2012.

¹⁹ Ardavan Khoshnood, Henrik Ohlsson, Jan Sundquist e Kristina Sundquist, *Swedish rape offenders – a latent class analysis*, Forensic Sciences Research, 22 de fevereiro de 2021.

²⁰ Ver Kate Warner, *Gang Rape in Sydney: Crime, the Media, Politics, Race and Sentencing*, Journal of Criminology, Volume 37, Issue 3, dezembro de 2004.

raparigas violadas centenas de vezes por vários agressores) e décadas de ocultação institucional.

A análise de 264 condenações por exploração sexual de crianças em grupo entre 2005 e 2017 concluiu que 84% (222 agressores) eram sul-asiáticos, na sua esmagadora maioria muçulmanos paquistaneses. Apenas 7% eram brancos e 8% negros.²¹

Um contexto adicional de comentários de peritos inclui declarações do Dr. Taj Hargey, imã da Oxford Islamic Congregation, que observou que praticamente todos os indivíduos nestes gangues de aliciamento parecem ser muçulmanos, estimando que 95% dos envolvidos são de fé muçulmana.²²

Como já foi referido, a investigação de Peter McLoughlin indica que cerca de 87% das condenações dos gangues de violadores foram de pessoas com nomes distintamente muçulmanos. Estes números contrastam acentuadamente com a proporção muito menor das comunidades paquistanesas ou muçulmanas na população total da Grã-Bretanha atual (muçulmanos cerca de 6,5% e paquistaneses cerca de 2,1%, segundo os dados censitários mais recentes). Vários estudos, incluindo dados policiais de várias forças, auditorias nacionais e revisões independentes, documentaram esta sobre-representação neste tipo de criminalidade de base grupal, mesmo quando algumas narrativas oficiais anteriores sublinhavam a inexistência de um perfil comunitário único ou procuravam desvalorizar os padrões étnicos.²³

O número de violações denunciadas no Reino Unido aumentou substancialmente desde 1997, quando começou a era da imigração em massa em larga escala no país sob Blair. Os dados oficiais de criminalidade registada pela polícia em Inglaterra e no País de Gales indicam que os crimes de violação se situavam em cerca de 8593 no ano 2000 – um valor próximo dos níveis observados no final da década de 1990, antes de grandes alterações nas práticas de registo.²⁴ No ano terminado em março de 2025, a polícia registou que os crimes de violação tinham aumentado para mais de 70 000, segundo os números publicados pelo Office for National Statistics (ONS), refletindo um aumento superior a 800%, mesmo

21 Ver Haras Rafiq e Muna Adil, *Group-Based Child Sexual Exploitation: Dissecting "Grooming Gangs"*, Quilliam, dezembro de 2017.

22 Ver *Fundamentalist 'Muslims believe if the Prophet' slept with a nine-year-old 'what's wrong with a 12-year-old?'* claims Muslim leader, London Loves Business, 9 de janeiro de 2025.

23 Ver Connor Tomlinson, *Grooming Gang Denial Is Dead*, Courage Media, 18 de junho de 2025.

24 Ver Office for National Statistics, *Sexual offences in England and Wales overview: year ending March 2025*, 4 de novembro de 2025.

depois de ter em conta um crescimento populacional de cerca de 15% durante os anos intermédios.²⁵

Em contraste flagrante, a Polónia, que manteve níveis relativamente baixos de imigração ao longo do mesmo período, registou uma diminuição das violações denunciadas. Os dados da polícia nacional polaca mostram 2399 crimes de violação registados em 2000, caindo para 1127 em 2023 – uma redução de mais de 50%. Com uma população estável de cerca de 38 milhões, isto equivale a uma taxa per capita de cerca de três violações por 100 000 residentes nos últimos anos, em comparação com mais de 100 por 100 000 no Reino Unido.²⁶

Estes padrões comparativos, retirados de fontes oficiais, evidenciam tendências divergentes entre as duas nações. As referências incluem o boletim do ONS sobre crimes sexuais em Inglaterra e no País de Gales relativo ao ano terminado em março de 2025, as tabelas históricas de criminalidade registada pela polícia do Home Office e os dados de crimes registados pela polícia do Eurostat, juntamente com as estatísticas nacionais polacas compiladas através do Statista para o período de 2000 a 2023. Os cálculos per capita sublinham ainda mais a dimensão da disparidade quando se consideram os tamanhos relativos das populações.

Estes números indicam que os gangues de violadores são um fenómeno etnorreligioso específico, com os muçulmanos – especialmente os muçulmanos paquistaneses – significativamente sobre-representados.

²⁵ Ver Office for National Statistics, *Sexual offences in England and Wales overview: year ending March 2025*, 4 de novembro de 2025.

²⁶ Ver Statista, *Number of rapes in Poland from 1999 to 2023*.

A INFLUÊNCIA DO ISLÃO

O TRATAMENTO DOS NÃO MUÇULMANOS PELOS MUÇULMANOS EM TODO O MUNDO

A Grã-Bretanha não é um caso único. Este tipo de coisas acontece em qualquer lugar que acolha a migração em massa de países muçulmanos ou que contenha populações muçulmanas há muito estabelecidas. Existe um padrão consistente de violência sexual dirigida contra minorias não muçulmanas em contextos onde os muçulmanos formam a maioria.²⁷

Por toda a Grã-Bretanha, como assinalámos, raparigas de origem sikh e hindu foram também visadas por gangues muçulmanas. Ao contrário da maioria branca britânica, estas populações imigrantes não muçulmanas nunca foram impedidas de se organizar coletivamente para proteger os seus. Ao fazê-lo, como era seu dever, a Network of Sikh Organisations chamou a atenção para o «tratamento horrendo» dos não muçulmanos no Paquistão:

«Basta olhar para o tratamento horrendo das raparigas de fés minoritárias no Paquistão – onde raparigas cristãs, hindus e sikh são raptadas, forçadas a converter-se ao Islão e a casar – para compreender as motivações subjacentes. Em 2018, cerca de 1000 raparigas só na província paquistanesa do Sindh sofreram este destino. Em muitos casos, os agressores beneficiam de impunidade devido à corrupção e à conivência de autoridades locais.»²⁸

Em abril de 2024, peritos de direitos humanos da ONU manifestaram grave alarme quanto à vulnerabilidade das raparigas de minorias no Paquistão a conversões religiosas forçadas e a casamentos forçados. O seu comunicado de imprensa destacava que as raparigas cristãs e hindus, em particular, enfrentam riscos acrescidos de rapto, tráfico, casamento forçado infantil, servidão doméstica e violência sexual.²⁹

Grupos de direitos humanos e notícias dos meios de comunicação, incluindo uma investigação da BBC de 2021, estimaram que milhares de raparigas não muçulmanas – sobretudo cristãs,

²⁷ Escusado será dizer que, como demonstra a nossa experiência na Grã-Bretanha, este mesmo historial se aplica mesmo quando os muçulmanos são uma entre muitas minorias.

²⁸ Network of Sikh Organisations, *Our letter to the Home Secretary on grooming gangs*, 20 de janeiro de 2025.

²⁹ Comunicado de imprensa do Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), *Pakistan: UN experts alarmed by lack of protection for minority girls from forced religious conversions and forced marriage*, 11 de abril de 2024.

hindus e sikh – são raptadas anualmente no Paquistão, obrigadas a converter-se ao Islão e forçadas a casar com os seus raptadores. Um caso documentado envolveu Farah, uma rapariga cristã de 12 anos raptada da sua casa em junho de 2020 por três homens muçulmanos, violada e forçada a realizar trabalhos domésticos como escrava.³⁰

Uma sequência comum nestes casos vê uma rapariga ser raptada, coagida a assinar um certificado de conversão e rapidamente casada com um homem muçulmano. A polícia no Paquistão põe-se frequentemente do lado dos raptadores em detrimento da família da rapariga. Quando os pais recorrem à via judicial, os tribunais tendem a confirmar a legitimidade da conversão. As certidões de nascimento podem ser falsificadas para indicar que a rapariga não é menor. O contacto com a família é normalmente bloqueado. Após a conversão ao Islão, os pais não muçulmanos perdem toda a autoridade sobre o filho, pois a lei islâmica proíbe os não muçulmanos de exercerem a tutela sobre muçulmanos, incluindo a sua própria descendência.

As provas das condenações dos gangues de aliciamento por toda a Grã-Bretanha mostram repetidamente uma origem muçulmana entre muitos dos agressores. Quando isto é visto a par de padrões semelhantes de crimes sexuais observados tanto nos países de origem dos imigrantes como em sociedades de maioria muçulmana, oferece fundamentos convincentes para considerar que elementos do Islão estão a contribuir para o flagelo dos gangues de aliciamento no nosso país.

Embora não seja surpreendente que uma religião possa moldar e regular o comportamento sexual, a sugestão de que o Islão possa desempenhar um papel no impulso dos crimes sexuais continua a ser profundamente incómoda para alguns no Ocidente liberal. Ainda assim, a possibilidade de uma influência islâmica nestes crimes não pode ser descartada. Os dados disponíveis apontam fortemente para ela como uma hipótese que merece um exame sério.

O impacto de qualquer religião no comportamento individual raramente é direto e sem mediação; é fortemente filtrado pela cultura, que uma religião pode gradualmente remodelar ao longo de gerações. Nem todas as comunidades ou sociedades muçulmanas são influenciadas pelo Islão no mesmo grau ou da mesma forma. As populações muçulmanas minoritárias podem comportar-se de forma diferente das maioritárias. Por exemplo, as condenações de homens muçulmanos de origem indiana em casos de gangues de aliciamento por toda a Grã-Bretanha

30 Mike Thomson, *Abducted, shackled and forced to marry at 12*, BBC News, 10 de março de 2021.

são notavelmente raras em comparação com as de ascendência paquistanesa. Esta disparidade pode estar relacionada com um contexto demográfico: os muçulmanos formam apenas cerca de 14% da população da Índia (com os hindus a representarem cerca de 80%), colocando-os numa posição minoritária em que os constrangimentos sociais e legais diferem acentuadamente dos do Paquistão, onde os muçulmanos dominam de forma esmagadora e os não muçulmanos constituem uma minoria pequena e muitas vezes marginalizada. Num tal contexto, explorar os vizinhos não muçulmanos torna-se muito mais fácil.

Pelo menos oito aspetos teológicos do Islão podem contribuir para padrões culturais que permitem ou normalizam o abuso sexual de raparigas não muçulmanas. Estes incluem (1) a doutrina da superioridade muçulmana, (2) o princípio de lealdade e repúdio (*al-walā' wa-l-barā'*), (3) o domínio masculino sobre as mulheres, (4) a reclusão e o véu impostos às mulheres, (5) o casamento forçado combinado com a ausência de uma idade mínima fixa de consentimento, (6) a perceção da sexualidade feminina como inerentemente perigosa ou *fitna*, (7) a histórica instituição da escravatura na sharia, (8) e o sistema de *dhimmitude*.

Estes estão todos enraizados na teologia islâmica clássica, até e incluindo a jurisprudência islâmica. Mas, mesmo em nações governadas pela sharia, são comuns adaptações, como a fixação de uma idade mínima para o casamento ou a restrição do divórcio unilateral por parte dos homens, a fim de atenuar os efeitos mais duros sobre as mulheres.

O SUPREMACISMO MUÇULMANO

O Islão sustenta que aqueles que são justos e verdadeiramente temem Deus, ou seja, os muçulmanos, são inerentemente superiores aos que rejeitam os mandamentos de Deus, isto é, os não muçulmanos. Esta ideia está plasmada no Corão 3:110:

«Vós [muçulmanos] sois a melhor nação, suscitada para a humanidade, ordenando o que é bom e proibindo o que é errado, e crendo em Alá. Se o povo do livro [isto é, cristãos e judeus] crescesse, seria melhor para eles; alguns entre eles são crentes, mas a maioria são perversos.» (Sura 3:110)

O versículo posiciona os muçulmanos como a melhor comunidade, incumbida por Deus do dever de ordenar o bem e proibir o mal. Esta responsabilidade pode ser entendida como autorizando os muçulmanos a corrigir, compelir ou, se necessário, castigar os não muçulmanos,

potencialmente através de coação ou da força. Outras passagens do Corão afirmam a supremacia última do Islão sobre todas as religiões, como na Sura 48:28:

«É Ele [Alá] quem enviou o Seu Mensageiro com a orientação e a religião da verdade [o Islão], para a fazer triunfar sobre todas as religiões.»

Os não muçulmanos que recusam o Islão são descritos em termos duros, como na Sura 8:55:

«Certamente os piores dos animais aos olhos de Alá são os que [O] rejeitam [ao Islão]; não creem.»

O conceito de superioridade muçulmana está estreitamente ligado a visões depreciativas dos não muçulmanos. Por exemplo, a Sura 9:28 rotula os «associadores» (um termo pejorativo que engloba cristãos, judeus e outros não muçulmanos) de «impuros» (najis). Estes ensinamentos podem fornecer uma justificação religiosa que reforça a convicção de um agressor quanto à sua própria superioridade e facilita a desumanização das vítimas não muçulmanas.

Na sua entrevista em podcast de julho de 2020, a sobrevivente de Rotherham Dra. Ella Hill descreveu linguagem e atos abusivos que encarnavam este sentido de superioridade. Relatou ter sido obrigada a baixar-se e a beijar os pés do seu agressor, como ato deliberado para sublinhar a sua inferioridade. Falou também de outra vítima de Rotherham que, durante violações em grupo por dezenas de homens, foi forçada a lambe-los os pés até ficarem limpos porque «acreditavam ser moralmente superiores a ela». Hill observou:

«É uma coisa de superioridade muçulmana: acreditam ter a máxima autoridade moral para mandar as pessoas que estão abaixo deles lambe-los os pés.»

Observou ainda que os seus violadores viam os hábitos não muçulmanos como inerentemente impuros:

«Se estás a comer carne de porco és impura, és suja. Se usas faca e garfo

és suja; se não comes a comida com as mãos.»³¹

A MENTALIDADE DO «NÓS E ELES»

O princípio islâmico conhecido como *al-walā' wa-l-barā'* (lealdade e repúdio) ordena aos muçulmanos que dirijam o seu amor e a sua lealdade para aquilo que agrada a Deus, odiando, evitando e distanciando-se daquilo que O desagrade. Em essência, apela a amar e apoiar os companheiros de fé e a rejeitar os não crentes.

Este ensinamento assenta em vários versículos do Corão, incluindo:

«Que os crentes não tomem os descrentes como aliados, em vez dos crentes – quem o fizer nada terá de Deus – a menos que o façam por precaução, para se protegerem.» (Sura 3:28)

«Ó vós que credes! Não tomeis os judeus e os cristãos como aliados. São aliados uns dos outros. Quem entre vós os tomar como aliados, é já um deles. Certamente Deus não guia o povo dos malfetores [isto é, os não muçulmanos]. Vês, porém, aqueles em cujos corações há uma doença – apressam-se [a voltar-se] para eles. ... Quem toma Deus como aliado, e o Seu Mensageiro [Maomé], e aqueles que creem [os muçulmanos] – certamente o partido de Deus, esses são os vencedores.» (Sura 5:51–52, 56)

«Houve um bom exemplo para vós em Abraão, e naqueles que estavam com ele, quando disseram ao seu povo: «Certamente nada temos a ver convosco nem com o que servis em vez de Deus. Repudiamos-vos, e entre nós e vós surgiu a inimizade, e ódio para sempre, até que creiais somente em Deus.» (Sura 60:4)

Estas passagens sublinham que os muçulmanos devem manter laços fortes dentro da comunidade muçulmana, mantendo os não muçulmanos à distância e nutrindo inimizade para com eles. O Corão adverte que Deus vê os não muçulmanos com desprezo e que os muçulmanos que se tornam amigos, se aliam ou se associam estreitamente com eles correm o risco de serem considerados por Deus como descrentes eles próprios. Embora alguns muçulmanos desvalorizem esta doutrina, os movimentos revivalistas, que ganharam

³¹ Ver *I Am a Grooming Gang Survivor: My Story* | Triggernometry.

considerável influência nos países ocidentais, promoveram-na ativamente, apresentando a estrita adesão à lealdade e ao repúdio como vital para o sucesso da comunidade muçulmana no cumprimento da sua missão divina.

Para além do seu papel teológico, o *al-walā' wa-l-barā'* moldou profundamente certas culturas islâmicas. Em tais ambientes, muitos muçulmanos sentem uma forte pressão para não dizer ou fazer nada que possa prejudicar a imagem da comunidade muçulmana ou desacreditar o Islão. Dentro de um quadro baseado na honra e na vergonha, reforçado por estes valores, falar a estranhos sobre as faltas cometidas por outros muçulmanos é muitas vezes visto como um ato de traição. Esta dinâmica pode ter graves consequências no mundo real. Por exemplo, no seu livro *The Imam's Daughter* (2009), Hannan – mais tarde conhecida por Hannah – descreveu a sua experiência enquanto adolescente paquistanesa de 14 ou 15 anos na Grã-Bretanha.

Depois de confidenciar a uma professora que o pai, um imã, lhe batia, a professora informou o subdiretor, que combinou que um assistente social muçulmano paquistanês se encontrasse com ela na escola. Inicialmente aterrorizada por causa da origem dele, Hannan acabou por se abrir com ele sobre ser tratada como criada doméstica, sobre o medo de um casamento forçado e sobre o abuso físico que sofria. Nessa mesma tarde, regressou a casa e encontrou o assistente social a falar com o pai e a transmitir-lhe tudo o que ela tinha dito. Enquanto o assistente social esteve presente, o pai agiu com brandura mas, depois de este sair, o pai submeteu-a a um espancamento e violação graves, ameaçou matá-la se alguma vez voltasse a falar e prendeu-a na cave durante dias. Quando Hannan mais tarde se cruzou com o assistente social na escola e recusou mais contacto, este terá dito:

«Olha, eu só estava a fazer o que achava certo, tu sabes disso. Não é certo trair a tua comunidade.»³²

Padrões semelhantes surgiram em relatos de sobreviventes de gangues de aliciamento. Algumas descreveram ter recorrido à polícia, apenas para serem interrogadas por agentes muçulmanos que desligaram o dispositivo de gravação e as instaram a desistir da queixa por suposta «falta de provas».

32 Hannah Shah, *The Imam's Daughter: My Desperate Flight to Freedom* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 2009).

Uma cultura profundamente enraizada de lealdade imposta e de proteção da comunidade pode desencorajar os indivíduos de denunciar abusos ou de fornecer provas contra membros do seu próprio grupo. Se o assistente social no caso de Hannan tivesse comunicado as revelações dela à polícia, levando o pai a enfrentar acusações criminais, ter-se-ia exposto, e por extensão aos que lhe estavam associados, ao sério risco de ser rotulado de traidor dentro da comunidade.

O proeminente pensador e revivalista muçulmano indo-paquistânês Abul A'la Maududi, na sua influente obra *Let Us Be Muslims* (2016), sustentava que os muçulmanos não podem alcançar o verdadeiro sucesso enquanto a sua mais alta lealdade não for dada a Deus e à ummah (comunidade) muçulmana. A doutrina da lealdade e do repúdio exerce uma pressão particularmente forte quando os muçulmanos vivem como minoria em sociedades de acolhimento não muçulmanas. Em tais contextos, ao procurarem preservar e afirmar uma identidade coletiva forte, os muçulmanos podem dar uma ênfase ainda maior à solidariedade interna e à separação dos não crentes do que dariam nos seus países de origem.³³

A SUPERIORIDADE E O DOMÍNIO DOS HOMENS SOBRE AS MULHERES

O Islão estabelece que os homens ocupam a posição de gestores ou mantenedores (qawwāmūn) sobre as mulheres, como afirmado na Sura 4:34, em que o papel envolve assegurar que as mulheres permaneçam no seu devido estado. Segundo a lei islâmica, toda a mulher permanece sob a tutela (walī) de um familiar do sexo masculino. Normalmente, este é o seu pai. Caso o pai não a possa exercer por morte, perda de capacidade mental ou apostasia do Islão, intervém uma ordem específica de familiares masculinos da linha paterna, começando pelo avô paterno, depois os filhos, irmãos, sobrinhos e tios. A Sura 4:34 autoriza ainda os homens a disciplinar as suas mulheres, incluindo através de violência física.

Numerosas fontes autorizadas e regras da sharia reforçam a noção da inferioridade das mulheres em relação aos homens. A Sura 2:228 declara que os homens têm uma posição acima das mulheres. O Profeta Maomé afirmou que as mulheres são deficientes tanto na religião como na inteligência em relação aos homens e, no mesmo hadith, observou que as mulheres formam a maioria dos que estão no inferno. Ensinou também que, se uma mulher ou um

33 Ver Sayyid Abul A'la Mawdudi, *Let Us Be Muslims* (Leicester: Kube Publishing, 2018).

ção passa à frente de um homem em oração, a oração é invalidada (uma razão pela qual as mesquitas posicionam os homens de costas para as mulheres durante a oração). A sharia obriga a esposa a ter relações sexuais com o marido sempre que este o desejar; se ela recusar, Maomé disse que os anjos a amaldiçoarão até de manhã.

O divórcio segundo a sharia favorece fortemente os homens. Um marido pode divorciar-se unilateralmente da mulher sem indicar qualquer razão, simplesmente pronunciando «divorcio-te» três vezes. Para a mulher, obter o divórcio é muito mais difícil, envolvendo normalmente um processo legal formal e, muitas vezes, um custo financeiro. Após o divórcio, a mãe pode manter a custódia física dos filhos pequenos até uma determinada idade, mas o pai mantém a tutela legal. Além disso, se a mãe voltar a casar, perde o direito de ter consigo os filhos do casamento anterior.

As regras da sharia em matéria de prova diminuem ainda mais o estatuto das mulheres, valorizando o testemunho de uma mulher em metade do de um homem.

As leis de herança ao abrigo da sharia atribuem geralmente às mulheres metade da quota dada aos homens (por exemplo, um filho recebe o dobro da porção de uma filha). Uma esposa, ou as esposas em conjunto, herdaram um quarto do património do marido se este não deixar filhos, ou um oitavo se deixar filhos. Em contrapartida, um marido herda metade do património da mulher se esta não tiver filhos, ou um quarto se os tiver.

A abordagem da sharia à violação também prejudica as mulheres. A violação é categorizada como uma forma de zinā (relação sexual ilícita), o mesmo crime que abrange o adultério e a fornicação. O zinā é definido como a relação sexual entre um homem e uma mulher que não seja a sua esposa nem a sua escrava. Não existe um crime distinto de violação; é tratado como zinā sob coação (e a violação conjugal não é reconhecida). A pena para o violador espelha a do sexo extraconjugal consensual: 100 chicotadas para uma pessoa solteira ou a morte por apedrejamento para quem seja ou tenha sido casado. Quando uma mulher acusa um homem de violação, presume-se o seu consentimento, a menos que tanto o ato de penetração como a sua falta de consentimento sejam provados por quatro testemunhas oculares do sexo masculino, cada uma das quais tenha observado diretamente o pénis do homem a entrar na vagina da mulher. (Naturalmente, a presença de quatro homens a assistir a uma violação sem intervir torna altamente improvável que testemunhem a favor da vítima.) Se uma mulher alegar violação mas não conseguir apresentar as quatro testemunhas masculinas exigidas, corre o risco de ser condenada por zinā com base na sua própria acusação. Em 2003, a Comissão Nacional

para o Estatuto da Mulher do Paquistão relatou que até 88% das mulheres presas no Paquistão eram vítimas de violação ou de violação em grupo que, não conseguindo cumprir o requisito das quatro testemunhas, foram em vez disso condenadas por sexo ilícito.³⁴

Tomadas em conjunto, estas disposições da sharia, que institucionalizam o domínio masculino sobre as mulheres, exercem uma influência profunda. Em culturas moldadas pelo Islão, os rapazes podem ser criados para se tornarem homens que assumem um controlo legítimo sobre as mulheres das suas vidas, confiantes na sua superioridade inerente.

A RECLUSÃO DAS MULHERES

A lei islâmica contém múltiplas disposições que impõem o encobrimento e a reclusão das mulheres. É amplamente reconhecido que uma mulher muçulmana deve cobrir a maior parte do corpo quando aparece em público. Além disso, a sharia concede a um tutor masculino a autoridade para restringir os movimentos de uma rapariga ou de uma mulher, permitindo-lhe confinar a esposa ou a filha a casa e permitir-lhe sair apenas quando acompanhada por um familiar masculino e por uma razão válida.

Isto reflete-se na Sura 33:33, que instrui as mulheres: «Permanecei nas vossas casas e não vos exibais.» Uma consequência da cultura de encobrimento e reclusão derivada da sharia é que uma mulher que apareça em público sem se cobrir ou que permaneça fora do espaço protegido do lar pode ser culturalmente percecionada como desprotegida e, por isso, sexualmente disponível ou promíscua. Esta noção, de que uma mulher destapada convida ao assédio, é sugerida na Sura 33:59 do Corão, onde Maomé é instruído a que as suas esposas e filhas se cubram para que «não sejam molestadas».

Certos pregadores islâmicos endossaram explicitamente esta visão. Na sequência das mediáticas condenações por violação de homens muçulmanos de origem libanesa em Sydney, na Austrália, o Grande Mufti do país, o Sheik Taj Aldin al-Hilali, atribuiu polemicamente a culpa às vítimas por não estarem cobertas e por não permanecerem em casa. Afirmou:

«Se tirares carne destapada e a colocares lá fora ... sem cobertura, e os gatos vierem comê-la ... de quem é a culpa, dos gatos ou da carne destapada? A

³⁴ Ver *Pakistan: Majority of Jailed Women are Rape Victims*, Feminist Majority Foundation Blog, 23 de outubro de 2003.

³⁵ Ver *Anger at Al Hilaly's 'uncovered meat' remarks*, ABC, 26 de outubro de 2006.

carne destapada é o problema. Se ela estivesse no seu quarto, na sua casa, no seu hijab, não teria ocorrido qualquer problema.»³⁵

Ao fazer estas observações, o Sheik al-Hilali estava a apresentar as normas islâmicas como o remédio para crimes do tipo dos cometidos pelos gangues de violadores. Segundo esta perspetiva, se os indivíduos adotassem o Islão e cumprissem as suas regras, as mulheres e as raparigas estariam protegidas de tais abusos, porque seriam mantidas em reclusão, colocadas sob supervisão masculina permanente e tornadas invisíveis aos de fora.

O CASAMENTO FORÇADO E A IDADE DE CONSENTIMENTO

Segundo a sharia, o casamento assume a forma de um contrato celebrado entre dois homens: o noivo e o tutor masculino da noiva (o seu walī). A estrutura assemelha-se muito a um contrato de compra e venda. O noivo paga uma quantia acordada, conhecida como mahr, à noiva e, em troca, ela torna-se sexualmente disponível para ele.

A jurisprudência islâmica não fixa qualquer idade mínima a partir da qual uma rapariga ou mulher possa casar. As autoridades religiosas permitem que um pai arranje um casamento para a filha mesmo enquanto esta ainda é bebé. O próprio Profeta Maomé casou com Aisha quando ela tinha seis anos, um arranjo feito entre Maomé e o pai dela, e consumou o casamento quando ela tinha nove. O próprio Corão aborda o novo casamento de uma rapariga divorciada que ainda não atingiu a menstruação (Sura 65:4).

A sharia distingue entre tipos de tutores. O pai ou o avô paterno da noiva é designado walī mujbir («tutor com poder de imposição»), porque certas escolas de direito islâmico lhe permitem obrigar uma filha ou neta virgem a casar sem o seu consentimento. A noção de que uma rapariga tem de atingir uma determinada idade antes de poder consentir em atividade sexual é estranha ao Islão. No ensino islâmico, o único contexto lícito para uma mulher consentir em sexo é através do casamento, e mesmo esse consentimento nem sempre é exigido.

De forma significativa, o termo árabe nikāḥ denota tanto o casamento como a relação sexual. A sharia funde, na prática, os dois conceitos. Uma mulher solteira está

proibida de ter relações sexuais, ao passo que uma mulher casada não tem o direito, ao abrigo da sharia, de recusar relações sexuais com o marido. Os hadiths afirmam ainda que o silêncio de uma virgem constitui consentimento para o casamento. Esta fusão entre o consentimento para o casamento e o consentimento para o sexo lança luz sobre o relato da Dra. Hill de que os seus violadores interpretavam o silêncio das vítimas como consentimento para a violação, baseando-se nestes mesmos hadiths.

Os estudiosos islâmicos divergem quanto ao grau de maturidade física ou emocional necessário para a relação sexual dentro do casamento. Alguns sustentam que o início da puberdade serve de limiar para essa aptidão, embora Maomé tenha consumado o seu casamento com Aisha, de nove anos, antes de ela atingir a puberdade, e outros permitem o «thighing» (sexo intercrural) com uma esposa que esteja menstruada ou seja considerada demasiado jovem para a penetração vaginal. Esta prática foi também descrita pela Dra. Hill.

Estas observações sugerem que os gangues de aliciamento muçulmanos podem revelar uma indiferença religiosa e cultural face ao conceito moderno de idade de consentimento. Numa entrevista, Andrew Norfolk, um dos primeiros jornalistas a expor o escândalo dos gangues de violadores da Grã-Bretanha, afirmou que

«embora o Islão proíba o sexo fora do casamento, todas as quatro escolas de jurisprudência islâmica ensinam que uma rapariga pode casar quando atinge a puberdade, que em média na Grã-Bretanha é aos 11 anos.»

«Quando o governo da Irmandade Muçulmana tomou o poder no Egito, uma das novas leis que iam introduzir era baixar a idade de consentimento de 18 para 13 anos, e certos salafistas e estudiosos da Irmandade Muçulmana manifestaram decepção por não ser nove.»

«O Estado Islâmico tinha nove como idade permitida para o casamento. Não creio que exista, em alguns casos, o mesmo sentido de erro e vergonha quanto a ter sexo com uma rapariga de 12 anos.»³⁶

³⁶ Abigail Frymann Rouch, "Sometimes journalists can step in when police and government fail", Lapido Archive, 9 de dezembro de 2016.

A SEXUALIDADE FEMININA

As fontes canônicas islâmicas retratam as mulheres como possuindo desejos sexuais pelo menos tão fortes como os dos homens, se não mais fortes, e veem esses desejos como potencialmente nocivos para os homens. O Profeta Maomé afirmou: «Depois de mim, não deixei aos homens nenhuma provação mais severa do que as mulheres.» O termo árabe *fitna* aqui usado denota uma provação severa que pode envolver sedução ou tentação que desvia as pessoas da fé, e carrega também conotações de caos que perturba a harmonia social.

Maomé sugeriu ainda que os homens são suscetíveis à tentação sexual, explicando que Alá predestinou uma porção de *zinā* (relação sexual ilícita) para cada homem: «Alá escreveu para o filho de Adão a sua inevitável parte de *zinā*, quer ele tenha consciência disso ou não.»

Uma expressão prática da ansiedade em torno da sexualidade das mulheres é a prática da mutilação genital feminina (MGF), que várias escolas de direito islâmico exigem ou recomendam fortemente como forma de refrear o desejo sexual feminino excessivo.

Outro reflexo do perigo percebido que a sexualidade feminina representa é a estrita separação dos sexos, imposta através de práticas como cobrir o corpo das mulheres com véu, restringi-las a casa e a diretiva do Corão contra homens e mulheres olharem uns para os outros:

«Diz aos homens crentes que baixem o olhar e guardem as suas partes íntimas. Isso é mais puro para eles. Certamente Alá está ciente do que fazem. E diz às mulheres crentes que baixem o olhar e guardem as suas partes íntimas, e não mostrem os seus encantos.» (Sura 24:30–31)

A Dra. Hill descreveu ter sido sujeita a esta regra na prática: «Disseram-me para olhar para o chão quando estava perto de homens muçulmanos.» Foi-lhe dito que, se uma mulher olha para um homem, «isso significa que quer ter sexo com ele».

Embora a sexualidade feminina seja vista como fonte de *fitna*, a sharia atribui aos homens – considerados mais racionais e mais capazes de exercer autodomínio – a responsabilidade dada por Deus de supervisionar e regular as mulheres. Sob esta perspectiva,

uma mulher que não cumpre as normas da sharia – por exemplo, ao aparecer sem véu e desacompanhada em público – representa um perigo para a ordem social. Num tal quadro, a responsabilidade por qualquer agressão sexual que sofra é frequentemente atribuída ao seu próprio comportamento, sobretudo quando combinada com noções da impureza inerente dos não muçulmanos.

Esta visão leva a que as mulheres não muçulmanas que aparecem destapadas e se movem livremente sem supervisão masculina sejam rotuladas de «cabras» ávidas por seduzir homens. Neste contexto cultural, um homem muçulmano que tenha atividade sexual com uma mulher destas não tem qualquer culpa; a culpa recai inteiramente sobre a mulher.

Os ensinamentos islâmicos relativos à natureza perigosa da sexualidade feminina e à inferioridade moral dos não muçulmanos podem reforçar e legitimar este padrão de atribuir a responsabilidade à vítima.

A JIHAD E A ESCRAVATURA SEXUAL

A sharia islâmica contém regras detalhadas que regem o conflito armado, incluindo disposições relacionadas com a instituição da escravatura. No direito islâmico, a escravatura surge como consequência da guerra contra os não muçulmanos (infiéis). Os cativos não muçulmanos capturados em tais conflitos são considerados licitamente escravizados simplesmente em virtude da sua captura. Estes cativos podem depois ser distribuídos aos combatentes muçulmanos como parte do saque de guerra (espólios). Podem subsequentemente ser vendidos, resgatados ou mantidos na escravatura. Os registos históricos mostram que, durante a vida do Profeta Maomé, as forças muçulmanas escravizaram mulheres capturadas a grupos inimigos em mais de uma dúzia de confrontos militares.

Segundo a sharia, as relações sexuais entre um proprietário e a sua escrava cativa não constituem zinā. Isto é explicitamente autorizado em várias passagens do Corão (por exemplo, Sura 4:24, 23:6, 70:30) e apoiado por numerosos precedentes nos hadiths. Além disso, Maomé ensinou que uma mulher não muçulmana casada capturada na guerra fica automaticamente divorciada do seu anterior marido pelo próprio ato da captura. Em consequência, a relação sexual entre o seu captor-proprietário muçulmano e a cativa (anteriormente) casada não constitui adultério.

À primeira vista, pode parecer incongruente associar a clássica

instituição islâmica da escravatura com o abuso sexual de raparigas brancas na Grã-Bretanha contemporânea. No entanto, o registo histórico revela um padrão antigo de escravização e exploração sexual islâmica de mulheres brancas. Os historiadores estimam que, entre os séculos XVI e XIX, cerca de um milhão de europeus foram capturados com fins lucrativos no âmbito do comércio de escravos berbere (Barbary). Em março de 1786, quando Thomas Jefferson e John Adams perguntaram ao embaixador de Trípoli em França por que razão os estados berberes faziam guerra a nações que não os tinham atacado, Sidi Haji Abdul Rahman terá respondido:

«Estava escrito no seu Alcorão que todas as nações que não tinham reconhecido o Profeta eram pecadoras, que era direito e dever dos fiéis saquear e escravizar; e que todo o muçulmano que fosse morto nesta guerra iria de certeza para o paraíso. Disse também que o homem que fosse o primeiro a abordar uma embarcação teria um escravo a mais, para além da sua parte.»³⁷

Em tempos recentes, grupos terroristas islâmicos como o ISIS afirmaram abertamente o direito de reavivar a escravatura islâmica. Um importante debate jurídico contemporâneo entre estudiosos muçulmanos diz respeito à classificação adequada dos países ocidentais que acolhem atualmente grandes populações imigrantes muçulmanas. Na jurisprudência islâmica clássica, qualquer nação não muçulmana era presuntivamente categorizada como *dār al-ḥarb* («a casa da guerra»), da qual os muçulmanos tinham o «direito e o dever» de fazer escravos, como articulou o embaixador de Trípoli. A sharia medieval tratava o *dār al-ḥarb* como o estatuto por defeito dos territórios infiéis. Uma doutrina atribuída a Maomé obriga ainda os muçulmanos residentes no *dār al-ḥarb* a realizar a *hijra* (migração) para um território governado pelo Islão, sobretudo se não puderem praticar livremente a sua fé. Este dever de migrar continua a ser sublinhado por muitos grupos salafistas.

Nos tempos modernos, contudo, surgiram várias adaptações para acomodar realidades alteradas. Algumas autoridades classificam agora as nações ocidentais como *dār al-da'wa* («casa da propagação»), onde os muçulmanos gozam de liberdade para convidar outros ao Islão; em tais circunstâncias, considera-se que a obrigação de fazer *jihad* foi suspensa. Outros estudiosos sustentam que existe um «pacto de segurança» implícito para os migrantes muçulmanos no Ocidente: é-lhes permitido viver e operar

37 American Peace Commissioners to John Jay, 28 de março de 1786. Thomas Jefferson Papers, Series 1. General Correspondence. 1651–1827, Library of Congress.

livremente em troca de se absterem da jihad contra a sociedade de acolhimento.

Vale a pena sublinhar que as classificações alternativas dos países ocidentais, como dār al-da'wa ou um pacto tácito de segurança, servem apenas para adiar, e não para eliminar, a obrigação tradicional de fazer jihad. Para pelo menos alguns muçulmanos de inclinação radical, a questão não é se a jihad acabará por ser exigida, mas apenas quando chegará o momento apropriado.

Certos homens muçulmanos, carecendo de profundo conhecimento erudito, racionalizam muitas vezes os seus crimes de gangue de aliciamento ao recolocarem mentalmente as suas vítimas no papel de propriedade escrava legítima ao abrigo de um quadro islâmico. Em Rotherham, por exemplo, um agressor chamado Muhammad marcou a sua vítima com a letra «M» como sinal de posse. As sobreviventes descreveram ter sido obrigadas a realizar tarefas domésticas, como cozinhar e limpar, para os seus captores, enquanto suportavam violação sexual repetida, espelhando o tratamento dado aos escravos domésticos.

O jornalista Andrew Norfolk captou esta mentalidade quando observou:

«Alguns destes miúdos [muçulmanos] meteram na cabeça, provavelmente porque lhes é bastante conveniente, que a Grã-Bretanha foi designada como uma terra de guerra, pelo que certas coisas se tornaram permitidas em relação ao "inimigo"; penso que alguns destes tipos acham que não há problema em fazer a raparigas brancas coisas que nem sonhariam fazer a raparigas muçulmanas.»³⁸

A DHIMMITUDE: O TRATAMENTO DADO PELO ISLÃO AOS POVOS NÃO MUÇULMANOS CONQUISTADOS

A jurisprudência islâmica aborda também o tratamento das populações não muçulmanas conquistadas através da jihad. As regras clássicas da sharia sobre a jihad, definida como a guerra travada contra os não muçulmanos para estender o domínio do Islão, cristalizaram-se durante a era medieval. Como acabámos de assinalar, estas regras dividiam o mundo em duas categorias fundamentais: o dār al-Islām («a casa do Islão»), territórios governados pela autoridade islâmica, e o dār al-ḥarb («a casa da guerra»), territórios sob controlo não muçulmano.

³⁸ Abigail Frymann Rouch, "Sometimes journalists can step in when police and government fail", Lapido Archive, 9 de dezembro de 2016.

Sob este quadro, os não muçulmanos enquadravam-se num de dois grupos. Os que residiam dentro da casa do Islão eram considerados protegidos, desde que cumprissem obrigações específicas, e não eram alvos legítimos de ação militar. Em contraste, os que viviam na casa da guerra podiam ser licitamente combatidos, derrotados e, uma vez capturados, escravizados.

Quando as comunidades não muçulmanas ficavam sob domínio islâmico, era-lhes concedida uma tolerância condicional através de um acordo formal de rendição conhecido como o pacto da dhimma. Este arranjo permitia aos dhimmis (não muçulmanos protegidos) manter a sua religião, mas apenas na condição de os homens adultos pagarem um imposto anual chamado jizya e de toda a comunidade observar um conjunto de regras restritivas. Como explicou o célebre comentador Ibn Kathir, estas regras destinavam-se a assegurar a sua contínua humilhação, degradação e desonra.

Se se considerasse que uma comunidade dhimmi tinha violado o pacto, fosse por não pagar a jizya ou por infringir qualquer das condições impostas, a lei islâmica permitia a retoma da jihad. Em tais circunstâncias, aplicar-se-iam todas as regras de guerra da sharia: os homens adultos podiam ser mortos, as mulheres e as crianças escravizadas, e os bens dos não muçulmanos apreendidos como espólio.

O quadro da dhimma impunha uma condição permanente de insegurança às populações cristãs (e outras não muçulmanas) sob soberania muçulmana. Forneceu um modelo cultural sancionado pela religião que continua a sustentar o rapto, a conversão forçada e o casamento coagido de raparigas não muçulmanas em locais como o Egito e o Paquistão.

Uma forma de ver o envolvimento, ou a falta dele, dos responsáveis do Estado britânico no escândalo dos gangues de violadores é como a incorporação de uma submissão de tipo dhimmi. Esta mentalidade dá prioridade à deferência para com o Islão e os muçulmanos acima de tudo, ao mesmo tempo que desvaloriza ou atribui culpas aos não crentes. Sob esta perspetiva, a incapacidade das autoridades de agir decisivamente contra o problema dos gangues de aliciamento poderá representar um passo significativo na gradual islamização da Grã-Bretanha.

A CULTURA DE CLÃ ISLÂMICA

As provas apresentadas ao Inquérito pela autora e ativista Ayaan Hirsi Ali realçam que os gangues de aliciamento e de violadores que operam em vilas como Rotherham, Rochdale e outras não são casos isolados de criminalidade, mas decorrem de sistemas de clã pré-modernos importados, enraizados em certas comunidades etnoculturais e reforçados por um coletivismo especificamente islâmico. Como já foi referido, os crimes envolvem desproporcionadamente agressores de origem paquistanesa, com padrões enraizados em dinâmicas baseadas na honra e na vergonha que são totalmente antagónicas às normas britânicas.

O comportamento está profundamente ligado a estruturas tribais predominantes em partes do Paquistão, do Afeganistão, do Médio Oriente, do Norte de África e da Somália:

- A honra da família reside sobretudo na conduta, no recato e na virgindade das raparigas e mulheres. Códigos estritos exigem obediência, o uso do véu e uma interação restrita com os de fora. As transgressões dentro da comunidade desencadeiam sanções severas, incluindo crimes de honra ou retaliação coletiva por parte dos membros masculinos do clã.
- Quando o alvo é uma rapariga não muçulmana – em particular raparigas brancas britânicas percebidas como desprotegidas, vestidas ao estilo ocidental e sem protetores masculinos – o cálculo do risco muda. Não se espera qualquer retaliação por parte da família ou da comunidade da rapariga, pelo que alguns jovens se sentem encorajados a tratá-la como propriedade e depois a abordá-la, agredi-la, aliciá-la, partilhá-la dentro do grupo e vender os seus serviços.
- Esta visão proprietária das mulheres agrava-se em redes organizadas que traficam raparigas entre regiões. A impunidade alimenta o ciclo: as primeiras agressões sem consequências criam a perceção da Grã-Bretanha como um lugar onde tal comportamento não acarreta risco, transformando raparigas vulneráveis em produtos mercantilizados.

Um contraste fundamental surgiu nas provas. Quando gangues semelhantes visaram raparigas sikh, a comunidade sikh mobilizou homens para confrontar e dissuadir eficazmente os agressores. As raparigas brancas da classe trabalhadora não tinham uma proteção coletiva equivalente, desde logo porque as autoridades muitas vezes silenciavam as preocupações com acusações de racismo, permitindo que o abuso persistisse e se expandisse para uma escravatura dos dias de hoje.

Mesmo imigrantes de segunda, terceira ou quarta geração criados na Grã-Bretanha mantêm estes padrões, atuando como aglomerados demográficos onde o sistema de clã se reproduz e se intensifica, independentemente da cultura mais ampla. A imigração contínua a partir desses recantos estrangeiros de mentalidade clânica serve apenas para repor e reforçar tais comunidades.

Embora o sistema de base seja tribal e não puramente religioso, os elementos islâmicos fornecem justificação ideológica, proteção comunitária e expansão estratégica. Os agressores escondem por vezes os seus atos das famílias, das mesquitas e dos imãs, porque o comportamento traz desonra à comunidade. Contudo, o remorso para com as vítimas britânicas é limitado, porque as raparigas não muçulmanas não são vistas como indivíduos plenamente humanos merecedores de proteção, mas como estranhas desprotegidas disponíveis para abuso sem consequência moral. Isto fomenta um silêncio generalizado dentro das comunidades afetadas.

As provas do Inquérito apontam para um choque fundamental de mundos. Por todo o Ocidente, o nosso histórico respeito pelo indivíduo foi, graças à imigração em massa, dominado pelas atitudes mais primitivas que prevalecem noutros lugares, segundo as quais a pertença ao grupo importa acima de tudo. A obsessão das elites com a diversidade convidou as segundas a tirar partido do primeiro. Palavras assustadoras como «islamofobia» e «racismo» têm sido usadas para explorar a boa vontade das sociedades de acolhimento ocidentais, paralisando a investigação e a aplicação da lei.

FATORES INTERNOS FACILITADORES

A «ISLAMOFOBIA» E O POLITICAMENTE CORRETO

Há muito que se levantam preocupações de que o medo de acusações de «islamofobia» tenha inibido a discussão aberta e a ação eficaz nos casos de exploração sexual de crianças em grupo, em particular os que envolvem gangues de aliciamento.

Uma série de relatórios e análises do think tank Policy Exchange documentou como a acusação de «islamofobia» tem sido usada para contestar, intimidar ou desacreditizar indivíduos e organizações que tentam dar destaque ao problema. Numa nota de investigação de 2025 intitulada «The Rotherham Grooming Scandal and the Creators of the Islamophobia Definition», a Policy Exchange examinou as ligações entre o escândalo de Rotherham e o desenvolvimento de uma definição contestada de «islamofobia» pelo All-Party Parliamentary Group (APPG) sobre os Muçulmanos. O relatório destacou o papel de um elemento-chave do pessoal do APPG, oriundo de Rotherham, Muhbeen Hussain, que em 2015 organizou um protesto comunitário contra a polícia de South Yorkshire, acusando-a de fazer dos muçulmanos «bodes expiatórios» no meio das investigações ao aliciamento – ações descritas por algumas figuras locais e inquéritos como nada úteis para enfrentar o abuso.³⁹ Diz-nos também muito sobre a cultura institucional politicamente correta dentro do Rotherham Metropolitan Borough Council o facto de, numa reunião de estratégia de proteção, datada de 6 de junho de 2000, ter estado presente uma «Coordenadora Antirracismo» chamada Bhupinder K. Mauku.

Temas semelhantes surgem na publicação da Policy Exchange de junho de 2025, «How Not To Tackle Grooming Gangs», que defende que as acusações de «islamofobia» – independentemente de qualquer definição formal – têm sido usadas para suprimir a exposição do escândalo e a procura de justiça para as vítimas. Recomenda que se suspenda o trabalho do governo sobre uma definição oficial de «islamofobia» até serem conhecidas as conclusões de um inquérito nacional aos gangues de aliciamento.⁴⁰

³⁹ Andrew Gilligan e Dr. Paul Stott, *The Rotherham Grooming Scandal and the Creators of the Islamophobia Definition*, Policy Exchange, fevereiro de 2025.

⁴⁰ Sir John Jenkins KCMG LVO, Andrew Gilligan e Dr. Paul Stott, *How Not To Tackle Grooming Gangs: The National Grooming Inquiry and A Definition of Islamophobia*, Policy Exchange, junho de 2025.

Os políticos fizeram eco destas preocupações em relação às definições propostas. A ministra-sombra para a Igualdade, Claire Coutinho, alertou que adotar tal definição, em particular uma formulada como visando expressões de «muçulmanidade», poderia intensificar uma «cultura de censura», concedendo potencialmente maior impunidade aos agressores ao tornar o escrutínio legítimo dos padrões nos casos de aliciamento mais difícil ou arriscado para a polícia, as autoridades e o público. Argumentou que isto corre o risco de repetir erros do passado, em que o medo de rótulos de racista ou «islamófobo» contribuiu para respostas tardias ou inadequadas.

A preocupação em proteger os muçulmanos da crítica a todo o custo andou de mãos dadas com uma mudança ideológica mais geral, organizada em torno do tratamento inquestionável das minorias como grupos especiais de vítimas.⁴¹ Enraizada no paradigma da esquerda liberal dos anos 1960, esta visão minoritarista alcançou as primeiras vitórias políticas sob o governo trabalhista de Harold Wilson. Com o tempo, a tolerância, o multiculturalismo e a antidiscriminação tornaram-se valores muito prezados nos círculos das elites. Também a lei começou a fomentar um ambiente em que desafiar certas comunidades minoritárias, incluindo as muçulmanas, se tornou politicamente perigoso e até criminoso. Isto permitiu que os gangues de aliciamento operassem com impunidade durante anos, porque as autoridades a todos os níveis, como vimos, temiam mais ser rotuladas de «racistas» ou «islamófobas» do que temiam falhar às raparigas a quem deviam um dever de cuidado.

O quadro legal que sustentou esta paralisia começou com o Race Relations Act de 1965 e o seu sucessor ainda mais forte de 1976. Estes diplomas, concebidos para combater a discriminação aberta, foram interpretados e alargados de formas que tornaram perigosa qualquer discussão sobre etnia ou cultura nos padrões de criminalidade. O Relatório Macpherson (1999), na sequência do Inquérito Stephen Lawrence, rotulou a polícia de «institucionalmente racista» e introduziu uma definição de racismo tão ampla que os agentes da polícia e os assistentes sociais ficaram aterrorizados com qualquer ação que pudesse ser interpretada como visando minorias étnicas.⁴² Por toda a Grã-Bretanha, provas claras de abuso organizado por gangues paquistaneses, entre outros grupos étnicos de maioria muçulmana, foram ignoradas porque enfrentá-las acarretava o risco de acusações de racismo. O medo não era abstrato. Altos responsáveis e funcionários das câmaras invocaram explicitamente preocupações com as chamadas «relações comunitárias» e potenciais

41 Ver Eric Kaufmann, *Taboo: How Making Race Sacred Produced A Cultural Revolution* (Londres: Swift Press, 2024).

42 Ver Theodore Dalrymple, *A Modern Witch Trial*, City Journal, Primavera de 2009.

motins raciais como razões para a inação.

A transformação do país foi grandemente acelerada sob o projeto New Labour de Tony Blair, que culminou no Equality Act 2010. Este consolidou e reforçou as chamadas proteções «antidiscriminação» ao acrescentar a religião como característica protegida, a par da raça. Combinado com a legislação sobre crimes de ódio ao abrigo da Parte III do Public Order Act 1986 e do Crime and Disorder Act 1998, criou um ambiente em que criticar aspetos da cultura islâmica ou padrões de criminalidade ligados a comunidades muçulmanas podia ser enquadrado como «ódio racial» ou «islamofobia». As definições oficiais de «islamofobia» promovidas por alguns grupos de campanha esbateram ainda mais a fronteira entre a preocupação legítima e o preconceito cego. O resultado foi um efeito inibidor em todas as instituições públicas. As forças policiais, os serviços sociais e as câmaras escolheram repetidamente o silêncio ou a negação em vez de uma investigação robusta, porque os custos políticos e profissionais de parecer apontar o dedo aos muçulmanos eram considerados demasiado elevados. A Auditoria Nacional Casey de 2025 confirmou este padrão, observando que as autoridades se esquivaram a examinar a etnia e a cultura mesmo quando os dados apontavam de forma esmagadora para agressores muçulmanos paquistaneses.⁴³

O que correu mal é agora dolorosamente claro. O consenso liberal do pós-guerra que começou com Wilson sublinhava a diversidade, a inclusão e a ausência de juízos de valor como virtudes supremas. O multiculturalismo substituiu a autoconfiança nacional como princípio orientador. Normas britânicas de longa data em torno da liberdade de expressão, da proteção das crianças e da aplicação imparcial da lei foram subordinadas à necessidade de não ofender as sensibilidades das minorias a todo o custo. As elites liberais nos media, na política e no setor público interiorizaram a ideia de que reconhecer fatores culturais ou religiosos na criminalidade era, em si mesmo, uma forma de fanatismo. Esta mentalidade protegeu ativamente os gangues de violadores ao desencorajar os próprios inquéritos e intervenções que poderiam ter salvo milhares de crianças.

Enquanto o país não rejeitar o medo de ser chamado «racista» e não recuperar a coragem de nomear verdades incómodas, as condições que permitiram a estas redes prosperar manter-se-ão. Este Inquérito regista os danos sem pedir desculpa. A paralisia das nossas instituições não foi um mero acaso. Foi o resultado previsível

43 Ver Baroness Casey of Blackstock DBE CB, *National Audit on Group-Based Child Sexual Exploitation and Abuse*, junho de 2025.

de décadas de mudanças legais e culturais que colocaram a sensibilidade acima da justiça.

A LEI

A lei do país não se limitou a falhar às vítimas dos gangues de aliciamento, mas viabilizou ativamente os agressores. Durante décadas, diplomas que deveriam ter aplicado uma justiça rápida e exemplar foram ignorados, diluídos ou deliberadamente mal aplicados de uma forma que protegeu redes organizadas de homens predominantemente muçulmanos paquistaneses, deixando milhares de raparigas britânicas sem proteção nem reparação.

O quadro legal que rege a exploração sexual organizada – comumente descrita no discurso público como gangues de aliciamento – é extenso, mas fragmentado. Consiste em crimes que se sobrepõem, obrigações de direitos humanos, responsabilidades civis e estruturas de determinação de penas. Embora o Parlamento tenha aprovado um amplo conjunto de disposições legais concebidas para criminalizar a exploração sexual em todas as suas formas, mantêm-se sérias dúvidas quanto a saber se a lei tem sido suficientemente coerente, proativa ou eficaz na prevenção do abuso sistemático.

No cerne da resposta do direito penal está o Sexual Offences Act 2003. Este diploma representa o principal mecanismo legislativo para enfrentar a violação, a exploração sexual e o aliciamento. Criminaliza um amplo espectro de condutas, que vão da violação e da agressão por penetração até ao ato de levar ou incitar uma criança a envolver-se em atividade sexual e à facilitação da exploração sexual. O diploma contém também crimes específicos relativos ao abuso de posições de confiança, ao tráfico para exploração sexual e ao pagamento dos serviços sexuais de uma criança. No seu conjunto, estas disposições destinavam-se a modernizar e a consolidar a anterior legislação sobre crimes sexuais.

Contudo, o seu funcionamento prático em casos que envolvem exploração organizada revelou muitas vezes limitações estruturais. O quadro legal pressupõe que o sistema de justiça penal detetará e intervirá precocemente nos padrões de conduta abusiva. Na prática, muitos casos de abuso organizado envolveram períodos prolongados durante os quais as vítimas foram aliciadas, traficadas e repetidamente agredidas sem qualquer intervenção significativa por parte das autoridades.

Legislação subsequente, incluindo o Serious Crime Act 2015, alargou o conceito de exploração sexual de modo a abranger um leque mais amplo de comportamentos, incluindo o abuso sem contacto e a exploração facilitada por tecnologia. Este alargamento refletiu uma compreensão em evolução do aliciamento como um processo e não como um único ato criminoso. Ainda assim, a reforma legislativa tem sido, em grande medida, reativa. Tendeu a seguir escândalos públicos em vez de antecipar padrões sistêmicos de abuso. Em consequência, o quadro legal parece muitas vezes fragmentário e não estrategicamente concebido.

Em casos que envolvem exploração sexual organizada, os procuradores recorrem frequentemente a uma constelação de crimes, em vez de uma única acusação abrangente. Os agressores podem ser condenados por conspiração para violar, tráfico para exploração sexual, organização de prostituição infantil e uma variedade de crimes associados, incluindo tráfico de droga e sequestro. Tais casos demonstram que o direito penal é capaz de aplicar penas severas, incluindo a prisão perpétua, quando a criminalidade é particularmente grave. No entanto, estes desfechos tendem a ocorrer apenas após investigações extensas e múltiplas falhas de intervenção precoce. A capacidade da lei para punir os atos mais graves é, portanto, clara, mas a sua capacidade para os prevenir continua a ser contestável.

Outra dimensão crítica diz respeito à legislação sobre tráfico e escravidão moderna. O Modern Slavery Act 2015 criminaliza o tráfico de seres humanos para exploração sexual e prevê penas de prisão perpétua nos casos mais graves. A intenção ao aprová-lo foi reconhecer que a exploração sexual organizada envolve frequentemente coação, deslocação de vítimas e exploração com fins lucrativos. Contudo, os críticos argumentam que a sobreposição conceptual entre os crimes de tráfico e os crimes sexuais tradicionais criou por vezes incerteza nas decisões de acusação. A distinção entre tráfico e exploração nem sempre é simples, sobretudo quando as vítimas são aliciadas até uma aparente aquiescência em vez de transportadas pela força. Esta ambiguidade pode complicar os processos e reduzir o efeito dissuasor da lei.

O quadro legal estende-se também para além da responsabilidade penal, abrangendo obrigações civis e de direitos humanos. O artigo 3.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) impõe ao Estado um dever positivo de investigar alegações credíveis

de violação e de agressão sexual grave. Os tribunais sustentaram que as falhas sistêmicas na investigação podem constituir violações de direitos fundamentais, mesmo quando os agressores acabam por ser julgados. Este princípio reveste-se de particular importância nos casos de exploração organizada, em que as vítimas alegaram frequentemente uma inação institucional prolongada. A lei reconhece, portanto, que as autoridades do Estado podem ter responsabilidade não só por atos diretos, mas também por falhas em prevenir ou responder a abusos graves.

Apesar desta extensa arquitetura legal, o funcionamento da lei na prática tem sido inadequado. Uma crítica recorrente é que o quadro legal dá uma ênfase significativa aos atos criminosos individuais, ao mesmo tempo que aborda de forma insuficiente os padrões de exploração organizada. Os gangues de violadores operam tipicamente através de redes caracterizadas pela manipulação, pela coação e pela exploração económica. O foco tradicional da lei em crimes isolados pode obscurecer a natureza sistémica de tal conduta. Embora os crimes de conspiração e de tráfico abordem parcialmente esta lacuna, não existe um único crime legal que capte plenamente o fenómeno da exploração sexual organizada como uma forma de criminalidade distintamente estruturada.

Uma outra dificuldade reside nos desafios probatórios. O aliciamento envolve frequentemente uma manipulação psicológica que mina a credibilidade das vítimas aos olhos dos investigadores e dos jurados. O conceito jurídico de consentimento continua a ser central em muitos crimes sexuais e, no entanto, pode ser desadequado a situações que envolvem crianças vulneráveis condicionadas pelos seus agressores a aquiescer. Embora os tribunais tenham reconhecido que o consentimento aparente pode ser ilusório em tais contextos, o quadro legal continua a depender fortemente de formas de prova mais diretas. Isto criou, por vezes, barreiras à acusação e contribuiu para a perceção de que a lei reflete de forma inadequada as realidades da exploração coerciva.

Além disso, a dependência da lei em relação à punição a posteriori levanta questões mais amplas sobre a capacidade preventiva. Os crimes previstos na lei foram concebidos para responder depois de a exploração ter ocorrido ou de estar iminentemente planeada. Existem mecanismos preventivos, como as ordens de risco e os deveres de proteção, mas a sua eficácia depende da vigilância institucional e da cooperação entre entidades. Quando tal cooperação falha, o quadro legal oferece remédios limitados para além da responsabilização retrospectiva

retrospectiva. Isto é insuficiente para enfrentar a exploração organizada que ocorre ao longo de períodos prolongados.

A NÃO UTILIZAÇÃO DOS PODERES DE DETERMINAÇÃO DE PENAS EXISTENTES

O Crime and Disorder Act 1998 e as diretrizes do Sentencing Council permitem explicitamente, e em casos de hostilidade demonstrada exigem, um agravamento da pena imposta quando um crime é agravado por hostilidade racial ou religiosa. As provas nos julgamentos dos gangues de aliciamento mostraram repetidamente precisamente isto: vítimas descritas como «cabras brancas», «lixo branco», «cadelas kuffar», ou a quem foi dito que «só serviam para homens como eu as foderem e usarem como lixo». Os agressores gritavam «Allahu Akbar» e gabavam-se de supremacia racial.

No entanto, tanto quanto indicam os registos públicos disponíveis, os agravamentos raciais nunca foram invocados, nem uma única vez, contra gangues de violadores antibranços, quer por procuradores quer por juízes.⁴⁴ Isto contrasta de forma flagrante com o que tende a acontecer sempre que criminosos brancos são responsabilizados por crimes inter-raciais. Os procuradores não hesitaram, por exemplo, em deduzir acusações agravantes contra Darren Osborne depois de este ter assassinado uma multidão de muçulmanos com a sua carrinha em 2017. Ao condenar Osborne a prisão perpétua com um período mínimo de 43 anos, o juiz citou o Anexo 21 do Criminal Justice Act 2003 para confirmar que «um homicídio cometido com o objetivo de promover uma causa política, religiosa, racial ou ideológica» contava – a par de «uma ligação terrorista» – como fator agravante no crime de Osborne.⁴⁵

As penas nos casos dos gangues de violadores, por seu lado, mantiveram-se no extremo inferior da escala, muitas vezes 4 a 12 anos para homens condenados por violar dezenas de crianças ao longo de anos, em vez das penas de prisão perpétua ou dos 20 e mais anos que a criminalidade merecia. O ministro-sombra da Justiça, Kieran Mullan, chamou a atenção, nas nossas audiências, para o facto de muitos dos envolvidos nos gangues de violadores cumprirem apenas entre um terço e metade da pena. Pior ainda, os agressores de nacionalidade estrangeira (muitos do Paquistão e de outros países de maioria muçulmana) raramente foram deportados após a condenação, apesar dos poderes claros previstos no UK Borders Act 2007. Em vez disso, foram alojados, alimentados e, após a libertação, foi-lhes permitido reincidir ou regressar às suas comunidades.

44 Ver Martin Evans e Steven Swinford, 'Racist' Asian sex gangs: MPs demand tougher sentences for grooming young white girls, *The Telegraph*, 11 de agosto de 2017, e Laurie Wastell, *Why weren't the grooming gangs treated as race-hate crimes?*, *The Spectator*, 21 de dezembro de 2025.

45 Woolwich Crown Court, *R v. DARREN OSBORNE*, Sentencing Remarks, 2 de fevereiro de 2018.

Na análise da Quilliam Foundation a 264 condenações (2005–2017), a esmagadora maioria dos agressores recebeu penas que não tinham qualquer relação com o dano infligido para toda a vida.⁴⁶ Mesmo em casos mediáticos como Rotherham e Rochdale, os cabecilhas receberam penas efetivas que permitiram a libertação depois de cumprida menos de metade. Esta leniência persistiu apesar da natureza organizada, predatória e repetida dos crimes.

DEFESAS CULTURAIS E RELATIVISMO JUDICIAL

Os tribunais britânicos permitiram repetidamente que a origem cultural funcionasse como um fator atenuante de facto. Num caso em Bristol documentado no relatório da Quilliam, um arguido argumentou que forçar uma rapariga a ter sexo com os seus amigos era simplesmente «cultura e tradição somalis». Em Rotherham, outro alegou que a roupa das raparigas ocidentais convidava e provocava o abuso. Estes argumentos foram acolhidos em vez de imediatamente rejeitados. Juízes e advogados de defesa invocaram a «sensibilidade cultural» para evitar «dar força à extrema-direita» ou prejudicar a «coesão comunitária» – a própria expressão usada na Revisão Casey para explicar por que razão os casos foram arquivados antes de 2012.

O resultado é que homens que viam as raparigas brancas britânicas como propriedade sub-humana receberam reduções indisponíveis para qualquer outra categoria de agressor. Isto não é justiça segundo a lei do país; é a importação de normas estrangeiras de honra e vergonha para a sala de audiências britânica, com a aquiescência explícita de altos responsáveis policiais, procuradores e juízes.

A POLÍTICA PARTIDÁRIA

Como Ayaan Hirsi Ali disse a este Inquérito, os partidos de centro-esquerda viam os blocos de voto muçulmanos como uma base protegida, e uma acusação ou deportação agressivas arriscavam perder esses votos. A dependência eleitoral crónica de tais blocos paralisou, assim, demasiados níveis de governo. Atores políticos de todos os quadrantes – nacionais, locais e descentralizados – souberam dos gangues de violadores organizados durante décadas e, ainda assim, colocaram a sobrevivência eleitoral, as chamadas «relações comunitárias» e o medo de acusações de racismo

⁴⁶ Ver Haras Rafiq e Muna Adil, *Group-Based Child Sexual Exploitation: Dissecting "Grooming Gangs"*, Quilliam, dezembro de 2017.

acima da proteção das crianças. As figuras do Partido Trabalhista revelaram-se especialmente culpadas de fazer cálculos eleitorais quando deveriam estar a velar pelas crianças da nação. Combinado com as alterações demográficas em círculos eleitorais indecisos, isto atrapalhou uma ação concertada.

A Escócia recusou realizar o seu próprio inquérito antes de finalmente ceder em fevereiro de 2026. Continua a não registar a etnia dos agressores nem a criar marcadores específicos de exploração sexual de crianças. Os primeiros avisos, desde a década de 1980 em diante, foram ignorados porque enfrentar a criminalidade acarretava um custo político. A política colocou a manutenção do poder acima da segurança das crianças, permitindo que os gangues operassem com impunidade durante décadas.

Os políticos receberam informações diretas, participaram em reuniões multidisciplinares, leram informações internas e, ainda assim, negaram ter conhecimento, bloquearam inquéritos e silenciaram críticos para se manterem agarrados aos blocos de voto muçulmanos. Isto não foi desconhecimento dos crimes, mas um abandono de crianças calculado, repetido e à escala nacional.

O PARTIDO TRABALHISTA

O Partido Trabalhista tem a responsabilidade primária pelo encobrimento mais longo e mais deliberado. Como o antigo vereador conservador Liam Billington sublinhou ao nosso Inquérito, as câmaras locais e os deputados dominados pelos trabalhistas deram repetidamente prioridade à dependência eleitoral das comunidades muçulmanas paquistanesas acima da segurança das crianças.

Os deputados Jess Phillips e Naz Shah mantiveram silêncio público sobre os padrões étnicos e religiosos dos gangues enquanto os seus círculos eleitorais sofriam. As provas mostram que os políticos trabalhistas deram prioridade a evitar narrativas de «capacitação da extrema-direita» e a assegurar as chamadas «relações comunitárias» em detrimento da proteção das vítimas. Em Oldham, vereadores e dirigentes trabalhistas receberam uma das denúncias da nossa denunciante assistente social sobre o tráfico dentro de unidades geridas pela câmara e semi-independentes e, ainda assim, retaliaram contra a denunciante e não tomaram qualquer medida corretiva. O mesmo padrão ocorreu em Rotherham, Rochdale, Telford, Burnley e Peterborough. As câmaras trabalhistas entregaram as ruas, ignoraram as denúncias dos pais e permitiram que os agressores operassem, entre outras razões porque os blocos de voto muçulmanos eram eleitoralmente vitais.

A antiga agente de investigação e denunciante do gangue de violadores de Rochdale, Maggie Oliver, criticou o presidente da Câmara da Grande Manchester, Andy Burnham, com quem a própria Oliver trabalhou, por não conseguir reunir um retrato completo da informação necessária para combater os gangues de violadores que ainda operam na sua área. Apesar de ter ordenado algumas revisões independentes preliminares sobre a CSE em toda a Manchester, Burnham é acusado de se centrar exclusivamente nas falhas do passado. Oliver afirmou ainda, publicamente, que dois revisores de confiança se demitiram da fase final do inquérito de Burnham – relativa aos anos de 2019 a 2025 – porque foram «bloqueados» pela Polícia da Grande Manchester no acesso a documentos vitais e no contacto com algumas sobreviventes. Nas palavras de Oliver,

«O que vim a ver e a acreditar é que, enquanto a máquina de relações públicas [era] muito bem acionada quanto ao que já estava no domínio público, no que toca a liderança, coragem e a agarrar o que se passa agora, infelizmente ele [Burnham] virou costas. Perdemos uma enorme oportunidade de trazer as mudanças que são necessárias.»⁴⁷

Mesmo as revisões que produziram conclusões valiosas raramente foram seguidas de ação decisiva. Encomendada em 2017, a revisão independente limitada de Burnham concluiu que as autoridades tinham falhado em proteger as crianças de gangues de pedófilos em Manchester, Oldham e Rochdale.⁴⁸ Contudo, nenhum agente foi despedido ou privado das suas pensões pelas falhas históricas expostas. Nem Burnham exerceu os seus poderes como Police and Crime Commissioner – cargo que ocupa automaticamente como extensão da sua presidência de câmara – para processar qualquer dos agentes que se concluiu terem falhado às vítimas dos gangues predadores.⁴⁹

Os políticos trabalhistas não se limitaram a não agir, mas negaram ativamente que o problema existisse, difamaram quem dava o alarme e bloquearam inquéritos locais que teriam revelado toda a dimensão. Sacrificaram milhares de raparigas brancas da classe trabalhadora à sua aliança eleitoral com as comunidades muçulmanas paquistanesas e à reputação geral do multiculturalismo junto do público. Tal paralisia institucional não foi acidental, mas política, pois mesmo quando alguns

47 Pieter Snepvangers, *Burnham 'failed to grasp the nettle' on grooming gang inquiry*, The Telegraph, 17 de maio de 2026.

48 Mathilde Grandjean, *Andy Burnham defends Greater Manchester inquiry into grooming gangs*, The Independent, 5 de janeiro de 2025.

49 Joseph Timan, *Andy Burnham gives grooming gangs update as GMP says officers behind past failings WON'T be punished*, Manchester Evening News, 13 de dezembro de 2024.

Quando políticos trabalhistas como Sarah Champion levantaram a voz, foram desvalorizados. Em Rotherham, Rochdale, Oxford, Telford e dezenas de outras vilas, as câmaras e as forças policiais controladas pelos trabalhistas arquivaram repetidamente investigações, ameaçaram denunciante com acusações de «racismo» e instruíram os agentes a não registar a etnia dos agressores. O Relatório Jay de 2014 expôs como vereadores e altos responsáveis trabalhistas em Rotherham desvalorizaram a violação sistemática de 1400 raparigas porque agir de outro modo arriscava alienar a comunidade paquistanesa.⁵⁰ Este padrão repetiu-se a nível nacional.

Esta traição prolongou-se até ao governo. Em janeiro de 2025, os deputados trabalhistas votaram em massa contra uma emenda conservadora que apelava a um inquérito público nacional aos gangues de aliciamento. A emenda foi rejeitada por 364 votos contra 111. Sir Keir Starmer e a sua bancada abstiveram-se ou opuseram-se à medida, desvalorizando a preocupação pública como agitação «de extrema-direita». Foi necessária uma pressão externa sustentada, incluindo a contundente Auditoria Nacional Casey, este inquérito independente e a indignação pública, para forçar uma inversão de marcha em junho de 2025. Mesmo assim, o governo esvaziou os inquéritos locais, havendo relatos de que planos para cinco revisões separadas foram discretamente abandonados «para não ofender os paquistaneses».⁵¹

Jess Phillips, nomeada ministra da Proteção (Safeguarding), teve muito que ver com esta demonstração de desprezo por parte do Partido Trabalhista. Sobreviventes demitiram-se do seu painel de vítimas, indignadas, condenando o processo como uma farsa. Phillips pediu desculpa pelos atrasos, mas manteve o apoio total de Sir Keir Starmer. Sob a sua supervisão, o registo da etnia continua irregular e o aspeto antibranco destes crimes horrendos continua a ser minimizado.

Este é o mesmo Partido Trabalhista que instrumentalizou sistematicamente as acusações de «islamofobia» para silenciar quem afirmasse o óbvio: que os gangues eram e continuam a ser, na sua esmagadora maioria, homens muçulmanos paquistaneses. Em consequência, a nação sofreu décadas de violação de crianças à escala industrial, viabilizada pelo Estado.

50 Ver Alexis Jay OBE, *Independent Inquiry into Child Sexual Exploitation in Rotherham: 1997-2013*, 21 de agosto de 2014.

51 Charles Hymas, *Labour 'dropped grooming gangs inquiries to avoid offending Pakistanis'*, The Telegraph, 9 de abril de 2025.

O INQUÉRITO NACIONAL

O chamado «Inquérito Independente aos Gangues de Aliciamento» do Governo Trabalhista, anunciado em dezembro de 2025 e presidido pela Baronesa Anne Longfield, é uma aula magistral de evasão institucional.⁵² O seu projeto de termos de referência, finalizado em março de 2026, confina deliberadamente o âmbito à «exploração e abuso sexual de crianças em grupo» num punhado de «zonas locais relevantes». O inquérito é explicitamente limitado no tempo, «direcionado e proporcionado», e enquadrado como um exercício de exame de «falhas na prática» e de «obstrução por parte dos serviços estatais».⁵³

Não há qualquer mandato para examinar a escala nacional do problema, o esmagador perfil étnico e religioso dos agressores, os fatores culturais baseados na honra e na vergonha, ou o papel do politicamente correto e do cinismo eleitoral em permitir que o abuso florescesse durante décadas. As vítimas e sobreviventes são nominalmente colocadas «no centro» e, no entanto, os termos de referência evitam cuidadosamente as próprias questões que o público e as sobreviventes exigem ver respondidas há décadas.

Este não é um inquérito concebido para fazer justiça ou revelar a verdade. É um exercício de contenção. Ao estreitar o foco às falhas operacionais locais e ao excluir qualquer análise sistemática dos padrões demográficos, culturais e religiosos que as testemunhas descreveram repetidamente, o governo assegurou que as verdades mais incômodas – não menos as que implicam a própria dependência crónica dos trabalhistas de certos blocos de voto – nunca serão enfrentadas. O próprio governo que outrora resistiu a um inquérito nacional deu-nos agora um com termos tão estritamente redigidos que não pode, de modo algum, perturbar o consenso político que viabilizou os gangues de violadores. Nada disto irá expor o que realmente aconteceu. Está estruturado precisamente para que não o possa fazer.

Embora o núcleo dos gangues de aliciamento fosse constituído, na sua esmagadora maioria, por redes muçulmanas paquistanesas a operar com proteção política, a cumplicidade do Partido Trabalhista foi muito para além da mera negligência. Em vários casos documentados, tanto vereadores e figuras trabalhistas no ativo como antigos foram eles próprios autores de abuso sexual de crianças. Ou isso, ou protegeram diretamente agressores dentro do ecossistema dos gangues de aliciamento. Isto não foi uma coincidência. Foi a consequência inevitável de

⁵² The Rt. Hon. Shabana Mahmood MP, *Oral statement to Parliament: Independent Inquiry into Grooming Gangs*, 9 de dezembro de 2025.

⁵³ Ver Home Office, *Independent Inquiry into Grooming Gangs: draft terms of reference*, 31 de março de 2026.

um partido que tratava as comunidades muçulmanas paquistanesas como preciosos bancos de votos, mesmo enquanto os seus próprios membros violavam crianças ou avisavam predadores.

AUTORES DIRETOS NAS FILEIRAS TRABALHISTAS

Lord Nazir Ahmed (antigo vereador trabalhista em Rotherham e par trabalhista) foi condenado em 2022 por vários crimes sexuais contra crianças, incluindo a violação de uma rapariga de 13 anos. Preso durante cinco anos e meio. Ahmed era vereador trabalhista desde 1990 e foi elevado ao pariato por Blair. As sobreviventes descreveram-no como parte das mesmas redes que viabilizaram os gangues de aliciamento de Rotherham. Uma sobrevivente exigiu publicamente que lhe fosse retirado o título de par e que fosse «verdadeiramente envergonhado».⁵⁴

O antigo vereador trabalhista Liron Velleman declarou-se culpado de crimes sexuais contra uma criança depois de ter abordado uma rapariga de 13 anos e lhe ter perguntado se era virgem.

A vereadora trabalhista Carol Clark enfrentou queixas formais depois de alegadamente ter avisado o seu filho pedófilo da iminente detenção numa investigação relacionada com aliciamento, ao mesmo tempo que votava sobre matérias relativas aos gangues de aliciamento.⁵⁵

O antigo deputado trabalhista Ivor Caplin foi detido por aliciar uma criança de 15 anos em 2025.

Não eram «maças podres» isoladas. Eram membros do Partido Trabalhista a operar nas próprias câmaras (Rotherham, Rochdale, Oldham, etc.) onde os gangues de aliciamento prosperaram sob cobertura política.

FACILITADORES EM POSIÇÕES DE PODER

Para além dos crimes diretos, altas figuras trabalhistas ou não combateram os gangues de violadores ou obstruíram os esforços para o fazer.

- Shaun Wright (vereador trabalhista, responsável pelos serviços de infância de Rotherham de 2005 a 2010): manteve-se no cargo apesar de saber da dimensão do abuso. Só se demitiu depois de o Relatório Jay ter exposto a falha catastrófica do seu

⁵⁴ Ver *Lord Ahmed: Victim calls for peer to lose title*, BBC News, 3 de fevereiro de 2022.

⁵⁵ Charlie Peters, *Labour councillor facing complaint over grooming gangs vote after 'warning' her paedophile son of arrest*, GB News, 28 de março de 2025.

departamento.

- Roger Stone (líder da câmara trabalhista, Rotherham 2003–2014): presidiu ao governo local durante o encobrimento documentado no Relatório Jay.
- Vários vereadores trabalhistas de Rotherham interferiram em investigações policiais, avisaram agressores ou desvalorizaram as vítimas como estando a «fazer escolhas de estilo de vida», para proteger as «relações comunitárias» e os votos.
- Enquanto Sir Keir Starmer foi Diretor do Ministério Público (Director of Public Prosecutions), foi noticiado que 13 000 suspeitos de pertencer a gangues de violadores e pedófilos foram dispensados com cartas de advertência.⁵⁶

Como referido anteriormente, o presidente da Câmara de Londres, Sadiq Khan, insistiu repetidamente que não existiam gangues de aliciamento a operar na cidade. Descreveu as provas dos denunciantes como politicamente motivadas. Disse à Assembleia de Londres que a exploração sexual de crianças na capital é uma questão «muito mais complexa» e não se enquadra nos padrões do tipo aliciamento patentes nas vilas desfavorecidas do norte. Fez estas declarações apesar de a Polícia Metropolitana ter na sua posse denúncias de raparigas jovens a quem era dado álcool e droga e que eram depois violadas por grupos de homens em hotéis e noutros locais por toda a Londres. Uma investigação do Daily Express revelou que Khan tinha acesso direto a documentos da HM Inspectorate of Constabulary que detalhavam os próprios padrões de crime que ele tinha negado. Khan leu esses ficheiros e, ainda assim, continuou a negar publicamente a existência de gangues de aliciamento.

No conjunto, o Partido Trabalhista não se limitou a não processar os gangues. Em alguns casos, os seus próprios membros eram os agressores e, na maioria dos casos, os seus vereadores, líderes e ministros colocaram a lealdade aos blocos muçulmanos paquistaneses acima da segurança das crianças. Nenhum outro partido político tem um historial tão bem documentado de envolvimento direto e de proteção institucional da violação de crianças à escala industrial. Isto deveu-se, em grande parte, ao próprio interesse eleitoral dos trabalhistas.

O PARTIDO CONSERVADOR

O Partido Conservador, quando deteve o poder nacional a partir de 2010, não impôs o registo obrigatório da etnia dos agressores de CSE e não lançou

⁵⁶ Ver Zak Garner-Purkis e Callum Cuddeford, *Keir Starmer rocked as scandal exposed – 'paedos' let off with warning letters*, Daily Express, 22 de fevereiro de 2026.

um inquérito público de âmbito nacional, apesar de a dimensão se ter tornado pública através do Relatório Jay de Rotherham e de outras revelações locais.

Sucessivos governos liderados pelos conservadores permitiram que os mesmos encobrimentos locais continuassem sem controlo em zonas não trabalhistas e nada fizeram para forçar a transparência dos dados ou proteger as crianças fora dos bastiões trabalhistas. O ambiente político nacional sob as administrações conservadoras permitiu que os gangues operassem durante mais uma década sem perturbação sistémica.

Assumidamente islamófilo, o antigo ministro conservador Rory Stewart é um exemplo flagrante do mal-estar dentro do partido. Stewart afirmou uma vez, no seu podcast com Alistair Campbell, *The Rest Is Politics*, que o fenómeno dos gangues de aliciamento não passa de um flagelo de pequena escala, em grande parte confinado ao norte de Inglaterra.⁵⁷ No mínimo, isto minimiza o padrão nacional documentado nos depoimentos de testemunhas de vilas e cidades de todo o país e reforçou a relutância política em enfrentar toda a dimensão. Sammy Woodhouse encontrou-se com David Cameron já em 2015 e contou-lhe tudo o que sabia, até e incluindo o facto de muitas vítimas-crianças continuarem a ser criminalizadas.

Várias figuras de destaque do Partido Conservador tornaram-se mais vocais sobre o fenómeno dos gangues de violadores à medida que a questão ganhou relevância política. Ainda assim, os primeiros-ministros conservadores, de David Cameron a Rishi Sunak, fizeram muito pouco no governo.

A POLÍTICA ESCOCESA

O depoimento de John Lamont MP ao nosso Inquérito mostra que a mesma relutância operou a norte da fronteira inglesa. Sucessivos governos escoceses – de vários partidos, mas com clara influência trabalhista em períodos anteriores – recusaram encomendar um inquérito nacional dedicado aos gangues de aliciamento, não introduziram marcadores específicos de CSE e ficaram aquém de registar rotineiramente a etnia dos agressores. Esta lacuna de dados impediu o desenvolvimento de qualquer retrato nacional adequado e permitiu que as redes de gangues de violadores continuassem sem controlo, tanto na Escócia urbana como na rural.

⁵⁷ Ver Fact check: *The Rest Is Politics' grooming gang claims*, The Spectator, 14 de janeiro de 2025.

GRAVIDEZ, ABORTO E CRIANÇAS NASCIDAS DE VIOLAÇÃO

Os gangues usaram deliberadamente a gravidez como instrumento de controlo. Raparigas com apenas 4 anos foram repetidamente violadas, algumas até engravidarem. Os agressores exploravam então a gravidez para prender as vítimas a si, impedir a fuga e exercer coação contínua. As vítimas suportaram várias gravidezes sendo elas próprias ainda crianças. Algumas sofreram abortos espontâneos sob o trauma físico e emocional. Outras foram coagidas a abortar. As que levaram a gravidez a termo deram à luz ainda crianças e foram deixadas sem apoio, educação ou proteção. Muitas destas vítimas tinham elas próprias nascido de violação, de mães que sofreram uma exploração idêntica. O Estado retirava muitas vezes os bebés para adoção ou colocava-os no mesmo sistema de acolhimento falhado, deixando as jovens mães nos ambientes onde o abuso continuava. O trauma intergeracional tornou-se institucionalizado.

Os abortos eram por vezes organizados pelos agressores ou pelos seus associados, frequentemente em condições clandestinas que causavam danos físicos permanentes. Os serviços médicos registavam as gravidezes e as lesões, mas devolviam as raparigas aos agressores sem proteção nem apoio a longo prazo. Os serviços sociais e o NHS tratavam as gravidezes como acontecimentos médicos isolados e não como prova de violação organizada de crianças. O Estado cortava o laço materno ao mesmo tempo que falhava em quebrar o ciclo de abuso. Outros bebés permaneciam com mães que eram elas próprias ainda crianças, produzindo um dano imediato que envolvia tipicamente uma educação interrompida, dependência de substâncias, colapso mental e contacto repetido com o sistema de justiça penal. Vítimas que tinham nascido de violação, de vítimas anteriores, descreveram os mesmos padrões a repetir-se ao longo das gerações.

Todas as entidades estatais se depararam com estas gravidezes. Hospitais e clínicas de saúde sexual registaram lesões genitais, IST e gravidezes em raparigas dos 11 aos 16 anos, mas não fizeram quaisquer encaminhamentos de proteção. Os serviços de saúde mental davam alta às raparigas após tentativas de suicídio ligadas às gravidezes, sem cuidados para o trauma. Os serviços sociais encerravam os casos ou devolviam as jovens mães a ambientes de risco. A polícia não investigava as violações que causavam as gravidezes, mesmo quando os agressores eram nomeados e conhecidos. As autoridades de licenciamento permitiam que os táxis que transportavam as raparigas grávidas continuassem a operar.

Os tribunais de família agravaram a situação para as vítimas em geral, muitas vezes ao

atribuir aos violadores direitos parentais sobre as próprias crianças geradas pelos seus crimes hediondos. Em alguns casos, esses violadores foram até autorizados a requerer uma ordem de contacto para conhecer os seus netos.

IMPACTO NOS SOBREVIVENTES

Os gangues de violadores destruíram a vida de centenas de milhares de crianças. As sobreviventes vivem com danos físicos e psicológicos permanentes que nenhuma instituição alguma vez tratou devidamente. Carregam PSPT para toda a vida, trauma complexo, dependências, dor crónica, educação interrompida, registos criminais, filhos perdidos, e vivem com medo permanente. Muitas tentaram o suicídio e, tristemente, algumas conseguiram-no. Outras perderam os próprios filhos para o mesmo sistema que lhes falhou.

O Estado não se limitou a não proteger estas sobreviventes, mas agravou o dano ao criminalizá-las, ao dar-lhes alta dos hospitais sem apoio, ao retirar-lhes os bebés e ao deixá-las em ambientes onde o abuso podia continuar. As provas mostram um padrão nacional de devastação para toda a vida infligida a crianças que foram violadas, traficadas, engravidadas e depois abandonadas por todas as entidades que deveriam ajudá-las.

Fiona foi repetidamente violada a partir dos 13 anos enquanto estava em acolhimento. Engravidou aos 15 e o seu filho foi retirado para adoção enquanto ela permanecia no mesmo

ambiente de exploração. Devido ao abuso, desenvolveu uma psicose aos 17 anos e mutilou as próprias pernas com uma lâmina porque os gangues as tinham elogiado durante o abuso. Vive agora com PSPT profunda, dependência de substâncias e complicações de saúde física a longo prazo devido ao abuso.

Michelle sofreu violação quase diária a partir dos 13 anos, engravidou quatro vezes em criança, sofreu abortos espontâneos e um aborto coagido, e deu à luz ainda adolescente. Descreve a sua infância e o seu futuro como destruídos e vive com uma PSPT que afeta todos os dias da sua vida.

Chloe foi repetidamente violada a partir dos 11 anos, contraiu várias IST aos 13 anos, foi reduzida pela fome a cinco stone (cerca de 32 kg), drogada com heroína, aprisionada na sua própria casa e humilhada publicamente. Carrega agora graves danos ginecológicos e trauma para toda a vida.

Leanne foi abusada desde a primeira infância, traficada e submetida a violência extrema, incluindo penetração com objetos, estrangulamento e abortos clandestinos. Ela

vive com lesões físicas profundas e uma total falta de confiança em todas as instituições.

Grace foi aliciada desde o início da adolescência, violada enquanto intoxicada, envolveu-se em relações domésticas violentas e viu os próprios filhos serem abusados. Sofre de doença mental grave, deslocamento forçado e perseguição contínua.

Kate suportou uma década de tráfico, chantagem com imagens filmadas, «salas vermelhas» de tortura, violação por animais, e presenciou homicídios de outras raparigas. Recebeu uma decisão de fundamentação conclusiva do NRM mas, apesar disso, recebeu muito pouco apoio e vive com um trauma que tem de gerir diariamente.

A agressão registada de Anna, aos 13 anos, conduziu ao ostracismo, a uma educação interrompida e a danos duradouros na saúde mental.

Jen foi convertida à força, casada e controlada sob coação religiosa, e tem agora uma PSPT complexa e vive com medo pela filha.

Leanne foi mantida em cativeiro, espancada e violada estando grávida aos 15 anos. Sofreu um aborto espontâneo e sofre agora de fibromialgia crónica e de trauma psicológico.

Taylor foi violada em grupo em várias vilas e carrega danos psicológicos para toda a vida.

Jane foi traficada a partir de uma colocação de acolhimento, desenvolveu um grave distúrbio alimentar, foi internada compulsivamente e ficou com danos físicos e psiquiátricos duradouros.

A filha de Rachel, de 12 anos, foi violada, alvo de bullying e abandonada pela polícia e pela escola. Pós termo à própria vida.

Todas as sobreviventes descrevem as mesmas consequências a longo prazo: perspectivas de educação e de emprego destruídas, relações desfeitas, incapacidade de confiar em adultos ou instituições, dor física crónica, dependências, repetidas tentativas de suicídio, perda de filhos e um sentimento permanente de vergonha e de desvalor implantado pelos gangues e reforçado pelo Estado.

O custo humano não é abstrato, mas mede-se em vidas arruinadas, futuros perdidos e crianças nascidas no mesmo inferno que as suas mães suportaram.

CONCLUSÕES

As provas das condenações mediáticas e os dados compilados sobre a exploração sexual de crianças em grupo indicam uma clara sobre-representação de homens muçulmanos paquistaneses como membros dos gangues de violadores.

Contudo, ao examinar a dimensão religiosa, muitas vezes inferida a partir dos nomes publicados em registos judiciais e em relatos fiáveis, a proporção de agressores muçulmanos parece ainda mais elevada do que o número de etnia paquistanesa, por si só, sugeriria. As análises das listas de condenações (como as compiladas por investigadores que reviram casos a partir do final da década de 1990) concluíram que cerca de 90% dos condenados nos casos relevantes de gangues de aliciamento tinham nomes distintamente muçulmanos – um contraste flagrante com a proporção muçulmana de cerca de 6% da população total.

Este padrão surge porque quase todos os agressores paquistaneses documentados nestes casos têm nomes muçulmanos e condenações adicionais envolveram homens muçulmanos de outras origens (por exemplo, somali, iraniana, síria, turca, e grupos mistos com nomes predominantemente islâmicos). Os participantes não muçulmanos continuam a ser exceções, muitas vezes incidentes isolados em grupos mais pequenos ou mistos.

Estas observações recorrentes, retiradas de decisões judiciais, inquéritos e outros registos públicos, estabelecem uma base para defender uma melhor recolha oficial de dados sobre a religião dos agressores nos casos de exploração sexual de crianças em grupo. Os dados nacionais atuais carecem frequentemente de um registo robusto da etnia, e a religião é captada de forma ainda menos sistemática, limitando a análise e as respostas baseadas em provas.

Um registo reforçado e obrigatório tanto da etnia como da religião (a par de outras características) dos suspeitos e dos condenados por estes crimes permitiria uma identificação mais clara dos padrões, estratégias de prevenção mais informadas e intervenções políticas mais proporcionadas, ao mesmo tempo que daria resposta às críticas de longa data sobre as insuficiências dos dados destacadas em revisões e relatórios governamentais.

As provas ouvidas por este Inquérito são inequívocas, esmagadoras e devastadoras na sua clareza. Redes organizadas de homens muçulmanos violaram, traficaram, drogaram, engravidaram e destruíram sistematicamente a vida de milhares e milhares de crianças britânicas em todas as regiões do Reino Unido durante décadas. Quando os padrões documentados de Rotherham, Telford, Rochdale, Oxford, Newcastle, Oldham, Huddersfield, Peterborough, Burnley, Tameside e dezenas de outras vilas e cidades são extrapolados a nível nacional, a escala atinge pelo menos 250 000 vítimas. Isto não é um conjunto de escândalos locais isolados.

É um escândalo nacional de violação de crianças à escala industrial e de escravatura dos dias de hoje, viabilizado, protegido e prolongado pelas falhas deliberadas do Estado britânico a todos os níveis, sem exceção.

O testemunho das sobreviventes e das suas famílias não deixa margem para negação ou equívoco. Sally viu a vida da filha desmoronar-se. Embora a filha tenha admitido ter mentido em certas ocasiões, a polícia reconheceu em privado o aliciamento e, no entanto, nas comunicações públicas, tratou-a apenas como mentirosa. A Marlon foi retirada a autoridade parental para que a filha pudesse ser devolvida ao próprio local onde tinha sido violada. As denúncias de exploração de Whitney foram desvalorizadas, enquanto o seu próprio trauma de infância foi usado para minar a sua credibilidade como mãe. Rachel viu a filha autista de 12 anos ser desencorajada de procurar justiça, alvo de bullying implacável e, por fim, levada à morte por uma overdose depois de as autoridades lhe terem falhado a cada passo. Fiona, Michelle, Chloe, Marie, Grace, Kate, Anna, Jen, Leanne, Taylor, Jane, Lilly e tantas outras descreveram o mesmo padrão implacável: violação repetida, violação em grupo, chantagem com abuso filmado, gravidezes usadas como armas de controlo, abortos espontâneos, abortos coagidos e o nascimento de crianças que entraram no mundo já condenadas ao mesmo ciclo.

Nem todas eram crianças «vulneráveis» no sentido restrito que as autoridades preferiam acreditar. Algumas vinham de lares estáveis, de famílias de classe média e de pais afetuosos. Os agressores visavam-nas precisamente porque estavam desprotegidas da proteção masculina coletiva que algumas comunidades minoritárias conseguiam mobilizar. Os gangues operavam segundo um código de clã baseado na honra e na vergonha,

que tratava os não muçulmanos, sobretudo as raparigas brancas da classe trabalhadora, como propriedade disponível para uso sexual. Transportavam as vítimas entre vilas, partilhavam-nas entre irmãos e amigos, impunham conversões ao Islão seguidas de casamentos religiosos não registados e justificavam o abuso descrevendo as raparigas como «carne fácil» (easy meat), «lixo branco» ou moralmente inferiores. As mesmas redes visavam raparigas sikh, até que as comunidades sikh responderam com uma proteção masculina coletiva. As raparigas brancas não tiveram tal defesa.

Todas as instituições que existiam para proteger as crianças, em vez disso, viabilizaram os gangues. As forças policiais por toda a Inglaterra e a Escócia desencorajaram as denúncias, criminalizaram as vítimas, destruíram provas, permitiram que violadores conhecidos ficassem em liberdade sob caução e, em alguns casos, participaram ativamente nas redes ou protegeram-nas. Os serviços de ação social retiraram a autoridade parental, colocaram crianças em centros de tráfico dentro de lares de menores e unidades semi-independentes, encerraram casos apesar de provas claras de exploração, destruíram registos e retaliaram contra denunciante. O NHS registou lesões genitais, múltiplas IST em crianças de 13 anos, gravidezes causadas por violação e tentativas de suicídio e, ainda assim, devolveu as crianças aos seus agressores na mesma noite, sem qualquer proteção ou cuidado para o trauma. As escolas viam homens mais velhos a recolher raparigas à porta, ouviam relatos de violações nas casas de banho e excluía as vítimas em vez de as protegerem. As autoridades de licenciamento de táxis renovavam as licenças dos próprios motoristas que constituíam a espinha dorsal logística das redes de tráfico e cediam perante protestos organizados quando se propunham medidas básicas de segurança.

Os meios de comunicação autocensuraram o padrão étnico e religioso por medo de serem rotulados de racistas. As plataformas de redes sociais tornaram-se os principais instrumentos para o aliciamento inicial, a distribuição de vídeos de violação e a coordenação entre agressores.

A política, em especial o Partido Trabalhista, tem a responsabilidade mais pesada. Vereadores e deputados integravam as próprias autoridades que encobriram o abuso. Foram informados já em 2003 através do grupo multidisciplinar CROP e, no entanto, mais tarde negaram ter conhecimento. Quando finalmente foi forçado a agir, o governo trabalhista produziu um inquérito nacional cujos termos de referência são tão estritamente delimitados – limitados à «exploração sexual de crianças em grupo» num punhado de «zonas locais relevantes», limitados no tempo e excluindo deliberadamente qualquer exame sistemático dos fatores demográficos, culturais e religiosos – que não pode, de modo algum, enfrentar

as verdades que este Inquérito ouviu. Os trabalhistas não se limitaram a não proteger as crianças; obstruíram ativamente a justiça, suprimiram dados sobre etnia, votaram contra um verdadeiro inquérito nacional e sacrificaram dezenas de milhares de raparigas brancas da classe trabalhadora no altar do multiculturalismo e da aritmética eleitoral.

O Partido Conservador, enquanto esteve no governo nacional a partir de 2010, também falhou. Não impôs o registo obrigatório da etnia. Nem lançou um inquérito público de âmbito nacional, apesar do Relatório Jay de Rotherham e de outras revelações. Rory Stewart, antigo ministro conservador, descreveu publicamente a questão como um pequeno problema confinado ao norte de Inglaterra. Minimizou a realidade nacional e revelou assim a atitude de, no mínimo, uma parte do partido. A política escocesa espelhou a mesma relutância, recusando um inquérito dedicado e não registando a etnia dos agressores.

O custo humano é incalculável e permanente. As sobreviventes carregam PSPT para toda a vida, trauma complexo, dependências, dor física crónica, educação interrompida, registos criminais, filhos perdidos e medo incessante. Muitas tentaram o suicídio repetidamente e algumas conseguiram-no. Outras perderam os próprios filhos para o mesmo sistema falhado que lhes falhou. Os gangues usaram a gravidez como arma deliberada de controlo, e o Estado agravou o dano ao retirar os bebés para adoção ou ao colocá-los em acolhimento, abandonando as jovens mães nos ambientes onde o abuso continuava. O trauma intergeracional foi institucionalizado. O Estado registou as lesões, as IST, as gravidezes e as revelações e, ainda assim, escolheu os votos, as chamadas «relações comunitárias» e o medo de acusações de racismo em detrimento da proteção das crianças britânicas.

Os denunciantes que tentaram expor a verdade, como «uma assistente social», Caven Vines, Tommy Robinson e inúmeros pais protetores, foram suspensos, levados à falência, sujeitos a rusgas ao amanhecer, ao congelamento de bens e a ordens de silêncio. O Estado de direito falhou, o agravamento racial e religioso quase nunca foi aplicado aos poucos que foram condenados, os agressores de nacionalidade estrangeira raramente foram deportados, e as penas não tinham qualquer relação com a vida inteira de destruição infligida.

Este Inquérito ouviu o testemunho. Viu os documentos. Registou os nomes dos agentes, assistentes sociais, vereadores, ministros e instituições que

falharam. As provas são agora esmagadoras e irrefutáveis. Os gangues de violadores não operaram nas sombras, mas com o consentimento ativo ou passivo do Estado britânico. A traição foi total.

RECOMENDAÇÕES

As provas apresentadas a este Inquérito por vítimas e denunciantes demonstram, para além de qualquer dúvida razoável, que os gangues de violadores operaram com o consentimento, ativo ou passivo, das autoridades públicas. Praticamente todas as instituições falharam. O Estado conhecia os padrões, registava e depois muitas vezes destruía as provas do dano, e escolheu a conveniência política em detrimento da proteção das crianças.

Qualquer governo que aspire a restaurar a justiça, eliminar os gangues e proteger a próxima geração deve implementar as seguintes recomendações. Só então poderá o Estado britânico começar a compensar a sua profunda traição a centenas de milhares de crianças britânicas.

RESPOSTA DA JUSTIÇA PENAL

As vítimas devem ser colocadas no centro do processo de justiça penal. Devem ter o direito de ser informadas de todas as decisões, de assistir às audiências de leitura da sentença e de apresentar declarações pessoais da vítima com peso legal. Os Independent Sexual Violence Advisers (conselheiros independentes para a violência sexual) devem ser financiados a nível nacional e atribuídos a cada vítima dos gangues de aliciamento desde o momento da primeira denúncia.

AS PENAS

As atuais diretrizes de determinação de penas são grotescamente inadequadas para a violação organizada de crianças. O Sentencing Council deve ser obrigado por lei a rever as suas diretrizes de modo a que a exploração sexual de crianças em grupo tenha como ponto de partida a prisão perpétua, com um período mínimo de 50 anos para os cabecilhas e de 25 anos para os participantes. A motivação racial ou religiosa, a pluralidade de vítimas, o tráfico entre condados, a gravidez causada por violação e o uso de filmagens ou de chantagem devem ser explicitamente consagrados como fatores agravantes legais que empurram as penas para a sua extensão máxima. A aplicação de penas em simultâneo (concurrent) deve ser proibida quando estão envolvidas várias vítimas; a aplicação de penas cumulativas deve ser a regra por defeito. Vários políticos, incluindo Rupert Lowe MP, apelaram também a um referendo sobre a reintrodução da pena de morte para os crimes mais hediondos. Há argumentos para defender que isto é mais do que proporcionado no que respeita aos gangues de violadores.

IMIGRAÇÃO, DEPORTAÇÕES E DESNATURALIZAÇÕES

Todo o cidadão estrangeiro condenado por CSE de base grupal deve, no mínimo, ser deportado.

Qualquer cidadão britânico condenado por estes crimes que tenha dupla nacionalidade deve perder automaticamente a sua cidadania após a condenação, tornando-se passível de deportação. Isto deveria aplicar-se retroativamente também aos condenados no passado. O Home Office deve publicar anualmente os números das deportações, discriminados por origem nacional e tipo de crime.

Sempre que um agressor tenha familiares na Grã-Bretanha que tenham apoiado, acolhido ou deixado de denunciar os crimes, todo o agregado familiar imediato deve também enfrentar, ele próprio, processos de deportação, a menos que possa provar uma cooperação ativa com as autoridades ou o desconhecimento prévio.

As provas das testemunhas, das condenações e da Auditoria Casey mostram uma clara sobre-representação de homens muçulmanos, em particular de ascendência paquistanesa, nestas redes organizadas. O Inquérito não ignorou isto. As mesquitas, madrassas e organizações comunitárias que acolheram ou deixaram de denunciar agressores devem ser investigadas e, se consideradas culpadas, encerradas. Deve procurar-se a deportação imediata de qualquer pessoa instalada em tais subculturas que promovam atitudes de desumanização das raparigas não muçulmanas.

As nações do mundo não são idênticas. Um controlo de fronteiras ultrasseletivo, atento aos padrões gerais dos países de origem, é, por isso, também vital para a felicidade a longo prazo e para a continuação da existência dos povos de acolhimento por todo o Ocidente. A política de imigração deve refletir imediatamente as provas. Quem provenha de um país cujos nacionais estejam desproporcionadamente representados nas condenações dos gangues de violadores não deve continuar a ter direito a um visto. Isto deve ser aplicado sem complacência. As nossas raparigas têm de vir em primeiro lugar.

AS CRIANÇAS QUE PRESTAM DEPOIMENTO

As medidas especiais para testemunhas-crianças nos julgamentos dos gangues de aliciamento devem ser reforçadas. O depoimento pré-gravado, o testemunho à distância e os biombos devem ser a

regra por defeito. O contrainterrogatório que retraumatize a criança deve ser proibido. O tribunal deve nomear um intermediário especializado em todos os casos.

O MINISTÉRIO PÚBLICO (CROWN PROSECUTION SERVICE)

O CPS deve criar uma unidade nacional dedicada à exploração sexual de crianças em grupo, com procuradores especializados e formados em práticas informadas pelo trauma. As decisões de acusação não devem continuar a ser influenciadas pelo «impacto na comunidade» ou pelo medo de alegações de racismo. A falha em acusar um caso claro deve ser passível de revisão pelo Attorney General (procurador-geral) e deve resultar em responsabilidade criminal para quem não cumpra o seu dever.

GRUPO DE TRABALHO PARA O ESTRANGEIRO

Ficou estabelecido que gangues organizados, sobretudo de ascendência paquistanesa, não só aliciaram, violaram e torturaram milhares de mulheres e raparigas por toda a Grã-Bretanha, como também traficaram essas vítimas para o estrangeiro, em particular para o Paquistão e outros países. As provas de audiências independentes, de Early Day Motions no Parlamento e, claro, os testemunhos das sobreviventes apresentados a este Inquérito sugerem-no. A intenção dos agressores era exercer um controlo quase total, impedir a revelação do abuso, obstruir as investigações internas e continuar a infligir abuso em ambientes com salvaguardas mais fracas. A extensão total permanece subinvestigada devido a falhas institucionais históricas da polícia, das câmaras e dos serviços sociais, muitas vezes ligadas a receios de alegações de «racismo» ou a uma cooperação transfronteiriça inadequada.

Isto tem de ser corrigido. Recomenda-se, por isso, que seja criado um grupo de trabalho dedicado dentro do Foreign, Commonwealth & Development Office (FCDO), em estreita articulação com o Home Office, as forças policiais, a National Crime Agency e parceiros internacionais. Esta unidade deve dar prioridade à identificação, localização, proteção e repatriamento urgente das mulheres e raparigas britânicas afetadas. Isto significa um apoio consular reforçado, a partilha de informações sobre casos de pessoas desaparecidas registados em focos conhecidos de aliciamento, revisões direcionadas de passaportes e registos de viagem ligados a agressores conhecidos, e pressão diplomática sobre os países de destino para a extração das vítimas e a recolha de provas.

INDEMNIZAÇÃO

Deve ser criado de imediato um regime nacional de indemnização para as vítimas dos gangues de aliciamento. Já existe algo semelhante sob a forma da Criminal Injuries Compensation Authority (CICA), estabelecida, em teoria, para procurar indemnização em nome de «pessoas física ou mentalmente lesadas em consequência de um crime violento em Inglaterra, na Escócia ou no País de Gales».⁵⁸ A CICA fá-lo processando diretamente as autoridades ou os agressores, mas tem demonstrado, vezes sem conta, ser inadequada à sua finalidade de várias formas. Apesar de ter fornecido provas que ajudaram a condenar o líder de um gangue de violadores de Rotherham, Sammy Woodhouse viu a CICA recusar-lhe a indemnização com o fundamento de que tinha «consentido» no seu próprio abuso.⁵⁹

Em nossa opinião, as indemnizações devem ser atualizadas para refletir o dano para toda a vida documentado nos testemunhos das sobreviventes, incluindo a perda de educação, de emprego, de saúde mental, de saúde física e de vida familiar. O regime deve ser financiado por uma taxa sobre os bens de todos os agressores condenados e pelas pensões de benefício definido de quaisquer funcionários públicos – seja nas forças policiais, seja nos serviços sociais – considerados culpados de, ou despedidos por, negligência culposa.

A FAMÍLIA

A lei deve colocar a família protetora no centro da proteção da criança.

Assim sendo, o princípio central que deve sustentar a reforma da proteção é o reconhecimento de que a família de uma criança tende a representar a primeira, mais forte e mais eficaz linha de defesa contra a exploração. Embora existam circunstâncias em que as crianças não podem permanecer em segurança no seu agregado familiar, os casos de exploração diferem geralmente dos modelos tradicionais de abuso intrafamiliar.

Os atuais sistemas de proteção nem sempre refletem esta distinção. As famílias podem ser alvo de respostas que as enquadram sobretudo como contribuintes para o risco e não como potenciais salvaguardas contra ele. Isto pode resultar numa menor confiança entre

as famílias e os profissionais, no desinteresse dos pais pelos processos de proteção, na partilha tardia de informação, no maior isolamento da criança em relação a relações protetoras, e em agressores a explorar as divisões entre crianças, famílias e entidades.

A investigação oficial reforça cada vez mais as abordagens relacionais à CSE, reconhecendo que as redes protetoras – incluindo pais, irmãos, família alargada, escolas, pares e relações comunitárias – são centrais para reduzir a vulnerabilidade e desarticular a exploração.⁶⁰ Uma vez retiradas das redes familiares e comunitárias, as crianças, regra geral, tornam-se mais vulneráveis ao aliciamento, aos episódios de desaparecimento, ao tráfico e a outras formas de dano. Uma abordagem de «família primeiro» é, por isso, essencial. Recomendamos a construção de um quadro de proteção em que as famílias sejam reconhecidas como fatores protetores primários sempre que seja seguro, em que o apoio à família seja prioritário, em que as abordagens de proteção contextual sejam reforçadas e em que o acolhimento residencial seja usado de forma proporcionada e como último recurso, e não como resposta por defeito ao risco de exploração. Isto parte do entendimento, reforçado pelo nosso Inquérito, de que, no que respeita aos gangues de violadores, os pais e cuidadores são mais frequentemente agentes protetores do que causadores.

Escusado será dizer que esta abordagem de «família primeiro» nunca deve impedir uma intervenção decisiva nos casos em que os ambientes domésticos sejam considerados inseguros. O ponto é que as autoridades de proteção devem primeiro estabelecer a inaptidão de um determinado ambiente familiar antes de a colocação residencial se tornar a resposta. Os pais devem também ter o direito legal de ser informados de todos os riscos para o seu filho, de receber cópias de todas as avaliações e planos, e de contestar qualquer decisão que mine ou retire a sua responsabilidade parental. Deve ser disponibilizada assistência financeira e prática, incluindo o realojamento habitacional de emergência quando necessário, a qualquer progenitor que denuncie indicadores de aliciamento.

O Estado não deve interferir na capacidade de uma família se proteger do dano.

⁶⁰ Ver Josh MacAlister, *The independent review of children's social care / Final report*, maio de 2022.

RESPOSTA LEGISLATIVA

O quadro legislativo existente é fragmentado, aplicado de forma inconsistente e deliberadamente cego aos padrões étnicos e religiosos documentados neste Inquérito e na Auditoria Nacional Casey. Como assinalámos acima, o Sexual Offences Act 2003 e o Modern Slavery Act 2015 – entre outros diplomas relevantes – já contêm poderes que nunca foram usados com qualquer efeito significativo contra os gangues de violadores. Também o registo da etnia continua irregular ou ausente. A exploração sexual de crianças em grupo não é sequer um crime distinto com diretrizes de pena próprias. O resultado é um sistema que regista milhares de crimes individuais ao mesmo tempo que oculta, deliberadamente ou não, a natureza organizada da predação.

Deve ser promulgada de imediato uma única e abrangente Lei da Exploração Sexual de Crianças (Childhood Sexual Exploitation Act).

Este novo diploma deve criar um crime específico de «exploração sexual organizada de crianças em grupo» – entendido como a participação em redes que aliciam, traficam ou exploram crianças para fins sexuais, quer cada ato individual possa ou não ser provado separadamente – com penas mínimas obrigatórias e fatores agravantes para a motivação racial ou religiosa.

Deve inverter a presunção de que uma criança pode alguma vez consentir em atividade sexual com um adulto, especialmente num contexto de aliciamento. Até à data, os tribunais reconheceram que a aparente aquiescência pode ser produto de coação ou de manipulação psicológica, mas a formulação legal não refletiu plenamente este aspeto da CSE.

Deve também impor a todas as autoridades públicas relevantes o dever legal de registar e publicar a etnia, o estatuto de imigração, a nacionalidade e a religião tanto das vítimas como dos agressores em todos esses casos. Isto implicaria a rápida revogação de qualquer legislação que proíba as autoridades de recolher dados relevantes sobre etnia e religião.

Por último, deve criminalizar, como detalharemos abaixo, qualquer falha ou recusa comprovadamente culposa por parte de funcionários públicos em agir contra os gangues de violadores por medo de inflamar «tensões comunitárias» ou de atrair o escrutínio mediático «antirracista». Isto assentaria nos princípios existentes relativos à má conduta no exercício de funções públicas, mas forneceria padrões mais claros e mais facilmente aplicáveis.

O Parlamento deve impor um agravamento das penas para os crimes cometidos no âmbito de redes organizadas, incluindo penas de prisão mínimas e um uso alargado das whole life orders (penas de prisão perpétua efetiva) em casos extremos. A gravidade de tais crimes – envolvendo muitas vezes abuso prolongado, tráfico e exploração comercial – justifica as penas mais severas possíveis.

Coloca-se uma questão constitucional mais ampla quanto à interação entre o direito dos direitos humanos e a perseguição da exploração sexual organizada. Argumenta-se frequentemente que os quadros de direitos existentes têm sido interpretados de formas que inibem uma aplicação robusta ou contribuem para a cautela institucional. Deve, por isso, ser realizada uma revisão abrangente do Human Rights Act 1998, com vista a recalibrar o equilíbrio entre os direitos individuais e a proteção das vítimas vulneráveis. As reformas devem centrar-se em garantir que os argumentos baseados em direitos não possam ser usados para obstruir investigações, processos ou processos de deportação que envolvam crimes sexuais graves. Na verdade, é provavelmente preferível revogar o Human Rights Act 1998 do que permitir que continue na sua forma atual.

O Equality Act 2010, se não for revogado por completo, nunca deve ser aplicado a contextos de justiça penal e de proteção. Os princípios antidiscriminação não devem funcionar como um dissuasor da identificação de padrões de risco ou da aplicação do direito penal. Aquém da revogação total, deve, no mínimo, ser feita uma alteração legislativa que esclareça que as proteções de igualdade não podem ser invocadas para proteger condutas criminosas nem para restringir práticas de investigação lícitas baseadas numa avaliação de risco orientada por provas.

Os mecanismos preventivos devem ser significativamente alargados para fazer face à natureza em evolução da exploração sexual de crianças e das redes organizadas de aliciamento. Atualmente, o sistema de justiça penal continua a ser fortemente reativo, intervindo de forma mais

decisiva apenas depois de crimes graves já terem ocorrido e de as vítimas já terem sofrido danos duradouros. Embora a acusação e a punição continuem a ser essenciais, deve dar-se maior ênfase à intervenção precoce, à desarticulação e à gestão do risco, a fim de prevenir o abuso antes de este se agravar.

Uma reforma vital seria garantir o uso mais amplo e mais proativo das Sexual Risk Orders (SRO) e de outras ordens civis preventivas relacionadas. Em princípio, estes poderes permitem às autoridades impor restrições a indivíduos que revelem comportamentos preocupantes característicos de agressores sexuais, mesmo quando ainda não foi obtida uma condenação penal. Uma maior prontidão para os utilizar daria aos agentes da polícia e às entidades de proteção mais confiança para intervir mais cedo, seja restringindo o contacto com crianças vulneráveis, monitorizando a atividade online, limitando o acesso a certos locais, ou impedindo a associação a redes de aliciamento suspeitas. Tais medidas ajudariam a colmatar o fosso entre a suspeita e a acusação, no qual muitos agressores continuam atualmente a operar sem controlo.

Por razões semelhantes, devem ser reforçados os regimes de monitorização obrigatória dos agressores de alto risco. Os indivíduos com historial de violência sexual, exploração, tráfico ou abuso organizado devem ser sujeitos a uma supervisão mais rigorosa através de monitorização eletrónica, avaliações de risco regulares, requisitos de divulgação obrigatória e uma supervisão multidisciplinar mais estreita. Dada a natureza cada vez mais digital do aliciamento, a monitorização deve também incluir o comportamento e as comunicações online, quando legalmente proporcionado. Uma supervisão reforçada não só reduziria as oportunidades de reincidência, como também melhoraria a recolha de informações sobre redes criminosas mais amplas.

Os deveres de denúncia obrigatória para as instituições representam outra salvaguarda preventiva crucial. As escolas, os serviços sociais, os prestadores de cuidados de saúde, os lares, as organizações de solidariedade e outras organizações que trabalham com crianças devem ficar sujeitos a uma obrigação legal clara de comunicar às autoridades competentes qualquer suspeita de abuso, exploração ou atividade de aliciamento. Demasiadas vezes, falhas institucionais, o medo de danos à reputação ou a incerteza quanto aos procedimentos permitiram que os sinais de alerta fossem ignorados. Um dever legal criaria uma maior responsabilização, incentivaria encaminhamentos mais precoces e reforçaria a cooperação entre entidades. A falha em comunicar preocupações graves, em particular por parte de profissionais em posições de confiança, deve acarretar consequências disciplinares significativas e, potencialmente, criminais.

O alargamento dos poderes preventivos deve, contudo, manter-se coerente com os princípios da proporcionalidade, do devido processo e das liberdades fundamentais. São necessárias salvaguardas, incluindo a supervisão judicial, mecanismos de revisão regulares e limiares probatórios claros, para garantir que os poderes alargados não são usados de forma arbitrária. Ainda assim, quando está em jogo a proteção de crianças vulneráveis, o equilíbrio das políticas públicas deve favorecer a intervenção precoce em vez de esperar que ocorra um dano irreparável.

Por fim, o objetivo legislativo global deve ser reconhecer a exploração sexual organizada como uma forma de criminalidade estrutural. Isto exige uma mudança tanto na doutrina jurídica como na cultura institucional. A lei tem de passar da punição reativa para a erradicação proativa das redes que exploram crianças vulneráveis. Sem tal mudança, os diplomas existentes – por mais numerosos ou severos que sejam em teoria – continuarão a funcionar como instrumentos de justiça retrospectiva e não de proteção eficaz.

Os seguintes princípios devem ser consagrados na referida Lei da Exploração Sexual de Crianças:

- As crianças nunca podem consentir. A Lei deve proibir qualquer entidade ou tribunal de tratar o comportamento anterior de uma criança, a sua roupa, a sua intoxicação ou as suas «escolhas de estilo de vida» como atenuante ou consentimento. Qualquer profissional que use tal linguagem em relatórios ou processos deve enfrentar ação disciplinar e potencial sanção criminal.
- A responsabilização incentiva a competência. A Lei deve conter uma maior clareza jurídica que detalhe as expectativas positivas pelas quais os organismos de contacto com o público com um «dever de cuidado» legal devem ser responsabilizados. Entre os profissionais da linha da frente, é, claro, dever de todos proteger as crianças. A clarificação deve ser tal que exija ao titular do dever relevante – seja um indivíduo, uma organização ou outra entidade – que tome medidas proativas e afirmativas para salvar as crianças da exploração de base grupal. A violação deste dever, seja por incompetência comprovável seja por má conduta deliberada, deve ser um crime. A falha repetida em agir sobre indicadores de proteção conhecidos foi uma das características definidoras do flagelo dos gangues de violadores por toda a Grã-Bretanha. Os organismos públicos devem, por isso, enfrentar uma responsabilização legal clara sempre que ocorra negligência grave.
- Os crimes cometidos por crianças vítimas de aliciamento a mando dos seus

- agressores carecem de mens rea («intenção culposa») para contar como criminosos no sentido convencional. A Lei deve eliminar os registos criminais de qualquer criança ou jovem condenado por crimes (incluindo prostituição, posse de droga ou crimes contra a ordem pública) ocorridos enquanto, e porque, eram forçados a fazê-lo. A presunção deve ser a de que tais condenações foram o resultado direto de manipulação ou de coação. Designada Lei Sammy (Sammy's Law) em homenagem a Sammy Woodhouse, esta medida seria em benefício das sobreviventes que precisam de um desfecho e que foram criminalizadas em vez de protegidas.
- Os violadores comprovados perdem os seus direitos parentais. A Lei deve tornar inequívoco que os violadores, após condenação, perdem automaticamente os seus direitos parentais sobre quaisquer crianças nascidas dessa violação.
- O Casamento Segundo a Sharia. A Lei deve proibir os casamentos segundo a sharia. Demasiadas vezes, estes serviram de pretexto para os agressores exercerem um maior controlo coercivo sobre as suas vítimas. Isto porque os tribunais da sharia funcionam, na prática, como um sistema judicial paralelo, reconhecido no direito britânico mas não fazendo parte do direito britânico. Isto permite-lhes governar a vida das comunidades muçulmanas – e, por extensão, a vida de quaisquer vítimas aliciadas por tais comunidades – de formas contrárias às nossas normas e costumes há muito estabelecidos.

RESPOSTA DE TODA A LINHA DA FRENTE

Todos os profissionais da linha da frente – agentes da polícia, assistentes sociais, professores, médicos de família, enfermeiros, agentes de licenciamento de táxis, pessoal escolar e técnicos de juventude – devem receber formação anual obrigatória sobre a exploração sexual de crianças em grupo. Esta formação deve transmitir os padrões étnicos e religiosos documentados, as táticas usadas pelos gangues, os sinais de aliciamento e o dever legal de agir. A falha em agir sobre indicadores claros deve acarretar risco profissional e, em casos graves, consequências criminais. Deve ser lançada uma campanha nacional de sensibilização pública para que os pais, os vizinhos e as comunidades saibam exatamente o que procurar e a quem recorrer. A resposta por defeito de todas as entidades tem de passar da incredulidade e da culpabilização da vítima para a proteção e a investigação imediatas.

Embora seja necessária uma mudança de políticas para responsabilizar os serviços estatais, a execução destas práticas tem de ser cuidadosamente monitorizada. Uma melhor formação é fundamental. Muitas iniciativas sublinham a necessidade do trabalho multidisciplinar, mas a execução, mais do que a ênfase, é essencial para uma proteção eficaz na prática. Revisões anteriores documentaram lacunas nos processos multidisciplinares, muitas delas notadas em resultado de falhas na proteção de crianças. Um ponto crucial a considerar é que cada serviço tem as suas próprias diretrizes, práticas e processos, todos eles contribuindo para lacunas na comunicação, nos encaminhamentos e afins. É importante que os serviços estatais estabeleçam relações de confiança entre si, bem como com outros parceiros. Isto significa manter conversas abertas, demonstrar curiosidade profissional e pecar por excesso na partilha de informação para proteger as crianças.

Em 2022, o British Journal of General Practice publicou um artigo sobre o trabalho de Sharon Dixon, Bryony Kendall, Jenny Driscoll e Catherine Pope. «A construção de relações está no cerne do trabalho multidisciplinar», lia-se, «e a partilha de histórias e de conclusões pode fazer parte disso. Quando a investigação é conduzida e partilhada sobretudo em reuniões e publicações profissionais de uma única entidade, podem perder-se oportunidades de o fazer.»⁶¹ Isto reforça as conclusões deste Inquérito: a formação interagências é vital para facilitar o trabalho multidisciplinar. Recomendamos, por isso, que a formação interagências em proteção de crianças se torne obrigatória para todos os serviços

61 Sharon Dixon, Bryony Kendall, Jenny Driscoll e Catherine Pope, *Supporting the 'multi' in multi-agency working: learning with and from each other could enable multi-agency safeguarding*, British Journal of General Practice, setembro de 2022, p. 439.

estatais. O Inquérito recomenda ainda que as entidades trabalhem em conjunto para acordar práticas e políticas de trabalho conjunto, a fim de impedir que a confidencialidade funcione como uma barreira à partilha de informação crucial em circunstâncias que podem não só servir para proteger as crianças, mas revelar-se vitais.

Cartazes de proteção que descrevam os sinais de aliciamento e exploração de crianças devem ser afixados em zonas públicas de todas as unidades de saúde, incluindo consultórios de medicina geral, clínicas de saúde sexual, serviços de urgência, áreas de internamento e clínicas de saúde mental, bem como em qualquer outra zona acedida por quem frequenta as unidades de cuidados de saúde. Isto deve ser alargado às escolas e aos centros de juventude.

O policiamento deve ser reformado de raiz. Todas as forças devem ser obrigadas a registar a etnia, o estatuto de imigração, a nacionalidade e a religião tanto das vítimas como dos agressores em todos os casos de CSE. Um marcador nacional para a exploração sexual de crianças em grupo deve ser obrigatório. Devem ser criadas unidades especializadas de CSE em todas as forças, com recursos dedicados à desarticulação proativa. O lóbi etnorreligioso contra uma aplicação adequada da lei deve ser combatido por princípio.

O POLICIAMENTO

O quadro atual dentro do qual as forças da lei abordam a CSE não é fiel às nuances do problema no mundo real. Para terem um melhor desempenho, as forças policiais devem aprofundar a sua cooperação com os painéis multidisciplinares de CSE existentes, concebidos para identificar e proteger as crianças em risco de exploração.

Atualmente, estes esforços ocorrem em grande parte a nível local, sem coordenação suficiente. Os painéis multidisciplinares de CSE carecem também de base legal ou de um quadro operacional imposto a nível nacional. Em consequência, o desempenho varia de lugar para lugar. As provas de revisões de casos graves e de grandes inquéritos – incluindo os decorrentes das investigações aos gangues de Rotherham e Rochdale – indicam que a falta de um manual de procedimentos consistente, definido a nível nacional, contribuiu para falhas de proteção e minou as respostas locais.

Apelamos, por isso, à introdução imediata de uma coordenação multidisciplinar sobre a CSE e de um quadro operacional uniforme. Tais reformas melhorariam a consistência e maximizariam a responsabilização. Onde são eficazes, os painéis multidisciplinares de CSE

tendem a demonstrar limiares e percursos de encaminhamento bem definidos, reuniões estratégicas regulares entre os departamentos da polícia e os serviços de infância, e linhas claras de responsabilização. Norfolk é frequentemente elogiada pelo seu historial precisamente nestas frentes. Existe ali uma equipa multidisciplinar dedicada à exploração, integrada a par do policiamento. O modelo comprovado de tais histórias de sucesso deve servir de base a quaisquer reformas futuras.

A polícia deve também ser formada para interrogar os suspeitos dos gangues de violadores quanto às suas crenças religiosas e para investigar as provas testemunhais das vítimas no que respeita aos elementos religiosos do seu abuso. O medo de ofender sensibilidades culturais deve ser completamente removido da cultura que permeia o policiamento moderno.

OS CUIDADOS DE SAÚDE

O NHS deve ser designado por lei como tendo um dever de cuidado para com as sobreviventes dos gangues de violadores. Todas as clínicas de saúde sexual, consultórios de medicina geral, serviços de urgência e serviços de saúde mental devem desencadear um encaminhamento automático de proteção para qualquer criança que se apresente com IST, lesões genitais, gravidezes ou automutilação repetida ligada à exploração. A alta de uma criança de volta a um ambiente de risco conhecido sem um plano multidisciplinar de proteção deve ser proibida. Devem ser contratados a nível nacional cuidados informados pelo trauma para todas as sobreviventes dos gangues de violadores. Os abortos clandestinos e as gravidezes causadas por violação devem ser tratados como crimes, e não como assuntos médicos privados.

Em março de 2026, o governo publicou uma versão atualizada do Working Together to Safeguard Children – um manual de orientação legal sobre o trabalho multidisciplinar para ajudar, apoiar e proteger as crianças. A orientação fornece um resumo das alterações desta versão atualizada, bem como um glossário em anexo sobre a exploração sexual de crianças em grupo.

Este glossário define a exploração sexual de crianças em grupo como

«dois ou mais indivíduos (identificados ou não) que se conhecem (ou estão associados) entre si e que se sabe estarem envolvidos na exploração sexual de crianças ou em facilitá-la. Estar envolvido na exploração sexual de crianças inclui, por exemplo, apresentá-las a outros indivíduos para fins de exploração, traficar uma criança para fins de

exploração sexual, receber pagamento por atividades sexuais com uma criança ou permitir que a sua propriedade seja usada para atividades sexuais com uma criança, etc. Isto pode ser perpetrado dentro ou fora da família, tanto por crianças como por adultos, e os grupos podem ser organizados ou estar ligados de forma frouxa.»⁶²

Devem também ser contratados a nível nacional cuidados informados pelo trauma para as sobreviventes da exploração sexual organizada. As sobreviventes sofrem frequentemente trauma psicológico a longo prazo, dependências, automutilação, situação de sem-abrigo, PSPT, depressão e dificuldades em recorrer aos serviços de saúde. No entanto, a oferta de apoio continua a ser inconsistente. Um número esmagador das participantes com quem contactámos durante o Inquérito relatou dificuldades em aceder ao apoio psicológico adequado para processar o seu trauma e facilitar a recuperação.

As sobreviventes precisam de uma atenção mais especificamente focada do que a habitual na terapia cognitivo-comportamental. Este relatório recomenda que a Terapia Focada na Compaixão (Compassion Focused Therapy, CFT) constitua também uma componente central da oferta terapêutica para as sobreviventes. As sobreviventes apresentam habitualmente vergonha profunda, autculpabilização, dissociação, desregulação emocional, sintomas de trauma complexo, dependência de substâncias, depressão, automutilação e dificuldades em formar relações interpessoais seguras. Estes padrões psicológicos não são acidentais; são frequentemente a consequência direta de coação, humilhação, degradação, violência e abandono institucional prolongados.

A CFT visa especificamente estes padrões psicológicos. Os processos de aliciamento condicionam deliberadamente as vítimas a interiorizar a culpa, a cumplicidade, o desvalor e a dependência emocional dos agressores. Muitas sobreviventes descrevem-se, consequentemente, não sobretudo como vítimas de violência, mas como «sujas», «fracas», «cúmplices» ou «sem salvação possível». Estes sentimentos baseados na vergonha persistem mesmo depois de a segurança física ter sido assegurada. A CFT procura diretamente fortalecer este sistema de autoconforto através de imagética compassiva, treino de regulação emocional, reparação da vinculação e redução da cognição autocrítica. Provas emergentes sugerem que as intervenções baseadas na compaixão são eficazes na redução dos sintomas de PSPT, da vergonha, da depressão e da autocrítica entre os sobreviventes de trauma.

É importante notar que muitas sobreviventes da exploração organizada desconfiam das figuras de autoridade

62 Ver UK Government, *Working Together to Safeguard Children*, março de 2026, p. 164.

e têm dificuldade com as relações clínicas convencionais devido a traições repetidas. A CFT oferece um quadro não punitivo e não patologizante que valida as respostas de sobrevivência em vez de enquadrar as vítimas como disfuncionais ou resistentes. Isto é particularmente importante para as sobreviventes anteriormente criminalizadas, descritas ou culpabilizadas por profissionais.

Face a estes factos, a CFT deve ser contratada a nível nacional dentro dos serviços especializados para sobreviventes, os percursos de trauma do NHS devem incluir a CFT como intervenção recomendada para as sobreviventes da exploração sexual organizada, os clínicos que trabalham com sobreviventes dos gangues de aliciamento devem receber formação especializada em abordagens informadas pela vergonha e baseadas na compaixão, a oferta de terapia a longo prazo deve ser priorizada em vez de intervenções de crise de curta duração, e os serviços para sobreviventes devem incorporar modelos de recuperação compassiva entre pares a par da psicoterapia formal. O apoio deve também ser disponibilizado aos familiares, especialmente aos filhos e aos companheiros das vítimas de abuso de base grupal.

Quanto à saúde física, as gravidezes em crianças com menos de 16 anos, os abortos na sequência de suspeita de violação, as gravidezes ocultadas, as interrupções forçadas e os abortos clandestinos suspeitos devem ser tratados como questões de proteção e potencialmente criminais, e não apenas como episódios médicos privados. A criança deve ser sempre considerada uma vítima que precisa de proteção.

Como vimos, os efeitos físicos posteriores da exploração não terminaram quando o próprio abuso terminou. Em muitos casos, como vimos, o trauma transitou para a vida das crianças nascidas de violação. A contínua invisibilidade institucional destas crianças reflete uma relutância mais ampla em enfrentar as consequências humanas mais vastas da exploração sexual organizada. Como tal, estas crianças devem ser formalmente reconhecidas na legislação de proteção como uma categoria vulnerável que requer apoio especializado. Recomendamos ainda a criação de um programa nacional de investigação que examine os resultados sociais, psicológicos, de desenvolvimento e de proteção a longo prazo das crianças nascidas de violência sexual organizada. A ausência quase total de investigação britânica neste domínio representa um importante ponto cego institucional.

Deve também ser introduzida formação obrigatória para todo o pessoal da linha da frente do NHS sobre como identificar e como lidar com as várias dinâmicas de aliciamento: controlo coercivo, dissociação, manifestação do trauma, abuso associado a gangues, exploração de «modelo do namorado» e abuso baseado na honra. Vários inquéritos identificaram um padrão recorrente em que os profissionais não intervieram porque as vítimas eram percecionadas como «problemáticas», «consentidoras» ou como estando a «fazer escolhas de estilo de vida».

Por último, recomendamos a criação de Unidades especializadas de Exploração Sexual de Crianças no NHS em zonas com históricos documentados de abuso organizado. Estas devem combinar medicina forense, competências de proteção, serviços de saúde mental, defesa das sobreviventes e apoio ao trauma a longo prazo. O seu objetivo não seria apenas o tratamento, mas também a identificação precoce de padrões de exploração organizada. A cada sobrevivente deve ser garantido o acesso a longo prazo a aconselhamento especializado, tratamento psiquiátrico, cuidados de saúde sexual, cuidados de saúde reprodutiva, apoio às dependências, defesa jurídica e assistência habitacional, independentemente de estarem ou não a decorrer processos criminais.

ACUSAÇÕES PARTICULARES / LITÍGIOS CÍVEIS

A lei prevê mecanismos abrangentes e poderosos para que as vítimas, as suas famílias e outras partes interessadas procurem a responsabilização pelos generalizados crimes de aliciamento, violação e tráfico cometidos por gangues organizados em todo o Reino Unido. Estes mecanismos operam através de duas vias principais: (1) ações cíveis que procuram indemnização, juntamente com outros remédios, pelo dano sofrido e (2) acusações particulares quando as autoridades públicas não agiram ou se recusaram a agir. Ambas as vias assentam diretamente no vasto leque de crimes e falhas institucionais documentados em casos como *R v. Karrar* (2013), e podem ser usadas estrategicamente para garantir a justiça, expor as deficiências sistémicas e dissuadir futuros crimes sem depender exclusivamente de procuradores estatais ou câmaras relutantes.⁶³

As ações cíveis contra os próprios agressores começam com os ilícitos civis fundamentais de agressão (*assault* e *battery*). Estas pretensões surgem sempre que ocorre contacto sexual não consentido,

⁶³ Central Criminal Court, *Case of R v. AKHTAR DOGAR, ANJUM DOGAR, KAMAR JAMIL, MOHAMMED KARRAR, BASSAM KARRAR, SENTENCING REMARKS OF HIS HONOUR JUDGE PETER ROOK QC*, 27 de junho de 2013.

violência física ou atos coercivos, como repetidamente evidenciado nos padrões de aliciamento e exploração que envolveram brutalidade extrema, agressões continuadas e o uso de drogas para facilitar os crimes. As vítimas podem obter indemnização por lesões físicas, dor e sofrimento, perda de rendimentos e despesas médicas, tendo os tribunais o poder de atribuir indemnizações agravadas ou exemplares quando se demonstre que a conduta foi sádica ou humilhante. O sequestro (false imprisonment) constitui mais um fundamento de pretensão em todos os casos que envolvem tráfico ou confinamento, sempre que se possa demonstrar que os agressores restringiram a liberdade das vítimas através de ameaças, rapto ou controlo dentro do Reino Unido para fins de exploração sexual. Este ilícito civil espelha diretamente os crimes de tráfico previstos nas secções 57 a 59A do Sexual Offences Act 2003 e no Modern Slavery Act 2015, permitindo às vítimas procurar uma indemnização substancial pela privação da liberdade e pelo trauma psicológico que a acompanha.

Uma pretensão cível distinta, mas altamente relevante, está disponível ao abrigo da regra de *Wilkinson v. Downton* (1897) para a imposição intencional de sofrimento emocional. Este ilícito civil abrange o próprio processo de aliciamento, o fornecimento de substâncias controladas para reduzir a resistência, a humilhação repetida e o dano mental a longo prazo infligido às crianças vítimas. Os tribunais reconheceram que tal conduta deliberada, muitas vezes acompanhada de ameaças às famílias, atinge o limiar do comportamento ultrajante calculado para causar lesão psiquiátrica, abrindo assim a porta à indemnização mesmo na ausência de lesão física. Para além destes remédios de direito privado, todas as vítimas elegíveis mantêm o direito legal de requerer pagamentos ao abrigo do Criminal Injuries Compensation Scheme 2012. O regime cobre explicitamente os crimes sexuais violentos, incluindo a violação de uma criança com menos de 13 anos, a agressão por penetração e a exploração sexual, e opera independentemente de qualquer condenação penal, proporcionando uma rede de segurança de indemnizações financiadas pelo Estado que podem atingir dezenas de milhares de libras consoante a gravidade do dano.

A responsabilidade civil estende-se igualmente às autoridades públicas cujas falhas viabilizaram crimes hediondos. As ações por negligência contra forças policiais, câmaras locais, departamentos de serviços sociais e organismos do NHS procedem quando se estabelece um dever de cuidado e este é violado através da ignorância sistemática de denúncias, da falha em investigar avisos ou da prioridade dada às chamadas «relações comunitárias» em detrimento da proteção das crianças. O Rotherham Metropolitan Borough Council, por exemplo,

já pagou milhões de libras em acordos precisamente porque a sua cultura institucional impediu uma proteção eficaz. A prevaricação no exercício de funções públicas (*misfeasance in public office*) fornece um ilícito civil adicional e potente, sempre que os queixosos possam provar que os funcionários agiram de má-fé ou com malícia, como ao arquivar deliberadamente investigações por medo de serem rotulados de racistas. Este ilícito exige prova de um dano dirigido, mas comporta o potencial de indemnizações exemplares e de responsabilidade pessoal contra agentes ou vereadores individuais.

As pretensões ao abrigo do Human Rights Act 1998 revelaram-se especialmente eficazes neste contexto. O artigo 3.º da CEDH impõe ao Estado uma obrigação positiva de proteger os indivíduos de tratamentos desumanos ou degradantes e de investigar crimes graves como a violação com eficiência e prontidão. A decisão marcante do Supremo Tribunal em *DSD v. Commissioner of Police of the Metropolis* (2018) confirmou que as falhas sistémicas de investigação violam este artigo, dando origem a indemnizações para as vítimas desamparadas por uma inação repetida.⁶⁴ Jurisprudência mais recente em *Chief Constable of Northamptonshire v. Woodcock* (2025) reforça que as forças policiais podem ser responsabilizadas em indemnização quando não protegem os indivíduos de danos previsíveis causados por terceiros, abrangendo violações tanto do artigo 3.º como do artigo 8.º (direito ao respeito pela vida privada e familiar).⁶⁵ Estas pretensões de direitos humanos podem correr a par das ações por negligência e resultaram em indemnizações substanciais, ao mesmo tempo que forçaram mudanças de política dentro de instituições falhadas.

Outras vias legais surgem ao abrigo do Children Act 1989 e do Children Act 2004, que impõem às autarquias deveres claros de proteger as crianças e promover o seu bem-estar. As violações destes deveres, em particular quando crianças vulneráveis em acolhimento foram aliciadas ou agredidas por quem ocupava posições de confiança, fundamentam pretensões cíveis de indemnização. As secções 16 a 19 do Sexual Offences Act 2003 criam crimes específicos para adultos em posições de confiança que tenham ou incitem atividade sexual com crianças a seu cargo, mas os mesmos factos fundamentam também a responsabilidade civil por violação de dever legal. Os princípios da responsabilidade indireta (*vicarious liability*) permitem aos queixosos responsabilizar as autoridades pelos atos ou omissões dos seus

64 Supreme Court of the United Kingdom, *COMMISSIONER OF POLICE OF THE METROPOLIS v. DSD AND ANOTHER*, 23 de julho de 2015.

65 Supreme Court of the United Kingdom, *CHIEF CONSTABLE OF NORTHAMPTONSHIRE POLICE v. WOODCOCK*, 4 de julho de 2025.

funcionários, como assistentes sociais, pessoal de lares ou pessoal do NHS que cometeram crimes ou fecharam os olhos. Quando decisões de política mais amplas contribuíram para o escândalo, mantém-se disponível o recurso ao contencioso administrativo (judicial review) para contestar falhas ilegais em agir, proporcionando uma via para anular decisões e impor investigações adequadas.

As acusações particulares fornecem o equivalente penal a estes remédios cíveis e estão disponíveis a qualquer pessoa ou organização com interesse suficiente no caso. Todo o espectro de crimes cometidos pelos agressores pode ser objeto de acusação particular ao abrigo do Sexual Offences Act 2003, incluindo violação nos termos da secção 1, violação de uma criança com menos de 13 anos nos termos da secção 5, agressão por penetração nos termos da secção 2, agressão sexual nos termos da secção 3, levar ou incitar uma criança a envolver-se em atividade sexual nos termos das secções 8 e 10, organizar ou facilitar a exploração sexual de crianças nos termos da secção 50, aliciamento nos termos da secção 15, e os vários crimes relacionados com tráfico e prostituição nas secções 52 e 57 a 59A. O Serious Crime Act 2015 alargou estas disposições ao substituir as referências desatualizadas à prostituição infantil pelo conceito mais amplo de exploração sexual de uma criança, enquanto o Modern Slavery Act 2015 criminaliza o tráfico para fins sexuais com uma pena máxima de prisão perpétua. Os crimes de imagens indecentes, os crimes de causar ou incitar a prostituição com fins lucrativos e até os casos mais raros, mas documentados, de crueldade contra animais ligados aos crimes podem igualmente ser perseguidos.

Quando as próprias autoridades públicas ou os seus funcionários cometeram crimes, as acusações particulares são igualmente viáveis. A má conduta no exercício de funções públicas, a obstrução à justiça e o auxílio ou a cumplicidade com os agressores principais podem todos ser imputados a agentes da polícia, vereadores, assistentes sociais ou pessoal de acolhimento que obstruíram deliberadamente investigações ou protegeram agressores. Os mesmos princípios aplicam-se a familiares ou figuras da comunidade que protegeram violadores através da intimidação das vítimas, da ocultação de provas ou de assistência ativa às redes de tráfico. Precedentes como *HM Advocate v. Collins* (2016) ilustram a gravidade com que os tribunais encaram o abuso de confiança em contextos de acolhimento, e os acusadores particulares podem procurar as mesmas penas de prisão perpétua com períodos mínimos alargados que foram impostas em *R v. Karrar* (2013) pela natureza depravada, brutal e

sádica da atividade dos gangues.⁶⁶

A via processual das acusações particulares é simples, mas poderosa. Um Magistrates' Court emite uma intimação ou um mandado mediante a apresentação de provas que satisfaçam os testes probatório e do interesse público, após o que o caso prossegue como qualquer outro processo criminal, mantendo o CPS o poder de o assumir e continuar ou de o arquivar. Este mecanismo contorna a relutância institucional, garante que casos como os que envolvem agressores em fuga ou familiares protegidos cheguem a tribunal e cria um registo público dos crimes que pode apoiar pretensões cíveis paralelas. Em combinação, as ações cíveis proporcionam reparação financeira e responsabilização pelo dano, enquanto as acusações particulares proporcionam condenações penais, longas penas de prisão e a condenação pública necessária para dismantelar as redes. Em conjunto, formam uma estratégia jurídica completa, capaz de fazer justiça onde as entidades estatais historicamente ficaram aquém.

⁶⁶ High Court of Justiciary, *HER MAJESTY'S ADVOCATE v. GORDON COLLINS*, 25 de novembro de 2016.

PRÓXIMOS PASSOS

- Publicar a totalidade dos depoimentos das testemunhas deste Inquérito.
- Procurar mais depoimentos de testemunhas, para que mais vítimas possam contar a sua história.
- Nomear no Parlamento aqueles que se concluiu terem viabilizado os gangues de violadores.
- Continuar a instaurar processos cíveis e acusações particulares sempre que adequado.
- Mais mulheres apresentaram-se desde que decorreram as nossas audiências formais. Não restem dúvidas de que tencionamos que o nosso Inquérito aos Gangues de Violadores tenha uma vida longa, muito para além da publicação deste único relatório. Será atualizado à medida que formos sabendo mais sobre o mais horrível flagelo da nossa história nacional. Esta é a fase inicial de uma missão mais ampla para garantir que tais atrocidades evitáveis nunca mais possam acontecer.

MENSAGEM FINAL DE RUPERT LOWE MP, PRESIDENTE DO INQUÉRITO AOS GANGUES DE VIOLADORES

Quero agradecer-lhe por ter dedicado o seu tempo a ler o nosso relatório. Espero que tenha ajudado, de algum modo, a compreender o horror que se desenrolou em quase todas as vilas e cidades britânicas ao longo dos últimos 50 anos.

Participar nas nossas audiências, ouvir as sobreviventes, foi a experiência mais angustiante da minha vida. É impossível compreender como se permitiu que tamanho mal florescesse a uma escala tão aterradora.

Este Inquérito foi fundado porque as autoridades não agiram, os políticos não agiram, a função pública não agiu.

Toda a gente falhou em agir. Não voltaremos a cometer o mesmo erro.

Daremos uma plataforma a mais vítimas para contarem a sua história à nação, nomearei agressores ao abrigo do privilégio parlamentar, e procuraremos colocar essas pessoas na prisão através da cooperação com as autoridades competentes. Se estas não tomarem as medidas necessárias, recorreremos a acusações particulares para finalmente obter justiça.

O objetivo último do nosso Inquérito é claro.

Pôr os violadores e quem os viabilizou atrás das grades.

Em breve haverá mais novidades nessa frente.

Obrigado pelo seu tempo e atenção ao ler este relatório histórico.

Rupert Lowe MP

O Inquérito aos Gangues de Violadores

ANEXO I – TESTEMUNHOS DE VÍTIMAS FORA DAS AUDIÊNCIAS

«FELICITY» (SOBREVIVENTE)

«Esta é a primeira vez que partilho um relato completo do que me aconteceu em criança.»

«A primeira agressão aconteceu pouco depois do meu oitavo aniversário. Nessa ocasião, pediu-me que o ajudasse a montar uma prateleira. Fui então a um quarto das traseiras, e ele fechou a porta atrás de nós. Já tinha fechado a porta antes, embora as portas fechadas me fizessem sentir desconfortável e encurralada. Havia pregos numa pequena caixa, e ele pediu-me que lhos passasse. Quando fui passar-lhos, deitou-se em cima de mim e pôs as mãos por todo o meu corpo. Não me lembro de ele dizer nada a princípio. Gelei e não consegui mexer-me. Lembro-me de ter muito medo. Lembro-me também de estar aterrorizada por poder meter-me em sarilhos. Disse-me que, se contasse a alguém, seria levada dali. Fiquei aterrorizada com a ideia de ir para casa depois disso.»

«Este foi o ponto de partida de anos de abuso, violação e tortura. Este homem foi a primeira pessoa a fazer-me mal desta forma. Depois, evoluiu para me traficar a outros homens, predominantemente asiáticos, fora da zona local. A partir daí, comecei a ser recolhida quer de táxi, quer por homens que me iam buscar pessoalmente.»

«Estas recolhas aconteciam muitas vezes depois da escola, nas noites de igreja em que era suposto eu estar a frequentar a igreja, e por vezes aos fins de semana.»

«Fui também colocada em situações em que me obrigavam a participar em atos prejudiciais envolvendo outras crianças. Isto era usado para confundir os limites e fazer parecer "normal" o que estava a acontecer, ao mesmo tempo que criava sigilo e medo de falar.»

«O homem foi-me descrito como alguém que me "adorava" e que casaria comigo. Disseram-me que isto era "o plano de Deus" e que eu teria de "me converter" ao Islão. Isto foi apresentado como amor e destino, mas funcionava como manipulação e controlo.»

«O homem ligado ao meu período inicial de abuso frequentava uma igreja cristã. O meu contacto

com ele e a forma como a fé era invocada foram usados como parte da narrativa para ganhar confiança e legitimar o que ele dizia.»

«Lembro-me de, a certa altura, me ser dado um livro sobre o Islão por um dos agressores asiáticos e de me ser dito que tinha de o estudar, como parte da pressão para me converter.»

«Outro quarto no andar de cima era por mim conhecido como o quarto de castigo. Descrevo-o assim porque era o quarto para onde as raparigas eram levadas se se dissesse que tinham feito algo de errado. Dentro desse quarto, lembro-me de recintos semelhantes a jaulas, parecidos com jaulas de cães. Alguns estavam no chão e outros por cima. Lembro-me também de haver vários objetos nesse quarto que eram usados para magoar ou castigar pessoas. Entrar naquele quarto era assustador, e sabia-se que ser levada para lá significava um castigo grave. Não me recordo de as pessoas explicarem sempre por que razão os castigos aconteciam.»

«Lembro-me de um dos piores castigos a que alguma vez assisti, que envolveu outra rapariga acusada de ter denunciado um dos homens à polícia. Nessa altura, eu tinha respondido torto, e a "Char" tinha-me defendido. Levou uma bofetada, e fomos as duas levadas lá para cima. Estávamos no quarto de castigo quando outra rapariga foi trazida. Os homens afirmaram que ela tinha denunciado um deles à polícia e que precisava de aprender uma lição. Assisti então ao uso de um ferro de engomar nas costas da rapariga, ainda quente. Lembro-me de ver queimaduras graves e danos na pele das suas costas. Esta memória permaneceu profundamente traumática para mim.»

«A minha recordação é a de que a rapariga mais tarde morreu. Lembro-me de a ver ser estrangulada depois disso, naquele quarto. Recordo-me de estarem vários homens presentes, cerca de quatro no total. Eu estava aterrorizada.»

«A certa altura, tanto a "Char" como eu estávamos grávidas ao mesmo tempo. Todas estas gravidezes terminaram em aborto espontâneo. Eu estava com a "Char" quando ela teve um aborto espontâneo. Na altura, nenhuma de nós percebeu bem o que estava a acontecer. Pensei que ela estava a morrer. Ver o que aconteceu à "Char" ajudou-me mais tarde a compreender o que estava a acontecer quando eu própria abortei. Tive vários abortos espontâneos ao longo da minha vida.»

«Quando a "Char" deixou de ser trazida à casa, eram trazidas outras raparigas em vez dela. Perguntei a um dos homens onde ela estava. Depois de perguntar por ela, fui colocada no quarto de castigo. Um dos homens disse-me que ela nunca mais voltaria. Eles

riram-se e disseram que a tinham matado e que eu nunca mais a veria. Contudo, um dos homens disse também que a queria levar para o Paquistão.»

«Presenciei um incidente violento grave que envolveu um homem que eu acreditava ser agente da polícia. Lembro-me da cara e do nome dele. Uma rapariga foi baleada à minha frente. Esta recordação é angustiante e permaneceu vívida.»

«Durante este período, faziam-me sentir que estava completamente sob o controlo dos homens envolvidos. Era ameaçada com violência extrema e diziam-me coisas como que eu podia ser cortada aos bocados e dada de comer aos porcos. Por causa destas ameaças e do abuso que já tinha sofrido, acreditava genuinamente que seria morta se revelasse o que tinha acontecido ou o que tinha presenciado.»

«A dada altura, durante este período, tentei pôr termo à vida usando uma arma de fogo que pertencia a um dos homens envolvidos. Tentei dar um tiro em mim mesma, encostando-a à cabeça. Nunca tinha usado uma arma e não sabia como funcionava. Premi o gatilho, mas não disparou. Lembro-me de os adultos ficarem extremamente furiosos. Recordo-me de ser ameaçada de detenção e senti-me aterrorizada.»

«Pôs-me numa carrinha com outras sete raparigas numa jaula e dois rapazes, levou-nos para o meio do nada e tirou-nos a todos, pôs-nos em fila e disse-nos as regras, o que íamos fazer. Quatro das raparigas tinham sido trazidas do estrangeiro para serem vendidas aqui. Não falavam inglês.»

«Uma delas respondeu torto ao tipo que as ia comprar, e ele passou-se e esfaqueou-a uma e outra vez e bateu-lhe. Depois pegou-lhe fogo e obrigou-nos a todos a ver. Foi isso que me mudou. Foi por isso que tentei saltar pela janela. Já perto do fim, tive de cavar a minha própria campa. Houve um homem de quem me lembro distintamente.»

«Ele falava em querer uma rosa para o seu Fred. Falava do seu ídolo ser Fred West e de querer uma companheira com quem pudesse raptar, matar e comer crianças. Falava em pormenor, e voltei a vê-lo quando tinha 27 anos. Tentei mesmo denunciá-lo aos 27, mas não acreditaram em mim.»

«Lembro-me de uma ocasião em que me pendurou de cabeça para baixo pelos pés e me chicoteou. Depois

urinou sobre mim. Lembro-me também de ele me forçar a atos e de despejar substâncias sobre mim enquanto se ria, como se achasse aquilo divertido. O seu comportamento parecia sádico e degradante.»

«A casa assemelhava-se a outras casas que eu já tinha visto onde havia raparigas. Lembro-me de ver uma rapariga muito pequena, com cerca de cinco ou seis anos, amarrada perto da zona da cozinha. Conseguia também ouvir outras raparigas noutras partes do imóvel.»

«O homem que eu conhecia por "Raz" parecia gostar de ver outro homem violar-me. Durante a agressão, gritei-lhe que me ajudasse. Recordo-me de ele acabar por dizer ao outro homem para parar e lhe ordenar que saísse do quarto. Contudo, depois de o outro homem sair, o próprio "Raz" violou-me.»

«Lembro-me de ele dizer que a noite era "especial", que estava a celebrar qualquer coisa, e que eu tinha sido "comprada" para a noite como recompensa para os seus associados. Ao longo da noite, vários homens agrediram-me. Não me consigo lembrar de quantos eram. Lembro-me de o "Raz" estar sentado a um canto a observar enquanto o abuso decorria.»

«A dada altura durante a noite, fui forçada a tomar mais comprimidos ou substâncias. Fiquei extremamente desorientada, tonta, enjoada e incapaz de me mexer como devia. Lembro-me de o quarto andar à roda e de ver a dobrar. Sentia-me fisicamente pesada, como se não conseguisse controlar o corpo. A certa altura vomitei sobre mim própria porque me estava a engasgar, mas o abuso continuou na mesma.»

«Lembro-me de presenciar abuso grave dirigido a um bebé enquanto a mãe era obrigada a ver. Recordo-me de ver cigarros a serem apagados no bebé. A mulher era branca, o bebé era de etnia mista. Estes homens mataram então o bebé. O incidente causou-me um sofrimento extremo e permanece uma das memórias mais traumáticas que carrego. Na altura, senti-me emocionalmente esmagada e psicologicamente destroçada com o que presenciei.»

«Sofri pesadelos contínuos, flashbacks, dissociação, vergonha, medo e entorpecimento emocional. Houve períodos em que bloqueei partes significativas do que tinha acontecido para conseguir lidar com isso e sobreviver. Vivi também situações repetidas em que me senti descrida, desvalorizada ou tratada como se estivesse a inventar acontecimentos, o que teve um efeito profundamente prejudicial na minha confiança e no meu bem-estar mental.»

«Uma parte significativa da minha cura veio de finalmente ser ouvida, acreditada e validada. Ser ouvida ajudou-me a começar a compreender que o que me aconteceu não foi culpa minha. Embora ainda sinta os efeitos do trauma e alguns sintomas permaneçam, tenho agora menos pesadelos e flashbacks e sinto-me mais capaz de falar abertamente sobre o que aconteceu. Sinto-me também emocionalmente mais leve do que há muitos anos, porque já não me sinto completamente silenciada ou sozinha com estas experiências.»

«CLAIRE» (SOBREVIVENTE)

«Havia sempre raparigas brancas a entrar e a sair, algumas até mais novas do que eu. Algumas raparigas vendiam droga para os homens, e muitas dessas raparigas ainda hoje andam com os mesmos agressores, o que me deixa muito triste.»

«Andávamos a entrar e a sair de todas estas casas de festa – droga, homens, a fazer o que eles quisessem. Os rapazes iam buscar-nos à escola. Levantámos preocupações na altura porque fomos todas à clínica de saúde sexual, por isso há registos disso. Até o Inspetor-Chefe da Polícia [Redigido] tinha conhecimento.»

«TINKERBELL» (SOBREVIVENTE)

«Três semanas após a minha colocação, acordei a meio da noite e encontrei a mão de alguém dentro da minha vagina. Eu tinha catorze anos e meio. O assistente social da noite era um escocês. Denunciei o que tinha acontecido. Levou-me ao gabinete, sentou-se comigo e ajudou-me a escrever um relatório. Na manhã seguinte, tinha-se ido embora. Ninguém deu seguimento. Não foi tomada qualquer medida sobre o relatório. Ninguém me perguntou se eu estava segura. Não aconteceu nada. A partir desse momento, não me senti mais segura do que me sentia em casa. O abuso continuou em várias outras ocasiões dentro do lar de acolhimento. Tenho memórias vívidas das rotinas noturnas no lar, incluindo ocasiões em que uma criança era escolhida para ficar a ver um filme com o pessoal enquanto as outras eram mandadas para a cama. Lembro-me de me ser dado um copo de gasosa e de não ter qualquer memória do que aconteceu a seguir.»

«Durante este tempo, a minha educação desmoronou-se. Tinha sido anteriormente uma aluna de elevado aproveitamento, com aspirações a tornar-me arquiteta. Contudo, comecei a faltar e a desinteressar-me. Enquanto estava em acolhimento, vivi também um caos significativo, incluindo a polícia a informar-me de que a minha mãe tinha esvaziado a minha conta bancária ao falsificar a minha assinatura.

Apesar disto, fui pressionada a regressar a casa. Comecei a fugir do lar de menores. Inicialmente fazia-o sozinha. Mais tarde, juntou-se ao lar outra rapariga que eu já conhecia. Depois de lhe contar o que se andava a passar, começámos a fugir juntas. Fomos aliciadas por homens adultos enquanto andávamos na rua. Entre eles contavam-se homens paquistaneses e um polaco, bem como o filho deste. O acordo era implícito: abrigo, comida e cigarros em troca de sexo.»

«LIA» (SOBREVIVENTE)

«Comprei uma casa em 2002 e reparei no meu agressor a rondar a minha casa num táxi, desde finais de 2002 até ao início de 2003. Depois de começar a ter problemas graves com o meu agressor no início de 2003, fiz numerosas denúncias sobre ele à polícia em 2003, incluindo sobre ele me perseguir sem parar, raptar-me, atacar-me violentamente quase todos os dias durante horas a fio, partir-me o nariz e outros ossos, etc., violar-me sem parar, manter-me em cativeiro sem parar e ameaçar constantemente matar-me a mim e à minha sobrinha de 5 anos. Afirmava ser filho do chefe da polícia de Bagdad e tinha dois passaportes com dois nomes diferentes.»

GESTOR INTERINO DE RECUPERAÇÃO ANÓNIMO (DENUNCIANTE)

«Sou gestor interino de recuperação (turnaround manager). Trabalho neste tipo de função há muitos anos. Por volta de 2019, fui chamado a um serviço residencial de infância numa grande vila da Grande Manchester, a título interino, de setembro até março do ano seguinte. A minha função era estabilizar o serviço, apoiar os cuidadores, identificar problemas sistémicos e exercer juízo profissional sobre se o serviço estava a satisfazer as necessidades das crianças ali colocadas.»

«Desde o início, ficou-me claro que o serviço não estava a satisfazer as necessidades das crianças e jovens nele colocados. Havia preocupações de longa data sobre o apoio aos cuidadores, a prática de proteção e a forma como os riscos estavam a ser geridos. Embora os problemas fossem repetidamente levantados e formalmente investigados, não se seguia qualquer mudança significativa. Pelo que observei, e por ouvir os depoimentos dos meus colegas, os mesmos erros eram cometidos repetidamente.»

«Na minha opinião profissional, estas falhas conduziram diretamente a que crianças fossem colocadas em risco e, em alguns casos, ao abuso de crianças. A proteção não era eficaz, em particular no que respeita à exploração sexual. O serviço não estava a tomar as medidas necessárias para manter as crianças em segurança.»

MÉDICO CONSULTOR ANÓNIMO (SOBREVIVENTE E DENUNCIANTE)

«Ao longo da minha carreira médica, testemunhei em primeira mão o impacto devastador do abuso sexual em crianças e adultos de todos os géneros. O abuso sexual destrói vidas, apresentando-se muitas vezes em contextos de cuidados de saúde não só através de revelações diretas, mas através de sintomas físicos, sofrimento psicológico e quadros complexos que mascaram o abuso subjacente.»

«Apesar disto, em momento algum da minha formação médica ou do meu desenvolvimento profissional me foi ensinado como identificar o aliciamento ou o tráfico segundo o perfil descrito mais tarde pela Professora Alexis Jay ou referido mais recentemente na auditoria de Casey de 2025 aos gangues de aliciamento. Nem fomos formados sobre o próprio Relatório Alexis Jay.»

«Durante este período, fui traficada para a Grécia para que ele pudesse fugir à lei e continuar a abusar de mim em criança. A religião foi usada como mecanismo de controlo. Uma forma distorcida de cristianismo foi usada para incutir medo, onipotência e obediência, com ameaças de castigo divino, morte e inferno se eu resistisse.»

«O agressor andava com uma arma, fazia ameaças de violência, morte e suicídio, usava álcool e isolou-me quase inteiramente da sociedade durante cerca de cinco anos, exceto para os estudos. Até a minha escolaridade era rigorosamente controlada através de recolhas, entregas, intimidação de professores e atos de violência contra outros.»

«JO'JO» (PROGENITOR DE SOBREVIVENTE)

«Há uma crença generalizada de que as crianças só são aliciadas ou sexualmente exploradas se vierem de meios caóticos ou estiverem em acolhimento. Não foi esse o caso da nossa família. O aliciamento não tem fronteiras. Eu tinha cinco filhos ... Todos eles são bem-conceituados, têm bons empregos e têm famílias próprias. A minha filha não vinha de um lar

desfeito.»

«Surgiu outro padrão perturbador. Encontrávamo-la largada à nossa porta de manhã, intoxicada. Os homens que a aliciavam davam-lhe álcool e droga.»

«Questionámo-la sobre este suposto namorado. Disse-nos que o amava. Quando lhe perguntámos a idade dele, disse que achava que teria uns 25 anos. Falava em conhecer a família dele. Era uma adolescente. Não conseguia compreender como é que uma família podia aceitar que um homem adulto estivesse envolvido com uma criança.»

«Nunca esquecerei ter-me sido dito por agentes da polícia que, se ela continuasse como estava, acabaria morta ou violada. Apesar de dizerem isto, não a reconheceram como vítima. Não detiveram os homens adultos com quem ela era encontrada, apesar de ela ter apenas 13 ou 14 anos.»

«Quando a minha filha tinha 15 anos, a polícia veio à nossa porta e disse-nos que ela tinha sido violada por quatro indivíduos asiáticos. Eram homens paquistaneses.»

«Corremos para junto dela. Estava num estado terrível e mal conseguia andar. Tinha sido enchida com uma grande quantidade de álcool. Foi violada e atiraram-lhe pó de caril por cima. Isto aconteceu num hotel durante o Eid.»

«O pessoal do hotel tinha visto a minha filha a ser escoltada para um quarto por um grupo de homens asiáticos. Foi o gerente do hotel que contactou a polícia, que depois nos contactou a nós.»

«Os agressores da minha filha foram acusados, e o caso foi preparado para julgamento. No dia do julgamento, disseram-nos que o caso tinha sido arquivado. Disseram-nos apenas que o agressor tinha um advogado muito bom. Nunca foi dada qualquer explicação por escrito.»

«Este momento destruiu-a. Sentiu que não tinha sido acreditada e que não tinha obtido justiça. O seu consumo de álcool agravou-se.»

«Em 2022, as minhas filhas encontraram a irmã morta no apartamento dela. Tinha 33 anos. Morreu sozinha.»

«Acredito que o aliciamento, a violação, as falhas institucionais e o colapso do processo de justiça contribuíram diretamente para a morte da minha filha.»

«PHOEBE» (SOBREVIVENTE)

«Ao longo dos últimos anos, foi-nos tirado tudo, e nenhum de nós estava preparado para isso, sobretudo eu. Foi um enorme choque cultural ver a nossa antiga vida desaparecer gradualmente, em particular em resultado do que me aconteceu quando era adolescente.»

«É difícil para o meu pai pôr em palavras o quanto isto o afetou, mas sei que o mudou profundamente. Mudou-nos a todos. Apesar de termos tentado seguir em frente e reconstruir as nossas vidas, nada voltou realmente a ser como era.»

«Esperávamos ser levados a sério pela polícia. Acreditávamos que a lei estava ali para nos proteger. Foi profundamente chocante descobrir que provas vitais tinham sido apagadas do telemóvel que tínhamos entregado. Isto foi a Polícia [Redigido].»

«ROSS» (PROGENITOR DE «PHOEBE»)

«O que aconteceu à minha filha "Phoebe" e os processos que se seguiram, incluindo os procedimentos de queixa, os Pedidos de Acesso a Dados Pessoais (Subject Access Requests) e os atrasos prolongados sem investigação adequada, tiveram um impacto profundo em mim e na nossa família.»

«Estas experiências afetaram-me emocional, física, mental e financeiramente. Afetaram as minhas relações, a minha capacidade de confiar, o meu sono, os meus hábitos alimentares e a forma como penso. Estes impactos prolongaram-se ao longo dos últimos três a quatro anos e continuam.»

«Tive de me concentrar em proteger a "Phoebe", tentando reparar o dano que lhe foi feito, ao mesmo tempo que me dedicava inteiramente a navegar processos de queixa complexos e a reunir provas para compreender como fomos tratados.»

«Tanto a "Phoebe" como eu sofremos agora de ansiedade e depressão. A saúde da "Phoebe" foi ainda mais afetada pelo seu diagnóstico de epilepsia em 2024.»

«Se as autoridades são capazes de tratar a minha filha e a nossa família desta forma, acredito que são capazes de fazer o mesmo a outros. O que aconteceu à "Phoebe" e o que vivemos ao longo dos últimos três a quatro anos ficará connosco para sempre.»

«CELESTE» (SOBREVIVENTE)

«Fui então abordada por um dos homens eslovacos, que me pediu para lhe chupar o pénis ... o que recusei. Começou então a forçar o pénis para dentro da minha boca.»

«Fui (então) agarrada por um homem alto e musculado de óculos. Empurrou-me para o chão e arrancou-me a roupa. Gelei completamente de medo enquanto ele me violava. Não conseguia afastá-lo, pois era muito maior do que eu. Acabou o que estava a fazer e foi-se embora.»

«Antes mesmo de ter tido oportunidade de assimilar o que acabara de acontecer, entrou outro homem. Imobilizou-me os ombros no chão enquanto me penetrava. Fui violada pelos mesmos quatro homens continuamente ao longo de um período de dois dias. Pareceu uma eternidade. Obrigavam-nos a tomar duche e observavam enquanto o fazíamos. Na altura, fiquei tão confusa sobre por que razão faziam isto.»

«Na sequência destes acontecimentos, foi-me prescrita medicação para dormir, que foi ineficaz. Foi-me também prescrita medicação para perturbação bipolar; contudo, isto não melhorou o meu estado. Em momento algum me foi oferecido apoio emocional ou psicológico consistente ou adequado. A minha cuidadora de acolhimento providenciou para que eu frequentasse sessões de arteterapia, mas não senti que fossem benéficas.»

«Senti-me profundamente desamparada pelo sistema. Nenhum profissional fez qualquer esforço significativo para falar comigo sobre as minhas experiências na sequência do incidente. A minha assistente social comparecia apenas para as visitas mensais de rotina, e não foi prestado qualquer apoio adicional.»

«Cerca de três anos depois, a minha cuidadora de acolhimento recebeu um telefonema a informar que o meu caso tinha sido arquivado por falta de provas. Achei isto extremamente difícil de compreender, sobretudo tendo em conta que eu tinha identificado quatro indivíduos em ligação com os crimes cometidos contra mim.»

«Ao longo da minha adolescência, continuei a debater-me com os efeitos emocionais e psicológicos do que tinha acontecido. Achava extremamente difícil lidar com situações do dia a dia que outros possam considerar normais. Mesmo agora, aos 26 anos, continuo a sentir dificuldades persistentes, incluindo sofrimento desencadeado por certos cheiros, sons ou ambientes, que trazem de volta as memórias dos acontecimentos.»

«Tentei recorrer a várias formas de aconselhamento e terapia; contudo, devido à minha falta de confiança nos profissionais, tive dificuldade em envolver-me plenamente, e estas intervenções não foram bem-sucedidas.»

«Quero deixar claro o impacto a longo prazo que estes acontecimentos tiveram na minha vida. Embora compreenda que alguns aspetos deste depoimento possam ir além dos factos imediatos do incidente, creio que é importante explicar as consequências duradouras. O trauma que vivi foi significativo, e sinto também que a resposta dos profissionais envolvidos tornou a situação mais difícil do que precisava de ser.»

«Sinto que fui desamparada pela Polícia de South Yorkshire e pelos serviços sociais da zona de Rotherham. Continuo profundamente afetada por isto e reflito constantemente sobre como outros podem ter tido experiências semelhantes.»

ANEXO II – CITAÇÕES DE SOBREVIVENTES

Ao longo das audiências, as sobreviventes prestaram um testemunho esclarecedor e angustiante. Seguem-se alguns exemplos das citações que emergiram do Inquérito.

«[O membro do gangue de violadores] desempenhava um duplo papel confuso: arranjava raparigas para os homens, mas também agia como protetor. Comprava-me telemóveis, bebidas e fazia-me sentir especial. Confiava nele. Mais tarde, nessa noite, depois de [um membro do gangue] me ter atacado, [o membro do gangue] encontrou-me, comprou-me comida e levou-me a casa. Desmaiei e acordei com ele a esfregar o pénis nos meus lábios.»

«Numa ocasião, fui lá com [a minha amiga]. Deram-nos garrafas de vinho tinto. Depois de sermos forçadas a ter sexo com entre 15 e 20 homens, [a minha amiga] ficou violentamente doente do álcool. Levei-a a casa para evitar que os pais a vissem no estado em que estava. Os meus próprios pais chamaram a polícia, mas esta não teve interesse em investigar o que tinha acontecido.»

«Quando o restaurante fechou, levou-me para onde as mesas estavam guardadas e tivemos sexo. Imediatamente a seguir, todos os trabalhadores do restaurante entraram na zona. [O membro do gangue] imobilizou-me enquanto cada um deles teve sexo comigo, rindo-se durante a agressão. Mais tarde, no carro, insultou-me e chamou-me nomes degradantes, culpando-me por aquilo a que ele me tinha forçado.»

«Numa ocasião, acordei e dei por [um membro do gangue] e [um membro do gangue] ambos a ter sexo comigo. Beber tornou-se a minha forma de lidar com tudo. Na escola, era gozada e humilhada pelos colegas. Chorava em privado, mas na escola fingia que achava graça, fazendo até piadas grosseiras para me integrar. Até as minhas amigas acreditavam que eu estava a consentir.»

«Este era um alojamento fornecido a [um membro do gangue] como alojamento temporário, pois ele tinha dito à câmara que estava sem-abrigo. Este apartamento era usado para levar raparigas para sexo. Passámos muitas noites neste apartamento, a beber álcool e a jogar um jogo chamado "rodar a garrafa". Acredito agora que os homens manipulavam o jogo para

que calhasse sempre a mim. Acabava muitas vezes muito bêbada e nua. Ao fim da noite, as outras raparigas eram levadas a casa, mas eu era retida e submetida a atos sexuais pelos homens. Por volta das 5 da manhã, deixavam-me ir para casa e eu entrava às escondidas antes de os meus pais acordarem.»

«Apesar de tudo isto, as autoridades tratavam-me como se eu fosse a culpada do que estava a acontecer. Sentia-me completamente impotente, presa entre agressores violentos e um sistema que não estava disposto a proteger-me.»

«Houve um bangladeshiano com quem tive dois filhos, que era fisicamente violento e, pois, partiu-me um dente, pisou-me a cabeça, muitas coisas diferentes. Consegui afastar-me dele porque acho que ele ameaçou incendiar-me a casa.»

«Era quase como se andassem só à procura de raparigas para trazer a esta festa de casamento depois de toda a gente ter ido para casa.»

«Ouvi muitas histórias de mulheres ocidentais cujos filhos tinham sido raptados e que nunca mais os veriam. Mulheres ocidentais que tinham casado, ido para [o Médio Oriente], e cujos filhos tinham sido levados.»

«Eram todas as raparigas brancas em todas as casas a que fui. E quero dizer, vi raparigas trancadas ... Lembro-me de um homem a abrir a traseira de uma carrinha e de ver talvez 15, 20 raparigas trancadas em jaulas de cães. Pareciam estar drogadas.»

«Mas com a idade de, acho que tinha 16, 17 anos, disseram-me na clínica de saúde sexual, e fui examinada, fui diagnosticada com ovários poliquísticos. E disseram que as hipóteses de eu alguma vez ter um filho eram muito, muito, muito reduzidas. Por causa do que tinha passado. Disseram que, por causa da clamídia, por causa do estado dos meus ovários e por causa da doença inflamatória pélvica, eu tinha lá dentro um ambiente muito mau, basicamente, que provavelmente não suportaria um filho.»

«[Sinto-me] enojada por saber que ainda está a acontecer. Que ninguém quer fazer nada quanto a isso, mesmo agora, em 2026. Continuamos a ter esta conversa. Continuamos a tentar que as pessoas falem disto.»

«Gostavam de me tirar o passaporte e os meus documentos e identificação, e faziam participações ao seguro por acidentes de viação em meu nome em que eu tinha estado. Fazia exames médicos em que tinha de entrar e alegar que tinha o pescoço dorido, e eles ficavam com o dinheiro.»

«Apanhava sovas a toda a hora enquanto estive [no lar de menores], muitas e muitas sovas, porque andava a contar à polícia. Fui espancada ao ponto de ter um aneurisma, o cabelo caiu-me. Se não era eu, era outra pessoa.»

Membro do painel do Inquérito: «Tinhas 15 anos nesta altura?»

Sobrevivente do gangue de violadores: «Sim. O da fotografia com o blusão de cabedal. Foi ele que me tirou a virgindade.»

Membro do painel: «Que idade tinha ele?»

Sobrevivente: «Cerca de 33 na altura.»

«Vivi retaliação e hostilidade na minha função profissional ao levantar preocupações. Fui avisada para não falar publicamente e foi-me dito que fazê-lo poderia resultar em ação disciplinar ou despedimento.»

«Fui levada para uma casa de banho pela rapariga que me tinha levado ali e mandada depilar-me. Disse-me então que estávamos a ser vendidas aos homens para sexo. Eu não sabia disto previamente. Não queria participar, mas estava assustada, presa, e obedeci por medo. Não consigo descrever em pormenor o que aconteceu no quarto. Fui sexualmente explorada e abusada por um homem adulto. Depois, obrigaram-nos a dormir numa pequena cama de criança pertencente a um bebé.»

Sobrevivente do gangue de violadores: «Revelei diretamente ao pessoal [do lar de menores] o que me estava a acontecer, incluindo a exploração sexual, as idas repetidas a apartamentos, o envolvimento de homens adultos, a troca de dinheiro e as razões da minha rápida e perigosa perda de peso. Expliquei que estava assustada e me sentia presa. Disseram-me, em palavras com este sentido, que isto não constituía tráfico, que eu tinha mais de 16 anos e que o que estava a acontecer era uma questão de "escolha". A polícia não foi contactada nessa fase, e não foi tomada qualquer medida de proteção imediata.»

«Então [o membro do gangue] diz, queres dar-me um beijo? E eu, não, nem por isso. Ele, pronto, está bem, podemos é fazê-lo. E eu, não. Disse, estou com o período. Foi a primeira coisa que me veio à cabeça, não estava. Mas foi a minha primeira desculpa. Ele, ah, não faz mal, não interessa. E eu, não, não, não, a afastá-lo. E puxou-me as pernas para a frente, de modo que eu fiquei quase deitada, escorregada. E empurrou-me para trás. E puxou-me as cuecas para baixo, pôs-se em cima de mim e violou-me. E eu dizia não, e ao mesmo tempo dava pontapés. Tinha 12 anos. Este tipo, só para deixar isto bem claro, foi a julgamento e apanhado. Foi sujeito a novo julgamento e safou-se. Anda agora à solta nas ruas.»

«Buzinavam o carro e depois uma criança era levada à porta da frente [por um funcionário do lar de menores].»

Membro do painel do Inquérito: «Houve outros objetos com que te violaram?»

Sobrevivente do gangue de violadores: «Garrafas de Coca-Cola. Chaves, por alguma razão. Alguém tentou enfiar lá um taco de basebol.»

Membro do painel: «Achas que faziam estas coisas para gratificação sexual?»

Sobrevivente: «Tem que ver com fazer mal. Não querem saber. Não querem saber de ti. Costumam tentar fazer estas coisas depois de terem feito a parte sexual que queriam fazer. Uma vez terminada, é o fim. Podem fazer-te o que quiserem. Era assim que parecia.»

«Lembro-me da primeira vez que fui levada à clínica de saúde sexual pela minha assistente social. Levou-me lá para dentro e veio a saber-se que eu tinha clamídia na garganta e na vagina. E também tinha apanhado gonorreia nessa altura. Ao mesmo tempo, diagnosticaram-me também verrugas genitais. E depois, uns meses mais tarde, voltaram a levar-me. Diagnosticaram-me clamídia outra vez, gonorreia outra vez, mas desta vez também doença inflamatória pélvica. Nem uma única vez algum enfermeiro ou médico questionou seja o que for disto.»

«Havia um círculo de cidadãos [paquistaneses], que apontavam para as crianças como se as estivessem a escolher.»

Membro do painel do Inquérito: «Quando eras escolhida, o que acontecia?»

Sobrevivente: «O pessoal masculino [do lar de menores] levava as crianças

ao salão de jogos, e arranjadas com roupa bonita.»

Membro do painel: «Então está a dizer que o pessoal do lar a vendia a estes homens estrangeiros?»

Sobrevivente: «Sim, tinha mesmo esse aspeto, estava a ser montado algo, sabiam os nomes das crianças, andavam todos pendurados em táxis encostados uns aos outros.»

«Sim. Imensas vezes. Costumavam, tipo, dizer-me coisas sobre o anjo bom e o anjo mau, que eu tinha sido, tipo, possuída. E que tinham de me castigar para tirar a maldade de dentro de mim. É por isso que têm de me violar e fazer-me tudo isto, para tirar a maldade de dentro de mim. Tenho de ser castigada. Pois. E era tudo coisas deste género. As palavras que te dizem, és "gora", tipo lixo branco e pele branca.»

«Quando tinha 15 anos, traficaram-me para Birmingham. Entrei na casa de banho do apartamento e havia uma rapariga morta na banheira.»

«[Uma membro feminina do gangue] disse-me para ganhar mais peso, dizia que os homens somalis gostam de mulheres grandes, que eu precisava de comer mais, e tentava alimentar-me.»

«Entre no apartamento à espera de uma festa de casa. Em vez disso, deparei-me com um apartamento em tons de creme que cheirava muito bem, um ambiente muito calmo. Fotografias de crianças, uma criança, uma menina na parede, e seis homens somalis na sala de estar, sentados à volta de uma mesa de centro a mastigar qualquer coisa.»

«Eu não queria fazê-lo. Fui fumar um cigarro junto a esta janela, e um dos homens veio ter comigo, com a mão na minha garganta, ao pé da janela, a dizer, não, tens de o fazer, tens de o fazer. E eu pensei, vou por esta porcaria desta janela abaixo se não fizer o que me mandam. Por isso fi-lo.»

«Já me pediram até para casar com alguém do Paquistão por dinheiro. Não tens de dormir com eles se não quiseses, mas se quiseses estar com eles, podes, e coisas assim.»

«Apagou um cigarro na cara do bebé.»

«Lembro-me de fechar os olhos e depois, de vez em quando, espreitava, e tudo o que me lembro é de ver a cara dele, tipo, sabe, quando alguém está, tipo, mesmo a tentar forçar, tipo, forçar a entrada. E depois, depois de ele o fazer, só me lembro de ter tantas dores e de sangrar imenso. Estava mesmo, mesmo a sangrar.»

«Deram-nos absinto e vodca e, tipo, um refrigerante para misturar. Tipo, literalmente um dos álcoois mais fortes foi-nos dado, e não por engano. Era para nos explorar de algumas das formas mais horrendas possíveis a que uma criança pode ser sujeita.»

«Cresci numa casa de classe média com dois pais que estavam casados há um tempo considerável, e acho isso bastante importante porque, na maior parte das vezes, a ideia é que as vítimas dos gangues de aliciamento estão em acolhimento, ou são fugitivas, ou vêm de meios geralmente de classe mais baixa. Digo isto só para desfazer a presunção de que só uma rapariga vulnerável, ou estereotipicamente vulnerável, pode ser aliciada, porque os agressores são insidiosos e visam qualquer pessoa, encontram fraqueza ou vulnerabilidade em qualquer lado.»

«Aconteceu no verão de 2017. Tinha cerca de 14 anos quando conheci o segundo grupo de agressores. Conheci-os através de outra amiga que estava a ser ativamente aliciada por eles, tipo, muito gravemente. A primeira vez que os conhecemos foi num parque, que é agora um enorme foco de exploração sexual de crianças. Já aconteceu a centenas de raparigas ali.»

«Disseram que iam atacar a casa [da minha amiga], e ela tinha dois irmãos pequenos e a mãe também era bastante vulnerável. Por isso, para ela era uma coisa enorme, oh meu Deus, tenho de ir porque isto vai acontecer se eu não for. E é o tipo de coisa que, bem, uma criança acreditaria, mas é provavelmente algo que eles teriam feito. Eram completamente loucos e eram conhecidos por violência contra mulheres.»

«Foi, na verdade, uma agressão sexual bastante brutal. Cravou-me as unhas e, para mim, parecia não haver qualquer prazer real para ele naquilo. Era só controlo e, de facto, exercer poder sobre alguém que é claramente vulnerável e mostrar, "tenho-te onde te quero".»

«Na leitura da sentença, ela estava sentada atrás de nós, mesmo atrás de nós na galeria do público. Ao longo de toda a leitura da sentença, dizia constantemente, mentirosas de merda, cabras brancas mentirosas. Era ela própria uma mulher branca que imagino que possa ter sido aliciada e que obviamente casou agora com a família, a gritar-nos obscenidades. Disse-me que Deus seria a testemunha do que me vai acontecer.»

«A polícia não fez nada da última vez. Disse-lhes que tinha sido essencialmente forçada. E sorriram-me com desdém na minha própria casa e foram-se embora. Por isso, quero dizer ... não havia indícios de que fossem fazer algo diferente, de que fossem realmente apoiar-nos.»

«Quero que as instituições digam, sabem que mais, assumimos. Acreditamos em ti e lamentamos. Desisti de obter justiça há muito tempo, mas só que seja reconhecido e acreditado, é tudo o que quero. Quando te dizem que és mentirosa durante tanto tempo, comesas a acreditar nisso, suponho. Só quero que alguém diga, sabes que mais? Fizemos asneira. Falhámos no nosso dever de te proteger. E lamentamos. E vamos aprender com isto.»

«Uma das agressões que de facto aconteceu à minha amiga, ela estava naquela casa e foi forçada a isso por uma mulher de 24 anos que disse, vai para o quarto com ele e tem sexo com ele agora. Vai e fá-lo de uma vez. E lembro-me de ela gritar tão alto, de vir a correr meio despida e dizer que estava a sangrar e com dores.»

«As piores pessoas que existem nesta situação, à parte dos autores daquele abuso horrendo, são as pessoas que ocupavam aqueles cargos dentro daquelas autoridades que tiveram todas as oportunidades de fazer algo quanto a isso e escolheram não o fazer. E quando se faz isso ao longo de várias décadas, então resulta em situações como esta. E foi assim que isto prosperou. E é assim que aquela cultura, é como nasceu, é como prosperou, é como está a sobreviver, e é como continuará.»

«Começou quando eu tinha 13 anos, [fui violada por] provavelmente uns seiscentos, setecentos homens diferentes ao longo dos três anos.»

Membro do painel do Inquérito: «O NHS teve algum papel e conseguiu falar com eles?»

Sobrevivente do gangue de violadores: «Fui aos 13 anos com clamídia, e depois apanhei herpes genital, e depois tive um aborto espontâneo. E foi tudo entre os 13 e os 15 anos. Por isso eles sabiam que se passava algo. Fui uma vez e expliquei ao médico, porque estava tipo, pode dar-me uns antidepressivos ou algo assim? E o médico disse, bem, não acho que isso seja justificação suficiente para lhes dar quando és demasiado nova. O NHS é cúmplice.»

Sobrevivente do gangue de violadores: «[Os gangues] são intocáveis. São mesmo. Porque ninguém quer admitir que há um problema, porque não querem ser considerados racistas. E também porque vai mais acima e não querem que rebente cá para fora.»

«Disseram que me queriam levar de volta para conhecer as famílias deles. Felizmente eu não tinha passaporte, senão talvez não estivesse aqui sentada agora.»

Membro do painel do Inquérito: «Os imãs que dirigem a mesquita, acha que têm conhecimento?»

Sobrevivente do gangue de violadores: «Sabem, a 100%, porque a minha amiga, quando tinha 15 anos, andava a dormir com um tipo mais velho. Teve um bebé dele, e o pai dele era imã. O pai dele sabia. E casou o filho e disse que ele não tinha autorização para ver a criança. Protegem a sua própria comunidade.»

«Lembro-me de estar com a minha amiga, que vivia num lar de menores. E vinham buscar-nos lá fora. E depois o lar telefonava à polícia e obviamente contava-lhes. E depois a polícia aparecia e chamava-nos prostitutas. Não acho que os serviços, mesmo até aos serviços sociais, não acho que se importassem realmente. Acho que tinham o mesmo pensamento que a maioria das outras pessoas, que éramos prostitutas e que o queríamos. Não acho que vissem como realmente era, que era aliciamento e violação. Culpavam-nos por isso. Era a nossa escolha.»

«Não era só violação. Era violência também. Já tive uma arma encostada à cabeça. Já fui espancada ao ponto de ficar literalmente coberta, da cabeça aos pés, de hematomas. Foi quando me drogaram, quando me puseram droga na bebida. Já tive uma faca à garganta porque ele queria que eu "tratasse" de 10, 15 carros cheios de homens. Era raptada. Não acho que as pessoas se deem conta, acho que pensam que é violação, mas era tortura também. Era raptada e fechada num quarto. E era espancada. Diziam-me que, se não fizesse isto, não ia para casa. Por isso era muito mais do que apenas violação.»

«Fui espancada, negra e azul, violada. Não só sexualmente violada com as próprias partes do corpo deles, mas com objetos também. Houve um incidente – fui levada ao hospital. Nem sequer está no meu registo médico. Fui levada às urgências porque a minha vagina estava rasgada por uma garrafa de vidro.»

«Só quero que pare e não aconteça a mais nenhuma criança, e que as pessoas ajam de facto e façam alguma coisa e deixem de ter tanto medo.»

Membro do painel do Inquérito: «Quantos homens diferentes acha que a violaram durante esse período em que tinha 16 anos?»

Sobrevivente do gangue de violadores: «Cerca de 100.»

Membro do painel: «Quando tinha 16 anos?»

Sobrevivente: «Sim.»

Sobrevivente do gangue de violadores: «Estava só a ficar cada vez mais. Telefonemas sem parar. Toda a gente sabia quem eu era. Não conseguia descer a rua sem que carros parassem e dissessem apenas, "entra já".»

Membro do painel do Inquérito: «E o que acontecia quando entrava num carro?»

Sobrevivente: «Levavam-nos para uma casa ou para onde fosse, e era aí que acontecia tudo o que era mau.»

Membro do painel: «Violavam-na?»

Sobrevivente: «Sim. Não aceitavam um não como resposta. Era diariamente. Era tipo, estavas num carro, e depois recebias um telefonema, "é melhor vires ter comigo agora". Por isso saías daquele carro, estavas no carro seguinte, no carro seguinte, por isso eram cerca de dez numa só noite.»

Membro do painel do Inquérito: «Disse cerca de 100 homens. De que raças eram?»

Sobrevivente do gangue de violadores: «Sobretudo paquistaneses.»

Membro do painel: «Havia algum homem branco?»

Sobrevivente: «Não.»

Membro do painel: «Alguma vez falaram de religião?»

Sobrevivente: «Sim. Imensas vezes. Costumavam dizer-me coisas sobre o anjo bom e o anjo mau, que eu tinha sido tipo possuída. E que tinham de me castigar para tirar a maldade de dentro de mim. Diziam-te que és "gora", tipo lixo branco e pele branca.»

«Os táxis deixavam uma rapariga, iam à loja, esse táxi partia, despachava o serviço, depois outro táxi parava. As raparigas estão meio bêbadas, entram num táxi a pensar que é o mesmo, e depois são levadas a sítios para serem violadas. E havia uma conversa, havia um grupo de conversa (group chat) para todos os motoristas, por isso estavam todos a comunicar entre si. Sobretudo taxistas muçulmanos.»

«Estive de facto casada com um tipo asiático e totalmente convertida. Através do imã. O imã veio a minha casa. Fiquei totalmente convertida.»

«Ouvi o rádio [do agente da polícia] tocar e ouvi-os dizer que iam levar [a minha filha] à morada do irmão do Mohammed. Implorei-lhes que não a levassem para lá. Disse, são essas as pessoas que lhe estão a fazer isto. Não a podem levar para lá. Vão matá-la. Porque eu acreditava mesmo que iam. E não me deram ouvidos. Levaram-na mesmo para lá. E, como eu disse, ela foi abusada ali por eles, pelo Mohammed.»

Mãe de sobrevivente de gangue de violadores: «Tivemos de blindar a nossa caixa do correio contra bombas incendiárias porque recebemos ameaças de nos incendiarem a casa. Ela recebeu ameaças de lhe cortarem a garganta. Eu recebi ameaças de me cortarem a garganta. Isto tem sido contínuo durante quatro anos, constantemente.»

Pai de sobrevivente de gangue de violadores: «A esta altura, ela já tinha sido violada por um gangue, e a maioria dos membros do gangue andava na [mesma] escola que ela.»

ANEXO III – FALHAS INSTITUCIONAIS

A POLÍCIA E A JUSTIÇA

As forças policiais de todo o país ignoraram denúncias repetidas de violação, sequestro e exploração. Os agentes chegavam muitas vezes horas atrasados às denúncias de crianças desaparecidas e depois recusavam-se a recolher depoimentos das vítimas e arquivavam os casos sem investigação. As raparigas eram muitas vezes detidas por embriaguez e desordem que se seguiam a agressões pelos membros do gangue. As condições de caução silenciavam os denunciante, enquanto os agressores conhecidos não recebiam quaisquer condições nem vigilância. Um policiamento de dois pesos e duas medidas operava abertamente: as forças cediam perante ameaças de desordem de certas comunidades, fabricavam crimes contra os críticos e permitiam que agentes ligados aos gangues se reformassem com pensão.

As provas da maioria dos depoimentos das testemunhas mostram que as forças policiais de toda a Inglaterra e da Escócia sabiam do aliciamento e da violação organizados de crianças e, ainda assim, falharam repetidamente em proteger as vítimas, investigar os agressores ou agir sobre informações claras. Os agentes desencorajavam as denúncias, criminalizavam as vítimas, destruíam ou ignoravam provas e permitiam que os agressores ficassem em liberdade.

Há também provas perturbadoras de que agentes da polícia no ativo eram membros ativos dos gangues de violadores, enquanto outros fizeram tudo para proteger os gangues. Isto não foi um erro isolado. Foi sistémico em várias forças e durou décadas. Segue-se uma fração dos incidentes de que o Inquérito teve conhecimento.

WEST MIDLANDS POLICE

A West Midlands Police falhou a [Redigido]. O agente [Redigido] esteve diretamente envolvido nos primeiros episódios de desaparecimento. Apesar de denúncias graves de uma criança a ser levada por rapazes mais velhos, não foram recolhidos depoimentos escritos da mãe nem da criança. O assunto nunca foi devidamente investigado. Os agentes compareciam aos episódios de desaparecimento, mas demoravam entre duas e quatro horas a chegar. A resposta foi descrita como totalmente inadequada. A força arquivava casos sem ação de proteção, mesmo quando a mãe afirmava explicitamente que a filha estava a sofrer exploração sexual.

GREATER MANCHESTER POLICE (INCLUINDO TAMESIDE)

A Greater Manchester Police falhou repetidamente a [Redigido]. O agente [Redigido], mais tarde despedido, compareceu a uma reunião multidisciplinar e gritou a [Redigido] para deixar de dar a filha como desaparecida. Fê-lo à frente de profissionais. Os agentes da equipa «Missing from Home» (Desaparecidos de Casa) falhavam frequentemente em devolver chamadas. Imagens de videovigilância captaram agentes a discutir não acordar o pai quando compareceram às 3 da manhã. A força não impôs as condições de caução a um violador conhecido, que telefonou de imediato à filha de [Redigido] e ameaçou a sua vida. Associados do agressor compareceram na casa de família, e a resposta da polícia foi tardia e desdenhosa. A filha de [Redigido] foi deixada na companhia de aliciadores em várias ocasiões. A força tratou [Redigido] como o problema, em vez de como um pai zeloso a tentar proteger a filha.

WEST YORKSHIRE POLICE

A West Yorkshire Police falhou a várias vítimas, incluindo [Redigido]. No caso de [Redigido], a força arquivou uma denúncia precoce de uma agressão sexual gravada a uma criança de 13 anos, sem qualquer investigação à criação ou distribuição de material de abuso sexual de crianças. No caso de [Redigido], os agentes recuperavam rotineiramente a criança de carros com homens adultos, mas permitiam que os homens partissem sem qualquer questão. No caso de [Redigido], os agentes [Redigido] e [Redigido], entre outros, falharam em agir sobre extensos registos de perseguição (stalking), ameaças e provas de gangues de aliciamento. A força minimizou repetidamente as revelações, perdeu provas e tratou as vítimas como pouco fiáveis. Os agentes nomeados no depoimento de [Redigido] incluem aqueles que ignoraram anos de assédio e falharam em associar os casos.

SOUTH YORKSHIRE POLICE

A South Yorkshire Police visou Tommy Robinson com rusgas ao amanhecer a casas de família e com condições de caução. Robinson suspeita até hoje que a força cronometrava muitas vezes as suas ações contra ele para perturbar protestos lícitos. Alega-se que um agente da South Yorkshire Police, o PC Hassan Ali, intermediou um «acordo de não-acusação» com o abusador de crianças Arshid Hussain. Nos seus termos, Hussain entregou uma rapariga menor desaparecida à polícia numa estação de serviço em troca de não ser detido nem acusado pelo seu rapto.⁶⁷ A força é repetidamente associada a um conhecimento precoce dos

⁶⁷ Ver *Driver may face charges over crash death of PC linked to Rotherham grooming scandal*, The Yorkshire Post, 10 de março de 2016.

gangues de violadores, pelo menos desde o caso de Sammy Woodhouse em 1999 em diante, e, ainda assim, não proporcionou qualquer proteção. Os agentes desencorajavam as denúncias de desaparecimento e protegiam os agressores.

MERSEYSIDE POLICE

A Merseyside Police falhou à filha de [Redigido] e à sua família. O DC [Redigido] e o PC [Redigido] desencorajaram a vítima de violação, de 12 anos, de procurar justiça.

Sublinharam a papelada, a demora e o «a palavra dela contra a dele» como razões para não avançar com uma acusação. A justiça para uma criança de 12 anos que foi violada foi considerada trabalho a mais. Isto levou a filha a retirar a queixa. A força não agiu sobre provas em vídeo de agressões, ameaças e assédio contínuo. Após a morte da filha, a família enfrentou intimidação continuada, com proteção inadequada por parte da polícia.

POLICE SCOTLAND

A Police Scotland falhou no caso de [Redigido]. O DC [Redigido] recebeu extensas provas digitais do especialista civil [Redigido] que mostravam um homem a anunciar-se como explicador de Corão e que andava a aliciar uma criança. Apesar das provas, [Redigido] mudou-se para o estrangeiro, reapareceu e continuou a sua atividade enquanto estava sob investigação. A força tem falhas sistémicas de dados e nenhum marcador específico para a exploração sexual de crianças em grupo, bem como um registo inconsistente dos dados sobre etnia. Isto impede a compreensão e a desarticulação adequadas das redes.

METROPOLITAN POLICE

A Metropolitan Police falhou a [Redigido]. Os agentes compareceram em casa após a sua denúncia de uma agressão sexual coagida e gravada a uma criança de 13 anos, mas não tomaram qualquer outra medida e arquivaram o caso sem qualquer investigação à gravação ou à sua distribuição. Alega-se que a força mais tarde agrediu [Redigido] enquanto esta estava imobilizada durante uma detenção.

OS SERVIÇOS DO NHS

O NHS, incluindo as suas equipas de saúde mental, clínicas de saúde sexual, hospitais, médicos de família e serviços de urgência, falhou repetidamente em proteger crianças que se apresentavam com lesões físicas claras, IST repetidas, tentativas de suicídio, automutilação e revelações de violação. O pessoal registava as provas, tratava os

sintomas e devolvia as crianças às mãos dos seus agressores sem desencadear a proteção, fazer encaminhamentos ou prestar cuidados para o trauma. Isto não foi um descuido ocasional. Foi prática consistente em várias regiões e serviços.

Os hospitais registavam lesões físicas compatíveis com agressão sexual e, ainda assim, não tomavam qualquer medida de proteção e mandavam as crianças para casa nessa mesma noite. A PHDA, o autismo e a dependência diretamente ligados à exploração recebiam tratamento apenas dos sintomas, sem qualquer ligação ao aliciamento. As altas rápidas devolviam crianças traumatizadas aos ambientes onde o abuso continuava. O dano físico e psicológico da violação repetida ficava por tratar, deixando as vítimas sem cuidados médicos ou psiquiátricos coordenados em todo o país.

Além de evidenciarem uma crónica falta de curiosidade profissional, os responsáveis dentro do NHS demonstraram também uma falta de coordenação multidisciplinar e interagências. Em vez disso, os Serviços do NHS tendiam a trabalhar em silos dentro dos seus próprios departamentos, de tal modo que os serviços físicos – urgências, clínicas de saúde sexual e afins – falhavam em muitos casos em colaborar ou partilhar informação com os serviços de saúde mental.

NHS SEXUAL HEALTH SERVICES (WEST YORKSHIRE)

Os NHS Sexual Health Services trataram [Redigido] de várias infeções sexualmente transmissíveis, incluindo gonorreia e clamídia, quando ela tinha apenas 13 anos. As clínicas diagnosticaram-na e medicaram-na, mas nunca desencadearam procedimentos de proteção nem comunicaram o facto de uma criança estar a ser repetidamente violada por homens adultos. Não foi feito qualquer encaminhamento de proteção de menores. O serviço tratou as infeções como uma questão médica, e não como prova de violação organizada de crianças.

DR. [REDIGIDO] (MÉDICO DE FAMÍLIA, ZONA DE TELFORD)

Um médico de família observou [Redigido] com indicadores claros de exploração sexual, incluindo lesões e alterações comportamentais compatíveis com violação repetida. O Dr. [Redigido] não fez perguntas de proteção, não fez qualquer encaminhamento e não protegeu a criança, apesar dos óbvios sinais de alerta.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE – MÉDICOS DE FAMÍLIA, CIRURGIÕES E CONSULTORES (EQUIPAS QUE TRATARAM [REDIGIDO])

Médicos de família, cirurgiões e consultores registaram repetidamente provas físicas de abuso sexual em [Redigido] desde a primeira infância: irritações genitais, problemas intestinais, tratamentos invasivos e, mais tarde, lesões graves resultantes de violência extrema (violação anal, penetração com objetos, estrangulamento, mordidas e cortes). Estes profissionais atribuíram as lesões a causas psicológicas, realizaram exames invasivos repetidos sem qualquer ação de proteção e não a protegeram.

SERVIÇOS HOSPITALARES E PSIQUIÁTRICOS (VÁRIAS VÍTIMAS, INCLUINDO [REDIGIDO] E OUTRAS)

O pessoal hospitalar de várias regiões dava alta a crianças após graves tentativas de suicídio, overdoses e automutilação que exigia pontos, sem avaliações de proteção nem planos de segurança. No caso de [Redigido], o internamento e a detenção psiquiátrica ocorreram enquanto ela estava fortemente medicada; os interrogatórios policiais decorreram nesse estado, sem qualquer apoio ao trauma. Lesões físicas compatíveis com agressão sexual eram registadas, mas não se seguia qualquer ação de proteção. As crianças eram mandadas para casa nessa mesma noite.

CAMHS E SERVIÇOS DE LIGAÇÃO (EQUIPAS QUE TRATARAM [REDIGIDO])

O profissional dos Child and Adolescent Mental Health Services (CAMHS) [Redigido] e os serviços associados enquadraram as revelações de [Redigido] sobre tráfico organizado, violação filmada, chantagem e violência extrema («salas vermelhas») como problemas de saúde mental, e não como crime organizado. Não se seguiu qualquer encaminhamento para proteção ou investigação na sequência das revelações.

A AÇÃO SOCIAL

Os lares de menores tornaram-se centros de tráfico onde o pessoal não impedia que homens mais velhos recolhessem as raparigas à noite. As autarquias devolviam muitas vezes as crianças a lares e colocações inseguros, apesar de revelações repetidas de aliciamento.

Os assistentes sociais desvalorizavam as preocupações dos pais, retiravam a autoridade parental à frente das crianças, encerravam casos sem intervenção e viam o seu trabalho como substituir os próprios pais. As crianças em acolhimento de longa duração mudavam repetidamente

entre colocações que as expunham a mais abuso. As crianças não recebiam qualquer apoio ao trauma a longo prazo após a retirada das famílias. O Estado falhou sistematicamente aos mais vulneráveis e permitiu que os gangues operassem dentro do sistema de acolhimento.

A ação social em toda a Inglaterra viabilizou sistematicamente o aliciamento organizado e a violação de crianças. Os serviços de infância, as autarquias, as famílias de acolhimento, os lares de menores e as unidades independentes devolveram repetidamente crianças vulneráveis a um risco conhecido.

Jovens vulneráveis que já tinham sido aliciados eram colocados em instituições que se sabia serem centros de gangues de violadores. Isto não foi um erro isolado. Foi um problema e uma prática à escala nacional que durou décadas.

Segundo o National Audit Office, o custo médio de manter uma criança num lar de acolhimento é de 318 000 libras por ano.⁶⁸ Para enviar uma criança para Eton, custa 63 000 libras por ano. As falhas na ação social não se devem a falta de recursos financeiros e têm tudo que ver com a ideologia que permeou toda a nossa cultura, como discutido anteriormente neste relatório.

[REDIGIDO] METROPOLITAN BOROUGH COUNCIL

Uma Metropolitan Borough Council falhou a todas as crianças à sua guarda nas suas unidades semi-independentes. Uma assistente social denunciante revelou formalmente o abuso financeiro de jovens em saída do acolhimento, o uso indevido de fundos públicos, sanções ilícitas, despejos ilegais, racismo para com crianças acolhidas e falhas sistémicas na proteção contra a exploração sexual e criminosas. Altos responsáveis – [Redigido] (Gestor do Serviço de Saída do Acolhimento), [Redigido] (Diretor Interino de Ação Social da Infância e Apoio Precoce), [Redigido] (Diretor Executivo), [Redigido] (Líder) e [Redigido] (Chefe de Governação Corporativa) – reconheceram as preocupações como credíveis e, ainda assim, não conduziram qualquer investigação adequada. [Redigido] (Chefe Antifraude) e [Redigido] (Gestor da Equipa Antifraude) confirmaram que os registos tinham sido destruídos (tritadoras compradas nas unidades). A câmara considerou a denúncia «analisada» sem a entrevistar e retaliou com

68 Ver National Audit Office, *Government needs better oversight to tackle market failures in children's residential care*, 12 de setembro de 2025.

suspensão e isolamento. As crianças permaneceram em colocações inseguras e o nível de risco cresceu. Não se seguiu qualquer ação corretiva.

TAMESIDE CHILDREN'S SERVICES (GRANDE MANCHESTER)

Os Tameside Children's Services minaram a autoridade parental de Marlon e colocaram a filha dele em perigo. Uma assistente social reconheceu em privado as falhas de proteção, mas o serviço disse à filha de Marlon que podia sair de casa e contactar as autoridades se o pai tentasse impedi-la. O pessoal dos Edge of Care devolveu-a à própria quinta onde tinha sido violada, destruindo provas forenses. Depois de um violador ameaçar a sua vida estando em liberdade sob caução, não se seguiu qualquer proteção. No caso da filha de Marlon, a assistente social sénior [Redigido] impôs Deprivation of Liberty Safeguards, restringiu o contacto familiar, desvalorizou revelações e deturpou registos. A assistente social de agência [Redigido] assinou relatórios que se acredita terem sido redigidos por [Redigido]. A assistente social [Redigido] não comunicou a violação da filha de Marlon e, de forma incompreensível, devolveu-a ao local do crime. O serviço tratou o pai protetor como o problema e expôs a criança a mais aliciamento em colocações de acolhimento com pessoal inteiramente composto por homens muçulmanos, onde ocorreu abuso racista e extremista.

[REDIGIDO] SOCIAL SERVICES

Os Wolverhampton Social Services falharam a [Redigido] e à filha. A assistente social [Redigido] recebeu denúncias repetidas de homens adultos com a criança e, ainda assim, não tomou qualquer medida. O serviço recusou pedidos de realojamento, baixou os níveis de risco e encerrou o caso, apesar de afirmações explícitas de que a criança estava a ser sexualmente explorada. O próprio historial de aliciamento de [Redigido] na infância foi usado para a culpabilizar como mãe. O NRM viria mais tarde a reconhecer a criança como vítima de tráfico sem informar a mãe.

[REDIGIDO] COUNCIL / [REDIGIDO] SERVICES

A [Redigido] Council e os [Redigido] Social Services retiraram [Redigido] e os seus irmãos de uma família afetuosa para um acolhimento onde o abuso era pior. O assistente social [Redigido] abusou sexualmente da irmã de [Redigido] e mais tarde casou com ela. A assistente social [Redigido] foi forçada a participar numa história de fachada para ocultar o abuso. A cuidadora de acolhimento [Redigido] explorou [Redigido] para trabalho e isolou-a. A direção do lar de menores [Redigido] (pessoal incluindo [Redigido] e o gestor [Redigido])

abusava física e sexualmente das crianças, entregava-as a motoristas de táxi para exploração externa e encobria tudo. Os registos foram ocultados durante quase 40 anos. A Operação Marmion foi encerrada a nível superior e ninguém foi responsabilizado.

[REDIGIDO] SOCIAL SERVICES

Os serviços sociais de [Redigido] falharam a [Redigido]. O serviço minimizou revelações de conversão forçada ao Islão, casamento islâmico forçado, controlo coercivo e ameaças formuladas em termos religiosos, para lhe retirar a filha. Trataram o abuso de motivação religiosa como uma questão «cultural» ou «de relacionamento» e tomaram decisões que resultaram em alienação parental.

COLOCAÇÃO [REDIGIDO] (LONDRES)

O pessoal de [Redigido] (um lar de menores supostamente de elevado apoio e coberto por videovigilância) desvalorizou as revelações de [Redigido] sobre o tráfico para homens adultos em apartamentos de Hounslow como «escolha», e não como exploração. Não acreditaram na denúncia de rapto e violação de outra residente. Os registos da colocação estão perdidos ou foram destruídos.

SERVIÇOS SOCIAIS NO CASO [REDIGIDO] (WEST YORKSHIRE)

Os serviços sociais sabiam que [Redigido] convivia com homens adultos do Sul da Ásia e estava a ser violada e, ainda assim, trataram isso como «comportamento de risco» ou «escolha de estilo de vida». Concentraram-se na contraceção e nos exames de saúde sexual, em vez de reconhecerem a violação estatutária. As colocações de acolhimento falharam em protegê-la, e o abuso continuou.

[REDIGIDO] SOCIAL SERVICES NO CASO [REDIGIDO]

A assistente social [Redigido] não acreditou nas revelações de [Redigido], e o diário desta estranhamente desapareceu mais tarde. O gestor da ação social [Redigido] supervisionou a resposta. De forma bastante incompreensível, o serviço tratou o tráfico organizado, a chantagem com violação filmada e as «salas vermelhas» como consensuais.

SERVIÇOS SOCIAIS NO CASO [REDIGIDO] (TELFORD)

A assistente social [Redigido] prestou uma intervenção ineficaz apesar de revelações repetidas de violação organizada por gangue, facilitada por táxis, restaurantes e mulheres

coadoras.

SERVIÇOS SOCIAIS NO CASO [REDIGIDO] (SHEFFIELD)

Vários assistentes sociais e profissionais de proteção implementaram planos de proteção de menores que nunca retiraram [Redigido] das casas organizadas em [Redigido], onde homens muçulmanos curdos iraquianos a traficavam e violavam. Sabiam dos riscos e, ainda assim, não agiram decisivamente.

LARES DE MENORES EM GERAL E FALHAS DOS EDGE OF CARE

O caso de [Redigido] e vários outros mostram que pessoal não identificado de lares de menores e equipas dos Edge of Care se depararam repetidamente com crianças desaparecidas, intoxicadas e feridas na companhia de homens adultos, mas não comunicaram as violações, não escalaram o risco nem retiraram as crianças de ambientes de exploração conhecidos. As colocações tornaram-se portas de entrada para mais abuso.

A EDUCAÇÃO

As escolas de toda a Grã-Bretanha viram os gangues de violadores operar à vista de todos e nada fizeram para proteger as crianças à sua guarda. Os professores viam homens mais velhos a recolher raparigas aos portões da escola, ouviam revelações diretas de atos sexuais nas casas de banho, registavam absentismo, automutilação e lesões visíveis, e viam crianças a chegar à escola com presentes, drogas ou hematomas. Em vez de desencadear encaminhamentos de proteção, excluía as vítimas, tratavam a exploração como problemas comportamentais e permitiam que os agressores continuassem a recolher crianças nos terrenos da escola.

As autoridades educativas falharam em ligar indicadores óbvios de aliciamento ao crime organizado, ignoraram as denúncias dos pais e colocaram crianças excluídas em ambientes onde os gangues operavam. Isto não foi um descuido. Foi uma cumplicidade ativa que entregava crianças aos seus violadores todos os dias.

ESCOLA [REDIGIDO], TELFORD

O pessoal de [Redigido] observou homens mais velhos a recolher raparigas aos portões e ouviu revelações diretas de atividade sexual nas casas de banho da escola. Registraram absentismo e automutilação claramente ligados à exploração. Os professores excluía as vítimas por «perturbação de baixo nível» em vez de as protegerem. Os encaminhamentos eram raros e as crianças eram tratadas como tendo problemas comportamentais, em vez de vítimas de

violação organizada por gangue. Taylor e as amigas eram recolhidas abertamente aos portões da escola e transportadas para locais de abuso enquanto o pessoal nada fazia.

[REDIGIDO] MERSEYSIDE

Depois de a filha de [Redigido], uma aluna autista de 12 anos, ter revelado uma violação oral, a [Redigido] High School não a separou do alegado agressor.

As medidas de proteção foram simbólicas e o rapaz permaneceu na escola. A filha enfrentou bullying implacável e agressões filmadas ligadas ao agressor. A escola não tomou qualquer medida eficaz. A polícia já tinha desencorajado a investigação à violação, e a escola agravou o dano ao deixar a criança exposta. A filha morreu por overdose depois de o bullying e a intimidação se agravarem.

FILHA DE [REDIGIDO]

As escolas ignoraram hematomas visíveis, lábios rachados e olhos negros na criança de [Redigido] desde os 11 anos. Os professores classificavam-na como «tem de se esforçar mais» e «não se integra», sem fazer perguntas. Quando uma imagem sexual da criança de [Redigido], que ela tinha sido coagida a enviar, circulou por várias escolas, não se seguiu qualquer resposta de proteção. A escola tratou a exploração como uma questão comportamental, e não como abuso organizado.

O LICENCIAMENTO DE TÁXIS

As autoridades de licenciamento de táxis de toda a Grã-Bretanha concederam, renovaram e não revogaram conscientemente licenças de veículos e motoristas que constituíam a espinha dorsal central de transporte e operacional dos gangues de violadores. Os agressores usavam táxis e carros de aluguer privado para recolher crianças aos portões das escolas, nos lares de menores e nas ruas, transportá-las entre vilas para violação em grupo, fornecer-lhes droga e álcool, e devolvê-las feridas ou inconscientes. Os organismos de licenciamento possuíam informações repetidas que ligavam motoristas e empresas nomeados à exploração organizada e, ainda assim, não tomaram qualquer medida de aplicação da lei, ignoraram falhas nas verificações de antecedentes e cederam perante protestos organizados quando se propunham medidas básicas de segurança, como videovigilância. Esta falha foi a facilitação ativa do tráfico de crianças à escala nacional.

AUTORIDADES DE LICENCIAMENTO DE [REDIGIDO]

As autoridades de licenciamento de [Redigido] falharam a [Redigido] e a dezenas de outras raparigas da mesma rede. Os táxis e os veículos de aluguer privado eram o principal método usado para recolher, transportar e explorar crianças por todo [Redigido]. Motoristas e empresas específicos foram repetidamente ligados aos gangues através de denúncias das vítimas, informações policiais e avistamentos diretos. Os organismos de licenciamento não tomaram qualquer medida para revogar licenças ou reforçar as verificações de antecedentes, apesar de provas claras de uso criminoso organizado. Quando se tentou introduzir videovigilância nos táxis, a câmara de [Redigido] enfrentou protestos organizados e recuou. O resultado foi uma considerável mobilidade para os agressores e responsabilização zero para o regime de licenciamento.

LICENCIAMENTO DA [REDIGIDO] COUNCIL

O licenciamento da [Redigido] Council falhou a [Redigido] e a todas as crianças entregues no lar de menores [Redigido]. O pessoal selecionava abertamente crianças e entregava-as diretamente a motoristas de táxi para exploração sexual. Esta prática continuou durante anos, à vista de toda a autoridade de licenciamento. O sistema de licenciamento da câmara permitiu que os motoristas de táxi operassem como uma extensão direta da rede de abuso dentro de um lar de menores.

[REDIGIDO]

[Redigido] exerceu funções de vereadora da [Redigido] City Council, com responsabilidades diretas pela proteção, pelo licenciamento e pela segurança da comunidade. Recebeu uma troca de mensagens no WhatsApp relativa a vítimas de gangues de violadores. Tomou a decisão deliberada de tornar pública a troca completa. A revelação desencadeou de imediato controvérsia política, cobertura mediática e queixas formais, seguidas de processos disciplinares contra ela. [Redigido] aproveitou o momento para destacar provas da atividade dos gangues de aliciamento em [Redigido] e para ligar diretamente a segurança dos passageiros e das mulheres em veículos licenciados aos riscos de exploração. As suas ações expuseram como as autarquias continuavam a tratar preocupações graves de proteção como problemas políticos, e não como emergências de proteção de menores. O incidente prejudicou ainda mais a confiança pública nos sistemas de proteção de [Redigido] e demonstrou que mesmo vereadores eleitos que tentaram dar o alarme enfrentaram resistência institucional em vez de apoio.

ANEXO IV – LISTA DE ZONAS ONDE SE SABE QUE OS GANGUES OPERARAM

DISTRITOS DE AUTARQUIAS LOCAIS (149)

Aberdeen City	Bexley	Broxbourne
Angus	Birmingham	Broxtowe
Antrim and Newtownabbey	Blackburn with Darwen	Burnley
Argyll and Bute	Blackpool	Bury
Ashford	Bolton	Calderdale
Aylesbury Vale	Bournemouth	Cambridge
Barking and Dagenham	Bradford	Camden
Barnsley	Brent	Canterbury
Barrow-in-Furness	Bristol	
Bassetlaw	Bromley	

Carlisle	Croydon	Gateshead
Castle Point	Dacorum	Glasgow City
Chelmsford	Dartford	Greenwich
Cherwell	Derby	Hackney
Cheshire East	Doncaster	Hammersmith and Fulham
Cheshire West and Chester	Dudley	Haringey
Chiltern	Ealing	Harlow
Christchurch	East Hertfordshire	Harrow
City of Edinburgh	East Riding of Yorkshire	Hastings
County Durham	East Staffordshire	Havering
Coventry	Enfield	High Peak
Craven	Epping Forest	

Hillingdon
Hounslow
Hyndburn
Ipswich
Isle of Wight
Islington
Kingston upon Hull
Kirklees
Lambeth
Lancaster
Leeds
Leicester

Lewisham
Liverpool
Luton
Manchester
Medway
Merton
Middlesbrough
Milton Keynes
Monmouthshire
Newcastle upon Tyne
Newcastle-under-Lyme
Newham

North Lincolnshire
North Tyneside
Northumberland
Norwich
Nottingham
Oldham
Oxford
Pembrokeshire
Pendle
Peterborough
Plymouth

Poole
Preston
Reading
Redbridge
Redditch
Richmond upon Thames
Rochdale
Rossendale
Rotherham
Sandwell
Sefton
Sheffield

Shropshire
Solihull
South Ayrshire
South Derbyshire
South Somerset
Southend-on-Sea
Southwark
St. Helens
Stockport
Stoke-on-Trent
Sutton
Swansea

Swindon
Tameside
Telford and Wrekin
Thanet
Thurrock
Tower Hamlets
Vale of White Horse
Wakefield
Walsall
Waltham Forest
Wandsworth

Warrington	Wigan	Wychavon
Watford	Wiltshire	Wycombe
West Berkshire	Windsor and Maidenhead	Wyre Forest
West Dunbartonshire	Wirral	York
Westminster	Wolverhampton	
Weymouth and Portland	Worcester	

O nosso Inquérito encontrou também provas sólidas adicionais de gangues de violadores a operar de forma mais ampla nos seguintes condados, ainda que com um menor grau de especificidade.

CONDADOS (11)

Derbyshire	Greater London	Norfolk
Devon	Lancashire	Yorkshire
Dorset	Lincolnshire	Warwickshire
Greater Manchester	Merseyside	